

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Gabriel Kenzo Soeda Martins

**A denúncia de Euclides da Cunha: compreendendo *Os sertões*
através do projeto de nação republicana (1888-1902).**

Mestrado em História

SÃO PAULO

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Gabriel Kenzo Soeda Martins

**A denúncia de Euclides da Cunha: compreendendo *Os sertões*
através do projeto de nação republicana (1888-1902).**

Mestrado em História

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação do(a) Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider.

SÃO PAULO

2024

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de
Financiamento: 88887.661943/2022-00.

Agradecimentos

O presente trabalho, se foi resumido ao nome que consta na folha de rosto, é apenas por não existir maneira de exprimir todas as individualidades que emanam de minha escrita. A escrita de um historiador só se faz sob a responsabilidade de impelir esse conhecimento robusto, titânico e imensurável de outros companheiros adiante. Que este trabalho seja uma ínfima porém sincera homenagem aos historiadores que existem e os que já se foram, aos que compartilharam comigo de seus conhecimentos e a todos que me apoiaram nos momentos difíceis e alegres.

Agradeço à minha condição de ingressar nesta pesquisa, graças ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), instituição basilar para a formação de futuros cientistas e pesquisadores no país.

Agradeço aos meus pais, Ronaldo Forti Martins e Eunice Kazuko Soeda, por todos os anos de amparo na formação do sujeito que escreve essas linhas. Seus esforços durante todos os anos de minha vida foram imensos, numa dedicação retilínea que se amplia *ad infinitum*, da qual jamais poderei mensurar.

Agradeço ao ilustríssimo Dr. Alberto Luiz Schneider, pela oportunidade de ser seu orientando desde os anos iniciais da graduação. Suas conversas, indicações e aulas fecundaram as mais diversas questões sobre o tema, de onde essa presente dissertação se configura como uma *mera nota preliminar* de seus ensinamentos. Que esta pesquisa seja uma ínfima memória de sua vasta contribuição para o campo da História no Brasil.

Agradeço à Raquel de Lucena, por todo o carinho e dedicação com minha pessoa durante os processos finais e árduos de escrita desta dissertação. Seus apontamentos e sugestões estão encravados ao longo deste texto.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela dedicação inigualável em formar futuros pesquisadores. Destaco aqui a importância do Dr. Amílcar Torrão Filho, do qual suas

conversas foram parte dos pilares para a construção do projeto inicial da pesquisa que lhes apresento. Agradeço também à Dra. Vera Lúcia pelos apontamentos e considerações acerca do trato com as fontes desta pesquisa.

Agradeço aos companheiros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dos quais tive a oportunidade de fazer companhia. Suas palavras de apoio e as conversas fecundas apareceram por toda a extensão desta dissertação.

Agradeço também aos companheiros com os quais tive o prazer de fazer ao longo dessa jornada. Se um dia persisti em escrever e pesquisar, foi por conta da alegria que me foi concedida por vocês.

Resumo

A denúncia de Euclides da Cunha: compreendendo Os sertões através do projeto de nação republicana (1888-1902). - Gabriel Kenzo Soeda Martins.

Os sertões (1902) foi um dos poucos livros brasileiros que angariou uma fama quase instantânea para seu autor. Euclides da Cunha foi célebre em seu forte tom crítico à Guerra de Canudos (1896-1897), introduzindo sua obra com o verbo: *denunciemo-lo*. Essa premissa foi fundamental para boa parte da recepção do livro, que ecoa até a atualidade com a consideração de que o autor foi “testemunha” das vítimas da guerra no interior da Bahia.

Entretanto, coube a nós questionarmos os limites dessa *denúncia* e suas implicações. Afinal, *Os sertões* foi recebido com entusiasmo tanto pelo diminuto círculo de escritores “intelectuais” quanto pelo próprio estado republicano: como ser uma obra disruptiva ao passo que também foi aceita pelo *status quo*? Para isso, o eixo desta pesquisa foi o tema da “identidade nacional” através da literatura euclidiana, que acompanhou o autor desde suas primeiras produções jornalísticas em 1888 até seu livro de 1902. Através de leituras tanto diacrônicas quanto comparadas entre cartas, artigos, telegramas de guerra e o livro, pretendemos investigar qual é o conteúdo desta crítica de Euclides da Cunha ao desfecho da Guerra de Canudos. Com isso, estabelecemos duas vias de análise para compreender *Os sertões*: (a) os diversos contextos históricos dos textos produzidos por Euclides da Cunha, que contém seus constrangimentos, omissões e estratégias que lidam diretamente com as consequências políticas de seu discurso e (b) a compreensão de conceitos recorrentes da literatura euclidiana como “República”, “Pátria” e “Nação”, termos articulados pelo autor na finalidade de incorporar os chamados *sertanejos* para a vida política republicana. Ao final, anguriamos os limites da “denúncia” de *Os sertões*, compreendendo o livro não como testemunho da guerra, mas sim como *fabricação de uma identidade nacional*.

Palavras-chave: *Os sertões*, Guerra de Canudos (1896-1897), identidade nacional, civilização, História Intelectual, imprensa republicana.

Resume

A denúncia de Euclides da Cunha: compreendendo Os sertões através do projeto de nação republicana (1888-1902). - Gabriel Kenzo Soeda Martins.

Os sertões (1902) was one of the few Brazilian books that earned its author almost instant fame. Euclides da Cunha was famous for his strong criticism of the Canudos War (1896-1897), introducing his work with the phrase: *let's denounce it*. This premise was fundamental to much of the book's reception, which echoes to this day with the consideration that the author was a "witness" to the victims of the war at the "backlands" of the state of Bahia.

However, it was up to us to question the limits of this supposed *denunciation* and its implications. After all, *Os sertões* was enthusiastically received both by the small circle of "intellectual" writers and by the republican state itself: *how could it be a disruptive work while also being accepted by the status quo?* To this end, the focus of this research was the theme of "national identity" through Euclidean literature, which accompanied the author from his first journalistic productions in 1888 up to his book in 1902. Through both diachronic and comparative readings of letters, articles, war telegrams and the book itself, we intend to investigate the content of Euclides da Cunha's critique of the outcome of the Canudos War. With this in mind, we have established two paths for our analysis to understand the *denunciation*: (a) the various historical contexts of the texts produced by Euclides da Cunha, in which contain his constraints, omissions and strategies that deal directly with the political consequences of his discourse and (b) the understanding of recurring concepts in Euclidean literature such as "República" (Republic), "Pátria" (Homeland) and "Nação" (Nation), terms that were articulated by the author with the intention of incorporating the so-called *sertanejos* into republican political life. In the end, we look at the limits of the *denunciation* in *Os sertões*, *understanding the book not as a testimony of war, but as the fabrication of a national identity*.

Keywords: *Rebellion in the Backlands*, Canudos War (1896-1897), national identity, civilization, Brazil, Intellectual History, republican press.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	7
Resume	8
Sumário	9
Introdução.....	10
1. República, História e Nação: produção de conceitos e a questão intelectual na escrita euclidiana entre os anos de 1888-1896.....	24
1.1 Euclides da Cunha: primeiros anos e o episódio da Escola Militar da Praia Vermelha (1866-1888).....	29
1.2 A questão intelectual no Brasil no final do século XIX: um contexto de enunciação..	33
1.3 Os primeiros artigos de Euclides da Cunha na imprensa: dinâmicas dos conceitos de República, Pátria e História (1888-1889).....	42
1.4 Os conflitos da consolidação republicana: Euclides da Cunha e o novo sentido de Pátria (1889-1893).....	61
1.5 A solução “nativista”: o conceito de existência nacional e o binômio sertão-cidade (1893-1896).....	72
2. Euclides da Cunha e a Guerra de Canudos: o signo sertão e seu processo de assimilação na escrita euclidiana no ano de 1897.....	83
2.1 A nossa Vendéia: o papel da Guerra de Canudos e as dinâmicas semânticas entre os termos sertanejo e jagunço (março-julho de 1897).....	91
2.2 A viagem de Euclides da Cunha até Canudos: uma leitura comparada entre reportagens e telegramas sobre os primeiros temas de Os sertões (agosto-outubro de 1897).....	112
3. O cerne da nacionalidade: a questão da “Nação” em Os sertões. (1902).....	140
3.1 Acerca da opinião pública pós-guerra sobre Canudos e a escrita d’Os sertões (1897-1902)..	142
3.2 A denúncia em Os sertões: uma análise do discurso de Euclides da Cunha.....	150
3.2.1 A Nota Preliminar e os limites de sua denúncia.....	151
3.2.2 Ficção geográfica: os prognósticos de Os sertões para o Brasil.....	159
Conclusão	167
FONTES	170
BIBLIOGRAFIA	173

Introdução

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. [...] tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.¹

A Guerra de Canudos foi, para além de um conflito bélico, uma guerra política. Grupos republicanos influentes se colidiram na capital do Rio de Janeiro durante o primeiro governo civil da República (1894-1898), espalhando suas ambições para todos os cantos do território brasileiro. Os chamados *jacobinos* vociferavam contra a elite paulista que sucedeu um de seus líderes, Floriano Peixoto. Foi nessa disputa entre dois projetos republicanos de poder que um acontecimento passou a tomar conta da imprensa: Canudos. A corrida dos “heróis” que degolariam o último palmo do arraial havia começado: para o vencedor, a República.

Foi numa comunidade situada em Belo Monte, no interior da Bahia, onde moradores se erguiam a fim de construir o arraial de Canudos. Entretanto, ao não responderem ao governo republicano, ao governo longínquo que não os representava, os canudenses que construíam seu arraial se transformaram num verdadeiro *acontecimento nacional*. Sua mera existência fora transformada numa “conspiração monárquica” contra a República. A causa bélica foi traçada: eliminar o inimigo para que, enfim, a República se tornasse soberana no Brasil. No dia 5 outubro de 1897, após sucessivas derrotas do Exército, Canudos foi destruída e seus habitantes executados.

Os sertões, livro publicado em 1902, foi criação de um dos jornalistas que cobriu as duas últimas semanas do conflito. Euclides da Cunha, que fora militar, engenheiro civil e afeito às publicações de jornais desde adolescente, desejava há muito ser um *intelectual*. Em agosto de 1897, rumou para Canudos no objetivo de reportar a antecipada vitória republicana sob os *jagunços* “monarquistas”, mas já recolhendo também informações para sua maior criação: um livro de nome *A nossa Vendéia*. O livro, entretanto, não veio à luz. Ao invés, foi *Os sertões* que deu seus ares após cinco longos anos desde a queda do arraial.

¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões: (Campanha de Canudos)*. 5. Ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, 2018. P.66-67.

A nossa Vendéia tinha no seu título uma certeza: Canudos, assim como a Vendéia da Revolução Francesa (1793-1795), cairá diante da “República” e da “civilização”. Para o discurso republicano o apelo da história francesa era enorme. Afinal, o golpe da República fora antecipado em muito pelos republicanos, que comemoravam a virada para o ano de 1889 com uma certeza: *cem anos após a Revolução, haveria de ter uma República no Brasil*. O 15 de novembro daquele mesmo ano os gracejou com o cumprimento dessa “profecia”. Agora, era a hora do paralelo da Vendéia ser enfim realizado: a execução dos canudenses passou de crime de guerra para a “realização da História”.

Entretanto, se Euclides da Cunha foi um republicano convicto, sua profecia política não foi cumprida. Se o autor encontrou na sua cobertura da Guerra de Canudos um tema, não foi a sua conclusão inicial que estampou a obra. Na antessala do seu *Os sertões*, a glória de republicano que sempre se orgulhou não coroou a vitória do Exército. Ao invés, proferiu: *a campanha de Canudos foi um crime, denunciemo-lo*. Agora, era através do desfecho da guerra que o autor buscava respostas para compreender o que seria o Brasil a partir dali. Através de uma imensa ramificação de conhecimentos geográficos, históricos e racialistas, Euclides da Cunha empreendeu sua *denúncia* como uma interpretação da condição brasileira enquanto Nação.

Os sertões tornou-se um verdadeiro sucesso já em sua primeira edição, com uma forte recepção favorável na imprensa. Seu autor colheu frutos: foi admitido no IHGB (1905) e na ABL (1903), além de ser peça fundamental para compor o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Rio Branco (1904). Na sociedade brasileira da virada do século, seu *magnum opus* serviu de cartão de visitas para as mais diversas instituições e comissões, atestando a forte identificação despertada nos setores letrados, inclusive do Estado brasileiro.

Sua popularidade suscita inquirições até hoje. Num acúmulo que perpassa mais de cem anos, pesquisadores das ciências humanas e letras classificam a “denúncia” de maneira predominantemente uniforme. Destaca-se que *Os sertões* marcaria uma ruptura no pensamento do autor, que vê nos crimes de guerra do exército republicano a chaga da barbárie nas cidades brasileiras.² O encontro com o sertão seria a “descoberta” de um outro Brasil, esquecido e mais nobre que os das massas urbanas, pois vítimas da reação belicosa do governo. Segundo Sabrina Castronuovo, Euclides da Cunha tinha uma “ideia sólida” de que a República era a égide do progresso, única maneira de existência da contemporaneidade. Com

² BERNUCCI, Leopoldo M. A imitação dos sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

sua viagem em setembro de 1897 passaria a gestar, dentro dos sertões, sua desconfiança com o regime republicano.³

Aqui se forma então a dicotomia da qual Euclides da Cunha talhou sua denúncia: *litoral-sertão*. As fronteiras são desenhadas, dois mundos dentro de um mesmo território nacional passam a caracterizar uma visão de “realidade brasileira”. As bibliografias compõem assim uma recepção da obra quase unânime: é um enunciado de revolta, produto da violência do regime republicano testemunhada *in loco*, o *litoral é acusado pelo extermínio do sertão*.

Entretanto, um primeiro incômodo semeou o presente ensaio: como *Os sertões*, livro de denúncia e revolta, conquistou tão ampla aderência dos setores privilegiados pelo estado republicano? Teria a *denúncia* o objetivo de virar a República ao avesso? Ou o discurso talvez seja mais conveniente ao republicanismo do que se imaginou? Seria Euclides da Cunha a única “testemunha dos *sertanejos*”, daqueles canudenses que foram massacrados ao serem envolvidos na disputa política republicana?

Pretendemos fecundar esse primeiro incômodo com uma ampla pesquisa acerca dos discursos, dos debates e dos preconceitos que envolvem a representação de Canudos na opinião pública. Se até a atualidade Euclides da Cunha é considerado uma “testemunha do *sertanejo*”, coube a nós inquirir a viabilidade dessa *denúncia*.⁴ Mas como tornar nosso intento praticável?

Em primeiro lugar, a nível de introdução, precisamos ao menos compreender os termos e eixos principais que levaram a Euclides da Cunha escrever *Os sertões*. Afinal, para quê compreender a sociedade brasileira se baseando numa guerra longínqua da capital do Rio de Janeiro? Acompanhem um excerto de uma das primeiras produções de Euclides da Cunha, a fim de melhor compreender o motivo que o fez escrever uma obra de proporções tão grandes.

Mais, talvez, do que filho de uma região, o homem da modernidade é filho do seu tempo. Vinculado ao território pela tradição e pela família, a humanidade, que é a generalização desta, e a história que é a síntese daquele – vinculam-no ao seu século. Compreender a Pátria, com um ou outro desses elementos isolados, é incompatibilizar-se com o movimento evolutivo do

³ CASTRONUOVO, Sabrina. Los unos e los otros: Las voces críticas de Euclides da Cunha y Lucio V. Mansilla sobre "civilizados" y "bárbaros" a través de sus obras. In.: M. Barcos u J. Troisi Melean (Comps.). Elites rioplatenses del siglo XIX: Biografías, representaciones, disidencias y fracasos. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Em Memoria Académica.

⁴ Usamos, no transcorrer de toda a pesquisa, o destaque na palavra “denúncia” toda vez que ela se referir diretamente ao tema que Euclides da Cunha apresentou em sua nota introdutória em *Os sertões*.

progresso; é a partir do egoísmo infecundo e criminoso de Bismarck, que só aspira ao progresso da Alemanha – ao altruísmo exagerado e não menos infecundo de Anarchasis Cloots, declarando-se cidadão – do MUNDO. *A marcha das sociedades traduz-se hoje melhor pelo equilíbrio dinâmico dessas duas concepções.*⁵

Era 1888. No mesmo ano em que foi expulso da Escola Militar por conta de um episódio de insubordinação, um jovem cadete redige em seu caderno um artigo intitulado *Revolucionários*. Escrevendo-o para o “republicano brasileiro”, ele realiza um pacto político através da escrita: se vê herdeiro de um mundo marcado pelas transformações dos estados europeus em pleno século XIX. Euclides da Cunha, na porta do regime republicano, almejava a *marcha das sociedades*.

Segundo Euclides, enquanto *homem da modernidade*, se via mais como um *filho do seu tempo* do que de sua região. Dissolvendo os laços locais, apresenta-se a possibilidade de aderir a um movimento cada vez mais generalizado, temporal, que atravessa todos os cantos do globo. O excerto acima expõe uma compreensão em mão dupla acerca da organização de um Estado-Nação. Por um lado, há a localidade, os aspectos característicos de um *estilo* de uma nação. Por outro, há o movimento da história, onde o *ethos* do século está submetido ao movimento da humanidade, generalização das várias sociedades. Euclides entrevê neste panorama uma *marcha das sociedades*: o progresso da humanidade como um todo, sem extirpar o papel diferenciador do Estado-Nação. O significado desse conceito é vital: permeia futuramente, com certas revisões, todo o aparato discursivo e teórico com que Euclides aborda a questão do nacional. Tendo o movimento da história como evidente, o autor parte então para a outra ponta: a justificação do *estilo nacional* enquanto identidade capaz de participar desta *marcha*.

O presente estudo pretende abordar então a questão do “Estado-Nação” na literatura brasileira no final do século XIX. “Nação” é aqui a pedra angular que talha as preocupações de alguns dos grupos sociais urbanos, particularmente os aspirantes a ingressar nas funções promovidas pelo Estado republicano ainda em sua consolidação. Com ela, Euclides da Cunha concebeu sua denúncia anos mais tarde, em *Os sertões*:

⁵ CUNHA, Euclides da. *Revolucionários* [1888]. (Grifo nosso) In: CUNHA, Euclides da. *Ensaios e Inéditos / Euclides da Cunha*; Leopoldo M. Bernucci, Felipe Pereira Rissato (Orgs.); Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman (Coords.). – São Paulo: Editora Unesp, [2018a].

Sendo assim, os escritos de Euclides da Cunha foram os objetos de estudo desta dissertação. Nascido em 1866 e tendo sua produção periódica iniciada em 1888, o autor convive em um período de intensas transformações. Acompanhando-o através de cartas, artigos e diários, sua produção é majoritariamente dedicada a caracterizar o território nacional. Por meio do relevo, clima, dos aspectos racialistas e processos históricos, a produção euclidiana é talhada na constante inquirição sobre o sentido que o país Brasil adquiriu nos conformes de um Estado-Nação.

Ademais, a predominância de termos como “Nação”, “Pátria” e “História” nos mais diversos textos do autor nos instiga a algumas problemáticas: como se construiu a nacionalidade brasileira dentro dos escritos de Euclides da Cunha? Aos olhos do autor e seus coevos, para quê “compreender a Pátria”? Enquanto unidade identitária, qual é a relação entre “Nação” e a extensão territorial caracterizada nos escritos do autor?

Para chegar às perguntas, esta pesquisa partiu de inúmeras reavaliações sobre o contexto histórico de seu recorte e, mais precisamente, buscou uma análise da historicidade destes temas na ponta da pena do escritor. Afinal, de caráter apenas preliminar, *Revolucionários* já desperta a continuidade de um debate que sequer começa com o jovem cadete. A primazia da pátria nos círculos de uma intelectualidade urbana em formação é um dos panos de fundo para as fontes deste estudo.

Portanto, uma introdução à tese não poderia dispensar a contextualização sobre a questão do *Estado-Nação* no Brasil a partir de 1870 até a virada para o século XX. Se suas fontes aqui são investigadas enquanto *enunciações em um debate político*, cabe compreendê-las enquanto parte de um circuito muito mais amplo que apenas a figura do autor. Pátria, nação e civilização são *repertórios*⁶, adquiridos e propagados através de diversas interações, aqui examinadas através das relações institucionais e pessoais que envolvem o final do século XIX e início do XX no Brasil. Antes, porém, de desenvolvermos melhor esses conceitos, situemos os alicerces que os compõem.

O recorte temporal em questão inicia-se nas bases da década de 1870 e sua conhecida “Geração de 1870” de “letrados”. A categoria remonta a uma politização dos espaços

⁶ Por *repertório*, compreende-se um saber compartilhado socialmente de forma a ocupar as disputas políticas de uma sociedade urbana contemporânea à expansão da imprensa nos fins do século XIX. Explorado por Ângela Alonso, o termo aqui é originário de Charles Tilly. Cf.: ALONSO, Ângela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Revista Sociologia&Antropologia, v.02.03, 2012. p.21-41.

acadêmicos através de um desencontro entre as tradições institucionais e os novos repertórios adquiridos com a cultura europeia.⁷ Positivismo e racismo eram hasteados dentro de uma nova elite letrada em ascensão que buscava uma atualização do conceito de nacionalidade: categorias como “raça” e “meio” passavam a administrar uma série de variáveis que pressupunham controlar a totalidade dos fenômenos sociais.

Sobre os componentes que integraram essa Geração, os estudos de Ângela Alonso nos permitem compreendê-los através dos vetores políticos, sociais e econômicos que participaram do seu processo de formação. Dentre elas, destaca-se o gabinete de Rio Branco (1871-1875), que instaurou uma série de reformas que afetavam diretamente as configurações do espaço urbano, principalmente no Rio de Janeiro: reformas comerciais, de infraestrutura, secularização das instituições, o censo da população e, com todas essas medidas em voga, uma reforma do ensino superior capaz de atender às novas demandas de mão de obra especializada, ampliando seu acesso para novas camadas da sociedade.⁸

Nesse mesmo período, o processo de crise política e estrutural do Império foi acompanhado pelo questionamento da ordem saquarema que homogeneizou os quadros das instituições políticas. Composto por letrados que estavam à margem da política imperial, a Geração de 1870 compartilhou experiências e narrativas que expurgavam certas ideias tradicionais, em troca de um conjunto de outras ideias oriundas da Europa.⁹ O cientificismo de Taine, marcado pelo determinismo que amalgamava ciências sociais e naturais, era um novo horizonte de problemas para uma intelectualidade que rompia com o romantismo indianista da corte. Adstrito ao cientificismo estava o racismo, rompendo o silêncio romancista sobre o negro trazendo este à formação nacional de maneira negativa, subordinando-o a outros níveis de hierarquização. Schneider afirma que, com essa contestação de uma ordem saquarema, a geração começava a atualizar “a compreensão sobre a diferença e a desigualdade herdadas do passado escravocrata.”¹⁰

Euclides da Cunha, em relação à hereditariedade, fez parte dessa “elite marginalizada” definida por Alonso.¹¹ Filho de pequenos proprietários rurais e órfão da mãe logo no início de sua infância, o jovem Euclides passaria pela casa de diversos parentes, frequentando uma diversidade de escolas que se encontravam no meio urbano. Seu ingresso no ensino superior –

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930* - São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (p.33-57)

⁸ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. - São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.72

⁹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo*. Almanack, Guarulhos, n. 18 p. 451-488, Abr. 2018. p.454.

¹⁰ Ibidem. p.456.

¹¹ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.* [2002]. (p.42-43)

Escola Militar da Praia Vermelha (1886) – ilustra bem os componentes sociais e intelectuais que formaram boa parte da compreensão do autor.

Fornecendo soldo, comida e alojamento para seus estudantes, a Escola Militar contemplava aqueles que, como Euclides, não tinham condições financeiras para ingressar na Politécnica. Sua grade curricular, analisada por José Carlos Santana, era composta pelas reformas de 1874 de cunho “positivista, evolucionista e determinista”¹². Um dos aspectos de relevo, segundo o historiador, seria a ênfase na formação de uma “ciência básica” para os engenheiros. Consta, assim, na formação de Euclides, matérias de aritmética, topografia, mineralogia, botânica, geologia e química, para citar algumas. Essas matérias, em menor ou maior grau, comporiam em tempo posterior os *topoi* discursivos do autor.

De formação eclética e imbuída nas revistas de produção estudantil, a Escola Militar foi terreno fértil para a produção de jovens letrados que se inseriam no debate político do país. Na politização da questão abolicionista e no esteio da perspectiva decadente do Império, o campo dos discursos é caracterizado pela quase unanimidade do republicanismo e a consciência de que, crenes no progresso de cunho europeu, as ciências são as ferramentas para “consolidar uma Nação”.¹³

Entretanto, se faz necessário um contraponto. A Geração de 1870, bem como seus colaterais, não foi uma ruptura das relações de poder, muito menos uma virada dos paradigmas políticos. Em *Sociedade e Discurso Ficcional*, Luiz Costa Lima buscou compreender como a produção literária nacional do século XIX esteve em relação íntima com os institutos coevos, formados ainda no período do Império. Fundadas não apenas em discurso, como também por figuras europeias, o âmago dessas instâncias tinha como fato originário a preocupação de erigir uma nacionalidade. A “afirmação de pátria”, desde então, passava a constituir “a justificação primeira de uma *intelligentsia* nativa”.¹⁴

Logo, houve mesmo uma incorporação de novos repertórios para um tema já de longa duração no cenário tanto institucional quanto intelectual do país. Juntamente com uma classe média urbana em ascensão, novas inteligibilidades tomavam forma, de maneira a configurar uma querela dentro do paradigma do status quo: o papel do regime republicano enquanto única forma viável de Estado-Nação na virada do século.

¹² SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001. P.40-47.

¹³ AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos* – tradução Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. P.38-40.

¹⁴ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks. 2007. P.424.

A miríade de movimentos regionais em prol de suas respectivas emancipações, juntamente com os conflitos latino-americanos por suas turvas fronteiras, retroalimentou essa pressão dentro das elites urbanas, de modo a angariar um modelo discursivo compartilhado em seus círculos: a construção de uma nacionalidade.

Um exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado nas bases fundadoras do IHGB, sendo um marco dos esforços do Império de erguer uma história para chamar de sua. Em *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845)¹⁵, Carl Martius atribui a mestiçagem como o cerne da singularidade brasileira. Para o naturalista que viajou ao Brasil (1817-1820), escrever uma história do país é o equivalente a estudar a influência das “três raças” na formação nacional. Ventura¹⁶, Murari¹⁷ e Bernucci¹⁸ enxergam uma linha de influência direta, onde o ensaio de Martius serviu como base para os trabalhos de Varnhagen (1851), Sílvio Romero (1888) e Euclides da Cunha (1902), integrando assim o panorama historiográfico para as produções euclidianas.

Conforme nos diz Lima, a configuração do realismo nos cânones literários brasileiros não extirpou o tema da nacionalidade: ao invés disto, atualizou-a para um modelo específico de ficcionalidade. O amplo esforço de catalogar a orologia, o clima e os “influxos raciais” respeitam uma limitação do campo de reflexão dessa geração e seus posteriores, remetendo a *representação* a uma função acessória para um posicionamento político fixado. Tanto Martius quanto Romero falaram sobre a identidade brasileira enquanto o influxo das três raças. Mas enquanto para o primeiro era apenas uma “particularidade nacional”, identidade eterna e não reflexiva; para o segundo era um problema de primeira instância, refletindo em seu âmago a necessidade de compreender como prosseguir uma Nação.¹⁹

Por hora, caracterizamos como que a quase unanimidade da produção intelectual brasileira deste período foi marcada pela *primazia da construção nacional*. O influxo crescente do capital, consolidado com as reformas urbanas do começo do século XX, acarretariam antes num reforço desta tarefa. O Estado-Nação, enquanto figura e instância de poder, era cada vez mais um forte investimento para a emergência do cenário urbano, que buscava atrelar-se à rede de investimentos de um capital cada vez mais globalizado.

¹⁵ MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: RIHGB, T. 6, p.389-411, 1844.

¹⁶ VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p.30.

¹⁷ MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D'os Sertões*. - São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p.57-60.

¹⁸ BERNUCCI, Leopoldo M. *Pressupostos historiográficos para uma leitura de Os Sertões*. REVISTA USP, São Paulo, n 54, p 6-15. junho/agosto 2002.

¹⁹ VENTURA, Op. Cit.

Roberto Ventura, em *Estilo Tropical*, adentra os debates de nação propostos em círculo intelectual diminuto, porém em expansão. Araripe Júnior e Sílvio Romero também se ocupariam com a questão nacional, concebendo-a como o processo de assimilação das matrizes europeias e suas transformações em solo tropical.²⁰ Seja pela influência do meio tropical (Araripe), seja pela mestiçagem das raças (Romero), o eixo de comunicação entre local e “geral-europeu” foi lugar-comum desses sujeitos.

As propostas acima ainda recorrem a um outro dado importante: *a mestiçagem passa a ser tratada como uma particularidade nacional*, um *estilo*, nas palavras de Araripe.²¹ Dentro de um panorama das discussões sobre identidade e Estado, predomina o conceito de “nação” que contempla o papel de homogeneizar a sociedade. Encontrar o *estilo* da nação é encontrar sua identidade única, capaz de uma só matriz. Se o movimento da história exigia uma identidade de amplitude nacional, a evidência de uma sociedade “mestiça” passava a abrigar a possibilidade de “ser uma nação”.

O problema, entretanto, está na maneira como esse projeto de “história nacional” colide diretamente com a outra parte do repertório dos letrados brasileiros: o *racionalismo*, ramo da ciência do século XIX que buscava discriminar agrupamentos humanos levando em conta aspectos tanto étnicos quanto biológicos. Obras difundidas em solo nacional como as de Buffon, Gobineau e Buckle acompanharam as linhas do tradicional racismo europeu. A mestiçagem, reconhecida por Buckle e seus leitores como característico do Brasil, seria o fator que condenaria qualquer convivência em sociedade “civilizada” no país. Logo, o que caracteriza o sentido brasileiro de nacionalidade é também aquilo que o condena de se integrar ao movimento do “progresso” das nações. É o abismo intransponível que o debate intelectual brasileiro procurou solucionar: o *embaraço dos trópicos*.²²

Em outras palavras, parte essencial do contexto é a compreensão de como os cânones que fundaram a *intelligentsia* nativa colidiam diretamente com uma realidade inextirpável do Brasil. A “mestiçagem” continha em si o paradoxo: a “única coisa evidente” da nação é, para essa intelectualidade, “indesejável”. Não obstante, Euclides da Cunha afirmaria em seu *Os sertões*.

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este

²⁰ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914* / Roberto Ventura. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.36-37.

²¹ VENTURA, Roberto. Op. Cit. p.47-50.

²² SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de história intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. - 1ª ed. - São Paulo: Alameda, 2019. p.119-126.

aspecto, *a ordem natural dos fatos*. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. *Estamos condenados à civilização*. Ou progredimos, ou desapareçeremos.²³

O trecho exemplifica o cenário que investigamos acima. A eminência da civilização, avançando sob a exigência da consolidação de um Estado-Nação, era o ponto de partida. Com esse ponto apriorístico, Euclides se preocupou em como *o dilatado tempo de vida nacional deve predestinar-se à formação de uma raça histórica*. Nas entrelinhas, é a instância monopolizadora do Estado que “deve” construir uma nacionalidade, uma “raça” que, se não “biologicamente única”, seria “historicamente” uniforme. Nesse ponto de vista, se *opõe à ordem dos fatores dos Estados europeus*, sob o signo de que a instância nacional seria teleológica, uma etapa de uma história do progresso: *a ordem era requerida para o progresso*.

Os sertões (1902) foi obra que se autoprotejou como um livro de interpretação nacional. Na nota introdutória, Euclides deixa claro que sua produção era uma tentativa de esboçar os traços das sub-raças sertanejas no Brasil para usufruto de futuros historiadores.²⁴ Entretanto, ao final da mesma nota, esclarece que o livro é também de denúncia: o massacre em Canudos foi um “crime”.²⁵ Apontado a inconsistência teórica euclidiana, Lima problematiza o “consórcio entre ciências e arte”²⁶ em que o livro se projeta. Para o pesquisador, a obra possui um profundo tom político, já que a denúncia do “crime” *não* é sustentada pelas bases científicas de que se utiliza.²⁷ A composição d’*Os sertões* seria, então, ocupado na subcena por um “essencialismo nacional” vestido de caráter científico.²⁸

Logo, os discursos sobre nacionalidade seguem uma linha que não separa dimensão intelectual de política. Nicolau Sevcenko nos ajuda a compreender essa mistura dos dois campos dissertando sobre uma autoimagem de diversos dos literatos no período da consolidação da República. Dentro do “inferno social” da transição republicana, com sucessivas crises econômicas, esse seleto grupo literário viu ainda um esfacelamento de seus projetos políticos em prol do retorno e solidificação da elite latifundiária nas instituições.²⁹

²³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*:

²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.65.

²⁵ Ibidem, p.67. Nas notas da Segunda Edição, Euclides afirmaria o fato de seu livro não ser de defesa aos sertanejos, e sim, de ataque à ação militar republicana. Ver: Ibidem, p.784.

²⁶ A noção de que *Os sertões* é obra literária e científica não só foi historicamente sustentada pela crítica, como também alimentada pelo próprio Euclides. Para efeito do estudo, é uma *autoimagem*. Ver carta resposta a José Veríssimo (03/12/1902) em: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha* / Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p.143-144.

²⁷ LIMA, Luiz Costa. Op. Cit. [1997] p. 27.

²⁸ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.381-383.

²⁹ Ver algumas cartas de Euclides da Cunha sobre seu ressentimento e fé republicanos: GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit. p. 46, 52-53, 57.

Insegurança social e descontentamento político formavam um cenário fecundo para ressentimentos, críticas e (re)interpretações sobre o que “deu errado” no país.³⁰

Euclides fazia parte dos literários “paladinos malogrados” que, segundo Sevckenko, julgariam moralmente a sociedade da especulação financeira, do espírito puramente mercadológico e dos “empréstimos” culturais que transformariam o Rio de Janeiro numa cidade afrancesada. No caso do autor, além do ofício de engenheiro pouco rentável que o colocaria em uma série de viagens ao interior de São Paulo, haveria também o desencanto direto com a política republicana. A prisão do general Sólon Ribeiro, sogro de Euclides, e suas subseqüentes polémicas que renderia o seu afastamento do Rio para Campanha (1894),³¹ ilustram bem os motivos com que o autor, em cartas para seus íntimos, diz se alienar deliberadamente de assuntos políticos. Não deixa, entretanto, de fazer críticas morais ao sistema, culminando inclusive em sua ironia ácida em *Os sertões*.³²

Marginalização política, teses racialistas, a questão do Estado-Nação e seu papel, circuitos de literatos e instituições que mantinham em suas grades um ensino eclético: são partes de um horizonte histórico, sociológico e literário inextirpável na compreensão do tema “nacionalidade” na literatura euclidiana.

Esse cenário está contido nos processos de urbanização e transformação do sistema financeiro ao redor dos países ocidentais. Conforme afirma Hobsbawm, a democratização e politização da sociedade capitalista na segunda metade do século XIX foram seguidas por uma perspectiva decadentista das elites conservadoras. A “crise da razão” na “era das massas” foi uma tradição de pensamento conservadora oriunda da urbanização acelerada do período que permitiu uma concentração demográfica. Essa concentração, por sua vez, engatilhou movimentos políticos dissidentes. Como resposta, as questões ao fim do século na Europa promoviam uma especialização maior das chamadas “ciências sociais”, enfatizando os campos da etnologia e da sociologia.³³ Le Bon, Gumplowicz e Ernest Renan, todos teóricos do racismo europeu lidos por Euclides, já discutem de maneira mais explícita sobre coesão social, hegemonia nacional e a legitimidade do governo em seguir com sua função de hegemonizar a sociedade.³⁴

³⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* [1983]. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.93-128.

³¹ AMORY, Frederic. Op.Cit., p.83-84.

³² O tema da alienação voluntária de Euclides está presente em várias cartas posteriores ao episódio de Campanha, com destaque para a do dia (15/05/1895). Ver.: GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit. p.68, 76, 79-80.

³³ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914* [1988] - 28a ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. (p.411-420)

³⁴ HOBBSAWM, Eric J. *As transformações do nacionalismo: 1870-1918*. In.: _____, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* [1990] – 9ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Logo, o repertório de Euclides ao redigir *Os Sertões* (1902) é vasto. Une o racismo clássico com as ciências sociais de seu tempo. O tema do nacionalismo ora segue pelo campo da preocupação em erguer-se para a “marcha das civilizações”, ora é a preocupação em não haver qualquer eixo racial “estável” que “funde a nacionalidade”.

À guisa de conclusão desta seção, o contexto do projeto segue pelo caminho da consolidação do espaço público e da rede de debates de letrados marginalizados pelo aparato político. Mesmo após a República, as desilusões políticas desse grupo foram catalisadas pelas fortes crises econômicas e do mercado, proporcionando um panorama de “decadência do litoral” para esses “paladinos malogrados”. Como consequência, deram prosseguimento ao círculo de debates que foi palco dos movimentos urbanos abolicionistas décadas antes. Imprensa, grupos literários e instituições são ambientes que promoveram a ignição de debates sobre nacionalidade onde muitos deles, como Euclides, voltariam suas questões para o outro: o “sertão”. Cria-se assim uma interação entre sujeito-objeto, onde almeja-se o alastramento do Estado para seus inúmeros “sertões”. Envolto na legitimidade de uma única identidade, resguardada pela égide do Estado nacional, constrói-se a invenção do ser *brasileiro*.

Os repertórios centrados no discurso europeu, a expansão demográfica dos setores urbanos, os conflitos políticos e civis no início da República, os problemas de ingresso nas posições do serviço público e a crescente disparidade material entre as regiões do Brasil são apenas alguns dos aspectos que compõem este quadro. Todos, de certa forma, ocupam o objetivo central aqui proposto: compreender e analisar a historicidade do tema “nação” dentro dos escritos de Euclides da Cunha. Por historicidade, compreende-se as alterações semânticas, as categorias envolvidas e as constantes contradições e embates que circundam a questão.

Se o autor realizou seu livro através da tripartite Terra-Homem-Luta, o fez tendo em vista o debate em voga. As linhas determinísticas entre Meio-Homem são predominantes também nos escritos de Araripe Jr., autor que Euclides chegou a se corresponder. Sobre a equivalência entre Raça-Nação, transporta de Martius a Romero o ônus de definir um tipo específico de *brasileiro*. Suas definições, como veremos no decorrer da dissertação, não são uniformes: pelo contrário, se colidem, sob a forma de preponderância hora do meio, hora do racial.³⁵ Compreender a historicidade do tema “nação” é desmistificar os “cientificismos” e “positivismos” que buscam apenas uma definição para o posicionamento político de Euclides da Cunha.

³⁵ Esta característica desloca Euclides da Cunha para um debate já muito fomentado pela geração que o antecede. Conforme analisado por Ventura, a noção de *estilo e identidade* foi disputada por diversos autores. Essa disputa, como vemos aqui, se traduz parcialmente pelos meandros entre categorias epistêmicas como o *meio*, a *raça* e suas possíveis categorias colaterais. Cf.: VENTURA, Op. Cit., p.48-54, 88-91.

Dado seu objetivo, a dissertação parte aqui das fontes que compõem os escritos de Euclides da Cunha. Por conta da viabilidade da pesquisa, optou-se por focar os esforços em *Os sertões* (1902), de acordo com sua recepção mais numerosa em relação aos demais escritos. Entretanto, foi necessário contemplar as cartas do autor, bem como alguns dos artigos que tangem a questão da “nação” no cenário brasileiro.

As fontes da pesquisa podem ser esquematizadas da seguinte forma: (a) as cartas pessoais do autor, dentro do intervalo de 1892-1909; (b) artigos publicados em jornais sob sua autoria (1888-1901); (c) o conjunto de fontes que foi publicado sob o título *Diário de expedição*, que se trata das cartas e telegramas do autor entre agosto-outubro de 1897; (d) *Os sertões*, livro publicado em 1902 sobre a campanha de Canudos (1896-1897); (e) algumas das recepções de *Os sertões* em jornais (1902-1906).

O primeiro capítulo “República, História e Nação: produção de conceitos e a questão intelectual na escrita euclidiana entre os anos de 1888-1896” tem como objetivo compreender o contexto histórico em que a produção textual de Euclides da Cunha se encontra. Para isso, trabalhamos com o conceito de *contexto de enunciação*³⁶, no qual inscreve duas preocupações para o capítulo: de um lado, a influência do discurso próprio da imprensa brasileira do período, o que caracteriza um *repertório* sobre o problema do “Estado-nação” nos artigos desses jornais; do outro temos os *signos* como *República* e *Nação* que não são definidos literalmente por da Cunha, mas tem suas respectivas semânticas modificadas no decorrer do recorte temporal do capítulo.

O recorte temporal do capítulo compreende a primeira publicação do autor no jornal *Província de São Paulo* (1888) até o contexto de sua reforma do Exército com os textos *As catas* (1895) e suas cartas do ano seguinte. A escolha foi feita na medida em que buscamos compreender como o tema “Nação” passa a comportar *signos* e temas distintos entre os dois textos.

No segundo capítulo “Euclides da Cunha e a Guerra de Canudos: o signo sertão e seu processo de assimilação na escrita euclidiana no ano de 1897”, tratamos de verificar uma hipótese bastante presente na bibliografia sobre o tema: a *reviravolta de consciência de Euclides da Cunha diante da Guerra de Canudos* (1896-1897). Para isso, utilizamos das seguintes fontes: (a) dois artigos de nome *A nossa Vendéia* (1897), publicados antes da viagem do autor a Canudos, (b) as cartas-reportagens (c) telegramas e (d) caderneta do autor, todas as três escritas durante sua viagem a Canudos (agosto-outubro de 1897). Buscamos investigar a validade da hipótese apresentada na medida em que diferenciamos as condições

³⁶ Cf., 1.2 da presente dissertação.

de produção das fontes a serem aqui utilizadas, construindo o panorama do autor durante a produção de seu livro.

No terceiro capítulo, “O cerne da nacionalidade: a questão da “Nação” em Os sertões. (1902)” buscamos trabalhar os limites dos quais a *denúncia* da nota introdutória da obra pode ser interpretada. Para isso, realizamos uma leitura comparada com as fontes do capítulo anterior, compreendendo os dilemas dos quais o autor trabalhou ao considerar o aspecto negativo do desfecho da guerra. O fator basilar do capítulo é a análise da nota preliminar, seguida de suas consequências espalhadas pelas três partes da obra. Buscamos, com isso, delimitar de maneira clara quais eram as consequências políticas dessa *denúncia* aos olhos do autor.

1. República, História e Nação: produção de conceitos e a questão intelectual na escrita euclidiana entre os anos de 1888-1896.

Chegamos a sentir a necessidade de um novo Danton [...] capaz de transmitir ao povo [...] todo o vigor de seu temperamento [...] mas hoje, melhor orientados temol-os por desnecessarios. A velha sociedade extingue-se naturalmente, comicamente até e se ha alguém cuja presença devesse se achar em meio dos acontecimentos actuaes; esse é o grande genio da alta comedia – Molière...³⁷

[...] talvez eu me esqueça um pouco do triste rebaixamento em que caiu esta nossa pátria — entregue inteiramente às insânias dos caudilhos eleitorais e ao maquiavelismo grosseiro de uma política que é toda ela uma conspiração contra o futuro de uma nacionalidade...³⁸

O final do século XIX foi marcado por profundas mudanças na sociedade brasileira, penetrando desde a capital do Rio de Janeiro até as regiões mais marginalizadas. O cenário foi o mais variado: novos meios de comunicação expandiram a imprensa periódica, movimentos sociais como o abolicionismo eclodiram num espaço cada vez mais urbano, e crises inflacionárias exorbitantes eram seguidas por guerras civis abalando de norte a sul do país. Nesse violento encontro – poderíamos dizer, entre o “velho” e o “novo” – diversas representações surgiram acerca do que seria o Brasil do passado colonial e do seu futuro republicano. Como, afinal, superar tantos contrastes e confrontos entre o que “sempre foi” e o regime que “há de ser”?

Nesta dualidade, as instituições do Império eram caricaturizadas à imagem de seu monarca: um idoso. O tropo do governo imperial envelhecido enraizou-se nas críticas da imprensa, majoritariamente republicanas. O velho daria lugar ao novo, como se o Brasil fosse um organismo enfermo. A panaceia para essa crise seria uma só: o advento da República. A metáfora biológica compôs o semblante político de parte do movimento republicano brasileiro na década de 1880. Nas palavras de Euclides da Cunha, o governo era considerado velho, prestes a ser sucedido. Como um processo metabólico, a sucessão não reivindicava uma revolução à guisa francesa: para testemunhar a República brasileira bastava ver o Império “perecer por si mesmo”. Da parte dos republicanos em pleno Brasil Império, agir politicamente era descrever a decadência do governo com a ironia de um Molière.

Entretanto, para o desalento de alguns republicanos, seus cálculos políticos estavam longe de serem precisos. O consenso da academia é que o ethos do início da República foi

³⁷ CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras. A Província de São Paulo, São Paulo, 24/01/1889. P1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890124-4145-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em 06/12/2023 às 13:37).

³⁸ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1893.

caracterizado como desilusão. A crise do Império não foi remediada por sua suposta panaceia: a República, um “novo” sistema político longe do “arcaísmo” simbolizado por um Rei. Ao invés, os problemas crônicos se desdobravam, novas elites políticas entravam em cena e a instabilidade do novo regime eclodiu em confrontos armados e crises econômicas. Sob nova constituição, espelhando-se no modelo norte-americano, o diagnóstico do regime no país recaí na “desilusão”.

Euclides da Cunha compartilhou este ressentimento com a consolidação republicana no Brasil. Sua formação superior no Exército fora acompanhada pela abolição de 1888, golpe republicano de 1889 e o turbulento início da administração estatal sob o comando de Deodoro da Fonseca. Concomitantemente, iniciou-se na imprensa, rendendo diversos textos sobre o que seria o republicano e seu papel na constituição de uma “nação brasileira”. Este tema, que atravessou boa parte das fontes euclidianas analisadas do período, será o cerne de nossas investigações neste capítulo.

Para isso, resolvemos tomar um caminho um tanto inverso. Examinaremos adiante uma das colaborações periódicas de Euclides da Cunha em 1904 sobre esse “fracasso republicano”. A escolha se dá pelo fato de representar uma posição consolidada do autor após suas investidas sobre o “fracasso republicano” na década de 1890. Ao colocar esta fonte na introdução, buscamos compreender como o conceito de República em Euclides da Cunha dialoga com suas mudanças de percepções acerca da realidade política do país entre os anos de 1888-1896.

D’ahi a maioria dos males. Fora absurdo attribuil-os à Republica numa época em que a preexcellencia das fórmãs de governos é assumpto relegado aos donaries da palavra e à brilhante frivolidade dos torneios academicos. Attribuímol-os ao artificialismo de um aparelho e sem a medida preliminar dos elementos proprios da nossa vida.³⁹

Euclides da Cunha afirma: o problema do caso brasileiro não foi a República, e sim o governo republicano de fato. Em meio ao naufrágio social, a égide do regime salta do barco, restando uma crítica às instituições que “falham em representá-la”. Com isso, o Brasil em seus últimos quinze anos (1889-1904) “se revestiu desastradamente com as vestes de um colosso”.⁴⁰ O republicanismo no Brasil se tornou um embuste, uma má cópia, sob o caráter de ser “artificial”.

³⁹ CUNHA, Euclides da. *Nativismo Provisorio*. O Paiz, Rio de Janeiro, 10/07/1904. P.1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=nativismo+provisorio&hf=bndigital.bn.br&pagfis=7961 (Acesso em: 27/10/2023 às 19:54)

⁴⁰ *Ibidem*.

O diagnóstico não é apenas euclidiano. Diríamos mesmo que ecoa até os dias atuais. O “artificial”, “estrangeiro”, é nada menos que a assunção que há “ideias fora do lugar”⁴¹, ou mais coloquialmente dito como “a síndrome do vira-lata” que faz mera “cópia” dos estrangeiros. Uma vez acusado de que as ideias estão “fora do lugar”, há a expectativa de que se encontrem as que “estão em seu devido lugar”. E que lugar é esse senão a ideia de uma nação que domina seu território? Em resposta aos problemas e crises sociais, ergue-se uma suposta “identidade nacional”. Ao “artificialismo” do governo republicano, surge a questão “nativista”: a *identidade nacional*, seu lugar próprio, a medida preliminar para a implementação de uma doutrina política. É só a partir daqui, compreendendo que não há o diagnóstico de “artificialismo” sem a ideia de “nativismo”, que podemos prosseguir com o capítulo.

Outra faceta do acusado “artificialismo” está no cálculo político republicano: o *evolucionismo*. A acusação de que o Império é idoso não advém de uma mera escolha estética. A História⁴² – escrita como nome próprio – pretende ser um conhecimento que assinala a unilateralidade dos rumos políticos de todo planeta. Sob a tutela do modelo eurocêntrico – na deturpação imagética do “fardo do homem branco” – a República francesa se torna um movimento da “humanidade”. Logo, passado o centenário da revolução [1789], a monarquia brasileira era “artificial”, aquém do “patamar evolutivo” global de 1889. Enquanto palavras-chave na compreensão de República em Euclides da Cunha, “evolução” e “humanidade” assinalam uma certeza que se pretende “científica” para o golpe republicano. Entretanto, passados quinze anos, foi a vez do governo republicano vestir a pecha de “artificial”. A verdade “cientificamente demonstrável” fracassou, ao menos em alguma medida.

Uma primeira pista para compreendermos o tema Nação em Euclides da Cunha reside justamente nesse esforço do autor: *o que é afinal o fracasso desses anos senão uma “má compreensão” da identidade nacional?* Conforme Roberto Ventura, os anos de 1886-1897 são caracterizados por uma relação pendular de Euclides da Cunha com a República. Entre críticas e defesas calorosas, seu juízo político oscilou diante das contradições sociais das quais

⁴¹ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*/ Roberto Schwarcz. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

⁴² Estamos nos referindo aqui ao conceito de História (Geschichte) trabalhado por Reinhart Koselleck. Sua definição se encontra ao início da seção 1.3. Cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão e tradução: César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.47-60.

refletiu.⁴³ A maneira pela qual elas ocorrem serve de instrumento para prosseguirmos com nosso eixo da dissertação. *O conceito de República em Euclides da Cunha é fundamental para compreender o papel da empreitada euclidiana sobre a situação nacional brasileira.*

Estabelecidos os temas do capítulo, vamos aos seus conteúdos. Já bastante trabalhada no campo da historiografia, a biografia de Euclides da Cunha nos serviu para contextualizar as fontes que foram aqui trabalhadas. Dentre as fontes, cruzamos cartas, artigos e reportagens que precedem 1897. As cartas a partir de 1890 escancaram o engajamento político do autor: com seu afiado sarcasmo, a escrita epistolar de Euclides da Cunha é caracteristicamente pessimista. Seja nos dias em que vê a “pobre pátria” sob “olhos de velho”, aos que seu “belo ideal político” é “sacrificado pelos políticos tontos”, há sempre uma segmentação entre o “eu” e vários dos “outros” que compõem a “Pátria”.⁴⁴ Pretendemos discernir os agentes constituídos nessas fontes, problematizando os temas e investigando vários dos aspectos que o autor coloca como constituintes de uma “nação brasileira”.

A estrutura do capítulo conta com cinco partes. Inicialmente, tratamos das bases educacionais de Euclides da Cunha. Constam aqui o contexto econômico do autor, que delimita por sua vez a sua atividade no Exército e, posteriormente, seu ingresso na imprensa. Essa transição marca uma das compreensões essenciais para nosso capítulo: o significado do intelectual. Isto se dá pela maneira como o próprio jornal caracteriza da Cunha em seus primeiros artigos: “um moço de vasta ilustração”⁴⁵. A preferência em referi-lo como tal, ao invés de engenheiro ou até mesmo militar – áreas de sua formação nesta época – circunscreve todo um contexto acerca de sua produção textual do período. Afinal, o que é a “ilustração” enquanto requisito para adentrar a produção periódica? O que define ser “intelectual”?

O capítulo amarra então sua segunda parte, delimitando os fatores externos às fontes que examinaremos durante o capítulo. A autoria delas é examinada sob seus aspectos de produção textual da imprensa periódica da qual o autor fez parte. Caracterizando-se como “homem da modernidade” que examinava a sociedade brasileira, Euclides da Cunha mergulhava na identidade daquele sujeito que redigia textos sob uma presumida posição de

⁴³ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha e a República*. 1996, Estudos Avançados, [S.I.], v.10, n.26, p.275-291. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100024>. (Acesso em: 25/10/2023 às 14:39).

⁴⁴ São inúmeras as cartas que tangem o posicionamento político do autor. Chamamos atenção aqui por ambas serem escritas com um espaço de tempo considerável entre elas. As datas respectivas são: 20/06/1892 e 14/03/1897. In.: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha / Walnice Nogueira Galvão*, Oswaldo Galotti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 32-33,103-104.

⁴⁵ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 29/12/1888, p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

superioridade cognitiva: o intelectual. Encabeçada pela noção de contexto de enunciação⁴⁶, inscrevemos o problema da intelectualidade sob dois aspectos: (a) enquanto contexto histórico de produção das fontes examinadas; (b) enquanto signo no qual Euclides da Cunha se representa. Com os estudos na Escola Militar e suas posteriores publicações na imprensa, buscamos delimitar o que é o intelectual no recorte da pesquisa, evitando o caráter polissêmico da palavra. Essa parte serve de instrumento para o restante do capítulo, atravessando as análises de fontes que foram apresentadas.

A partir dessa dupla inscrição de intelectualidade, examinamos no terceiro capítulo os artigos que compõem o noviciado do autor na imprensa, entre dezembro de 1888 e julho de 1889. São fontes ainda pouco exploradas pela bibliografia, com o objetivo de delimitar um primeiro sentido de República para Euclides da Cunha. Este tema, que perpassa toda esta série de fontes, tange diversas características do discurso euclidiano. Dentre elas destacamos: (a) o conceito de Pátria e sua função abstrata; (b) a minoria intelectual, compreendida enquanto os “republicanos brasileiros”; (c) a prática do republicanismo enquanto *revolucionária-reacionária*; (d) o sentido de História – tal como definido por Reinhart Koselleck⁴⁷ – presente no conceito de Nação nos textos do autor. Nesta seção, República é majoritariamente definida pelo seu modelo estrangeiro. Para o autor, a inevitabilidade do progresso faria com que a transição entre regimes políticos no Brasil fosse dada de maneira pacífica, com os republicanos herdando as instituições que antes eram de propriedade do Império.

Estabelecidas estas características, a quarta parte desenvolve o contexto do autor e a República entre os anos de 1889-1893. Este intervalo corresponde a um momento turbulento na vida de Euclides da Cunha, que participaria de querelas políticas dentro e fora da imprensa. Com isso, seu pessimismo diante do governo republicano era cada vez mais evidente. Modificam-se, assim, as defesas à República, que por conseguinte influenciam diretamente nos tópicos dos quais o autor investiu em seus primeiros artigos. O período encerra com uma das cartas do final de 1893, onde ensaia um sentido distinto de nacionalidade, caracteristicamente oposto ao apresentado em seus primeiros textos: chama-o de “nativismo”.

Na última parte buscamos delimitar esse novo sentido de nacionalidade, examinando seu campo de atuação através dos poucos textos e cartas entre 1894-1896. Anos marcados

⁴⁶ A definição do termo se encontra na seção 1.2 do presente capítulo. Cf.: TODOROV, *Os gêneros do discurso* [1978] - São Paulo: Editora Unesp, 2018.

⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão e tradução: César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.47-60.

pela transferência do autor para a região rural de Campanha (MG) (1894-1895), Euclides da Cunha realiza suas primeiras observações sobre uma “história nacional” que é percebida através da observação da paisagem *in loco*. São os primeiros contornos de um dos mais caros temas do autor: *sertão*. Não designando apenas localidades áridas, o *sertão* só existe enquanto oposto do litoral, da cidade e da civilização. Concebido de maneira dicotômica, sua própria existência depende de seu oposto: o litoral, encabeçado pelo Estado republicano. Ensaíamos aqui uma primeira hipótese: parte das conclusões apresentadas em *Os sertões* [1902] são resultado da configuração de espaços em um dado “território nacional”. Sendo assim, litoral e sertão, numa dinâmica de opostos, compuseram parte do entendimento euclidiano sobre uma “realidade brasileira”.

Propomos encerrar o capítulo regressando ao balanço euclidiano de 1904 sobre a República brasileira em seus primeiros quinze anos. A abolição seguida do golpe republicano [1889], a Revolta da Armada [1893-1894] e a delicada posição do autor diante do governo de Floriano Peixoto [1891-1894] formam, em sua escrita, uma colagem de cacos entre realidade e idealização de uma República. Neste movimento pendular, entre a crença na fórmula e a desilusão da realidade política, diagnósticos acerca do que era o Brasil foram construídos. Para compreendermos o conteúdo que se apresentará em *Os sertões* [1902], precisamos nos demorar numa análise dos anos anteriores à obra.

1.1 Euclides da Cunha: primeiros anos e o episódio da Escola Militar da Praia Vermelha (1866-1888).

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu no dia 20 de janeiro de 1866 em Santa Rita do Rio Negro, na província do Rio de Janeiro. Com uma breve convivência com a mãe – que faleceria aos seus três anos de idade – viveu uma infância viajante entre casas de parentes. Suas estadias são resumidas principalmente pelo eixo da província do Rio de Janeiro, com breve passagem na capital da Bahia, atual Salvador.⁴⁸

Sua base educacional foi marcada pelo que Frederic Amory caracteriza como uma “europeização da cultura luso-brasileira” para as províncias enriquecidas pelo cultivo de café⁴⁹. As aspirações do que chamaremos de “cosmopolitismo” são aqui estabelecidas na base

⁴⁸ Os dados acima foram retirados de: VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço Biográfico* / Roberto Ventura – 2ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁴⁹ AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos* – tradução Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

educacional do autor.⁵⁰ O historiador estadunidense ilustra bem essa concepção com uma foto de Euclides da Cunha em sua infância: uma criança trajada de terno ao lado de uma mobília, apoiando-se com um livro volumoso em sua mão. Claramente, uma opção estética talhada ao modelo cultural europeu.

Outro fator a se considerar é como a base educacional do autor é reflexo das transformações sociais que emergiram através das reformas políticas da década de 1870. Conforme Alonso reflete acerca das reformas do gabinete de Rio Branco:

É que o governo desse visconde, que durou até 1875, secundou a Lei do Ventre Livre com reformas judiciária, eleitoral, comercial, de maior ou menor sucesso, bem como com a expansão das comunicações, a instalação do telégrafo, a unificação de pesos e medidas, o censo da população, a lei de naturalização e tentativas de secularização das instituições e de registro geral de terras públicas. Na economia, Rio Branco investiu em infraestrutura urbana, barateamento de maquinário, incentivo a negócios. Obras requisitavam engenheiros [...] e o sistema bancário e o comércio careciam de profissionais qualificados. Daí a reforma do ensino superior, que ampliou o acesso às faculdades militar e de engenharia e, assim, pôs para dentro do perímetro da elite volume de moços sem lastro no estrato de proprietários de terra e que adquiriu capital educacional para questioná-los. Talvez não o tivessem feito se o diploma garantisse boa posição social. Mas, incompletas as reformas, muitos vieram a público denunciar o mesmo engodo da ascensão social frustrada que levava Luís Gama à política.⁵¹

Este cenário perpassa a posição social de Euclides da Cunha. Longe de pertencer a qualquer círculo aristocrático, o autor se situava numa época de politização dos setores urbanos em crescimento. Com a ampliação do acesso ao ensino superior, o panorama “educação-profissionalização” passou a fazer parte de uma camada social ausente dos meios políticos do império. De família com algumas posses numa área que experimentaria uma decadência econômica ao fim do século XIX, Euclides da Cunha passou a desejar para si a imagem de um “intelectual” à moda francesa.⁵² Entretanto, diferentemente do modelo aspirado, necessitava de uma rede profissionalizante capaz de captá-lo para cargos majoritariamente públicos. Um intelectual capaz de integrar uma profissão do Estado, mas sem contar com os contatos políticos de famílias consolidadas na política imperial.

Exemplo disso se encontra ao início de seu curso de engenharia. Mesmo ingressando na preterida Escola Politécnica do Largo do São Francisco em 1885, se transferiu para a Escola Militar da Praia Vermelha em apenas um ano.⁵³ O motivo principal da mudança se dá

⁵⁰ Cf.: NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*; Tradução Celso Nogueira. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵¹ ALONSO, Ângela. *Flores, Votos e Balas: O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.72. (Grifo nosso).

⁵² AMORY, *Op. Cit.*, p.33-34.

⁵³ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.57-61.

pela possibilidade de estudar com isenção de taxas, soldo, alojamento e uniformes providos pelo Exército, vantagem que não teria na Politécnica. Por conseguinte, ao não ter condições materiais de se formar pela primeira, o jovem da Cunha pretendia alcançar uma formação superior não almejando a carreira militar, mas sim a de engenheiro. Esses objetivos são corroborados pela afirmação de Alonso sobre a ocupação da escola militar durante o período:

[...] a reforma do Rio Branco efetivamente ampliou o acesso à escola de engenharia e, sobretudo, à Militar. Muitos jovens econômica e socialmente marginais na estrutura social do Império foram atraídos pelo baixo custo do curso e pela promessa de profissionalização que o diploma prometia.⁵⁴

A compreensão do que é “Ciência” faz parte deste contexto: é a materialização do conhecimento técnico nos grandes centros urbanos, absorvido por uma classe média em constante crescimento demográfico. Conforme os estudos de José Santana, o currículo da Escola Militar enfatizava uma “ciência básica” para a formação de engenheiros.⁵⁵ Pelo termo, compreende-se um ecletismo que vai da álgebra à botânica, da geologia à execução de projetos arquitetônicos. O caráter de formação da engenharia militar é, antes, uma declaração dos princípios de um ensino em expansão: formar um grupo de pessoas capazes de suprir as necessidades de uma máquina estatal. O papel do engenheiro – muito mais atrelado às possibilidades do diploma do que à carreira militar – coloca da Cunha no encaixe de ser uma voz que encarna o Estado: aparelhado com o conhecimento que se entende enquanto progresso, projeta seu futuro como uma intelligentsia, uma vanguarda capaz de encabeçar seu território-nação. “Ciência”, para além de uma categoria de conhecimento, é uma síntese de inúmeros discursos desses sujeitos que buscam um lugar nessa voz, que se formam a partir e com vistas ao Estado.⁵⁶

Entretanto, estas aspirações se mostravam minadas aos olhos de Euclides da Cunha e muitos de seus colegas. Como vimos, a ampliação do ensino não foi acompanhada por mudanças estruturais significativas na máquina estatal. Neste cenário, Alonso fala de uma “aquisição de capital educacional” capaz de questionar o regime vigente, comportamento

⁵⁴ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.127.

⁵⁵ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

⁵⁶ No original: *the state incarnate*. Expressão em itálico adaptada de Aarti Madan. A autora a utiliza na intenção de colocar a obra de Euclides da Cunha como uma das linhas que constroem e delimitam o território latino-americano ainda na virada do século XIX. O discurso euclidiano é, neste ponto, visto enquanto um alinhamento à uma noção de Estado capaz de controlar seu território. Para tal finalidade, apenas a “ciência” pode dar conta da natureza do território brasileiro. Ver: MADAN, Aarti Smith. *Lines of Geography in Latin American Narrative: National Territory, National Literature*. Worcester Polytechnic Institute. Worcester, USA. 1st Ed. Palgrave Macmillan.

amplamente divulgado nas revistas estudantis da Escola Militar. Mais ainda do que “capital educacional”, a dificuldade material somada à falta de acesso às promoções dentro dos cargos do Estado impulsionou as aspirações republicanas antigovernistas dentro da Escola.

Com uma forte aderência à classe média urbana, o republicanismo era apenas uma das facetas dos jovens da Escola Militar e seus arredores: evocava para eles a ideia de “mérito” em contrapartida à aristocracia política imperial. Como resposta a essa insatisfação, reuniões, como a do Club Militar (1887), eram compostas por jovens avessos à relação entre governo e Exército. As insatisfações não eram restritas às baixas patentes, contando até mesmo com supervisão direta de Marechal Deodoro da Fonseca e do então professor Benjamin Constant. Ambos ocuparam papéis do alto escalão político nos princípios da República no Brasil. Dessa forma, a Escola aparelhava-se cada vez mais para um conflito com o governo imperial, constituindo um foco republicano nas posições do Exército.

É neste contexto que se deu o ato subversivo de Euclides da Cunha no dia 4 de novembro de 1888. A saída de forma do jovem cadete se dá diante de um desfile promovido pelo ministro da Guerra, Tomás Coelho. Manobra de última hora, o evento foi uma das tentativas imperiais de testar a lealdade da instituição militar perante o Império.⁵⁷ Dentre as várias versões narradas, o escritor teria jogado um sabre aos pés do ministro em um ato de protesto, resultando no trancamento de sua matrícula no dia 13 do mês seguinte. Ventura ressalta que o congelamento das promoções dos alunos para a posição de “alferes-aluno” era um dos principais motivos para a rebelião do autor. Status de prestígio – além de contar com um “aumento substancial nos vencimentos” – sua privação marca uma das facetas da crise entre estes jovens republicanos com a égide da monarquia no Brasil.⁵⁸

Ainda de acordo com Ventura⁵⁹, o ato recebeu certa atenção da imprensa, chegando a ser comentado em *O País*, *Gazeta de Notícias* e *A Província de São Paulo*. Enquanto integrante deste último, Júlio Mesquita aproveitou da situação para convidar Euclides da Cunha a escrever para o órgão de imprensa, do qual o escritor aceitou. Partiu para São Paulo no final de dezembro, publicando dois artigos ainda no mesmo mês. Consta no verso de uma de suas colaborações inaugurais uma recepção do jornal ao jovem autor.

⁵⁷ De acordo com Ventura e Amory, o ensaio fora marcado como reação à chegada de Lopes Trovão –figura popular do republicanismo dos cadetes na época – no porto do Rio de Janeiro. A visita do ministro tinha como propósito criar um contexto que impedisse a saída dos alunos para a visita à figura popular do político, arrefecendo o sentimento antagonista das colunas do Exército.

⁵⁸ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.73-75.

⁵⁹ *Ibidem.* p.78-81.

É um moço de muito talento e de vasta ilustração. Se quizessemos ser indiscretos, diríamos que o seu nome ainda ha pouco andou envolvido no grave incidente da Escola Militar do Rio de Janeiro [...]⁶⁰

A entrada de Euclides da Cunha certamente foi creditada ao episódio da marcha em novembro de 1888. Mesmo não assinando o artigo que escreveu com seu nome, o editorial fez questão de deixar claro quem era seu novo integrante. Não apenas isso: enfatiza que se trata de um “moço de muito talento e vasta ilustração”. A imagem de uma intelectualidade na mídia jornalística se dá como fundamental para compreender a dinâmica da produção de seus textos. Não é o sujeito que se passa como engenheiro, matemático, nem o militar. É sua ilustração e seu episódio republicano que o qualificam para o ingresso no jornal.

Dessa maneira, finalizamos a primeira parte do capítulo com o ingresso do autor na imprensa periódica de São Paulo. Em menos de dois meses, Euclides da Cunha passaria de aluno da Escola Militar para um “moço de vasta ilustração” que redigiu seus primeiros manifestos sobre o que deveria ser a República. Cabe aqui nos perguntarmos quais são as implicações dessa transição. Afinal, intelectual foi tema de discussão amplamente difundido na academia, o que leva a uma miríade de significados à palavra. Com isso, buscamos nos ater às finalidades que os textos jornalísticos da época buscavam conter. Despindo do simples rótulo de “texto”, buscamos adereçar às fontes do autor como artigos, ensaios e crônicas, com suas características particulares dentro de um sistema de publicação periódica.

1.2 A questão intelectual no Brasil no final do século XIX: um contexto de enunciação.

A presente seção tem como objetivo conceituar intelectual dentro do exame das fontes de Euclides da Cunha. Enquanto ferramenta imprescindível de toda esta pesquisa, pretendemos escoimar a palavra de seu caráter polissêmico, contextualizando-o. Para isso, julgamos necessário compreendê-lo por duas vias: (a) enquanto representação de si; (b) enquanto contexto histórico de produção. Do primeiro, partimos da citação anterior (Cf, 1.1), buscando compreender as estratégias em apresentar o autor enquanto “ilustrado” diante da mídia. Esta caracterização acompanhou também a escrita do autor sobre si, como veremos adiante. Da segunda, são as implicações materiais, financeiras e políticas com a produção intelectual brasileira na virada do século XIX. Exemplo disso é o caráter intermitente da

⁶⁰ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 29/12/1888, p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

colaboração do autor com os periódicos, derivado de fatores econômicos e disputas institucionais.

Começamos então pela escrita do próprio autor. Ao investirmos sobre a imagem que faz de si, torna-se necessário exame mais profundo sobre uma das categorias que dominam tanto as fontes quanto os estudos sobre Euclides da Cunha: intelectualidade. A compreensão euclidiana do tema é construída em diversos pontos da vida do autor. Podemos citar, dentre suas correspondências pessoais: “homem moderno” que “educa”⁶¹; vida “calma, estudiosa e útil”⁶²; vida “estudiosa contraposta à roça”⁶³; longe do “cadáver da engenharia”⁶⁴; envolta por um “círculo de amigos, úteis à terra”⁶⁵.

Das descrições acima acompanham a ideia de tempo moderno, atravessando toda a preocupação euclidiana com República e Nação. O adjetivo “calma”, na necessidade de se afastar do “cadáver da engenharia”, já nos indica algumas das condições econômicas de produção do autor. De contraste à engenharia temos o “círculo de amigos”, a desempenhar uma função “mais útil à terra”: uma noção de papel social desenvolvida pela atividade do intelecto. Seja na representação do que é, seja na sua condição material de publicar artigos e livros, a imagem do intelectual é fundamental ao examinarmos a literatura euclidiana.

Na finalidade de determinar melhor esse duplo estatuto da intelectualidade – condição de produção textual e representação de si – buscamos abordá-lo através da noção de contexto de enunciação.

Um discurso não é feito de frases, mas de frases enunciadas ou, mais sucintamente, de enunciados. Ora, a interpretação do enunciado é determinada, por um lado, pela frase que se enuncia e, por outro, por sua própria enunciação. Essa enunciação inclui um locutor que enuncia, um receptor a quem se dirige, um tempo e um lugar, um discurso que precede e que se sucede; em suma, um contexto de enunciação. Ainda em outros termos, um discurso é sempre e necessariamente um ato de fala.⁶⁶

Segundo Todorov, o texto – enunciado – tem sua interpretação determinada por dois aspectos: o enunciado em si e o ato de enunciar. Do segundo são fatores aquele que enuncia, o receptor a quem se dirige, tempo e lugar para além do discurso empregado. O enunciado faz

⁶¹ CUNHA, Euclides da. CUNHA, Euclides da. *Revolucionários*. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

⁶² CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. Belém do Descalvado, 8 de julho de 1895. In.: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondências de Euclides da Cunha* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. P.79.

⁶³ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. São Paulo, 26 de setembro de 1895. In.: *Idem*, p.84.

⁶⁴ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Júlio Brandão. São Paulo, 28 de abril de 1896. In.: *Idem*, p.96.

⁶⁵ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. São Paulo, 7 de janeiro de 1897. In.: *Idem*, p.102.

⁶⁶ TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso* [1978]; - São Paulo: Editora Unesp, 2018. p.65.

parte da enunciação, é resultado de uma prática capaz de ser situada historicamente. Logo, trataremos intelectualidade aqui não apenas como um dos temas presentes nos escritos de Euclides da Cunha, mas também enquanto prática social do próprio autor.⁶⁷

Com isso, a semântica dos termos que acompanham e estruturam o texto é sujeita a transformações dado o contexto em que é enunciada. Intelectualidade, Pátria e República são apenas alguns dos exemplos. Seus respectivos conceitos passam por reformulações, na medida em que o contexto de enunciação é historicamente dinâmico.

Para isso, vamos adentrar na imagem euclidiana de intelectualidade. Seus interstícios jornalísticos espaçados pela atividade militar e subsequentemente de engenheiro são parte de uma cena comum no final do século XIX. Delimitam as possibilidades das quais trabalharemos sobre o significado de intelectualidade.

Os jornalistas brasileiros do final do século XIX não tinham formação profissional nem um quadro claramente definido do que era sua profissão. O jornalista padrão era um *homme de lettres*, um intelectual com ambições, ou então méritos literários, com orientação científica crescente.⁶⁸

É importante destacar que, desde os artigos iniciais de Euclides da Cunha, não há uma preocupação em se identificar enquanto engenheiro ou militar, salvo nos casos em que se fazia necessário.⁶⁹ A sua identidade de intelectual é colateral de um aspecto de uma produção jornalística que não era especializada: encontravam-se principalmente sujeitos da classe média e elite política, profissionais assalariados que necessitavam recorrer às suas profissões de carreira para terem uma vida economicamente viável. A imprensa brasileira carecia de estabilidade econômica, fruto de um público-leitor ainda longe da maioria da população. Não reservava para seus colaboradores uma carreira estável. Logo, faz parte do contexto dessas fontes uma autoria que não se identifica com sua carreira de ofício, mas sim com um debate político que engloba o contexto da imprensa nacional no fim do século: a *intelligentsia* brasileira, essa identidade de um movimento social.⁷⁰

Ao não se identificar enquanto engenheiro, Euclides da Cunha opta por trespassar as fronteiras das áreas profissionais de sua formação. Cria-se uma síntese de conhecimentos, na

⁶⁷ CHARTIER, Roger, *Debate: Literatura e História*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, Janeiro - Dezembro de 2000, pp. 197-216.

⁶⁸ BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁶⁹ Vide seus artigos no início de 1894 acerca da polêmica com o senador João Cordeiro. Euclides da Cunha se identifica como republicano e militar, dado o tema da execução dos prisioneiros políticos durante o governo de Floriano Peixoto. Examinamos a fonte em 1.4. Cf.: AMORY, *Op. Cit.*, p.82-83.

⁷⁰ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império* – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

pretensão de “ser útil” para uma sociedade em crise política e econômica, para não dizer também marginalizada das disputas geopolíticas de seu tempo. É uma problemática intelectual que não só se encontra no Brasil do século XIX, como em seus países vizinhos.

[...] o escritor [na América Latina] aqui alcançou reconhecimento social por sua contribuição “patriótico-sentimental” a causas políticas e sociais (Candido, A.: 1973, 81). Por isso mesmo toda esta intelligentsia [...] não encara a atividade intelectual como a dominante. [...] A dominância da instância política e a ausência de identidade do intelectual como intelectual explicam muitos traços de sua produção [...] o primado político, com sua defesa nacional, parecia implicar o elogio da ciência, tomado como instrumento de progresso.⁷¹

Costa Lima contextualiza um cenário onde a atividade intelectual – enquanto pesquisa – não atua como dominante: com poucas instituições, uma imprensa que não ofertava a possibilidade de ter colaboradores permanentes e um mercado editorial limitado. A noção de um sujeito capaz de dedicar a vida “ao estudo” e aplicar os conhecimentos de sua área de atuação para um seletor público de leitores era distante da realidade brasileira. A forma opinativa dos jornais, em contrapartida, era muito mais viável, para além de estar consolidada há décadas. A pretensa utilização da Ciência ao seu favor atuava muito menos como debate epistemológico e mais como uma ferramenta que encarna o progresso material a nível nacional. Sem uma divisão de suas áreas, o intelectual brasileiro enxergava-se capaz de sintetizá-las, ensaiando-as na medida em que investia sobre o problema “nacional”.⁷² Nada mais emblemático que o positivismo comtiano no Brasil: uma união eclética das ciências em suas diversas áreas, de forma a sintetizá-las em uma ciência “superior”, a sociologia. A atividade intelectual era marcada pelo exercício de compreender a sociedade brasileira. Uma atividade de poucos, como uma vanguarda do pensamento nacional à frente da massa popular.

A nível das fontes, a produção intelectual não contava com o empirismo que acompanhou ao menos parte da questão na Europa. Sem alicerces econômicos e institucionais, a citação da “Ciência” era menos um campo de pesquisa e mais um recurso retórico. Mas o que definimos por dimensão retórica do discurso da intelectualidade?

O historiador José Murilo de Carvalho enxerga na retórica uma das chaves interpretativas, principalmente para as fontes da imprensa brasileira no século XIX. Por retórica, o autor conceitua uma gama de modalidades textuais das quais têm por finalidade convencer os leitores. Para isso, o emprego da retórica dependia da habilidade do autor de conhecer seus leitores. O uso de termos recorrentes na imprensa - de onde cruzavam

⁷¹ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle*. 3ª edição. Rio de Janeiro – Topbooks. 2007. p.326-327. *apud*, CANDIDO, Antonio: *Literatura e sociedade*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1973.

⁷² Aqui aparecem os princípios da Ciência na literatura euclidiana, assunto da próxima seção (Cf, 1.3).

acusações entre os pares - era essencial para ganhar tração na produção jornalística do período. Outro aspecto de maior relevância é o fato da citação de autores estrangeiros: era um verdadeiro repertório da intelectualidade. A presença de nomes como Comte, Haeckel e Spencer era ferramenta importante para conferir veracidade aos discursos da intelectualidade brasileira. Segue a afirmação de Carvalho.

Como o importante era citar, as leituras eram freqüentemente superficiais, muitas vezes baseadas em comentadores. Muitos tomavam conhecimento de autores estrangeiros via artigos de divulgação publicados, por exemplo, na *Revue des Deux Mondes*. O fato de que raramente se cobrava a fidelidade das citações indica a aceitação de seu caráter retórico e instrumental.⁷³

Logo, a leitura comparada dos teóricos citados com os intelectuais brasileiros do século XIX não se traduz em chave interpretativa definitiva. As citações não tinham por critério serem verídicas aos seus respectivos autores. Ao invés, o que merecia destaque era a habilidade de parecer que o estrangeiro endossava o discurso do autor brasileiro. Em *Os sertões* [1902], Euclides da Cunha utiliza mais de uma vez dessa estratégia. Ao concluir seu pensamento sobre a questão racial nas cidades litorâneas do Brasil, o autor cita Ludwig Gumplowicz da seguinte maneira: “o grande professor de Graz não a considerou [sua teoria] sob este aspecto.”⁷⁴ Costa Lima chega mesmo a classificar isto como uma “desleitura” de Gumplowicz, por praticamente inverter o sentido original do teórico polonês.⁷⁵ Euclides da Cunha faz o mesmo com Hegel, ao dizer que o sertão do Norte é uma “categoria geológica que Hegel não citou”, para aí engendrar novos fatores determinísticos – estes não presentes no autor estrangeiro – na sociedade “sertaneja”.⁷⁶

O debate político é então o principal traço dessa intelectualidade que buscamos contextualizar. Com isso, a imprensa periódica torna-se o meio mais profícuo de sua disseminação. Nela residia a expectativa de um público leitor reduzido: o diminuto setor urbano assalariado e alfabetizado, e o ainda menor grupo seletivo de sujeitos abastados da elite política e econômica. De modo que a intelectualidade e seu debate não são apenas

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Rio de Janeiro, Topoi. N. 1, p. 123-152, 2000.

⁷⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.202.

⁷⁵ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.29-35.

⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *Op. Cit.*, 2018b, p.133-147.

subprodutos de um setor médio urbano: contavam também com a reconfiguração das elites do Brasil, dadas as crises econômicas e suas transformações políticas no final do XIX.⁷⁷

Daí a correspondência dos setores médios com uma postura em prol do “Estado-Nação”. Seu signo, bem como a questão republicana, é compartilhado entre setores da elite e da classe média. Essa voz acaba por encarnar o Estado, defender seu princípio de “nação-território”, disputando uma noção abstrata de governo capaz de cumprir esta função. Como veremos no exame das fontes na seção seguinte (Cf, 1.3) a intelectualidade brasileira - em partes - exibiu certo desconforto com a pecha de “revolucionários”. Encontravam-se na necessidade de uma linha segura para “herdar o Estado” em 1889.

Na mesma linha, descaracteriza-se a noção de intelectualidade enquanto correntes de ideias classificáveis por suas instituições e especialização de suas áreas.⁷⁸ Ao menos no contexto desta dissertação, o intelectual contava mais com a aderência à imprensa periódica do que o financiamento institucional à pesquisa. Seu critério de temas e referências – mesmo ao citar “cientistas estrangeiros” – não era derivado de uma atividade institucional bem delimitada, e sim da aderência desses autores ao debate que ocorria no seio da crise do país.

Entre nós, o louvor da ciência se confundia com a premência de possuímos máquinas e técnicas, que explorassem as declamadas e sempre adiadas riquezas da natureza. Nunca as empolgadas declarações em favor da ciência foram além da etapa elementar da admiração por sua utilidade.⁷⁹

O critério para adentrar este debate era justamente uma literatura utilitária, investida no tema “Estado-Nação”.⁸⁰ Este é, de acordo com Lima, o controle do imaginário da literatura latino-americana dos séculos XIX-XX. Em outras palavras, o controle atuava como um lastro que limitava a literatura à observação das ditas “particularidades nacionais”. Inserir-se no debate público significava investir necessariamente nos caminhos de consolidação do par “nação-território”. Ainda de acordo com o pesquisador, esse traço atenua a ruptura entre o Romantismo e o Realismo no Brasil. Suas consequências são ao menos duas: (a) mantém-se o primado da observação, onde a descritividade da natureza delimita a utilidade que o intelectual terá com “sua Nação”; (b) a ciência – que foi o repertório da “geração de 1870” em

⁷⁷ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, p.29-35.

⁷⁸ Nessa linha de pesquisa, as *Ciências no Brasil* estariam encabeçadas por movimentos institucionais, tendo suas correntes de pensamento fixadas em suas revistas acadêmicas. Como veremos adiante, mesmo ingressando em diversas instituições – IHGSP, IHGB, ABL – a atividade escrita de Euclides da Cunha não se caracteriza por sua participação institucional. Para uma abordagem de *intelectualidade* no contexto institucional. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930* – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷⁹ LIMA, *Op. Cit.*, 2007, p.356-357.

⁸⁰ Cf.: SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*

diante – é menos aplicada enquanto campo de pesquisa, sendo mais uma ferramenta para defender a “originalidade local”, sua identidade considerada “nacional”.⁸¹

Dado o contexto da produção destes intelectuais, Bartelt e Alonso concluem que os sistemas de comunicação brasileiros de fins do XIX começam a desenvolver seu caráter autorreferencial. Na realidade disputada através dos artigos, os signos – República, Pátria, Nação, História – são citados continuamente por seus autores, constituindo um repertório compartilhado.

Os próprios jornais já tinham formado uma autoconsciência como sistema; as freqüentes citações recíprocas [...] marcavam o caráter auto-referencial do sistema midiático. [...] Desenvolveu-se uma realidade própria, que dominou e influenciou a realidade da interação e comunicação direta das pessoas citadas nos jornais. Faz parte dessa realidade a formação de signos específicos.⁸²

O movimento “intelectual” contemporâneo à crise do Império não é nem um movimento “de idéias”, nem é formado por “intelectuais”. Embora o processo seja percebido pelos agentes como o de filosofias tomando mentes, são os agentes sociais que selecionam e utilizam teorias explicativas. [...] O movimento intelectual colheu elementos para compor uma interpretação da conjuntura no repertório político-intelectual contemporâneo.⁸³

A retórica, o ensaio e a citação mútua entre os colaboradores são o cerne dessa intelectualidade. Constroem e debatem seus signos.⁸⁴ Nos interessa então uma análise que leve em conta os constrangimentos e as negociações que possibilitaram as produções textuais de Euclides da Cunha, bem como os efeitos de sentido que elas produzem enquanto geradoras de representações: “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.”⁸⁵

Num primeiro instante, nosso exame sobre intelectualidade buscou contemplar sua base teórica e seu contexto histórico, tendo em vista o tema que se propõe a investigar. Podemos dizer que é tanto uma condição histórica de produção quanto um signo produzido através do debate político, que ocorre principalmente na imprensa periódica. Daí a importância – e dificuldade – de definir seu significado, principalmente ao relacionarmos à questão do “Estado-Nação”. Buscamos evitar a intelectualidade como um só movimento; para

⁸¹ LIMA, *Op. Cit.*, 2007, p.152-164, 326-336.

⁸² BARTELT, *Op. Cit.*, p.160. (Grifo nosso).

⁸³ ALONSO, *Op. Cit.*, p.39. (Grifo nosso).

⁸⁴ Por *signo*, compreende-se uma imagem que remete a diversos significados, não necessariamente sinônimos à palavra que o nomeia. Sua existência se dá através da prática de enunciação, que por sua vez almeja *representar* um tema. TODOROV, *Op. Cit.*, p.20-30.

⁸⁵ NAVARRETE, Eduardo. *Roger Chartier e a Literatura*. Revista Tempo, Espaço e Linguagem, v. 2 nº 3 p. 23-56 Set./Dez. 2011 ISSN 2177-6644. P.31.

além de destituir seu caráter de resultante de uma “revolução técnico-científica”, como foi parte do contexto europeu.⁸⁶

Outrossim, definir intelectualidade é também significar suas ferramentas de retórica e persuasão, das quais foram utilizados para construir uma identidade brasileira. Esta compõe não apenas um signo, como também diz respeito às condições da enunciação de um grupo social que vivia à sombra do tema “Estado”, mesmo que às vezes de maneira pessimista.

Os principais fatores da questão intelectual brasileira do século XIX em Euclides da Cunha são:

- a) Dependente da imprensa periódica, a *intelectualidade* baseava seu debate conformando-se com os aspectos de produção estabelecidos previamente. Mesmo em casos de disputas geracionais como a “geração de 1870”, o jornal ainda aplicava a forma da crítica literária e, consigo, o primado do debate sobre Nação através do meio em que vivem, a Natureza;⁸⁷
- b) Este formato, por sua vez, desonera a *Ciência* de ter que se aparelhar epistemologicamente. Atuava mais como um *signo* do progresso, atestando a ideia de *tempo e moderno* para a intelectualidade nacional. Aspirantes de um mundo burguês europeu já consolidado, enxergavam-na menos como campo de pesquisa e mais como recurso *retórico*, na medida que resguardava para si a autoridade do debate;⁸⁸
- c) Há aqui uma relação dialética entre a *intelectualidade* e o positivismo comtista. Ainda tributário da primeira metade do século XIX, o segundo tinha como principal característica a expectativa de unir os campos das ciências, hierarquizando-as. Surge, daí, a noção de *sociologia* enquanto *síntese* delas, capaz de compreender holisticamente a sociedade à níveis globais;⁸⁹
- d) O ponto nodal do uso da *Ciência* é a sua capacidade de ser *sintetizada*. Seu horizonte de expectativa se ampliava na medida em que podia atuar no debate político do “Estado-Nação”. Conforma-se então ao uso prático

⁸⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914* [1988] - 28a ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

⁸⁷ ALONSO, *Op. Cit.*, p.38-45; LIMA, *Op. Cit.*, p.152-164, 326-367.

⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* – São Paulo: Brasiliense, 1999, p.78-93; LIMA, *Op. Cit.*

⁸⁹ SEVCENKO, *Op. Cit.*; NEEDELL, *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*- São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.214-215.

da literatura brasileira e seu empenho em ser “socialmente útil”. A Ciência, ao não se caracterizar enquanto prática de pesquisa, se adequa ao *controle do imaginário da intelectualidade brasileira do final do XIX*: delimitar uma “Nação”;⁹⁰

- e) Daí a interligação entre Nação e Ciência, ao invés de uma “revolução técnico-científica”. Seu uso não era apenas de uma “classe média”, mas sim um interesse geral pelas disputas políticas que cada vez eram mais recorrentes na virada do regime republicano. Elite, aristocracia decadente e os aspirantes a cosmopolitas sem dinheiro – como Euclides da Cunha – cruzavam suas ambições, num espaço de produção intelectual que conservava suas bases;
- f) Logo, esses *intelectuais* não se organizavam tendo como base as classes de uma sociedade. Daí a ausência de um projeto republicano que efetivamente se preocupa com algum aspecto de inclusão social, ou que se identificava com um grupo social definido através de aspectos econômicos. O ponto central da discussão era o conhecimento do Estado-Nação diante do território, capaz de unificá-lo diante dos diversos movimentos dissidentes que marcariam o violento processo de consolidação republicana no Brasil;
- g) Esses debates políticos, resultados de um *contexto de enunciação*, contavam com o *primado da observação*. Este, por sua vez, realizava a manutenção do tema “Nação” na atividade intelectual brasileira. Observar o território em que o Estado se projetava era construir sua identidade nacional. *A existência do Estado brasileiro era a evidência de partida desse debate político*. Esse esforço passa a ser, salvo poucas exceções, o cerne da identidade *intelectual* brasileira no final do século XIX.

Resumindo os pontos principais, talvez cause algum estranhamento aplicá-los integralmente às primeiras fontes da seção seguinte. De fato, o uso da Ciência nos textos de 1888 não repousava suas bases na observação do território nacional e sua “Natureza”. Atua mais sob a luz dos princípios do positivismo comtista do que na defesa de algum “caráter nacional”. Como veremos na parte a seguir, a relação de Euclides da Cunha com “Nação”

⁹⁰ LIMA, *Op. Cit.*, p.356-357.

tratava menos de seu espaço – território – e mais do tempo, na tentativa de alinhar-se com a égide da República francesa. (Cf, 1.3) O resultado é a delimitação de uma identidade social e, com ela, aderir a uma noção de República pouco definida e menos ainda posta em prática.

Entretanto, o intelectual em Euclides da Cunha passou por diversas transformações. Compassadas por suas experiências com o Estado republicano vindouro, influenciaram não só a carreira, como também sua atividade intelectual. No esteio deste tema, acompanhamos ainda sua biografia, um exame diacrônico de suas fontes epistolares e alguns de seus artigos. Buscamos, com isso, compreender o contexto de produção dos textos euclidianos, chegando na porta de 1897 e sua viagem ao sertão da Bahia.

1.3 Os primeiros artigos de Euclides da Cunha na imprensa: dinâmicas dos conceitos de República, Pátria e História (1888-1889).

Após o exame da questão “intelectual”, dedicamos uma seção para investigar as primeiras publicações do autor na imprensa. São quinze artigos de Euclides da Cunha no jornal A Província de São Paulo entre 22 de dezembro de 1888 e 23 de julho de 1889. O intervalo é assim definido pela entrada do autor n’A Província e a interrupção de suas publicações – retomando apenas em março de 1890 – quando já havia regressado para o Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, constam aqui os princípios do entendimento do autor sobre o que é “República”. Ventura e Amory argumentam que a linguagem do autor em seus primeiros artigos é “demasiado acadêmica”, com um forte teor de “positivismo comtista” que estabelece a superioridade da sociologia enquanto ciência. Nestes textos iniciais, República seria algo “pouco especificado”, como uma repetição do mote “governo para todos”. Para ambos, o autor restringiria a identidade de República como aquilo oposto à Monarquia.⁹¹ Sevcenko acrescenta que Euclides da Cunha trabalhou com a idealização de um “regime meritocrático”, onde a República permitiria o afloramento de uma “aristocracia científica” em suas instituições.⁹²

Pretendemos acrescentar a estas análises de caráter preliminar. Há diversos aspectos que, mesmo citados pelos autores, ainda não foram devidamente desenvolvidos na bibliografia do

⁹¹ AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p.63-66; VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.87-89.

⁹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. [1983] 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1999. P.152-154.

tema. Através do entendimento de intelectualidade proposto na seção anterior, pretendemos compreender como a definição de “República” em Euclides da Cunha acompanha também a imagem daqueles que a defendem: os republicanos brasileiros, em suas palavras.⁹³ Boa parte das fontes da série exprimem essa preocupação em estabelecer as bases de um republicanismo brasileiro no final do Império. Dentre as adjetivações, certamente a de maior destaque foi “revolucionários”. Mas o que é ser revolucionário para da Cunha?

Ventura, novamente, emprega uma classificação usual da academia: evolucionistas e revolucionários. Dos primeiros, republicanos que usualmente acreditavam nas vias legais para a mudança de regime político do Brasil. Uma das linhas levantadas era a pacífica transição com a morte natural de D. Pedro II, marcando o fim da monarquia. Os segundos empregariam táticas revolucionárias, com um *modus operandi* calcado em meios belicosos.

Para o especialista, Euclides da Cunha expressou um meio termo entre as duas posições, sendo ora evolucionista e ora revolucionário. Era o primeiro em “termos filosóficos”, uma vez concebia a história como sucessão de etapas nas quais a República era o futuro da Monarquia. Era o segundo em “termos políticos”, já que queria abreviar o exercício da Monarquia no Brasil.⁹⁴ Amory inclina-se mais para a primeira categoria, alegando que o autor seria um “arrematado comtista”, trabalhando mais com noções abstratas de República do que se preocupando com a práxis política.⁹⁵

Convindo que a separação entre termos “filosóficos” e “políticos” é um tanto arbitrária, optamos por não classificar o autor a partir dos rótulos de revolucionário ou evolucionista. Euclides da Cunha chegou mesmo a utilizar ambos os termos, colocando que o republicano brasileiro seria um revolucionário, seguindo o ditame do evolucionismo.⁹⁶ Enquanto fonte, não pretendemos admitir a classificação do autor sobre si como conclusão da pesquisa. Entrementes, encaramos a compreensão desses conceitos nas fontes como um dos objetivos desta seção.⁹⁷

Por outro lado, os primeiros artigos já escancaram a delicadeza da autoria nos meios midiáticos brasileiros na virada para o século XX. Dentre as fontes da série, as colunas *Questões Sociaes e Actos e Palavras* – somando dez artigos ao todo entre dezembro de 1888 e

⁹³ CUNHA, Euclides da. *Revolucionários*. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

⁹⁴ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.89.

⁹⁵ AMORY, *Op.Cit.*, 2009, p.65-68.

⁹⁶ CUNHA, Euclides da. *Revolucionários*. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

⁹⁷ Daí a dificuldade de classificar quando o autor seria ora “filosófico” ou “político”, como se fossem pontos opostos do mesmo espectro. As classificações tampouco são coerentes com o que o próprio autor entende por elas. Por conta disso, optamos pelo exame das fontes que aqui delimitamos.

janeiro de 1889 – foram assinadas com o pseudônimo “Proudhon”. Remete-se ao político francês falecido em 1865. Não adentrando ainda em seu significado simbólico – do qual exploraremos a seguir – fato é que seu uso era estratégico. A publicação em jornais, principalmente para membros do Exército, era tema de extrema delicadeza política. Mesmo nos anos republicanos, Euclides da Cunha foi subjugado a decisões institucionais e políticas por conta da opinião presente em seus artigos. Segundo Ventura, a estratégia autoral possivelmente tinha relação com a formação interrompida na Escola Militar, uma vez que o autor ainda pretendia concluir seus estudos. Resolveu assim resguardar parte do antagonismo ao governo até completar os exames de admissão na Politécnica do Rio de Janeiro em meados de fevereiro de 1889. Ao escrever *Da Corte* – em 17 de maio de 1889 – Euclides da Cunha abandonou o pseudônimo, assinando seu nome completo.⁹⁸

Como vimos no final da seção 1.1, a Província de São Paulo fez questão de deixar implícito de quem era o primeiro artigo no qual um certo “Proudhon” aparecia como o autor. Euclides da Cunha – sabidamente um militar – não foi, entretanto, considerado como tal. Era seu aspecto de ser “ilustrado” que mereceu o destaque. Este não é apenas um papel atribuído aos textos do autor como também um fator identitário. Da série, apenas a primeira fonte – *A Pátria e a Dinastia* – conta com uma referência que sobreponha diretamente a imagem do “soldado” com a do autor. Nos demais, optou-se por utilizar a marca do “republicano brasileiro”, que era “revolucionário” diante do governo vigente. A configuração dos grupos, dos antagonismos e reivindicações políticas são objetos também dos quais procuramos aqui desenvolver.

Por fim, o que talvez seja o assunto mais complicado para se tratar, levantamos os entendimentos do autor sobre História. Por História – grafado como nome próprio – remete-se ao que Reinhart Koselleck denominou de *Geschichte*: a sobreposição de inúmeros fenômenos testemunhados na finalidade de formar a História de um singular-coletivo, da humanidade em si. O contexto dessa configuração se dá majoritariamente no século XVIII, com a crise do Absolutismo francês encabeçada pelo Iluminismo. Na finalidade de mobilizar uma crítica ao regime “antigo”, conceptualizou-se uma História singular, da qual a humanidade como um

⁹⁸ O final da afirmação de Ventura, entretanto, tem suas ressalvas. Há um desencontro entre as biografias acerca do fato de Euclides da Cunha realmente ter regressado à Politécnica em 1889, mesmo que tenha feito os exames. Mas o fator relevante a se considerar é que, independentemente do fato, seus três últimos artigos na *Província* – que sucedem *A Corte* – voltaram a ser assinados apenas com “E.C.”, da mesma maneira que o primeiro artigo da série, *Pátria e Dinastia* [1888]. A mesma estratégia de grafar apenas as iniciais foi adotada nos artigos de *O Estado de São Paulo* já em 1892, enquanto os de *Democracia* – jornal do Rio de Janeiro na qual o autor publicou em 1890 – já eram assinados com seu nome completo. Ao que parece, o estratagemma autoral se deu *apenas* quando utilizou-se do pseudônimo *Proudhon*. Ver: VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.87. Sobre a incerteza do regresso do autor à Politécnica (RJ) em 1889 Cf.: AMORY, *Op. Cit.*, 2009, p.69.

tudo era resultado de uma linha causal de acontecimentos. Daí o uso corrente de signos como humanidade, que expressam não apenas um grupo, mas sim as diversas sociedades influenciadas por uma só História. Esse aspecto linear remete à relação dos tempos históricos – passado e futuro – onde o primeiro seria o campo da experiência, e o segundo o da utopia. A última é a finalidade da História: um modelo ideal calcado no domínio político europeu.⁹⁹

Exemplo disto é quando Euclides da Cunha colocou a conjuntura política do Brasil de 1888-1889 como análoga à Revolução Francesa. Com isso, remeteu aos termos “Pátria”, “humanidade” e “nações” para construir uma linha causal entre o fenômeno histórico francês e o republicanismo no Brasil. Ele almejou justificar o seu posicionamento político como o novo status quo da sociedade brasileira, projetando a então França como o único futuro plausível para uma nacionalidade brasileira.¹⁰⁰

O importante a ser observado é que Euclides da Cunha foi conivente em relação à configuração dos Estados-Nação, precisamente por defender essa concepção de História. Com isso, o autor preocupou-se em estabelecer o que era a “sociedade brasileira” em relação ao “modelo republicano”, numa espécie de contraposição entre o “característico local” e o “devir da História”: passado e futuro, respectivamente. De certo modo, remete ao que o próprio Koselleck chamou de crítica burguesa do século XVIII e seu aspecto fictício: um mundo fragmentado pelos Estados-nação, mas unificado pelo modelo capitalista consolidado no ocidente europeu.¹⁰¹

Logo, é também um objeto de estudo compreender a concepção euclidiana de “Estado” e o papel da “Nação” na práxis republicana. Este tópico, em particular, será abordado no último capítulo desta dissertação, uma vez que a noção de República aqui exercida foi imprescindível para a crítica do autor diante do “fracasso republicano” do qual citamos em seu artigo de 1904 no começo deste capítulo (Cf, 1). Por conta disto, “Pátria”, “Nação”, “República” e “História” são majoritariamente escritas como nomes próprios. A escolha se dá por estarmos tratando de conceitos no singular. Nas raras vezes que isto não acontece, as palavras foram grafadas em letra minúscula.

O primeiro artigo da série – Pátria e Dinastia – foi publicado em 22 de dezembro de 1888, marcando o ingresso do autor em A Província de São Paulo. O artigo trata-se de um

⁹⁹ KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*; tradução do original alemão: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco – Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

¹⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Revolucionários*. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

¹⁰¹ KOSELLECK, Reinhardt. *Sobre o sentido e o não sentido da investigação histórica (Geschichte)*. In.: ____, *Uma latente filosofia do tempo*. Organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Thamara de Oliveira Rodrigues; traduzido por Luiz Costa Lima. – São Paulo: Editora Unesp, 2021.

comentário contra a transferência de tropas do Exército na capital para o estado do Mato Grosso.¹⁰² Dentre seus líderes estaria Marechal Deodoro da Fonseca, que o governo enxergava como um fator de risco para a estabilidade da monarquia. Para Euclides da Cunha, este acontecimento configurou-se em manobra política, como uma espécie de “exílio” de um dos representantes do movimento republicano: o governo começava a assumir um caráter “nimiamente agressivo”, em suas palavras.¹⁰³

Em defesa ao movimento republicano, o artigo trabalha com a acusação de “perversidade” da monarquia enquanto entidade governamental. O ato de transferência das tropas significaria um abandono da “verdadeira política”, um desvio das “verdades sociológicas imanentes” que estariam “adaptadas à direção positiva de nossa nacionalidade”.¹⁰⁴ Para além desse caráter de “cientificidade” do republicanismo, o autor amplia seu antagonismo para uma análise de outro acontecimento até então recente: a Lei Áurea.

Erguido ao poder afim de ser, felizmente, o redactor automato da vontade popular, litteralmente expressa no decreto de 13 de Maio [Lei Áurea]; coagido pela propria evolução da sociedade – a ser grande ; orientado – quando devia orientar ; nivelado, quasi involuntariamente, ás idéias de seu tempo – o governo não soube ou não quiz aproveitar a grandeza occasional em que se achou e longe de seguir o unico programma civilizador de que póde dispor – conservar melhorando -, emerge agora da inercia em que deperecia, para implantar no seio da sociedade, que lhe confiou o futuro, abruptamente, uma apreensão séria que se reflectirá do modo mais deploravel, em todos os ramos de sua actividade.¹⁰⁵

Destrinchemos aqui as linhas principais. Em primeiro plano, é patente o caráter de passividade atribuído ao governo imperial. O fato de ser “erguido ao poder” já induz um aspecto de adesão popular à justificativa do status quo. A Lei Áurea seria, nas palavras do autor, resultado da coação da sociedade diante de seu próprio governo. Remeteria a um “nivelamento quase involuntário” entre governo e as “ideias de seu tempo”.

O governo imperial seria “atrasado”, fora dessa noção de tempo singular e em toda parte do mundo: o progresso. Seja aqui ou na Europa, as ideias atravessariam todas as sociedades, numa espécie de marcha para um só rumo: o ideal civilizatório do Ocidente, na esteira da consolidação capitalista. A República seria uma dessas ideias, de onde o tempo – implacável – empurraria o Brasil para sua direção. Nessa prestidigitação retórica, a Lei Áurea

¹⁰² Cf, VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.86.

¹⁰³ CUNHA, Euclides da. *A Pátria e a Dinastia*. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881222-4119-nac-0001-999-1-not>. (Acesso em 18/09/2023 Às 07:45).

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

passa a ser assinada não necessariamente pela consciência do governo, mas sim pelo progresso do tempo, de onde o republicanismo seria originário. Este deslocamento, estratégico, busca novamente apelar o status de governo não mais para a monarquia, mas sim para esta suposta “vontade popular”: a própria República. Esta é uma das estratégias discursivas do autor.

Outro fator a ser levantado é a lamentação de Euclides da Cunha pelo fato de o governo não seguir na linha “passiva” exemplificada pela Lei Áurea. Ao invés, a transferência das tropas seria uma espécie de “andar contra a correnteza”. O texto faz questão de assinalar qual é a função do Estado: “conservar melhorando”. É a manutenção da jurisdição perante seu território. Dentre as poucas observações mais profundas acerca do posicionamento político do autor, Sevcenko define bem o reformismo presente em Euclides da Cunha: o domínio do Estado brasileiro é sempre tomado como ponto de partida para inquirir o problema da identidade nacional. Logo, todo seu debate sobre realidade brasileira passa, necessariamente, pela questão da centralização do poder em suas instituições.¹⁰⁶

Em contraposição à passividade do governo, marcando também uma representação de si, Euclides da Cunha ergue a imagem do soldado.

Sentindo desaparecer dia á dia, o automatismo que por tanto tempo anihilou a orientação digna da maioria dos actos da sociedade brasileira ; compreendendo, deante do espirito nacional vigorosamente alentado por novas aspirações, a fragilidade commodo regimen que o sustenta ; notando-o [...] que a fronte do soldado-, banhada nas correntes iluminadas do espirito contemporaneo, ousava commetter um delicto, [...]o que transmudava-o numa força, força que se traduzia num movimente desassombrado e harmonico com o da sociedade: temendo, sobretudo, esse consorcio do pensamento com a espada – alliança que coloca esta ao lado do futuro e da liberdade – o governo resolveu antepor á politica da Patria a politica imperial.¹⁰⁷

O começo do trecho amarra com o anterior, com um adendo. Para o autor, o automatismo é a chaga da sociedade brasileira. Por automatismo se entende o ato do autômato: faz por fazer, sem um motivo ou raciocínio, como um copista que segue um modelo que lhe é estranho. Segundo o autor, essa “apatia de pensar” atravessou todas as instâncias do Brasil, seja na população ou no governo imperial. O lugar do ilustrado é mais uma vez o do crítico, aquele sujeito externo à própria sociedade que habita.

¹⁰⁶ O tema do reformismo aparecerá ainda nesta seção. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. [1983] 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1999. P.150-151.

¹⁰⁷ *Ibidem* (Grifo nosso).

Contrastando ao diagnóstico, Euclides da Cunha se coloca como o “soldado” – “banhado nas correntes iluminadas do espírito contemporâneo” – sendo oposto à monarquia. A sugestão da imagem, porém, necessita de seu oposto para se fazer cognoscível. A força de um “movimento desassombrado” se dá somente quando se estabelece como o oposto daquilo usual, historicamente praticado: o automatismo. Na outra ponta, o autor tacitamente realoca esse soldado como “harmônico” à sociedade que, agora, não é mais autômata. Nessa inversão, o soldado é, concomitantemente, minoria e maioria. De um lado, a minoria crítica, força motriz do movimento republicano: uma faceta da intelectualidade (Cf, 1.2). Do outro, se justifica como harmônica à maioria, adequada para ser o novo status quo da sociedade brasileira.

Euclides da Cunha encerra com o que é sua crítica ao governo: este “antepõe a política imperial à política da Pátria”. A colocação escancara o entendimento do autor de que o Império não mais representa a sociedade brasileira. Para ele, o governo tem sua “própria política”, que se distancia da “política da Pátria”. O título do artigo encontra seu significado: é o descompasso entre duas políticas – a da Pátria e a Dinastia – que dá nome ao texto. Aqui, o soldado se encontra na primeira, enquanto o governo que os transferem está na segunda. Merece destaque a importância deste movimento: o governo da maioria é – para o próprio Euclides da Cunha – a República. Uma vez que o soldado se desloca para a Pátria, o autor justifica sua posição como *status quo*.

Mas o que seria “política da Pátria” e, consigo, a política da “maioria”? O signo Pátria foi reiteradas vezes utilizado pelo autor. Nesses primeiros artigos, “Pátria” desponta como um símile de sociedade que, neste caso, seria a brasileira. Entretanto, devemos nos ater ao fato que ambas não possuem o mesmo significado. Enquanto sociedade é, para da Cunha, um coletivo de indivíduos capaz de ser estudado pela sociologia, “Pátria” é uma abstração. A fim de melhor definir esses significados, partiremos para as demais fontes.

Os segundo e terceiro artigos da série fazem parte de uma coluna intitulada *Questões Sociaes*. O primeiro é *Revolucionários* [29 de dezembro de 1888], fonte da qual o autor utilizou-se pela primeira vez do pseudônimo “Proudhon”. O tema aqui é a delimitação do republicano brasileiro diante da situação política atual, o que levou o autor a caracterizar-se enquanto revolucionário.

O republicano brasileiro deve ser sobre tudo eminentemente revolucionario. Expliquemos o paradoxo.¹⁰⁸

A explicação percorre todo o artigo. O caráter paradoxal sucede da ideia de que, para o autor, ser republicano não deveria recorrer a ser revolucionário. Antes de compreendermos a frase, entretanto, precisamos nos ater ao restante do texto. Para da Cunha, o “republicano brasileiro” é equivalente ao “homem da modernidade”.

Mais, talvez, do que filho de uma região o homem da modernidade – é filho do seu tempo. [...] dominado pelo cosmopolitismo [...], irmana-se forçosamente a seus coevos. [...] é um sentimento orientado pelo raciocínio, cuja existencia se demonstra com à mesma frieza, tão positivamente como um principio de mecânica e do qual a feição mais característica se chama – civilização.¹⁰⁹

O homem da modernidade, habitante da cidade e detentor do conhecimento técnico, é menos ligado à sua região e mais a seu tempo. Euclides da Cunha ensaia uma primeira versão sobre o que é ser intelectual: um sujeito que atravessa as fronteiras de seu país não fisicamente, mas através do pensamento. Ademais, a ideia de tempo está intrinsecamente ligada a uma concepção particular de história: marcada pela linearidade, a História seria um movimento progressivo de toda uma humanidade. Uma vez singular, ergue-se um sistema, um modelo atemporal capaz de influenciar a organização social brasileira: é a República francesa, símbolo do que chama de civilização.

Essa noção de História sustenta a segunda parte da citação. Para o autor, o Brasil passa a ser segmentado em duas partes: espaço e tempo. Se a segunda é a representação da Revolução Francesa e sua ideia de “progresso europeu”, a primeira é a monarquia. Essa configuração acaba por ter consequências políticas. Seguindo o texto:

É esta, [a República] de facto, nossa patria no tempo. [...] se de facto ninguem deve fugir á acção de seu tempo e se a democracia é a forma de governo mais em harmonia com ele – é claro que luctarmos pela sua realisação, equivale a luctarmos para que se complete o nosso titulo de cidadãos – porque ella é, de facto, o complemento moral da Patria. Essa lucta, porém – é francamente reaccionaria.¹¹⁰

Euclides da Cunha fala de uma “pátria no tempo”, seguindo a divisão estabelecida anteriormente: é a República. A “ação do tempo”, sendo inescapável, confere ao republicanismo no Brasil um status de “naturalidade”. Mesmo revolucionário, sua luta é “reacionária”, uma vez que a monarquia é dada por “superada” diante da História.

¹⁰⁸ CUNHA, Euclides da. *Revolucionários*. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

Retomamos aqui a conceitualização de Pátria: é a representação ideal de uma sociedade, de acordo com a premissa da História enquanto processo causal singular do gênero humano. Em outras palavras, a Pátria não existe fisicamente: atua como uma abstração que busca materializar um porvir da sociedade brasileira. Guardemos essa informação para exame posterior de outras fontes.

É também encerrado o paradoxo do qual o autor se referiu na primeira linha do texto. Uma vez que a República é uma realidade do “tempo”, o status de “revolucionário” para o republicano brasileiro é visto com estranhamento. Ao qualificar como “paradoxo”, o texto deixa claro seu alinhamento: a República é imanente aos tempos modernos. Além disso, implica uma segunda consequência: limita o entendimento de revolucionário enquanto qualificativo de republicanos brasileiros. Expliquemos essa limitação com outro trecho da fonte.

Descancem porém, os que se assustam com este titulo. Revolucionario – ele além de exprimir uma louvavel tendencia a nivelar-se a seu seculo, realiza o verdadeiro typo do propagandista, não de uma opinião politica, mas de uma necessidade social. Este ephiteto – elle – não o adopta ad libitum – aceita-o; aceita-o como corollario inevitavel do conflito da acção positiva de seu espirito sobre a influencia negativa do regimen antigo.¹¹¹

O trecho parte da hesitação do próprio autor em como sua condição de “revolucionário” seria recebida. Para isso, delimita os aspectos que compreendem esse qualificativo. O primeiro a se ressaltar é a qualidade de moderno dada ao título que, como vimos antes, parte de uma noção de História. Dessa forma, o revolucionário seria uma via de identificar-se com a égide da França, nação encarada como paradigmática da modernidade.

Concomitantemente, o revolucionário dos republicanos brasileiros de nada tem a ver com a práxis da Revolução Francesa. A preocupação do autor é patente, atestando que o próprio estatuto de “revolucionário” não parte do republicano brasileiro, mas sim de sua condição perante o Brasil governado pela monarquia. Busca com isso eximir o “republicano brasileiro” de qualquer culpabilidade acerca de sua dissidência ante o regime atual: seu epíteto não é adotado, “aceita-o”. Adiciona-se a isto a última parte.

[...] e quando amanhã der larga expansão á sua vitalidade, vel-o-hão, rígido e inexoravel – despedaçar, com o mesmo golpe – o throno e a guilhotina !...¹¹²

¹¹¹ *Ibidem.*

¹¹² *Ibidem.*

A conclusão do pensamento nos remete aos limites do que Euclides da Cunha considera como revolucionário nos republicanos brasileiros. De certo, se preocupa em dissociar-se dos aspectos mais radicais da práxis revolucionária de 1789. A ocupação do Estado brasileiro não deve ser por meio da guilhotina. Abole-a tanto quanto a coroa, símbolo da monarquia brasileira.

Uma vez estabelecido os limites, o autor amplia a afirmativa inicial: ser republicano não deveria recorrer a ser revolucionário. O que talvez seja ainda mais paradoxal é o fato de a “luta” do republicano ser caracterizada como “francamente reacionária”. O “reacionário” só faz sentido uma vez que compreendemos o sentido de História utilizado por Euclides da Cunha. Para o autor, a República é a realidade do tempo moderno, lugar este que marca a justificativa de seu status quo diante da sociedade brasileira. Daí derivar o caráter “reacionário” dos republicanos brasileiros. Um *revolucionário-reacionário*, que existiria como dissidente do Estado tão apenas porque seu próprio país seria “atrasado”.

Destacamos aqui a relevância do conceito *revolucionário-reacionário* na compreensão desta série de fontes. Este posicionamento político é relevante no aspecto de colocar qual seria o modus operandi preterido pelo autor. Sua hesitação diante do “revolucionário” revela o intuito de ingressar no Estado brasileiro. Trabalhando com o conceito abstrato de “Pátria”, seu objetivo foi endossar o que defendeu no artigo anterior: abrir um precedente que justifique a República como um novo status quo, por supostamente ser mais “adequado” aos tempos modernos. A antecipação de um modelo político dado por “ideal” é fundamental para o posicionamento de Euclides da Cunha.

Entrementes, esta posição reflete de algum modo o contexto histórico do início do capítulo. Enquanto aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, o autor se formou num currículo fortemente baseado no positivismo comtista. A noção de “ciência básica” – definida por Barreto Santana – fundamenta o intuito da instituição de ensino: um conhecimento capaz de dominar o território nacional.¹¹³ É através da sua função de engenheiro que o autor conceitua o papel do Estado: uma união orgânica entre população e instituições, idealizada sob a égide da “Pátria”.

Seguimos com o segundo artigo da coluna – 89 [1 de janeiro de 1889] – onde o autor afirma seu entendimento sobre o centenário da Revolução Francesa. Este exame é crucial, uma vez que buscamos compreender como que Euclides da Cunha entendia a práxis

¹¹³ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001. p. 41-43.

revolucionária francesa, complementando assim nossa delimitação sobre o que era o revolucionário-reacionário.

De facto ; não se póde fixar como inicio da Revolução franceza a convocação dos Estados geraes em 89. Como todos os fenômenos historicos de influencia geral sobre o destino das nacionalidades, ella exprime claramente o resultado das acções de todos os povos – em todos os tempos. [...] synthetisa a humanidade – n’um individuo secular, enorme, eterno – que irrompe atravez dos seculos e cuja existencia se prolonga pela extensão indefinida das edades. Essa entidade abstracta [...] cuja vida é feita das existencias das gerações desaparecidas, traduz uma lei no seu movimento firme, rectilinio e invencivel para o futuro.¹¹⁴

Euclides da Cunha compreende a Revolução Francesa como um fenômeno da História. Por História – grafado como nome próprio – remete-se ao que Reinhart Koselleck denomina de *Geschichte*: a História de um singular-coletivo, da humanidade em si. A Revolução Francesa – na fonte – não é compreendida como a história da França: ao invés, sobrepõe-se com diversos acontecimentos ao redor do globo para então formar um só sentido da história. Como um exame *post facto*, Euclides da Cunha coloca a Revolução como uma “influência geral nos destinos das nacionalidades”, como se sua consumação fosse modelo para todas as demais sociedades.¹¹⁵

Para o autor, esse é o ponto nodal do revolucionário no movimento republicano brasileiro. Opera-se uma continuidade histórica, encontrando seu semelhante no exemplo francês. As consequências desse raciocínio são apresentadas logo a seguir, ainda na mesma fonte.

Como todas as leis naturaes [o movimento das gerações] – esta é indestructivel. Modificar esse movimento é infingil-a. Demoral-o de um segundo ou de um seculo, é supprir o trabalho que devia ser realizado, por uma accumulção proporcional de energia que afinal o realizará – brutal, energica e precipitadamente. Dahi as agitações da Historia ; as revoluções – perturbações impressas no movimento tranquillo do progresso inteiramente subordinado a uma lei, que é como uma força constante – a Evolução. [...] O que o desdobramento natural dos acontecimentos devia fazer em tres seculos – a revolução fez em tres mezes.¹¹⁶

¹¹⁴ CUNHA, Euclides da. 89. A Província de São Paulo. São Paulo. 01/01/1889, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890101-4126-nac-0001-999-1-not>. (Acesso em: 15/09/2023, às 18:35).

¹¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Sobre o sentido e o não sentido da investigação histórica (Geschichte)*. In.: ____, Uma latente filosofia do tempo. Organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Thamara de Oliveira Rodrigues; traduzido por Luiz Costa Lima. – São Paulo: Editora Unesp, 2021.

¹¹⁶ *Ibidem*.

A análise dessa fonte é essencial ao dialogarmos com a hipótese de Ventura sobre a classificação revolucionário e evolucionista. Para Euclides da Cunha, progresso é um conceito teleológico. Entende-se enquanto um fim sempre adiável da História, um prisma capaz de refratar todos os acontecimentos encadeados. Daí a evolução ser um conceito trabalhado pelo autor. É a naturalização da História e seus “acontecimentos”, sob caráter de serem “inevitáveis”. Com isso, os fenômenos políticos que o autor aqui comenta são sempre reorganizados em prol de observar essa evolução. A nivelção do governo imperial às ideias de seu tempo – explicação dada à Lei Áurea em *A Pátria e a Dinastia* – é uma das marcas deste entendimento sobre História.

É neste dado movimento – enquanto uma das “leis naturais” – que Euclides da Cunha pretendeu inserir o republicanismo. Sua justificativa depende de estar de acordo com um curso da História, em contraposição à situação governista. Espelha, de maneira sugestiva, 1789 com 1889, entrevedo no primeiro uma experiência na qual sua replicação é dada quase como uma certeza. Daí o fato, também, de subordinar o termo revolução à evolução, uma vez que vê a primeira como um fenômeno histórico de exceção que respeitaria a razão da segunda. No texto, o autor faz questão de assinalar a revolução enquanto “brutal, energética e precipitada”, como uma quase antítese da evolução. A segunda, da qual o autor deposita suas esperanças políticas, é “tranquila”, marcada por ser o “desdobramento natural dos acontecimentos”.

Por conta disto, a Revolução Francesa exprime uma certa dubiedade moral. O autor chega a condenar o acontecimento, afirmando que a “revolução devia ter parado” antes do “regime do terror”.¹¹⁷ Este posicionamento reflete sua hesitação ao se colocar como revolucionário. Esta qualidade pendia mais para o alinhamento com um devir histórico – rotulado de moderno – do que necessariamente o *modus operandi* do movimento francês. Numa relação hereditária entre passado e presente, “revolucionário” atesta mais o sentido de História do que a prática política em si.

Entretanto, Euclides da Cunha renunciou em definir até aqui a *práxis* desse movimento considerado revolucionário. Parte das nossas considerações se deslocam então para a seguinte coluna – *Actos e Palavras* – na qual foram escritos oito artigos em janeiro de 1889. Assim como *Questões Sociaes*, foi assinada com o pseudônimo “Proudhon”. Notamos, inicialmente, a repetição do tema do republicanismo brasileiro e seu aspecto “revolucionário”.

¹¹⁷ *Ibidem*.

[...] o republicano, o revolucionário brasileiro, não só pelo antagonismo natural da posição, mas sobretudo pela própria essência de seus princípios, deve-se conservar austero e inflexível.¹¹⁸

Essa coluna está em continuidade com os três primeiros artigos da série em discussão. O autor remete, inclusive, ao sentido de História que acabamos de definir. Para ele, o antagonismo é “natural de sua posição”, como se ser “revolucionário” fosse resultado não da escolha do republicano em si, mas sim da configuração política de seu país.

Diferentemente dos artigos anteriores, entretanto, Euclides da Cunha ensaia um primeiro sentido de prática política desse grupo.

[O republicano] Precisa destruir e tendo espirito bastante para reconhecer que a verdade – é nas sociedades decadentes elemento de destruição – adopta-a. De facto, para defender-se e ofender – basta-lhe isto – dizer a verdade. Dil-a-emos. Para sermos invencíveis na posição que occupamos basta-nos registrar os actos e palavras dos partidos que se degladiam. [...] Fal-o-emos comtudo atravez de nosso temperamento. Escreveremos – um depoimento – libello. Seremos – testemunha e juiz.¹¹⁹

O autor faz questão de colocar a sociedade que vive como “decadente”, opondo-se a ela através do que chama de “verdade”. A *práxis* vai de encontro com a questão intelectual, uma vez que o autor compreende que seu discurso é de uma natureza fundamentalmente distinta da realidade política. Logo, defende a recitação desta “verdade” enquanto ação.

A composição desta “verdade” é explorada no segundo trecho. Para Euclides da Cunha, registrar os atos e palavras da política imperial era atuar como juiz e testemunha. A História – acompanhando novamente Koselleck – é reflexo de uma crítica política que parte de duas premissas fundamentais de seu narrador: (a) ele é testemunha, uma vez que redige a realidade tendo como base uma suposta “narrativa fidedigna dos acontecimentos”; (b) é juiz, uma vez que encadear estes acontecimentos significaria concatená-los com a História e o mundo moderno, marcado pelo modelo capitalista europeu. Uma vez realizados, entrevê-se uma inevitabilidade do republicanismo no Brasil. Daí sua ação se restringir à descrição, ao depoimento.¹²⁰

¹¹⁸ CUNHA, Euclides da. *Actos e Palavras*. A Província de São Paulo. 10/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890110-4133-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/11/2023 Às 21:55).

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ Sobre a moralidade da política na História e seu caráter de “juízo”: KOSELLECK, *Op.Cit.*, 1999, p.74-75.

Ainda na mesma linha de ação, o segundo artigo da série passa a definir o que seria República enquanto regime político para Euclides da Cunha. Para isso, o autor define seu entendimento por “governo da maioria”.

Ora [os defensores da monarquia] – tomando ingenuamente ao pé da letra a formula – *governo do povo pelo povo* entendem que este, atrasado como está, não se póde [...] governar. É um triste argumento – este. Esta formula diz que todo o cidadão póde se tornar apto para dirigir. *O governo republicano* – digamol-o sem temor, é *naturalmente aristocrata* – os pergaminhos d’essa nobreza porém ascendem, numa continuidade admiravel, das officinas ás academias. *É o governo de todos por alguns* – *mas estes são fornecidos por todos.*¹²¹

Para o autor, o fundamento da República consiste em seu caráter aristocrático, ao passo que mantém sua fórmula de governo da maioria. Este entendimento compõe a *práxis* do republicano brasileiro, uma vez que se preocupa com a manutenção de uma “ordem social” através das instituições calcadas no poder do Estado. Euclides da Cunha, assim como seus antagonistas políticos, afirma que o povo se encontra atrasado. Sob essa chaga, a maioria numérica da população brasileira é vista como incapaz, buscando assim justificar a jurisdição do Estado.

Logo, o conceito euclidiano de maioria não é derivado, por exemplo, do sufrágio universal. Ao invés, ele parte do conceito de Pátria, da abstração da sociedade brasileira em relação ao conceito de História. A maioria seria então uma manifestação dessa evolução na História, de onde a República é seu subproduto. Uma vez certo de que a República representa a “sociologia e a moral”, “de onde surgem as noções positivas do dever e do direito”¹²², o autor sobrepõe sua defesa política como se fosse “da maioria”. Compreende-se melhor, a partir desta definição, a maneira pela qual o autor colocou – em Pátria e Dinastia - o “soldado” enquanto nivelado com a “maioria” da sociedade brasileira. Esta maioria não é numérica, mas sim idealizada pela História através do conceito de Pátria.

O sexto artigo da coluna [18 de janeiro de 1889] merece também um destaque em nosso exame. Euclides da Cunha dedica-o a rebater as acusações políticas ao movimento republicano no Brasil. Dentre as acusações, se concentra na qual a instauração republicana no país viria a colocá-lo em “anarquia”. A fim de desvencilhar a “anarquia” à República, o texto comenta:

¹²¹ CUNHA, Euclides da. *Actos e Palavras*. A Província de São Paulo. 11/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890111-4134-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 14/11/2023 Às 22:32) (Grifo nosso).

¹²² *Ibidem*.

Quanta injustiça, porém, em tudo isto. [...] *podíamos revestirmo-nos do titulo de anarchistas, como investimo-nos* altivamente do qualificativo nobilissimo de – *revolucionarios* – bastava-nos para isto um appello á logica invencivel do pensador mais original do nosso século – Proudhon – *e embora paradoxal a teoria que elle sustenta*, abroquelados nella, seriamos invensiveis ante a força liliputiana do que nos atacam.¹²³

O trecho chamou nossa atenção por dois motivos. De início, há uma assimilação entre anarquistas e revolucionários, uma vez que o autor ensaia a adoção do primeiro título assim como o fez com o segundo. Há uma evidente aproximação semântica entre os dois termos. Por isso mesmo, as restrições das quais o autor colocou à faceta “revolucionária” do republicanismo brasileiro também se aplicam ao “anarquismo” e, consigo, à própria sobreposição entre Euclides da Cunha e seu pseudônimo aqui em uso: Proudhon.

Deste modo, o título “anarquistas” é visto pela sua serventia em assimilar o movimento republicano brasileiro com o movimento da História, enxergando na Europa sua pedra angular. Não o defende como doutrina política. Assim como em *Revolucionários*, enxerga uma dualidade contida no título. Na conclusão do texto, escreve.

A anarchia não penetrou nas academias, insinuando-se no animo da mocidade; desde a mathematica á sociologia, toda a sciencia, oppõe-se-lhe victoriosamente, cada pagina dos livros é lhe uma barreira insuperavel, pódem nellas existir talvez revolucionarios, altivos e audazes, temperamentos que se expandem violentamente, altivamente e dignamente [...] quando se manifesta esse disequilibrio lamentável entre as paixões e as idéas [...] se alevantam serenos e immaculados os grandes ideaes que a illuminam, como se alevantam tranquillos e grandes os brilhos das constellações sobre o delirio pavoroso das tempestades...¹²⁴

O texto deixa patente uma dupla inscrição tanto de anarquistas como de revolucionários. A duplicidade reside fundamentalmente numa distinção entre “prática política” e “idealização”. Euclides da Cunha faz questão de calcar-se na imagem da “ciência” – lê-se também, a experiência política europeia – como fator que deslegitima os anarquistas e sua prática política. Todavia, “os ideais que a iluminam são grandes”. É precisamente aqui que o autor cria para si uma distinção entre prática política e idealização, *práxis* e ideologia.

Somente através desta distinção que passamos a compreender melhor o conceito de República em Euclides da Cunha. O fato de adotar Proudhon como seu pseudônimo não

¹²³ CUNHA, Euclides da. *Actos e Palavras*. A Província de São Paulo. 16/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890118-4140-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em 19/11/2023 Às 20:57) (Grifo nosso).

¹²⁴ *Ibidem*.

advém da defesa do anarquismo. Para além do estratagema autoral, o pseudônimo antes revela o próprio ponto nodal da defesa republicana. República é o “futuro do Brasil”, pois se assemelha à experiência política europeia. Buscando compreender e concatenar a sociedade brasileira como fenômeno da História – *Geschichte* – o pseudônimo entrevê a posição dissidente do republicanismo brasileiro como “revolucionária”.

Esta dupla inscrição é mais bem definida quando levantamos também a compreensão de História para o último texto da coluna [24 de janeiro de 1889], citado já na introdução deste capítulo.

Chegamos a sentir a necessidade de um novo Danton [...] capaz de transmitir ao povo [...] todo o vigor de seu temperamento [...] mas hoje, melhor orientados temol-os por desnecessarios. A velha sociedade extingue-se naturalmente, comicamente até e se ha alguem cuja presença devesse se achar em meio dos acontecimentos actuaes; esse é o grande genio da alta comedia – Molière...¹²⁵

Apoiando-se na concepção de História, Euclides da Cunha compreende que “o vigor do temperamento de Danton” se dá por “desnecessário” em sua atualidade. Para o autor, seja pela “melhor orientação”, ou pela “velha sociedade em extinção”, o processo político revolucionário é substituído pela “comédia”: ou por seus comentários sobre atos e palavras.

A esta compreensão adicionamos a discussão que acabamos de levantar. O próprio uso do pseudônimo Proudhon, juntamente com o título de revolucionários, não advém da defesa de uma prática política em particular. Para o autor, eles representam uma “etapa superada”. Os revolucionários, ao seu ver, passavam a perder espaço para a evolução da História. Restaria, como dissidentes, instaurar-se enquanto o novo Estado brasileiro. Daí a constante dubiedade de “revolucionários” enquanto título para o republicanismo no Brasil.

Entretanto, se exemplificamos exaustivamente os limites do “revolucionário” em Euclides da Cunha, precisamos melhor definir a relação entre a imagem do autor com a sociedade que objetifica. Esta necessidade se dá uma vez que buscamos aprofundar o que o autor entende por ser o papel do Estado. Por conseguinte, tangenciamos novamente o tema da maioria política na série de fontes aqui trabalhada.

Em *Da Corte* [17 de maio de 1889], Euclides da Cunha investe sobre a imagem de si. Utilizando-se da comparação, o autor coloca um “nós” diante da sociedade que habita.

¹²⁵ CUNHA, Euclides da. *Actos e Palavras*. A Província de São Paulo, São Paulo, 24/01/1889. P1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890124-4145-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em 06/12/2023 às 13:37).

Colocado no seio da sociedade actual – á mercê das forças que a agitam, expansões egoísticas de milhares de interesses irradiando a todas as direções – o nosso espirito – não poderá fixar uma direção rectilínea e agitando-se, movendo-se oscillará indeterminadamente, indeciso, da esperança á desillusão [...] Unicamente uma disciplina mental esmagadora, inexoravel – tal que pelo aniquilamento inteiro das paixões, nos facultasse a abdicação da propria individualidade [...]¹²⁶

A imagem a se destacar aqui é o fato do autor se colocar “à mercê das forças” que agitam a sociedade, impedindo-o de se fixar em uma “direção retilínea”. Esta constatação dialoga com sua compreensão de República: Euclides da Cunha destoa da maioria da população enquanto agente político. Para o autor, é necessária uma força convergente, diferente das “expansões egoísticas” da sociedade.

Esta necessidade, por sua vez, acompanha a imagem de si em *Os Homens de Hoje* [22 de junho de 1889]. Ao rebater um suposto pessimismo diante da “sociedade atual”, o autor trabalha novamente com o conceito de Pátria.

Por outro lado, como uma atenuante ao apecticismo referido acima, resta o entusiasmo que nos domina sentido, em torno, na patria – a parte mais proxima da humanidade – [...] os que ainda sabem sentir e generalizando a vida têm robustez para alevantar a herança grandiosa do passado e impellil-a engrandecida para o futuro.¹²⁷

É importante destacar a proximidade que o autor coloca “Pátria” de “humanidade”. Remetemos novamente ao conceito de História, no qual a *humanidade* é uma representação coletiva dos diversos Estados-Nação pelo mundo. É através dessa aproximação que “Pátria” assume um significado distinto de “sociedade”. Pátria é uma abstração, uma idealização aquém da realidade política tangenciada pelo autor. É através dela que se enxerga uma espécie de “asilo inviolável” ao sonho de “regenerar” a sociedade brasileira.¹²⁸

Compartilhamos aqui da observação de Amory sobre a fonte em questão. Para o historiador, Euclides da Cunha trabalhou com o recurso da abstração para determinar uma moralidade à sociedade brasileira e sua trajetória política. Sendo assim, a existência de um Estado brasileiro seria dependente de atingir o ideal de civilização europeia, figurando-se como parte da *humanidade*.¹²⁹

¹²⁶ CUNHA, Euclides da. *Da Corte*. A Província de São Paulo, São Paulo, 17/05/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890517-4235-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em 15/12/2023 às 16:39).

¹²⁷ CUNHA, Euclides da. *Homens de Hoje*. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/06/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890622-4265-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em: 15/12/2023 às 18:57)

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ AMORY, *Op. Cit.*, 2009, p.69-70.

Entretanto, cabe compreendermos o papel deste caráter abstrato dado à “Pátria”: é a pedra angular que dita as relações entre “passado” e “futuro” de uma dada nação. Através de uma relação hereditária entre os dois pontos da História, Euclides da Cunha realiza uma exegese onde o final há sempre de ser o modelo europeu de Nação. Afinal, uma vez próxima da “humanidade”, trabalhar com “Pátria” significa também lançar mão à possibilidade de comparar o local ao geral, a nação brasileira com “outras pátrias”. Neste modelo comparativo a história considerada do Brasil passa também a ser uma continuidade da História.

Por conseguinte, os “*homens de hoje*” – dos quais o autor se coloca – são reflexo dessa correspondência entre local e geral:

*Representantes naturaes da sociedade, trazem no espirito a resultante de todas as energias sociaes; são os homens de hoje syntheses das maiores aspirações de uma epocha.*¹³⁰

Este trecho se assemelha ao publicado na última fonte da série – *Definamo-nos* [23 de julho de 1889] – quando se define a “posição atual do homem moderno”.

*Na posição actual do homem moderno, posição que traduz um esforço de todas as sociedades do passado, comprehende-se que as responsabilidades são extraordinarias [...] exprimindo nada mais que um termo de transição entre o passado e o futuro, na grande existencia historica das sociedades [...] tem de transmittil-a ao futuro.*¹³¹;

Quando o autor escreve “sociedade” na primeira citação, não está a referenciar apenas a brasileira, mas sim a sua concepção de humanidade. Com isso, o “homem de hoje” é reflexo dessa hereditariedade entre passado e presente na História, de forma a representar um termo de transição entre passado e futuro. Euclides da Cunha se coloca então como representante deste termo, de onde “revolucionário” atua como vestígio desse passado onde se considera como herdeiro.

Por outro lado, a imagem do “homem moderno” se contrasta ao das “aspirações egoísticas da sociedade”, majoritariamente por aquele ser concebido como síntese. Este caráter advém de uma pressuposta unilateralidade da História, colocando assim o republicanismo como via política inequívoca.

¹³⁰ CUNHA, Euclides da. *Homens de Hoje*. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/06/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890622-4265-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em: 15/12/2023 às 18:57).

¹³¹ CUNHA, Euclides da. *Definamo-nos*. A Província de São Paulo, São Paulo, 23/07/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890723-4289-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em: 16/12/2023 às 07:45) (grifo nosso).

Logo, a opção por uma divisão entre “pensamentos filosóficos e políticos” em Euclides da Cunha tolhe um aspecto fundamental: a *práxis* republicana do autor é indissociável de sua abstração sobre a República. Através do conceito de História, a República é tanto o regime iminente do Brasil quanto a fase do tempo moderno, não requerendo a *práxis* revolucionária. Ambos são interdependentes, na medida em que o conceito euclidiano de “revolução” é sempre subordinado ao de “evolução”.

Em caráter conclusivo, pretendemos aqui expandir uma área pouco estudada nas fontes de Euclides da Cunha. Nela, estabelecemos a República em seu caráter ideal como uma “aristocracia”, de onde os integrantes da academia ascenderiam aos cargos das instituições. Dela surge o papel do Estado enquanto centralizador de poder, como remediador de uma suposta “onda egoística” da sociedade brasileira. Com isso, é evidente o caráter reformista no pensamento do autor, uma vez que antecipa uma necessidade de manter a jurisdição do Império. Seu papel reside apenas no que se chamou de “conservar melhorando”.

Esta perspectiva de Estado é tributária de seu conceito de História, da qual definimos a partir de Koselleck. Enquanto um termo de transição entre passado e futuro, o homem moderno – no qual Euclides da Cunha se insere – é representante da consolidação burguesa: os Estados-Nação. Essa materialização política é considerada como apriorística para o autor, uma vez que *a existência do Estado brasileiro é considerada como pontapé de suas reflexões*. A finalidade do governo é manter, conservar e ampliar seu domínio administrativo sob o território que lhe corresponde. Prova disto é como, no último artigo da série, o autor se identifica como uma “miniatura da Pátria”¹³². Esta é a função do conceito: ser modelo de moral política para a sociedade brasileira.

O alinhamento do autor com o papel do Estado tem suas premissas e contextos. De fato, tanto o currículo como as organizações políticas dentro da Escola Militar apontam para uma concomitância entre integrar o Estado com ser antagônico ao governo vigente, respectivamente. Através da hesitação do autor diante dos títulos de “revolucionário” e “anarquistas” opera-se uma retórica: como colocar o republicanismo como um status quo ainda em plena monarquia brasileira. Uma das soluções foi o conceito de “maioria” em Euclides da Cunha, no qual renuncia o aspecto quantitativo para considerar maioria apenas a abstração de uma “Pátria brasileira”: aquela mais “próxima” do modelo eurocêntrico. Para o autor, esta proximidade se daria com a instauração da República.

Uma vez definido, a próxima seção busca compreender como o sentido de República se transformou nos anos subsequentes do autor. Adiante, regressaremos a contextualizar a

¹³² *Ibidem*.

consolidação do regime republicano com a produção de Euclides da Cunha. O período finaliza com uma carta que diverge de parte do que o autor compreende por Pátria sem, entretanto, renunciar o sentido de História.

1.4 Os conflitos da consolidação republicana: Euclides da Cunha e o novo sentido de Pátria (1889-1893).

Examinados os primeiros textos do autor na imprensa, partimos para os anos mais instáveis da ocupação profissional do autor. Regressemos ao contexto biográfico, agora com o cotejo da análise de fontes.

Em 1889, Euclides da Cunha passaria a saber sobre o golpe republicano apenas no dia seguinte, 16 de novembro. No mesmo dia, com o auxílio de seu colega Edgar Sampaio, foi à confraternização na residência de um dos líderes do movimento militar: o major Sólon Ribeiro. Essa reunião foi decisiva na vida do autor em dois aspectos: (a) possibilitou a sua reintegração ao Exército, matriculando-se na Escola Superior de Guerra (ESG) em janeiro de 1890; (b) conheceu a filha do major, Ana Ribeiro, com quem viria a se casar em setembro de 1890.¹³³

Já na ESG, Euclides da Cunha publicou alguns textos na imprensa. Destaca-se aqui a coletânea de quatro artigos, intitulada *Divagando*, publicada no jornal *Democracia* (RJ). O conteúdo da série chama atenção para o sentido que o autor dava para as transformações políticas do período.

Fundou-se essa semana o partido catholico e alentados pelas magias da fê, encerraram os crentes a sessão inaugural, collocando-se sob a egide da infallibilidade papal. [...] Para nós a religião [...] é o elemento mais vigoroso da solidariedade humana. Nas epochas anormais sobretudo, somente ella pode efficazmente reagir á desagregação fatal das idéias e dos sentimentos, constituindo-se o centro de attracção de toda a imensa affectividade dos povos. [...] E a razão disto estava na maxima generalisação de seu objectivo. Tendia á conquista grandiosa das almas.¹³⁴

Euclides da Cunha nutriu um profundo anticlericalismo, traço esse que também acompanhou boa parte de seus colegas de estudo. Ao alinhar-se com a noção de tempo

¹³³ AMORY, *Op. Cit.*, p.71-73.

¹³⁴ CUNHA, Euclides da. *Divagando*. *Democracia*, Rio de Janeiro, 02/06/1890, p.1-2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092282&pasta=ano%20189&pesq=%22Divagando%22&pagfis=263> (Acesso em 23/07/2023 às 23:36).

moderno, a Igreja é considerada como ultrapassada, já que era pautada pelas “magias da fé”. Entretanto, o autor designa uma função social para o clérigo que é anterior ao *tempo moderno*: atuou como “reação à desagregação das ideias”. O fator sintomático dessa afirmativa não é uma defesa à Igreja atual, mas sim a identificação de um papel social presente na História. Com isso queremos dizer: (a) há uma clara noção de História singular¹³⁵, onde o exame do autor se encontra na possibilidade de estudá-la como uma linha de causalidades diacrônicas (Cf, 1.3); (b) o fator de “desagregação social” é admitido como fundamental para compreender os fenômenos das sociedades como um todo (*humanidade*). Neste apelo por uma reação contra o “desagregamento fatal das ideias” vemos a manutenção de sua preocupação presente no ano anterior em *Da Corte* (Cf, 1.3).

Eivada de absurdos embora, odiosa muitas vezes, falsíssima sempre [...] nunca enfraqueceu-se, diferenciando-se nas estreitez das dissenções partidárias. [...] realizando a harmonia das crenças por sobre as mais radicaes scisões partidárias. [...] Reduziram-no a um partido, restringiram-no suppondo talvez provir disto uma condensação de forças? quando, pelo contrario, pearam-no desastradamente ás oscillações de uma sociedade em desequilibrio e que reconstroe-se sob a dynamica valente das idéias. [...] Amanhã, a febre altissima das paixões politicas abrirá dentro desse partido as primeiras scisões: - signal infallivel – de decomposição.¹³⁶

O autor forma então uma antítese entre “harmonia de crenças” e “radicais cisões partidárias”, de forma a identificar na primeira um papel social. Ao fundar o partido católico – que é o fato a que o artigo se prestou a tratar – a Igreja *reduz* sua escala de ação. Condena assim o feito, de forma a acreditar numa contrariedade da própria natureza inerte à Igreja.

O ponto fundamental para a compreensão do compasso político do autor passa a ser então a consequência deste diagnóstico. Para Euclides da Cunha, o erro da Igreja foi estar à deriva das “oscilações de uma sociedade em desequilíbrio” que “se reconstrói sob a dinâmica das valentes ideias”. Há aqui uma oposição entre oscilação-união, uma dicotomia que busca condenar a função partidária da sociedade onde o autor se insere.

Neste contraste, podemos definir melhor a concepção de República e democracia em Euclides da Cunha. Reiteramos aqui que não lhe interessava o conceito de representatividade dos sistemas eleitorais, aos quais via como “oscilações” de uma sociedade “em desequilíbrio”. O que estava em pauta era a participação de membros dos centros urbanos na máquina estatal, sem que necessitasse das relações aristocráticas, das heranças e “apadrinhamentos políticos”.

¹³⁵ O autor utiliza o termo “História” dentro deste mesmo artigo.

¹³⁶ *Ibidem*.

Seu conceito de República seguiu – até mesmo durante a escrita de *Os sertões* – a imagem de uma minoria diante da sociedade.

Incompreendida e a todo instante circulada pela jogralice insultuosa da imbecilidade triunfante, ha no nosso meio uma minoria robusta, um pequeno grupo – unido e forte, que pela magnifica altitude é como que a miniatura da sociedade ideal do futuro. [...] por toda parte, a massa popular, acumulada nas ruas, regorgitando os cafês, bocejava esse velho indifferentismo [...] porém, [essa massa] teve inestimavel valor de realçar a magnifica postura dos positivistas brasileiros.¹³⁷

Ao confrontar os dois artigos da mesma série, conclui-se que a questão da “massa popular” é oposta por uma “minoria” que Euclides da Cunha se insere: os positivistas brasileiros. Sua identidade social construída diz respeito também a uma definição de República que, se não explicitamente descrita, é ao menos delimitada. O papel do Estado-Nação é claramente restringido à uma “minoria ativa”, de modo que a democratização é um processo de admissão de uma minoria urbana a um Estado não representativo. *A coisa pública* só se caracteriza desta maneira quando a minoria é concebida sob o pretexto de possibilitar o controle da “nação-território” em sua totalidade. A minoria passa a ser então “a miniatura da sociedade ideal do futuro”.

Entretanto, a realidade administrativa republicana trouxe para o autor o que talvez seja o principal traço característico de sua escrita epistolar: seu pessimismo político. Nos anos subsequentes, Euclides da Cunha tratou cada vez mais de uma da “política” como um conjunto de práticas que não tratam da moral em si, mas apenas de sua execução. Pouco citado, o estudo de Clóvis Moura na década de 1960 explora a perspectiva de deslocamento entre uma “República ideal” e uma “República real” dentro de Euclides da Cunha.¹³⁸ Resultado disso seria *o pessimismo da intelectualidade diante da identidade nacional* que, como veremos adiante, fez parte da vida do autor de *Os sertões*. Esse fenômeno acabou revelando, nas palavras do pesquisador, as diversas controvérsias da virada de regime e suas crises sociais e econômicas.¹³⁹ Esses autores, cada vez mais desiludidos de sua empreitada

¹³⁷ CUNHA, Euclides da. *Divagando*. Democracia, Rio de Janeiro, 26/04/1890, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092282&Pesq=%22Divagando%22&pagfis=147> (Acesso em 23/07/2023 às 23:36).

¹³⁸ Outros textos que também citam sobre o assunto serão tratados no capítulo 2. Cf.: PEREIRA, Allan Marx de Moraes e TAVARES, Débora Reis. *A reviravolta de consciência de Euclides da Cunha: Uma análise literária, textual, biográfica e histórica*. Esferas, ano 12, vol. 2, no 2, setembro-dezembro de 2022.

¹³⁹ MOURA, Clóvis. *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*. Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro. 1964.

republicana, transformaram-se nos “paladinos malogrados”, nas palavras de Nicolau Sevckenko.¹⁴⁰

Em ordem cronológica, a primeira carta de Euclides da Cunha que temos acesso é do dia 14 de junho de 1890¹⁴¹, escrita do Rio de Janeiro com destino para seu pai. Nela, já encontramos o pessimismo que atravessou boa parte de seus temas pessoais.

As minhas aspirações acham-se contudo em pé: retraio-me agora; estudarei, tratarei de formar melhor o meu espírito e o meu coração e mais tarde, passada essa febre egoística e ruim que parece alucinar a todos, quando sentir-se necessidade de homens e os que atualmente escalam cegamente as posições, conscientes da própria fraqueza, delas abdicarem voluntariamente – aparecerei então, se puder, se quiserem.¹⁴²

Euclides da Cunha adere a seu ideal de República a idealização de uma meritocracia técnica. A carta explicita a visão que o autor tinha de sua formação no ensino superior: um meio de ocupar um lugar nos cargos públicos. Além de meio, era o pretexto moralizante do qual se comparava à práxis política em voga. Sua forte crítica era advinda da inserção de líderes do movimento positivista na política do governo provisório, como foi o fato de Benjamin Constant.

Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me [...] perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado [...]¹⁴³

O “antigo ídolo” de Euclides da Cunha, que nessa data já se encontrava como Ministro da Instrução Pública, fora duramente criticado já nos princípios da consolidação republicana. De fato, a rede de oportunidades não acompanhou a dinâmica de crescimento de uma camada social que adentrava o ensino superior e sua formação técnica. A expectativa de ingressar no funcionalismo veio de encontro à disputa das minorias da elite política de então. O ideal republicano dominante encontra em Euclides da Cunha sua contradição, uma vez que não se vê contemplado pelas instituições que defendeu no campo discursivo.

¹⁴⁰ SEVCENKO, *Op. Cit.*, p.86-93.

¹⁴¹ Ou seja, doze dias após seu último artigo no jornal *Democracia* (RJ).

¹⁴² CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1890. Destinatário: Manuel Rodrigues da Cunha. In.: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha / Walnice Nogueira Galvão*

¹⁴³ *Ibidem*.

A relação com a família de Sólon, principalmente com o sogro, é outro dos fatores primordiais dos atritos de Euclides da Cunha com o governo republicano vigente a partir de 1889. Na mesma carta ao pai, Euclides da Cunha relata que se desligou do jornal Democracia a pedido de seu futuro sogro. De acordo com Ventura, o jornal atacou a política econômica de Rui Barbosa¹⁴⁴, bem como as promoções que ocorriam dentro do Exército, das quais se encontram o “filhotismo” de Benjamin Constant referido em carta. Sendo mais pragmático que seu genro, Sólon aconselhou-o de maneira a não envolver o nome do jovem estudante nas disputas políticas da imprensa. Como veremos adiante, o conselho tinha suas procedências.

Os meses seguintes foram acompanhados pelo fracasso das medidas econômicas do governo de Deodoro, com uma inflação desenfreada que marcaria o fim de seu mandato em novembro de 1891, com a participação da Marinha para o empossamento de Floriano Peixoto.

A relação entre Euclides da Cunha e o governo de Floriano Peixoto foi um dos pontos-chaves para o pessimismo político do autor. De acordo com um de seus relatos de 1904 a Lúcio de Mendonça, o autor supostamente participou de uma reunião com o presidente Floriano após concluir seus estudos na ESG. Segundo ele:

O grande doador de posições, referindo-se à minha recente formatura e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que *tendo eu direito* a escolher por mim mesmo uma posição, *não se julgava* competente para indicá-la... Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despencar dos governadores estaduais!... E eu (...) declarei-lhe ingenuamente que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática da E.F.C. do Brasil! Não lhe conto o resto. Quando me despedi pareceu-me que no olhar mortiço do interlocutor estava escrito: *nada vales*.¹⁴⁵

Euclides da Cunha reinveste na sua postura idealmente ética que se contrapõe ao “grande doador de posições”. Independentemente da veracidade do episódio, o autor se mostra como “ingênuo”, fora da esfera da práxis política.

De todo modo, viria a cumprir seu estágio na Estrada de Ferro Central em São Paulo, voltando a colaborar com o agora Estado de São Paulo. De acordo com Ventura, seus artigos de março a julho de 1892 investem na legalidade do governo de Floriano Peixoto.¹⁴⁶

Em um deles, sem sua assinatura própria, tem como título *Da Penumbra*. Iniciando com “Sejamos otimistas”, Euclides da Cunha busca justificar o governo florianista aos seus opositores. Entretanto, esta argumentação começa a ruir seu primeiro princípio de República.

¹⁴⁴ Ibidem; VENTURA, *Op. Cit.*, p.98.

¹⁴⁵ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Lúcio de Mendonça. 1904. In.: GALVÃO, *op. Cit.*, p.193-194.

¹⁴⁶ VENTURA, *Op. Cit.*, p.112.

Acostumados à uma especie singular de revoluções feitas de flores e hymnos triumphaes [...] Suppõem por acaso, os nossos intransigentes adversarios, que a marcha do systema social faz-se como a transição dos systemas invariaveis da mecânica, sob o impulso de leis determinadas e positivas?...¹⁴⁷

Euclides da Cunha modifica seu discurso dos artigos prévios a 1892. Em *Revolucionários* [1888] - onde “se forma um democrata como um geômetra, na escola” - a República era dada como uma “verdade sociológica”, imanente ao tempo moderno. (Cf, 1.3) Agora, entretanto, faz-se necessário uma crítica a essa suposta “ingenuidade” de onde o debate na imprensa é tomado com “ironia”. O autor, diferentemente das suas cartas, tomou a via do situacionismo político como fio argumentativo de sua defesa ao governo.

Não acreditam, certamente ; antes sabem que a ellucidação desse problema vae constituir a mais dura tarefa do futuro. De mais, a historia, a comparação historica, não nos aponta o facto de um povo que não tenha – em sua organização definitiva, pago um doloroso tributo de sangue e demoradas agitações. Foram precisos doze annos, doze annos maldictos de privações e luctas, aos Estados Unidos [...] formarem a Constituição á qual devem um seculo de prosperidades. [...] As sociedades, como os individuos da vasta serie animal, obedecem a uma grandiosa selecção, para o estudo da qual já se faz preciso que apareça um Darwin ou um Haeckel.¹⁴⁸

Amory faz questão de assinalar como este artigo passa a caracterizar a transição euclidiana entre o “positivismo comtista” para o “evolucionismo social”. Ao citar Darwin e Haeckel, segundo o historiador, seguia-se os princípios fundamentais de hereditariedade e convulsão, dos quais caracterizariam o momento de guerras civis no Brasil.¹⁴⁹ Sevcenko contextualiza aqui um repertório específico à década de 1890: *o ilimitado utilitarismo intelectual* das sociedades com baixas taxas de alfabetização e vertiginosos processos de urbanização pelo globo. Esse repertório seria encabeçado pelas ditas “ciências sociais”, uma “vanguarda científica” que compreende a “luta pela vida” como principal fenômeno da História das sociedades.¹⁵⁰ Como tal, pairava a ótica de uma “evidência” do extermínio tanto a nível cultural quanto demográfico. O sucesso da consolidação de um Estado único em identidade, vitorioso no processo de “seleção natural”, seria uma dupla afirmação da sua

¹⁴⁷ CUNHA, Euclides da. *Da Penumbra*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 de março de 1892. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920317-5107-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 29/07/2023 às 14:25).

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ AMORY, *Op. Cit.*, p.81.

¹⁵⁰ Que, como vimos, é singular e orientada por um modelo eurocêntrico. Ver a nota de rodapé 90.

capacidade de se pôr diante de um cenário internacional de competição de créditos e investimentos, para além da defesa contra a ameaça dos imperialismos militares.¹⁵¹

Entretanto, se faz necessário compreender uma relação dialética entre as “ciências sociais” e sua execução nos textos de autores brasileiros. Enquanto via de mão dupla, não era só o Darwinismo Social que passava a ser incorporado pelas nações em crise: era também o exercício de um critério social, político, de onde seus interlocutores defendem posicionamentos dentro de um debate que já estava acontecendo.¹⁵² De modo que a opção pelo Darwinismo não é uma via única de influência – entre origem europeia e aplicação brasileira – mas também uma opção política por compreender as profundas crises do sistema capitalista e as transformações políticas em seus países periféricos.

Fato disso está na maneira pela qual Euclides da Cunha emprega o conceito de Darwin e Haeckel. A base que o fundamenta se encontra no exemplo estadunidense. Outrossim, o exemplo só “serve” na medida em que os EUA se situam para a América Latina como “povo de organização definitiva”. Regressamos novamente ao princípio do controle da intelectualidade brasileira fim de século: *a primazia da afirmação da “nação-território”*. A História, que conta com o patrocínio da afirmação do Estado, exercita a negação das “dissidências” dentro da unidade território-Nação.¹⁵³ A citação dos teóricos, menos que uma aplicação de conceitos, é uma medida retórica de dar autoridade ao discurso por meio da citação de autores estrangeiros (Cf, 1.2).

Em abril, o autor utilizaria novamente do exemplo da História como defesa situacionista, ao criticar o manifesto oposicionista de treze generais no dia 5 com: “A República Brasileira tem também a sua Vendéia perigosa”¹⁵⁴. O artigo é aqui citado menos por seu tema – que se repetiu nos artigos de 1897 “*A nossa Vendéia*” – e mais por sua utilização do exemplo histórico como fio argumentativo. A “comparação histórica” faz parte dos critérios do debate. Sua operação respeita os “modelos ideais” do eurocentrismo e do exemplo americano de progresso capitalista: os EUA. Através da afirmação de um modelo, estabelecem-se as regras dos “inferiores” e “superiores”, do futuro e do passado.

O mês de abril de 1892 seria marcado pela deportação política da oposição a Floriano, que contava com o financiamento de uma parcela da elite carioca. Sólon, que se encontrava no cargo de general, seria envolvido em uma série de boatos que o caracterizavam como um

¹⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p.78-86.

¹⁵² ALONSO, *Op. Cit.*, p.22-45.

¹⁵³ LIMA, *Op. Cit.*, 2007.

¹⁵⁴ CUNHA, Euclides da. *Dia a Dia*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 de abril de 1892. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920406-5119-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen> (Acesso em 15/07/2023 às 21:13).

dos conspiradores. O sogro de Euclides da Cunha pretendia defender-se através da imprensa. Porém, sua publicação fora inicialmente barrada pelo próprio Floriano, levando em conta que o general necessitava de permissão para se defender publicamente. Entretanto, o presidente conduziu, segundo Ventura, uma investigação paralela, sem o consentimento de Sólón. Este fato provocou a reação do general, publicando sua defesa no dia 29 de junho, sem permissão oficial. A relação entre Sólón e o florianismo deteriorou-se rapidamente.¹⁵⁵

Os trâmites abalariam a já frágil defesa de Euclides da Cunha sobre a situação do governo. Em carta de 7 de junho, fala de sua aspiração de já abandonar a carreira militar e ter uma vida “mais fecunda e nobilitadora”¹⁵⁶, se referindo ao objetivo de ocupar uma vaga de lente na Escola Politécnica de São Paulo.¹⁵⁷ Reflete, nesse quesito, o contexto pelo qual o autor entrou no exército: a possibilidade de ingressar num ensino que pretendia aparelhar a ampliação dos cargos do Estado, desmerecendo a questão militar em si.

Na mesma carta, o autor muda seu posicionamento diante do debate político: segundo o remetente, nada disse sobre política pois “é coisa que atualmente não enche um só minuto da minha vida.”¹⁵⁸ A crítica seguiria na série de cartas com: “misérrima pátria tão digna de dias melhores”¹⁵⁹; “vida moderna brilhantíssima, mas pesada”¹⁶⁰; e o significativo diagnóstico de “não servir à vida sedentária de nosso meio civilizatório, preferindo os sertões desertos de nossa terra ou a viagem à Europa”.¹⁶¹

O ano de 1892 marca um contexto de incertezas derivado da experiência histórica política de Euclides da Cunha ante o governo de Floriano Peixoto. Do situacionismo à alienação deliberada, seu posicionamento abalou as bases da República, características de seus primeiros artigos entre 1888-1890. Na relação dialética entre o repertório europeu e o debate político nacional, o *darwinismo social une-se ao conceito de História* e seus modelos de “sucesso” diante do caos social brasileiro. O autor oscila entre a naturalização das disputas políticas do país e o modelo ideal de República. Entrementes, sua desconfiança com o exercício das instituições do Estado se mostraria cada vez mais aguda. Em 25 de outubro de

¹⁵⁵ VENTURA, *Op. Cit.*, 113-116.

¹⁵⁶ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio, 7 de junho de 1892. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.31-32.

¹⁵⁷ Não aprofundaremos sobre o tema das sucessivas investidas fracassadas de Euclides da Cunha em ocupar o cargo. Sobre o tema, ver: AMORY, *Op. Cit.*, p.79-99; VENTURA, *Op. Cit.* 116-124.

¹⁵⁸ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio, 7 de junho de 1892. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.31-32.

¹⁵⁹ *Idem.* S. Paulo, 20 de junho de 1892. Destinatário: Pedro de Alcântara. In.: *Idem*, p.32-33.

¹⁶⁰ *Idem.* Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1892. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: *Idem*, p.35-37.

¹⁶¹ *Idem.* [Correspondência]. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1892. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: *Ibidem*, p.37-39.

1892, realiza uma autocensura ao não confiar sua carta “à discricção oficial do correio o meu modo de pensar”.¹⁶²

Euclides da Cunha viu-se politicamente vulnerável a partir de setembro de 1893. Com a irrupção da Revolta da Armada, o general Sólon foi detido sob pretexto de ser oposicionista, enquanto o escritor foi convocado para participar do conflito na capital. Sua posição política em carta para Porchat é sintomática.

Parece que a Revolta da Armada, na falta de um princípio orientador e sério [...] enlouquece, vibrando numa epilepsia sinistra [...] No meio de tudo isto eu tive felizmente bastante lucidez para descobrir a estrada do dever [...] Coloquei-me naturalmente, espontaneamente *ao lado da entidade abstrata – governo* [...] pressinto [...] o fantasma do 3º Império.¹⁶³

O conteúdo da carta acima advém também de seu contexto de enunciação. Euclides da Cunha se vê na necessidade de controlar seu discurso, uma vez que ele contém o timbre da Comissão Técnica Militar Consultiva.¹⁶⁴ Mesmo com a sucinta censura à revolta, o autor se coloca numa posição não necessariamente situacionista, mas sim de defesa à uma “entidade abstrata”. Seu discurso só se efetiva na medida em que preza pelo Estado enquanto instituição, sob o qual há – nas palavras do autor – a ameaça do “terceiro império”.

O pessimismo político, adstrito à experiência da guerra e o contexto das disputas imperialistas europeias, fariam com que Euclides da Cunha alimentasse um certo *embaraço* entre suas concepções políticas e a realidade de seu país. *Embaraço* – no sentido que Luiz Costa Lima atribui¹⁶⁵ – que se dá na medida em que o autor pretende aplicar o repertório eurocêntrico para compreender sua realidade nacional e afirmar seu par “território-nação”. Uma vez que esse mesmo repertório antes afirma a desigualdade entre nações – das quais naturalizam o neocolonialismo no século XIX-XX – o debate dos centros urbanos brasileiros passa a encontrar entraves para a realização plena de um conceito eurocêntrico de “civilização” em solo nacional.¹⁶⁶

¹⁶² *Idem*. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1892. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: *Ibidem*, p.42-43.

¹⁶³ *Idem*. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1893. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: *Ibidem*, p.50-51. (Grifo nosso).

¹⁶⁴ A logística das cartas foi preocupação expressada pelo autor nas correspondências subsequentes, chegando a comentar novamente sobre a “problemática descrição do correio”. Nas cartas onde não se encontra o timbre, sua crítica ao governo vigente é mais aberta. Cf.: *Ibidem*, p.50-59.

¹⁶⁵ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.37-57.

¹⁶⁶ Cf.: SEVCENKO, *Op. Cit.*, p.41-68.

O que traduz a feição dúbia das potências estrangeiras [...] pela qual as gentes pseudocivilizadas tratam os selvagens de todo mundo? A França, a Inglaterra, a Alemanha, excedendo miseravelmente o banditismo mais torpe roubando pátrias, saqueando os lares tranqüilos dos *bárbaros* na África e na Ásia. [...] Suporão esses países gastos e fúteis, com a sua civilização ridícula de bulevares repletos de boêmios infecundos e desprezíveis, que somos nós uma variedade qualquer dos bôeres ou dos Cabilas?¹⁶⁷

Euclides da Cunha, mesmo em seu embaraço, não destituiu o papel da Nação e seu modelo eurocêntrico. Quando caracteriza a “feição dúbia” das potências estrangeiras, subscreve-as em dois sentidos: (a) enquanto sociedades plenamente estabelecidas no modelo “nação-território”, i.e., consolidadas no modo capitalista; (b) enquanto violentas em suas práticas bélicas. Daí resulta a manutenção da dicotomia *civilizado-selvagem*, fazendo com que a censura euclidiana chegue apenas ao ponto de denominar as potências como “ridículas”, “pseudocivilizadas”. Mantém assim a caracterização dos grupos em conflito, chamando os continentes africano e asiático de “selvagens”.

Mesmo assinalando a relação de continuidade, o embaraço continua a existir. De modo que o próprio autor cogita – em suposição – se realmente essas potências enxergariam o Brasil como “uma variante qualquer do bôer”. Ao realizarmos uma leitura comparada com o artigo *Da Penumbra* [1893], notamos como a utilização do repertório das ciências sociais respeita o *controle do imaginário* em voga.¹⁶⁸ Euclides da Cunha se recusa a enxergar a teoria de “Haeckel e Darwin” a nível transnacional, onde as relações desiguais culminam nas “fortes vencendo as fracas”. Para o autor, a tese só é efetivada quando se trata da constituição de uma nação dentro de seu próprio território. *Não aceita que o projeto eurocêntrico de “Estado-Nação” seja o mesmo que efetiva o neocolonialismo coevo*. A união do mundo em uma só História do progresso humano mostra aqui seu aspecto: é uma unidade partida, categorizada em torno de uma Europa que se pretende vanguarda.¹⁶⁹

Entretanto, se o autor não renuncia à dicotomia “civilização-barbárie”, já começa a ensaiar uma postura que mudou fundamentalmente a sua perspectiva da construção da “Nação” brasileira. Prosseguindo o raciocínio na mesma carta, diz:

¹⁶⁷ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1893. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.56-57.

¹⁶⁸ LIMA, *Op. Cit.*, 2007, p.152-164.

¹⁶⁹ KOSELLECK, *Op. Cit.*, 1999.

Nunca senti tão violento como hoje o que dantes era para mim um sentimento mau [...] – o nativismo. Tenho-o hoje, exageradamente. O estrangeiro, o estrangeiro que se diz civilizado – considero-o inimigo. É o inimigo pior e covarde, de luvas de pelica e sorridente, que nos mata e ao mesmo tempo avilta-nos. E eu pressinto que ele tenha hoje o olhar cobiçoso sobre a nossa terra. O século XIX porém não testemunhará o desastre do aniquilamento de uma nacionalidade. As usinas do Krupp, Schneider, Bange e tantos outros [...] do progresso não impedirão a majestosa evolução do espírito democrático confiado à política americana.¹⁷⁰

Se o autor passa a considerar o “estrangeiro como inimigo”, cabe a nós a pergunta: o que significa o “nativismo” enquanto resposta para a “feição dúbia” das potências estrangeiras? A primeira hipótese – que nos guiará pelo restante do primeiro capítulo – é uma inversão da proposta republicana inicial (1888-1892) de Euclides da Cunha. Como vimos em *Revolucionários* [1888], o recurso de construção de uma “Nação” repousava no modelo estrangeiro na medida em que o autor – uma vez que se identificava enquanto “minoridade que representava o futuro ideal” – ligava-se a ele através do conceito de História. (Cf, 1.3) Uma vez quebrada essa via, o autor desloca a concepção de “Nação” do tempo para o espaço.

Mas o que significava este deslocamento na construção euclidiana de “Nação”? Por si só, a declaração não define suas bases. Entretanto, com as mudanças na carreira militar de Euclides da Cunha entre 1894-1895, o que não era conteúdo nos textos do autor passa a ser tratado: a experiência do autor diante da extensão territorial brasileira. *O território equivalente à Nação* mostrava seus primeiros indícios na literatura euclidiana, mesmo que ainda não fosse realizado em termos de conteúdo. Na carta de 1893 o “nativismo” ainda não estava em pleno exercício.

Reitera-se que o hipotético *deslocamento do conceito de República e Nação* não é equivalente a uma mudança de paradigmas, muito menos uma negação do Estado-Nação burguês. As indústrias, mesmo bélicas, são um signo de “progresso”, nas palavras do autor. A continuidade dessa perspectiva eurocêntrica se embaraça com a busca por uma autonomia política do Estado-Nação brasileiro. A perspectiva, longe de ser inovadora, já era amplamente discutida por sujeitos da “geração de 1870” como Sílvio Romero e Araripe Jr.¹⁷¹ Discutiremos posteriormente as consequências dessa posição “nativista” em Euclides da Cunha.

¹⁷⁰ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1893. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.56-57.

¹⁷¹ C.f.: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914* – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

1.5 A solução “nativista”: o conceito de existência nacional e o binômio sertão-cidade (1893-1896).

A virada de 1893-1894 foi uma experiência que reverberou tanto na escrita de Euclides da Cunha como em sua carreira militar. O autor se envolveu num desacordo com a família da esposa desde a prisão do seu sogro, em setembro de 1893. Dentro deste contexto, da Cunha se envolveu numa disputa de imprensa em defesa a Sólon, protestando por meio de cartas – publicadas na Gazeta de Notícias (RJ) nos dias 18 e 20 de fevereiro de 1894 – contra a campanha do senador João Cordeiro. O senador – forte aliado do florianismo – levantou uma campanha para que fossem dinamitadas as prisões de presos políticos, com o pretexto de ser uma reação ao atentado sofrido pelo jornal *O Tempo*.¹⁷²

O protesto, publicado com o nome de *A dynamite* [1894] merece destaque por apresentar uma peculiaridade. Tanto a assinatura da carta quanto o texto do redator que a segue caracterizam Euclides da Cunha como “engenheiro militar” e “distinto oficial do exército”, respectivamente.¹⁷³ De fato, a polêmica na qual o autor se inseriu era distinta das que participou desde seu início na imprensa. Desta vez, foi a experiência e posição militar que patrocinaram seu discurso. Em meio à Revolta da Armada, a carreira militar salvaguardou uma posição de poder dentro do discurso político corrente.

Entretanto, por se tratar de um membro do Exército, as cartas renderam represálias por parte do governo. Com as repercussões negativas da polêmica ao alto escalão do Exército, o autor foi transferido para Minas Gerais no dia 29 de março de 1894, chegando à cidade de Campanha (MG) no dia 28 do mês seguinte. Permaneceu nela até meados de 1895.

A estadia em Campanha é um dos pontos primordiais para compreender a noção euclidiana de *intelectualidade*. Dentre as citações sobre seu ideal de vida, sua maioria é dedicada aos sujeitos com quem manteve relações nesta cidade através de correspondências. Nelas estão as seguintes características de vida intelectual: “calma, estudiosa e útil”¹⁷⁴; “estudiosa contraposta à roça”¹⁷⁵; envolta por um “círculo de amigos, úteis à terra”¹⁷⁶.

¹⁷² VENTURA, *Op. Cit.*, p.134-135.

¹⁷³ CUNHA, Euclides da. *A dynamite*. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18/02/1894. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=9495 (Acesso em 12/09/2023 às 19:33).

¹⁷⁴ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. Belém do Descalvado, 8 de julho de 1895. In.: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondências de Euclides da Cunha* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. P.79.

¹⁷⁵ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. São Paulo, 26 de setembro de 1895. In.: *Idem*, p.84.

¹⁷⁶ *Idem*. [Correspondência]. Destinatário: Júlio Bueno Brandão. São Paulo, 28 de abril de 1896. In.: *Ibidem*, p.102.

Em uma de suas cartas a um colega de Campanha, em 1896, Euclides da Cunha descreveu sua chegada à cidade.

[...] minha chegada nesta formosa Campanha, aonde fui parar bruscamente, deixando o seio impuro de uma velha capital em desordem pela sociedade mais nobre do sertão. [...] de quem aí foi parar com a lúgubre tristeza de sentir-se exilado dentro da sua própria terra... [...] ¹⁷⁷

A experiência do exílio político tornou mais aguda a virada de Euclides da Cunha para o que nomeou em 1893 de “nativismo”. A colocação do sertão como “nobre” serve de contraste para a realidade dos centros urbanos. A experiência de “exílio” faria com que a dicotomia *litoral-sertão* passasse a ser um dos temas principais da construção de uma Nação na escrita euclidiana. Enquanto transmitia seu ideal de *intelectualidade* sob o pano de contraste entre *impureza-nobreza*, escreveu sobre as catas de Minas Gerais: o primeiro texto a compor o signo *sertão*.¹⁷⁸

Minas possuem ruínas antigas e cheias de majestosa tristeza – embora não se traduzam por imponentes escombros de muralhas derruidas, palacios soterrados de cidades extinctas [...] A nossa breve historia, o nosso passado de hontem ainda, ao envez do da antiguidade classica, não se traduz por um povo imortal de estatuas, fallando através do majestoso rythmo dos poemas. Perde-se na penumbra de impervias florestas, resumido nas lendas ingenuas das tribus. ¹⁷⁹

O primeiro aspecto de Minas - e, consigo, do *sertão* - é a sua compreensão de História (Cf, 1.3). Na expectativa das “ruínas” serem talhadas por “estátuas”, Euclides da Cunha abre o “nós-nacional” com “a nossa breve história”. Não é o exame dos textos da Antiguidade Clássica que, como na narrativa da civilização europeia, caracterizam a História. A partir daqui, desqualifica o exame de fontes para compreender as catas: é a *observação da paisagem* que atua como instrumento para compreender o *sertão*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ O escrito é datado do dia 20 de maio de 1894, em Campanha, mas foi publicado na Gazeta de Notícias em 22 de junho do mesmo ano.

¹⁷⁹ CUNHA, Euclides da. *As Catas*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1894. p.2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=%22As%20Catas%22&pagfis=10046 (Acesso em 13/07/2023 às 02:57).

[...] no proprio aspecto singular, movimentado e immovel, das Catas desoladas e tristes. [...] Hoje em flagrante contraste com a natureza exuberante que as rodeia, revolvidas e immoveis, ellas recordam tragicas cidades biblicas subitamente paralygadas [...] Penetrar-lhes o seio é trocar a phantastica necropole pela miniatura do cahos. Montanhas de barro, monstruosas e informes [...] cryptas profundas, cumuladas de treva...¹⁸⁰

Euclides da Cunha investe numa linguagem que capta os aspectos da paisagem experimentada através do *primado da observação* (Cf, 1.2). O artigo é notavelmente distinto dos textos anteriores de sua autoria. José Carlos Santana chama a atenção para o fato de como a mudança da atividade profissional do autor influenciou os temas que passou a abordar em 1894. Na concomitância entre a transferência à Campanha (MG) e suas tentativas de ingressar na Politécnica de São Paulo, Euclides da Cunha teria focado seus estudos na mineralogia, o que não só resultou em um artigo técnico como também na experiência estética do autor relatada acima.¹⁸¹

Podemos delinear as primeiras bases do *primado da observação* em Euclides da Cunha: (a) advém de uma linguagem que se pretende transparente, na medida em que suas impressões subjetivas são tomadas como aspectos do território descrito; (b) atua sob a dinâmica da comparação, originando uma dicotomia entre o conceito de História – *Geschichte*, encabeçado pela *civilização europeia* – e o *sertão* enquanto paisagem; (c) a comparação têm como ponto culminante o signo do *sertão* enquanto um vazio histórico, já que o fator de sua identidade é a observação da natureza. Antecipa uma das aspirações do autor diante desse espaço: a integração ao sentido da História encabeçado pelo Estado-Nação, objetivo este exprimido desde seus primeiros artigos na imprensa (Cf, 1.3).

O signo *sertão* – aqui, *catas* – é concebido numa dinâmica passiva, de onde o autor se vê na possibilidade de caracterizá-lo e diagnosticá-lo dentro da “nossa breve história”. A “nossa história”, por sua vez, é designada através do conceito de *existência nacional*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001. P.49-52.

Foram-lhes roubados com o ouro todos os elementos da vida. Ellas permanecerão perennemente estereis. São como um documento eterno dos desvarios da nossa *existencia nacional*. Abriu-as nos sertões a onda tumultuosa dos *Bandurantes*. [Bandeirantes] Estes, que podiam constituir o nosso único titulo para uma epopea brasileira, têm, é certo, á primeira vista, nas manchas aventurosas, lampejos de heroisidade. Seguir-lhes a rota, porém, é procurar os scenarios de espantosos dramas. Realisaram uma antithese assustadora – invadiram a propria Patria. Sem um ideal, jungidos á vertigem da riqueza [...] a sua marcha não foim certo, um exodo do regimen colonial para o seio de uma nacionalidade futura que intentassem construir [...] no meio dos sertões.¹⁸²

O autor descaracteriza a epopeia bandeirante frente ao conceito de *existência nacional*. Sua operação já indica um dos motivos da hipótese que apresentamos anteriormente: a de que houve *um deslocamento no sentido de República e Nação em Euclides da Cunha, passando da ênfase no modelo estrangeiro para o primado da observação*. *Existência nacional* opera com a caracterização do território, seja por meio da paisagem ou do exame de uma história da Nação. Ao trazer o signo do bandeirante à tona, seu intuito é compreendê-lo dentro do propósito de integrar todo um território sob uma mesma jurisdição.

Por outro lado, o conceito de *existência nacional* tem um papel indissociável ao seu discurso: o de erigir uma *identidade*, soberana dentro de seu território. A existência dos tipos históricos brasileiros - como o bandeirante - é sempre julgada através do papel que estes podem ou não possuir na consolidação do presente regime republicano. A finalidade deste conceito é explicada no trecho seguinte.

Aos crentes e fortes, alentados pela aspiração augusta e por ventura altruista, de oferecer todas as energias ao levantamento moral da sua terra [...] todos os perigos e males que encaçam aos povos que se não nacionalisam á luz de um verdadeiro ideal [...]¹⁸³

Euclides da Cunha passa agora a contar a consolidação “nação-território” não como um “movimento natural da História”, mas sim um *risco*: o perigo oriundo da feição “dúbia” das “potências estrangeiras” que tratou na carta de 1893.¹⁸⁴ O processo de compreensão da sociedade brasileira passa a ser interpretado à luz da finalidade do conceito de *existência nacional*: *investir em uma união orgânica entre Estado e sociedade através da ocupação plena de seu território*.

O caráter de urgência merece atenção. Euclides da Cunha coloca a nação republicana brasileira não mais como uma “verdade da sociologia” ou da “História”, que supostamente

¹⁸² CUNHA, Euclides da. *As Catas*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1894. p.2. (Grifo nosso).

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Cf.: Ver a nota de rodapé 122 da presente dissertação.

seriam alcançáveis através da *evolução* e seu movimento de *progresso*. É o *cálculo de risco* que age como motivo primeiro da empreitada euclidiana. A *existência nacional* passa a ser menos uma “verdade” e mais uma “necessidade” de sobrevivência da sociedade brasileira frente ao cenário internacional.

Dessa forma, os *sertões* de Minas Gerais – representado por suas catas – passam a compor o paradigma de Nação em Euclides da Cunha. Podemos ainda cruzar o artigo com um poema do autor, com o mesmo título. Escrito em 1895 e dedicado a Coelho Neto em 1904, o poema contém a questão “nativista” no autor, investida no signo do intelectual e seu papel na sociedade.

Sei de um que abandonou um dia o meio rendoso de opulenta capital, repleta de toda a alacridade embriagada [...] animada pelo constante deambular de multidões febris – e sente-se melhor n’esta hora no seio silencioso de uma cata deserta [...] ¹⁸⁵

Que outros adorem vastas capitais
Aonde, deslumbrantes,
Da Indústria e da Ciência, as triunfais
Vozes se erguem em mágico concerto;
Eu, não. Eu adoro antes
As capitais vazias do deserto,
- Cheias de sombra, de silêncio e paz...
Eu sei que a alma moderna, alta e feliz –
- Feliz e iluminada –
Não pode sofrer estes febris
Assombros curiosos que a endoudecem
De ir ver – emocionada
Os milagres da Indústria em Grand ou Essen
E a apoteose do século – em Paris!
Não invejo, porém, os que se vão
Buscando, mar em fora,
De outras terras a esplêndida visão...
Fazem-me mal as multidões ruidosas –
E eu procuro, nesta hora,
Cidades que se ocultam, majestosas,
Na tristeza solene do sertão. [...] ¹⁸⁶

O *sertão* passa a ser um signo dentro da literatura euclidiana. Sua semântica se dá apenas na presença da “indústria”, da “ciência”, que foram encabeçadas seja pelas cidades estrangeiras, seja pelo *litoral* do Brasil. Logo, o sertão é compreendido somente a partir do momento que age como antítese. Sertão-Deserto-Vazio-Natureza existe através da operação

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ CUNHA, Euclides da. *As catas*. (1895). In: ___, Poesia reunida – Org.: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman – São Paulo: Editora UNESP, 2009. P.369-372.

de seu oposto Cidade-Alacridade-Indústria-Ciência. *O elogio ao sertão já é estabelecido antes de 1897. Passa a existir mediante um auto-exotismo, de onde só se compreende o sertão como um outro - estranho - dentro de um mesmo território.* Antes de ser uma experiência de alteridade, a observação euclidiana do *sertão* constata o outro dentro de si, dentro da Nação.

O conceito de *auto-exotismo* parte do exercício da intelectualidade diante da tarefa de caracterizar o território como pertencente a uma só Nação. Definido por Schwarcz, Murari e Needell, esse conceito explicita a maneira pela qual a atividade intelectual se enxergava. Uma vez em que o *primado da observação* se tornava um paradigma, a *intelectualidade* se via como capaz de se isolar do meio em que vivia, colocando sempre ao outro os seus diagnósticos de uma nação brasileira fracassada. A *intelligentsia* se identificava, por excelência, como “uma minoria solitária e instruída acima da maioria numérica da população”. Adotava-se uma ótica estrangeira dentro do próprio território, descrevendo-o como um objeto externo à identidade do locutor.¹⁸⁷

O “nativismo” de Euclides da Cunha começa a delimitar sua base de possibilidades. Com suas frustrações políticas, mudanças na prática de seu campo de conhecimento e a experiência em Campanha (1894-1895), o autor passou a designar o estudo do território brasileiro como parte fundamental da identidade brasileira.

Podemos sintetizar o sentido euclidiano de Nação durante os anos de 1893-1896 sob os seguintes aspectos:

- a) A relação entre Euclides da Cunha e o governo de Floriano Peixoto deteriorou-se rapidamente. Mesmo com sua defesa situacionista do primeiro semestre de 1892, o autor se veria contrariado com o governo, culminando na sua transferência para Campanha (MG) em 1894. O caráter desta relação se deu principalmente pelo cenário conturbado entre o governo de Floriano Peixoto e o general Sólton, seu sogro. Outro fator de destaque seria a crise social e econômica do período, agravada pela Revolta da Armada em setembro 1893, da qual o autor participou sob ordens do Exército;
- b) A defesa ao governo, por sua vez, ensaia com o repertório das ciências sociais e o conceito de *struggle for life*, o que caracterizaria para a bibliografia do

¹⁸⁷ Cf.: NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução: Celso Nogueira – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930* – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D’Os sertões* – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

tema uma “virada no repertório da intelectualidade brasileira da década de 1890”: do positivismo comtista para o evolucionismo social. Entretanto, a virada é resultado de um critério político da qual a experiência de Euclides da Cunha com o governo desconstituiu o sentido de República ideal na qual carregou em seus primeiros anos (1888-1892);

- c) Já em 1893, com a prisão política do sogro e sua participação nas tropas do governo durante a Revolta da Armada, Euclides da Cunha acrescenta à sua defesa do governo a noção de “entidade abstrata”. A relação com a consolidação republicana se agrava ainda mais neste período, conforme vimos na correspondência com seu amigo Reinaldo Porchat. Entrementes, os boatos de que as guerras civis do período eram financiadas por potências estrangeiras certamente influenciaram o autor a se posicionar a favor da instituição “República”, ao invés de seu governo vigente;
- d) Dessa forma, *Euclides da Cunha desconstituiu o pilar principal de seu primeiro conceito de República: o estrangeiro como espectro ideal de consolidação de um projeto nacional brasileiro*. Passa agora ao que chama de “nativismo”, um oposto de sua primeira colocação: *passa da certeza do tempo moderno para a caracterização da identidade nacional através de suas peculiaridades territoriais*;
- e) Mesmo não delimitando o significado de “nativismo” na carta, a experiência de “exílio” que viria a ter em Campanha (MG) acentua essa redefinição de “Nação-República” na literatura euclidiana. Levantando o conceito de *existência nacional*, Euclides da Cunha realiza um deslocamento: *a consolidação de uma identidade nacional passa a ser dependente da observação de seu território, no qual se situa a dicotomia entre litoral e sertão*. Investe na equivalência entre “território-Nação”;
- f) Entretanto, o deslocamento do sentido de “Nação” não significa uma ruptura completa do pensamento euclidiano. Em *As catas* [1894], o *sertão* é visto apenas como antítese da cidade. Surgem aqui os *topoi* das dicotomias em Euclides da Cunha: sertão-cidade, vazio-progresso. *O vazio do sertão o faz de um espaço do porvir: um campo de possibilidades em branco para a consolidação de uma existência nacional*. Constituiu-se aqui o caráter de *auto-exotismo* na atividade intelectual do autor.

O capítulo se encerra na definição euclidiana de “nossa breve história”, pertencente ao seu conceito de *existência nacional*. Euclides da Cunha realiza uma série de apropriações ao signo *sertão*, concatenando suas características e, consigo, construindo as possibilidades de um projeto de “Nação” para o Brasil. O *sertão*, que sequer era cogitado nos anos de 1888-1892, passa a fazer parte do projeto nacional do autor a partir de 1893.

Logo, a construção do capítulo nos permite compreender as rupturas e continuidades entre *Revolucionários* [1888] e *Nativismo Provisorio* [1904]. Dentro de uma década, a escrita do autor sobre si é mantida, mesmo com a mudança no projeto de consolidação de uma República brasileira. Mantém-se a ideia de “minoría altiva”, na qual suscita um ideal de individualidade capaz de encarnar *a voz do Estado*.¹⁸⁸ Neste pilar, desenvolve-se a posição “nativista”, onde se encontra o *primado da observação* do território, compreendido como “natureza”. A partir daqui, a ideia dicotômica de *sertão* é encabeçada pela expectativa de integrar o território brasileiro ao *conceito de História*. Em outras palavras, a preocupação do autor é resumida em: *como integrar o vasto território do país, de modo a homogeneizá-lo nos parâmetros da civilização europeia?*

Outro fator a ser levantado é como o *sertão* em Euclides da Cunha foi inventado antes mesmo de sua viagem a Canudos, em 1897. Configura um espaço “deserto” não pela sua aridez, mas sim pela sua *imobilidade*. Ainda mais, é um espaço desprovido de história, incapacitando-o de integrar-se autonomamente à História. *Através desse discurso, se faz necessário a incorporação do sertão ao Estado*. O primeiro não contém qualquer caráter de sujeito, sendo um mero objeto do intelectual.

Uma vez que “nossa história” é “breve”, *a compreensão da identidade brasileira é um exame do “meio”*. O intelectual pode aqui observar de maneira privilegiada – através do *primado da observação* – caracterizando o *sertão* como passível de ser cognoscível, moldado e aprimorado tecnicamente. Por conta disso, o *sertão* passa a ser um espaço de possibilidades, de um porvir da História. Essa noção de vazio deslegitima então qualquer existência que não seja a nacional. Configura-se aí o “nativismo”.

As transformações no discurso euclidiano são consideráveis. Trabalhamos com a hipótese do deslocamento do sentido de “República-Nação”, que passa a adotar a equivalência “território-Nação” como base da defesa do papel do Estado brasileiro. Sendo assim, deixa de encontrar na incorporação plena do estrangeiro o princípio político do debate. A operação ocorre tanto devido à uma desilusão política das instituições consideradas republicanas antes de 1889, como também à preocupação do autor de uma “ameaça das potências estrangeiras”.

¹⁸⁸ Ver nota 51 da presente dissertação.

O conceito de *existência nacional* nos textos de Euclides da Cunha passa a buscar uma resposta para seu novo contexto.

Por fim, a atividade profissional do autor influencia também no seu projeto nacional. Em 1895, devido à sua saúde sempre frágil, pediu ajuda ao seu amigo advogado Reinaldo Porchat para conseguir licença do serviço militar. Mesmo com a insistência de Sólon Ribeiro para que Euclides da Cunha mantivesse sua carreira, o autor foi reformado da instituição no ano seguinte. Passou alguns meses na fazenda do pai, em Belém do Descalvado (SP), para em agosto ser empregado pela Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. A carta de setembro de 1895 do autor faz uma ligação entre sua atividade remunerada e seu posicionamento político.

Por aí já vêes que a minha atividade intelectual agora converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley etc. – magníficos amigos por certo mas que afinal não nos ajudam eficazmente a atravessar esta vida cheia de tropeços e dominada quase que inteiramente pelo mais ferrenho empirismo. Infelizmente é uma verdade: as páginas ásperas dos *Aide-Mémoires* ou dos *Engineer's pocket books* são mais eloqüentes, neste fim de século, do que a mais luminosa página do nosso mais admirado pensador. Imagina, se podes, a imensa tristeza que sinto ao escrever isto.¹⁸⁹

Complementa-se com outra carta, ao final de 1896.

Não sei – e lamento – o que dizer acerca das coisas da república – o que vos afirmo é que continuo o mesmo crente, intransigentemente filho da nossa República. Na existência trabalhosa que atravesso, não votando em eleições, mas fazendo projetos e orçamentos, não lendo artigos de fundo de jornais mas folheando as páginas dos *Aide-mémoire* da engenharia – continuo a fazer por ela, calmamente agora, serenamente e com mais heroísmo, a mesma propaganda que fiz ruidosamente, violentamente – na mocidade.¹⁹⁰

Euclides da Cunha adentra 1897 sob a ideia de que há uma fissura entre “as coisas da república” e a “República” da qual se considera um “filho”. Atesta também a “inviabilidade” dos “filósofos”, mas não os renuncia completamente. A leitura relacionada ao ofício do engenheiro - essencial para o sustento material do autor - talha um repertório distinto daquele de sua formação no Exército. O recurso de escrever a palavra “república” de duas maneiras – “coisas da república” e “República” – escancara a fissura na escrita euclidiana entre o ideal e a realidade política de seu país.

¹⁸⁹ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. São Paulo, 26 de setembro de 1895. Destinatário: João Luís. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.84-85.

¹⁹⁰ *Idem*. [Correspondência]. São Paulo, 6 de dezembro de 1896. Destinatário: Júlio Bueno Brandão. In.: *Ibidem*, p.100-101.

Com isso, levantamos uma das hipóteses principais para o restante da dissertação: *o caráter de embaraço da noção de “República” em Euclides da Cunha é anterior à experiência que o autor teve com a Guerra de Canudos [1896-1897]*. Essa informação é essencial para que possamos examinar as fontes de 1897 e compreender como os conceitos definidos neste capítulo influenciaram a compreensão do autor no decorrer da Guerra.

Caracterizada a transição do conceito de Nação em Euclides da Cunha, podemos enfim regressar ao artigo de 1904 explorado no início do capítulo. A associação do fracasso republicano com o fato de ser uma “má cópia” passa a ser melhor compreendida uma vez que estabelecemos a dimensão histórica do discurso euclidiano. *A “má cópia” é diagnosticada apenas quando o conceito de existência nacional exige uma incorporação de todo seu território. Neste território litoral e sertão configuram uma realidade fragmentada, onde o primeiro é o lugar do Estado e da má cópia, enquanto o segundo é esse porvir da História: um vazio, que passa a conter inúmeros projetos da intelectualidade.* Uma vez que esses projetos não se realizam, *i.e.*, quando o *sertão* não é incorporado pelo *litoral*, o diagnóstico da “má cópia” é proferido.

Logo, encerramos aqui com o papel desta *existência nacional*. Contida na preocupação de salvaguardar uma “autonomia nacional”, o autor - em 1904 - entrevê seu projeto “nativista” dentro do cenário internacional.

Mas há um facto incontrastavel: o pensador actual e irresistivel das raças fortes para o dominio, não pela espada, ephemeras victorias ou conquistas territoriaes - mas pela *infiltração poderosa do seu genio e da sua actividade*. [...] Para este conflicto é que devemos preparar-nos [...] que nos permittam enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as, cautelosamente, *sem abdicarmos a originalidade das nossas tendencias*, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações. [...] ¹⁹¹

A *existência nacional* é não apenas o progresso enquanto fenômeno da História, mas sim um cálculo de risco. As “raças fortes” – a cultura europeia e seu modelo político – enraizam-se pelo globo, configurando *um conflito entre a originalidade de “nossas tendências” e a “infiltração poderosa do gênio” europeu*. Logo, “preparar-se para o conflito” equivale a investir no projeto de compreender as características locais tendo em vista a incorporação delas ao modelo de Estado-Nação capitalista.

¹⁹¹ CUNHA, Euclides da. *Nativismo Provisorio*. O Paiz, Rio de Janeiro, 10/07/1904. P.1. Disponível em https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=nativismo+provisorio&hf=bndigital.bn.br&pagfis=7961 (Acesso em: 27/10/2023 às 19:54)

Entretanto, como manter um lugar de originalidade frente ao projeto de erigir um Estado republicano pleno de ser brasileiro? Não haveria uma impossibilidade, uma vez que o *sertão* é sempre um objeto da intelectualidade, sujeito aos critérios estrangeiros da Ciência e da História? *Se Euclides da Cunha esteve ciente deste cálculo entre projeto ideal e realidade nacional, cabe a nós considerarmos seus embaraços e irrealizações.* Avançamos assim para o próximo capítulo, na perspectiva de compreender as complicações desta *existência nacional*.

2. Euclides da Cunha e a Guerra de Canudos: o signo *sertão* e seu processo de assimilação na escrita euclidiana no ano de 1897.

Ao observarmos a produção biográfica sobre Euclides da Cunha, notamos uma constante: tanto a vida do autor quanto o surgimento de Canudos formam um emaranhado, como se fossem partes distintas de um mesmo organismo. Na obra póstuma de Roberto Ventura, há uma linha do tempo que acompanha tanto a vida do autor quanto a de Antônio Vicente Mendes Maciel¹⁹², como se a união delas na Guerra de Canudos (1896-1897) fosse a gênese de seu *magnum opus*.¹⁹³

Euclides da Cunha teve seu reconhecimento majoritariamente talhado pela obra de 1902: *Os sertões*. Nela, não reside apenas o intuito de narrar o conflito em si, mas sim de compreender a realidade brasileira de então para as “gerações futuras” do país.¹⁹⁴ Sua ambição temática vasta rendeu-lhe uma imensa fortuna crítica, reverberando até a atualidade com textos acadêmicos e críticas literárias. O tema que o impeliu à escrita ainda nos atinge, de certa forma.

Nos diversos estudos que pretendem estabelecer uma chave interpretativa para a obra, o ano de 1897 é majoritariamente compreendido como “a virada da consciência de Euclides da Cunha”. O tema daria conta das transformações da visão do autor sobre o governo republicano, uma vez que a leitura comparada das fontes daquele ano com *Os sertões* revelaria uma suposta “reviravolta” em seu discurso.¹⁹⁵ Dentre as fontes constam dois artigos publicados, ambos com o nome de “*A nossa Vendéia*”: são os primeiros textos do autor que tratam sobre a Guerra de Canudos (1896-1897). O autor também registrou reportagens e telegramas no *Diário de expedição*, confeccionados durante sua viagem à Guerra entre agosto e outubro de 1897. Por fim, alguns autores ainda destacam a importância do poema *Páginas Vazias*, escrito durante a volta do autor para o litoral da Bahia, após presenciar a guerra.

¹⁹² Mais conhecido, de maneira um tanto pejorativa pela imprensa, pelo título de *Conselheiro*. Foi uma das lideranças ao conceber a sociedade no entorno de Belo Monte. Canudos, antes mesmo da chegada de Maciel, já funcionava como um arraial, compondo parte das relações econômicas da região. Ver: BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.47-64.

¹⁹³ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço biográfico / Roberto Ventura*. - 2a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 317-328.

¹⁹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos) / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci*. - 5. ed. - Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.65.

¹⁹⁵ Esse prisma interpretativo é majoritariamente creditado a Walnice Nogueira Galvão, uma das pessoas pioneiras nos estudos acadêmicos sobre Euclides da Cunha. Ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura*, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

Dentre as discussões mais recentes do campo acadêmico, temos os artigos de Allan Pereira com Débora Reis [2022] e Sabrina Castronuovo [2018]. O artigo de 2018 estabelece um paralelo entre Lucio V. Mansilla e Euclides da Cunha: Mansilla, em sua expedição ao interior argentino em 1870, concebe um livro com a função política de desmoralizar o governo vigente, instrumentalizando a marginalização do sertão para seus próprios interesses; Euclides da Cunha, por outro lado, só criticaria o governo após sua “experiência de guerra”, uma vez que o tom apologético de *A nossa Vendéia* seria invertido cinco anos mais tarde com a denúncia do massacre em Os sertões.¹⁹⁶

Para Castronuovo, Euclides da Cunha “embarcou para a expedição com uma concepção de realidade já formada, e através da experiência no sertão que suas ideias vão mudando”.¹⁹⁷ Sua condição de *testemunhar o conflito* teria feito com que o autor “cultivasse uma desconfiança aos representantes da *civilização* através do sertão”.¹⁹⁸ Esta relação entre dois pólos, para a autora, marcaria um tema novo em da Cunha: o da *barbárie presente na civilização*.

Sendo assim, Castronuovo considera a escrita euclidiana como “disruptiva”, mesmo que fosse inserida no discurso das elites do século XIX. Sua evidência seria *Os sertões*, onde o autor cada vez mais tem “sua identificação com os sertanejos [habitantes de Canudos]” de maneira “evidente e total”.¹⁹⁹

Já o artigo de 2022 parte de um exame mais específico: Euclides da Cunha, “feito um pêndulo”, mudaria seu conceito de República durante os anos de 1886-1897.²⁰⁰ O ponto culminante dessa dinâmica é o contraste entre *A nossa Vendéia* [1897], o *Diário de Expedição* [1897] e *Os sertões* [1902], caracterizando a “reviravolta de consciência” através da “ruína de seus ideais republicanos”. Segundo o texto – em consonância com Castronuovo – os telegramas e artigos do autor são marcados por uma escrita “panfletária”, de onde a glorificação do exército “turvou seu discernimento”. O resultado seria um contraste da expectativa republicana com sua experiência de guerra, resultando na natureza contraditória

¹⁹⁶ CASTRONUOVO, Sabrina. *Los unos e los otros: Las voces críticas de Euclides da Cunha y Lucio V. Mansilla sobre "civilizados" y "bárbaros" a través de sus obras*. In.: M. Barcos u J. Troisi Melean (Comps.). *Elites rioplatenses del siglo XIX: Biografías, representaciones, disidencias y fracasos*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Em Memoria Académica.

¹⁹⁷ Do original: “*Da Cunha, en cambio, [em relação a Mansilla] se embarca en la expedición con una concepción de la realidad ya formada, y es a través de la experiencia en el sertón que sus ideas van mudando*”. *Ibidem*, p.47.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ Esse caráter de aproximação identitária entre autor e canudenses foi bastante defendida por Ventura, como veremos em 2.2. *Ibidem*, p.55.

²⁰⁰ A expressão vem de: VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. [1996] *Estudios Avanzados*, [S.I.], v.10, n.26, p.275-291. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100024>. (Acesso em: 25/10/2023 às 14:39).

do discurso euclidiano. Conclusão: Euclides da Cunha inicialmente defende a República (*A nossa Vendeia*), para então censurar parcialmente as atrocidades do conflito e oscilar sua posição (*Diário de Expedição*) para só então “denunciar o crime” em *Os sertões*. Com isso, a obra seria fruto do “desencanto republicano” do autor, expondo assim os crimes de guerra na contradição entre civilização e barbárie. O livro teria um papel que “nos permite uma janela interpretativa para um Brasil que ainda vive essa contradição como um destino.”²⁰¹ Esta hipótese prolonga a análise de Roberto Ventura, da qual compartilha do aspecto de “relação pendular” de Euclides da Cunha com a República.

Há uma série de textos que, em diversos graus, se utilizam dessa leitura comparada para atestar o caráter de *descontinuidade da escrita euclidiana* a partir deste ano. Dentre eles também são notáveis as recepções críticas compiladas no centenário d’*Os sertões*. Seu lugar-comum é de que o *testemunho* da Guerra fez do ano de 1897 a “reviravolta na consciência do autor” acerca do governo e da República. Este posicionamento, por conseguinte, defende a importância d’*Os sertões* [1902] enquanto “livro fundador, súpula da nacionalidade”²⁰², capaz de escancarar os horrores de “nossa existência” enquanto Brasil.

Berthold Zilly defende este posicionamento chamando *Os sertões* de “crítica precoce à globalização”. Segundo o tradutor da versão alemã do livro, Euclides da Cunha exprimiu ambigualmente o seu julgamento sobre os habitantes de Canudos, precisamente por compartilhar dos “*preconceitos científicos*”²⁰³ de seus coevos. Impregnada pelo testemunho da Guerra, a escrita d’*Os sertões* seria fruto da “intuição artística”.

Pois bem, o ideólogo republicano e cientificista de Euclides da Cunha, repleto de preconceitos racistas, cada vez mais cede lugar, no decorrer das descrições e narrações do seu livro, ao observador direto e empático, ao “narrador sincero”, que representa a realidade social e histórica por meio de um consórcio da ciência e da arte”, tendendo cada vez mais para essa última.²⁰⁴

São estabelecidos dois vetores no discurso euclidiano: o cientificista (“preconceito”) e o artístico (“verdade”). Vale ressaltar que as aspas ao final do trecho remetem a uma carta de Euclides da Cunha, onde este defende que seu livro representaria um consórcio entre “arte e

²⁰¹ PEREIRA, Allan M. de M; TAVARES, Débora Reis. *A reviravolta de consciência de Euclides da Cunha: uma análise literária, textual, biográfica e histórica*. Esferas, ano 12, vol. 2, no 25, setembro-dezembro de 2022.

²⁰² ZILLY, Berthold. *Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois*. In.: *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos* / organizador José Leonardo do Nascimento. – São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.72.

²⁰³ O termo foi grafado desta maneira no texto original.

²⁰⁴ *Ibidem*, p.65.

ciência”.²⁰⁵ Acatar com esta divisão, da maneira proposta por Zilly, só é possível quando admitimos que “ciência” e “arte” são modalidades do discurso capazes de serem discerníveis na escrita euclidiana. Entrementes, ao dizer que o livro “tendeu cada vez mais para o último”, identifica uma sucessão onde o início do livro é angulado pelo “preconceito científico”, transfigurando-se paulatinamente para o discurso “empático da arte”.

Esta configuração dupla da obra é, segundo Zilly, resultado de um conflito no âmago do escritor. Euclides da Cunha seria impelido por um intuito de “narrador sincero” que, presenciando os horrores da Guerra, abordaria com certo sarcasmo o “preconceito cientificista” da época. *As ambiguidades e contradições da obra seriam frutos destes dois vetores*. Este seria seu valor enquanto obra de representação nacional.

Edgar Decca e Maria Gnerre, na mesma linha, associam este caráter de “sensibilidade artística” com o *trauma*. Para ambos historiadores o teor de arrependimento em *Páginas Vazias* – poema escrito após a guerra – escancara uma “reviravolta na consciência do autor”. Logo, é a sua presença em Canudos, sua condição de *testemunha de um trauma*, que moldou a *denúncia* d’*Os sertões*.²⁰⁶ A dissertação de Varlei Silva [2017] é uma extensão desta perspectiva, compreendendo que o papel social d’*Os sertões* seria o testemunho do extermínio de Canudos, que “daria voz para as vítimas do massacre”.²⁰⁷ A leitura comparada entre *A nossa Vendéia*, *Páginas Vazias* e *Os sertões* é a espinha dorsal de ambos trabalhos. Conclui-se que o valor de *denúncia* da obra é a contradição entre “racismo e testemunho”, “ciência e arte”.

Neste ínterim, admitiu-se uma premissa contida na própria fonte: a do “narrador sincero”, presente na Nota Introdutória d’*Os sertões*.²⁰⁸ Como vimos ao conceitualizar o problema da *intelectualidade* em 1.2, o pretexto da veracidade descritiva era primordial para a retórica dos *intelectuais*. Suas posições eram consideradas análogas à de um “observador privilegiado”: distante o suficiente da sociedade que buscavam criticar, numa visão panorâmica da realidade que os cerca. Com isso, aceitar essa premissa é acatar com a própria retórica da fonte: é aceitar o objeto da pesquisa como base teórica. Soma-se ainda o acato a uma segunda premissa: a de que *a denúncia do autor dependeu exclusivamente de sua*

²⁰⁵ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: José Veríssimo. Lorena (SP), 3 de dezembro de 1902. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Correspondência de Euclides da Cunha / Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.p.143-144.

²⁰⁶ DECCA, Edgar Salvadori de; GNERRE, Maria Lucia Abaurre. *Trauma e história na composição de Os sertões*. In.: Vários autores, *Os sertões* de Euclides da Cunha: releituras e diálogos; organizador José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP. 2002.

²⁰⁷ SILVA, Varlei da. *Testemunho de massacre na elaboração da obra de Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - São Paulo, 2017.

²⁰⁸ CUNHA, *Op. Cit.*, 2018b, p.65-67

presença na Guerra de Canudos entre agosto e início de outubro. Veremos tanto neste quanto no próximo capítulo as consequências deste prisma interpretativo.

Luiz Costa Lima faz uma observação importante acerca dessa fortuna crítica. Após a primeira metade do século XX e o proeminente tema da eugenia nazifascista, as teorias racialistas engendradas no século XIX caíram no estigma do pensamento brasileiro. A partir daí, Euclides da Cunha passou a ser recebido menos por seu “cientificismo e sociologia ultrapassados” e mais pela sua “estética”: a “escrita perturbada” sobre a realidade brasileira do *sertão*. Para Lima, este processo de “reabilitação” da obra passou a se concentrar numa superação do primeiro e destaque do segundo.²⁰⁹

Há de se notar que o papel social da obra está adstrito ao tema da “reviravolta da consciência” do autor, que em tese teria escrito uma “estética” capaz de “denunciar” os crimes da guerra. Esse ponto procura fundamentar uma “ruptura” que, em diversos níveis, destoaria de seu repertório cientificista para “descrever” e “testemunhar” a “realidade do *sertão*”. Com isso, há uma relação de causa entre a “reviravolta” e a “denúncia”, como se ambas marcassem a “qualidade” de *Os sertões* enquanto obra da “identidade nacional”.

Daí a importância de confrontarmos esse arcabouço bibliográfico com outro artigo recente, o de Kadma Rodrigues e Pedro Lima [2022]. O texto se diferencia por destituir a obra de Euclides da Cunha deste caráter de “ruptura” e seu subsequente “papel social”. Para isso, os autores investiram na *continuidade* do pensamento euclidiano entre sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha (1888) e *Os sertões* (1902), uma vez que o conceito de Nação seria conservado ao ponto de propor uma solução imperialista à Guerra de Canudos. Segundo o artigo:

Essa sequência de escritos de Euclides da Cunha revela algumas mudanças na perspectiva do autor em relação a Canudos. Em *A Nossa Vendéia* e nos *Diários de uma expedição*, ainda é bastante nítido o entusiasmo do autor com a recém proclamada República. [...] Em *Os sertões*, o texto euclidiano revela-se bem mais cético em relação ao Exército e à defesa da República. [...] procurou abrir os caminhos para as investidas do método científico, de modo que ele próprio estaria a contribuir com os prodigiosos resultados advindos da Ciência. O antigo entusiasmo e paixão ainda estavam presentes na narrativa euclidiana, só que agora direcionados para a Ciência. Caberia a ela a redenção nacional.²¹⁰

Convindo que o artigo não destitui o caráter divergente entre as fontes de 1897 e *Os sertões*, seus autores fizeram questão de analisar os textos em caráter de *continuidade*. O

²⁰⁹ LIMA, Luiz Costa. Terra Ignota: a construção de Os Sertões / Luiz Costa Lima. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.13-24.

²¹⁰ RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor. *Entre as armas e as letras: imperialismo e nação na obra de Euclides da Cunha*. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 18, n. 37, p.213-236, 2022. p.218-219.

discurso da *denúncia* não procede de uma suposta “sensibilidade artística da testemunha”, mas sim do *remanejamento de uma posição política que se mostra duradoura no autor: a proposta de uma identidade brasileira aos moldes da civilização europeia*. Ao trazer este parâmetro de *continuidade*, a divisão entre uma intuição “cientificista” e outra “artística” começa a mostrar seu caráter arbitrário.

Há uma segunda crítica, entretanto, que merece ser feita na introdução do capítulo. A base comum para o panorama da ruptura é a leitura comparada entre os conteúdos de *A nossa Vendéia*, *Diário de expedição* e *Os sertões*. Entretanto, os autores não levaram em consideração a diferença fundamental dos *contextos de enunciação*²¹¹ dessas fontes. As perspectivas que Euclides da Cunha tinha entre os artigos, o poema e o livro – respectivamente – eram *distintas tanto no sentido de quem seriam seus leitores como de quais eram os discursos mais aceitos socialmente em suas respectivas datas de publicação*.

Os artigos de *A nossa Vendéia* foram publicados no Estado de São Paulo, do qual Júlio de Mesquita indicou Euclides da Cunha como correspondente para cobrir o conflito. Para isso, Mesquita enviou um telegrama a Prudente de Morais, então presidente da República, aliado e amigo pessoal do diretor do *Estado*. Daí surgiram as questões acerca da seletividade do discurso de Euclides da Cunha nestes dois artigos: quais críticas foram atenuadas? Havia de fato estratégias discursivas em uso? Quais interesses políticos possivelmente permearam ou controlaram a escrita do autor?

Por outro lado, o *Diário de Expedição* é, na verdade, um compilado de duas partes: *as reportagens*, veiculadas na forma de cartas, e *os telegramas*, transmitidos através da mediação do Exército. Como veremos, as diferenças entre os meios de comunicação também influenciaram no discurso do autor. Os mesmos sujeitos e grupos são ora criticados e ora isentados, mesmo entre cartas e telegramas do mesmo dia. Essa seletividade reflete bem as relações pessoais e a situação entre o autor e o exército durante sua viagem a Canudos. Logo, se há a possibilidade de compararmos a escrita euclidiana entre o *Diário* e *Os sertões*, precisamos antes estabelecer os limites dessa análise.

Já *Os sertões* foi um livro com boa parte da sua escrita concluída em 1900, mas teve sua publicação apenas em 1902. Exemplarmente estudada por Dawid Danilo Bartelt, a opinião pública sobre a Guerra de Canudos mudou consideravelmente no intervalo entre 1897 e a publicação do livro, mesmo para figuras proeminentes do governo que não a presenciaram pessoalmente. O historiador explica como a guerra estava contida num contexto de disputas políticas, onde diversos grupos passaram a apropriar-se da imagem dos então chamados

²¹¹ Sobre a definição de *contexto de enunciação*, ver 1.2 da presente dissertação.

“jagunços”²¹² para defender seus respectivos interesses. Não eram incomuns as demonstrações de lamento depois de outubro de 1897, principalmente após a quarta expedição, de onde os crimes da “degola” eram conhecidos.²¹³

Ao não considerarmos esses pontos, deixamos de lado o *contexto de enunciação* dessas fontes. As expectativas, a função desses discursos, bem como os constrangimentos que o autor teve que considerar ao escrever, devem ser fundamentalmente considerados para empenharmos uma leitura comparada entre os textos.

Levantados os prismas interpretativos predominantes e suas primeiras críticas, buscamos compreender a dinâmica dos conceitos “Nação” e “República” dentro da produção euclidiana sobre a Guerra de Canudos em 1897. Para Pereira e Tavares²¹⁴, ela é caracterizada por uma profunda contradição, uma vez que a busca da particularidade da nação é concomitante a uma ótica eurocêntrica de desenvolvimento: as duas seriam conflitantes. Convindo que a questão intelectual brasileira do período advém deste embaraço²¹⁵, o presente capítulo pretende expandir essa compreensão através da análise de suas fontes.

No capítulo anterior, desenvolvemos a questão intelectual em Euclides da Cunha sob duas frentes: seu *contexto de enunciação* e *as dinâmicas históricas de seus conceitos*. Do primeiro fazem parte a proeminência da imprensa periódica no debate público, de forma a colocar a questão da *existência nacional* como tema imprescindível. Entrementes, a característica do locutor *intelectual* remetia a um sujeito capaz de desenvolver sua atividade através da escrita.²¹⁶ Do segundo são as dinâmicas históricas de ressignificação de conceitos como “República”, “Nação” e “Pátria” trabalhados dentro de um horizonte de possibilidades políticas que influenciam diretamente no entendimento euclidiano sobre a nacionalidade brasileira.

Com o final do capítulo, propomos a questão da virada ao “*nativismo*”²¹⁷ em Euclides da Cunha, destacando a tematização do que ele denomina como *sertão*. Com a experiência que teve nos anos de 1894-1896, o autor circunscreveu o sentido brasileiro de “Nação” à *observação do território* e suas características. Para isso, performa o *auto-exotismo*: vê-se

²¹² Denominação empregada pela imprensa que referia-se aos moradores de Canudos, principalmente após a Terceira Expedição.

²¹³ BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

²¹⁴ PEREIRA; TAVARES, *Op. Cit.*, 2022.

²¹⁵ Ver a questão na seção 1.4. Cf.: LIMA, *Op. Cit.*, 1997. p.37-52.

²¹⁶ Ver as seções 1.1 e 1.2. Cf.: ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²¹⁷ O termo é proposto pelo próprio autor. Convindo que não podemos adotar o rótulo de nossas fontes como categoria para a pesquisa, delimitamos as bases iniciais nas quais esse “nativismo” opera nos anos de 1894-1896. Cf.: 1.3, 1.4.

como um viajante no interior do país, calcando suas descrições numa suposta fidedignidade do viajante frente à paisagem, ao *sertão*.²¹⁸

O capítulo atual só pode ser compreendido à luz de seu anterior. Inserida na dicotomia cidade-*sertão*, Euclides da Cunha concebe a *existência nacional*: a maneira pela qual os povos “se nacionalizam à luz de um verdadeiro ideal”, o da História.²¹⁹ Para o autor, “nacionalizar-se” implica em saber como integrar o Estado-Nação brasileiro à imagem do modelo civilizacional europeu. Logo, a dicotomia antecipa uma expectativa que veremos no transcorrer deste capítulo: a incorporação do *sertão* à dinâmica do *litoral*, de onde partia o Estado brasileiro. Nos interessa compreender as implicações e limites desta premissa considerada “incorporativa”.²²⁰

As fontes principais a serem tematizadas aqui são os já citados artigos *A nossa Vendéia* e as cartas-reportagens e telegramas publicados no livro *Diário de Expedição*. Acrescenta-se uma terceira, que são as cartas do autor antes de sua viagem, em agosto de 1897. Elas foram essenciais ao examinarmos os artigos de nome *A nossa Vendéia*. Por último, numa análise preliminar e pontual, levantamos a *Caderneta de Campo* de Euclides da Cunha, onde encontram-se notas, entradas diárias, rascunhos e dados dispersos registrados durante a viagem.

O capítulo conta com duas partes. A primeira destina-se à análise de *A nossa Vendéia*, compreendendo os temas que compõem o veredito do autor sobre Canudos antes de sua viagem até o local. A premissa principal dos artigos é a sobreposição histórica entre a Guerra de Canudos e Vendéia, localidade à costa sul da França onde um movimento civil contra revolucionário foi suprimido pela Revolução Francesa entre os anos de 1793-1795. Para o autor, o conceito de História permite que o fenômeno brasileiro seja compreendido à luz de seu modelo francês, prescrevendo a vitória inevitável das forças republicanas. Os habitantes de Belo Monte, assim como os de Vendéia, seriam certamente “superados pelo seu presente”: a República.

A segunda seção visa às fontes produzidas pelo autor durante sua viagem entre os meses de agosto a outubro de 1897. Constam cartas e telegramas com descrições acerca do que o autor viria a chamar de *sertão do Norte*. Paisagem, flora e fauna passam a se relacionar diretamente com o tema da *existência nacional*, do qual o autor já ensaiou em seus anos

²¹⁸ Ver a nota de rodapé 184.

²¹⁹ CUNHA, Euclides da. *As Catas*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1894. p.2.

²²⁰ Incorporativa no sentido de presumir que todo o território deveria ser incorporado numa mesma sociedade. Uma consequência disto são os projetos de hegemonização da população brasileira, de onde reside parte da preocupação de Euclides da Cunha.

anteriores. O signo *sertão* passa a abrigar outros contornos, mas sem renunciar aos que já lhe pertenciam em *As catas* [1894]. Outro destaque desta seção é como um dos cernes de *Os sertões* já se encontra neste período: *o tema da finalidade da Guerra e sua capacidade pedagógica de integrar os canudenses ao governo*. Em outras palavras, é a preocupação de que o conflito servisse de infiltração propagandística republicana para as populações interioranas. A *Caderneta* foi examinada à medida em que buscamos aferir outros fatores que suportam nossas hipóteses no transcorrer desta seção.

2.1 A nossa Vendéia: o papel da Guerra de Canudos e as dinâmicas semânticas entre os termos sertanejo e jagunço (março-julho de 1897).

Na madrugada do dia 4 de março de 1897, nas cercanias de Canudos, a expedição de Moreira César perdia o seu comandante. Prudente de Moraes reassumiu a presidência ainda no mesmo dia, encerrando abruptamente seu afastamento do cargo desde novembro do ano anterior. A tensão política no Rio de Janeiro era sentida também na imprensa, com o assassinato do jornalista Gentil de Castro e a subsequente destruição de algumas das redações de jornais.

O relato pessoal de Afonso Celso, publicado em Paris, 1897, descreve essa pressão política exercida na imprensa. *O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro* compila cronologicamente uma narrativa sobre o fato consumado após a derrota da expedição. O autor relata conversas com a vítima no dia anterior ao crime, citando as ameaças sofridas por jornais ligados ao espectro político da monarquia. Segundo a fonte, o próprio Gentil de Castro já previa o desastre da expedição e sua consequência: a perseguição promovida por membros do Exército ligados ao florianismo. Entretanto, não obteve sucesso na sua fuga premeditada.²²¹

A terceira derrota do regime republicano na guerra é considerada o ponto culminante da opinião pública nas grandes cidades brasileiras. Para Dawid Danilo Bartelt, a notícia do fracasso de Moreira César consolidou um paradigma na imprensa: *a necessidade do extermínio incontestado de Canudos*. Segundo o historiador, os jornais passaram a empregar o termo *jagunço* para designar os habitantes de Canudos. *Jagunço* não era uma palavra nova em 1897, sendo antes utilizada para designar “valentão” ou “guarda-costas” de fazendeiros na

²²¹ CELSO, Afonso. (1860-1938), *O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro* : (subsídios para a história do regimento republicano no Brasil), Paris: [s. n.], 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4118?locale=en> (Acesso em 17/12/2023 às 11:02).

Bahia. Com isso, ficava claro o teor da *criminalização generalizada aos canudenses*, uma vez que “os jagunços não eram sujeitos nacionais, mas sim objetos antinacionais da defesa nacional.” A opinião pública se radicalizou.²²²

Entretanto, Canudos passou a ser repelida do “nós” nacional. Em várias das crônicas e artigos do período, a localidade passou a ser chamada de um “estado dentro do estado”. A retórica republicana engendrou sua justificativa de guerra: derrotar o estrangeiro dentro de seu território nacional.

Para a opinião pública nas capitais do litoral, parecia conveniente considerar o movimento e a região de Canudos como exterior nacional. Ela o fazia duplamente. Em primeiro lugar, Canudos foi inscrito no paradigma do “monarquismo”. [...] Em segundo lugar, no decorrer da guerra, o discurso hegemônico do Sertão deslocou o “sertão de Conselheiro” para o âmbito de um exterior interno. [...] Em uso não figurado, esse *tópos* codificou Canudos como uma instância de legalidade própria, que violava as leis constitucionais.²²³

A proeminência do assunto na imprensa é notável. Falar sobre a derrota da expedição não era apenas relatar um erro no estratagema militar: *era investir no problema da unidade nacional republicana, calcada na jurisdição total de seu território*. O “problema de Canudos” coroava todo um contexto de guerras civis e ameaças de golpes de Estado, quando o regime republicano oscilava em sua consolidação no poder. A partir deste cenário, a crença de que haveria o retorno da *monarquia* ao país começa a ser amplamente empregada pela retórica republicana.²²⁴ Foi assim denominada uma função política aos canudenses: eram os “*inimigos da República*”, *financiados pela monarquia a nível internacional*.²²⁵

Entretanto, os conflitos do governo não eram exclusivamente contra os avessos ao republicanismo, pelo contrário. Bartelt identifica um fator-chave na compreensão das fontes produzidas em 1897: *a querela interna ao governo, entre a elite latifundiária paulista e os alinhados ao jacobinismo*. Os *jacobinistas* – ou *florianistas* – compuseram uma fatia considerável das Forças Armadas, garantindo-lhes a ação contínua enquanto oposição política ao presidente Prudente de Moraes, empossado ao final de 1894. Dentre os atritos com a oposição estavam os levantes da Escola Militar da Praia Vermelha, instituição da qual Euclides da Cunha fez parte no final da década de 1880. Historicamente, a Escola deteve uma homogeneidade política a partir de membros influentes como Benjamin Constant, peça

²²² BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 256-261.

²²³ *Ibidem*, p.262-263.

²²⁴ Veremos, entretanto, que esta retórica foi majoritariamente fecundada pelos *jacobinistas*, principalmente os que participaram das expedições a Canudos.

²²⁵ BARTELT, *Op. Cit.* p.142-148.

importante tanto do golpe de 1889 quanto do governo de Deodoro da Fonseca. Em março de 1895 houve a primeira mobilização, com a segunda em maio de 1897. Os florianistas detinham uma proeminência tanto institucional quanto midiática durante os anos da guerra, mesmo com a atitude governista de minguar a presença jacobina na política a partir de 1894.²²⁶

A divisão de dois grandes grupos considerados “republicanos” advém tanto de uma distinção social quanto de uma divergência de modelos políticos. Como vimos em 1.3, o conceito euclidiano de República em 1888-1889 não divergia do que era quase hegemônico do positivismo comtista da Escola Militar. A República para eles era um sistema que se opunha à Monarquia fundamentalmente por ser “meritocrática”. Essa característica era advinda de uma suposta “livre concorrência” entre os membros das Escolas que faria com que, em tese, os mais sábios ocupassem os cargos de liderança do Estado. O governo, por sua vez, seria engessado, com pouca ou nenhuma intervenção pública através dos votos: uma República de caráter “naturalmente aristocrático”, nas palavras de Euclides da Cunha em 1889.²²⁷ O conceito de “governo da maioria” dependia menos da participação direta da população e mais de um grupo minoritário de indivíduos supostamente capazes de representar a “Ciência, a indústria e o progresso”.

Essa doutrina foi fundamental para consolidar sujeitos como Benjamin Constant à frente do Club Militar, uma vez que a concepção “meritocrática” dialogava diretamente com os cadetes em formação. Muitos pertenciam a estratos de uma classe média descontente com a falta de vagas e financiamento ao ensino profissionalizante durante o Império. O caso de Euclides da Cunha, como observamos em 1.1, era similar: buscava o diploma da engenharia, almejando ser incorporado por um Estado capaz de pôr em prática seus projetos de infraestrutura, construindo um Brasil “civilizado”. Logo, este projeto centralizador continha um certo apelo para integrantes do Exército e alguns setores da população urbana.²²⁸

Do outro lado, a oligarquia paulista representava majoritariamente um liberalismo ortodoxo, espelhando-se no modelo federativo dos Estados Unidos: fruto disso foi a primeira constituição republicana em 1890. Herdando a base econômica exportadora de *commodities*, a República proposta pelas oligarquias buscava fortalecer as federações com maior

²²⁶ *Ibidem*, p.186-187.

²²⁷ “O governo republicano – digamol-o sem temor, é naturalmente aristocrata – os pergaminhos d’essa nobreza porém ascendem, numa continuidade admirável, das officinas ás academias. É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos.” CUNHA, Euclides da. *Actos e Palavras*. A Província de São Paulo. 11/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890111-4134-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 14/11/2023 Às 22:32).

²²⁸ BARTELT, *Op. Cit.*, p.178-179.

arrecadamento, desvencilhando-se de um poder executivo centralizado. Nesse aspecto, o projeto beneficiava o modelo econômico que erigia aceleradamente a cidade de São Paulo, destoando-se da República *jacobina* e, consigo, do projeto de Euclides da Cunha em seus primeiros artigos.²²⁹

Com o empossamento de Prudente de Moraes, os confrontos internos ao governo se agravaram a partir de novembro de 1894, resultando numa *fissura intra-republicana*: o tensionamento entre projetos políticos republicanos divergentes dentro de um mesmo governo. Um episódio histórico que exemplifica isso é a quarta expedição da Guerra de Canudos, liderados por Arthur Oscar, um aliado resolutivo do florianismo. Os relatórios e os fatos da guerra eram usualmente publicados na imprensa de oposição ao governo, chegando à Prudente de Moraes e seus aliados apenas em segunda mão. Daí a estratégia governista de enviar seu ministro da Guerra – general Carlos Bittencourt – para assegurar as logísticas entre o litoral da Bahia e Monte Santo²³⁰, servindo também como uma via importante para a inteligência do governo.²³¹ Foi aqui que Euclides da Cunha conseguiu seu passe para viajar até o conflito, como veremos adiante.

Com este contexto político em mente, Bartelt chama atenção para a inviabilidade de qualquer “conspiração monarquista” no Brasil durante o ano de 1897, especialmente para um estado como o da Bahia. Os únicos grupos estáveis sob a bandeira da monarquia, contando também com periódicos minimamente viáveis do ponto de vista econômico, situavam-se na cidade de São Paulo e na capital Rio de Janeiro. De acordo com o historiador alemão, também não houve interesse suficiente por parte da família de D. Pedro II em financiar qualquer revolta que, mesmo que acontecesse, seria inviável ter como epicentro o interior da Bahia.²³² Aliado ao fato de que Canudos nunca possuiu condições para expandir-se territorialmente – mesmo porque não era sua intenção – nota-se como o discurso da “conspiração monarquista”, que ganhou tração a partir de março de 1897, foi basilar na fabricação de um “motivo bélico” capaz de erguer tanto o *jacobinismo* quanto o *republicanismo liberal-oligárquico* ao pedestal da “construção da República”. A Guerra de Canudos, como bem definida por Bartelt, foi

²²⁹ Entretanto, como vimos em 1.4, os constantes atritos com o governo de Floriano Peixoto inviabilizaram quaisquer relações próximas de Euclides da Cunha com o *jacobinismo*. Em janeiro de 1895, já dizia “que pouco ou nada conseguirei de uma política enredadíssima e listrada pelas raias rubras do jacobinismo que me vê com maus olhos.” CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Solon Ribeiro. São Paulo, 10 de janeiro de 1895. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, 1997, p.68.

²³⁰ Base de operações do Exército durante a quarta expedição da Guerra de Canudos.

²³¹ BARTELT, *Op. Cit.*, p.172

²³² *Ibidem*, p.142-143.

disputada também nos centros urbanos brasileiros: foi um “acontecimento discursivo”, em suas palavras.²³³

Essa fissura intra-republicana corresponde ao *contexto de enunciação* da mídia periódica brasileira do período. Como vimos no primeiro capítulo, ocorreram diversos episódios nos quais Euclides da Cunha se viu pressionado a *controlar*²³⁴ sua escrita. Dentre eles, temos as cartas durante sua participação na Revolta da Armada, que contaram com uma defesa tácita ao governo.²³⁵ O situacionismo político não era derivado de uma “defesa resoluto”²³⁶ do autor ao *florianismo*: ao invés disso, era a necessidade de ajustar seu discurso, principalmente nas cartas que contavam com o timbre da Comissão Técnica Militar Consultiva durante a participação do autor ao lado das forças governistas da Revolta da Armada em 1893.²³⁷

Dentre outros episódios, destacam-se as diversas tentativas de Euclides da Cunha ingressar na Politécnica da cidade de São Paulo. Ao criticar o projeto em 1892, bem como seu futuro diretor, Paula Souza, o autor fechou as portas à instituição antes mesmo de sua fundação. Acumulou diversas tentativas frustradas até o ano de 1904, quando desistiu em definitivo de ingressá-la.²³⁸ A publicidade de sua opinião também foi objeto de auto-censura ainda em 1890, quando renunciou à redação do jornal *Democrata* (RJ) a pedido do então futuro sogro, o general Sólon Ribeiro. As opiniões políticas do autor, por vezes, eram vistas com maus olhos, sujeitando-o ao exílio em Campanha (MG) ou até mesmo à censura da redação do jornal, de acordo com uma das cartas do autor sobre uma de suas correspondências enviadas ao *Estado de São Paulo* durante o governo de Floriano Peixoto.

Escrevi para o Estado, segundo compromisso que havia estabelecido, uma correspondência que acredito que não será publicada em vista da função um tanto oposicionista que ela tem. Sabes tanto quanto eu que os dignos companheiros redatores daquela folha são bons [...] republicanos e além disso caracteres independentes a toda prova. Apesar de tudo isso as paixões políticas são capazes de todos os desastres.²³⁹

²³³ *Ibidem*, p.91.

²³⁴ Sobre o conceito de *controle* em Luiz Costa Lima, ver a seção 1.3. LIMA, *Op. Cit.*, 2007.

²³⁵ Como vimos em 1.4.

²³⁶ Conforme foi colocado por Amory. Cf.: AMORY, Frederic. Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. p.109.

²³⁷ Sobre a defesa tácita de Euclides da Cunha durante a Revolta da Armada, C.f. 1.4.

²³⁸ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte*: Euclides da Cunha e as ciências naturais – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001. p.55-84.

²³⁹ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Reinaldo Porchat. 21/04/1893. In: GALVÃO, *Op. Cit.*, 1997, p.46-47.

Logo, o contexto da pressão política e institucional na imprensa é indissociável do exame dos artigos *A nossa Vendéia*. O próprio Euclides da Cunha já havia acumulado repertório suficiente para compreender como sua exposição no periódico continha certas consequências. Com isso, o autor lançou mão de algumas estratégias discursivas, como o caso das “defesas situacionistas” ao governo de Floriano Peixoto na coluna *Dia a dia*²⁴⁰, ou simplesmente partiu para a auto-censura, evitando criticar certos atores e grupos da política nacional. O episódio das cartas publicadas em fevereiro de 1894²⁴¹ certamente influenciou o autor a ter mais cautela em suas próximas publicações. Euclides da Cunha, que havia interrompido sua colaboração ao *Estado de São Paulo* em 1893²⁴², só voltaria a publicar no periódico paulistano em 1897.

Exposto o contexto da opinião pública após a terceira expedição da Guerra de Canudos e a questão da pressão política nos textos da imprensa, podemos avançar com a reação de Euclides da Cunha aos reveses do Exército republicano em 1897. O autor publicou uma resenha no dia 4 de março, logo após a derrota da terceira expedição. Este texto foi um dos responsáveis pela admissão do autor ao IHGSP, dado o veredito favorável do autor ao livro de Lofgren, integrante do instituto. Segundo Roberto Ventura, foi o mesmo dia que o autor visitou o geógrafo Teodoro Sampaio, que havia percorrido o interior da Bahia entre 1879 e 1880. Obteve aqui suas primeiras informações e mapas sobre a região de Canudos, que compreendiam aspectos geográficos e botânicos da região.²⁴³

Sobre as outras fontes do mesmo mês, traremos uma leitura comparada entre o primeiro artigo *A nossa Vendéia* e uma carta, ambas de autoria de Euclides da Cunha. Elas são datadas do mesmo dia, 14 de março de 1897. A serventia dessa análise reside no fato de possibilitarmos um discernimento sobre quais temas aparecem ou não entre as duas fontes. Dessa forma, buscamos compreender um primeiro posicionamento do autor sobre a Guerra de Canudos sem, entretanto, desconsiderar a seletividade discursiva operada entre as duas fontes. Essa análise, em certa medida, assemelha-se à que propomos na seção 1.4.

Na sua carta do dia 14 de março, o autor expressa seu descontentamento a um de seus amigos de Campanha (MG).

²⁴⁰ Ver exemplos na seção 1.4 desta pesquisa.

²⁴¹ Ver o final da seção 1.4 e início da 1.5.

²⁴² Há uma inconsistência acerca da data que Euclides da Cunha interrompeu sua colaboração. Dos artigos que catalogamos, Euclides da Cunha interrompeu sua colaboração ao *Estado* em 6 de julho de 1892. Entretanto, de acordo com suas cartas, o autor diz que pararia de colaborar em meados de 1893.

²⁴³ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.153-162.

Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos...²⁴⁴

Os habitantes de Canudos são explicitamente objetificados como “fanáticos maltrapilhos”. Contrastando-se com os qualificativos “heróica” e “forte”, “nossa República” delimita um lugar-comum do discurso da guerra: o *nós* e os *outros*.

Por outro lado, Euclides da Cunha prolonga sua crítica ao governo republicano que, na data da carta, já estava empossado pelo presidente Prudente de Moraes.

"O nosso belo ideal político – estes fatos o dizem eloquentemente – continua assim sacrificado pelos políticos tontos egoístas que nos governam."²⁴⁵

Nota-se que o autor não buscou discernir grupos ou indivíduos relacionados à palavra “políticos”. Euclides da Cunha empregou persistentemente a dualidade “ideal político” e “política governada”, tema este já observado por nós em outras fontes que antecedem a carta. Deste modo, mantém sua defesa republicana sem, entretanto, deixar de criticar o governo representante. Diferentemente da carta a Porchat em 1893, o autor radicaliza a divisão entre ideal e real na República: desta vez sua consequência é levada a cabo, resultando na crítica ao governo. Uma vez que a distinção estava feita, a República não perderia seu status de *status quo* enquanto “sociedade moderna”, mesmo com os inúmeros tropeços da política brasileira.

Ao empregar esse conceito ideal de República, o autor antecipa uma finalidade à guerra:

Procurando ser otimista (difícil coisa nestes tempos maus!) vejo nesta situação dolorosa um meio eficaz para ser provada a fé republicana. Não achas que ela resistirá brilhantemente – emergindo amanhã, rediviva dentre um espantoso acervo de perigos? Eu creio sinceramente que sim.²⁴⁶

A carta do 14 de março exhibe um discurso usual tanto do autor como da imprensa no período. A configuração do *nós-outros* se encontrava consolidada, sendo uma das facetas da justificativa republicana em participar da Guerra de Canudos. Ademais, o uso de “fanáticos maltrapilhos” denota como o autor previu um combate bélico desigual, mostrando-se indignado com as derrotas do Exército. Para ele, a “ordem natural” era a vitória inconteste das forças republicanas, caracterizando um combate entre a “civilização” e a “barbárie”.

²⁴⁴ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. 14/03/1897. In: GALVÃO, *Op. Cit.*, 1997, p.103.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*, p.104.

Entretanto, há de ater-se ao fato da crítica política de Euclides da Cunha não possuir um alvo discernível, uma vez que se cinge na dualidade “República-governo”. O autor não demonstrou uma diligência profunda acerca das disputas entre grupos políticos do governo republicano. Ao invés, preocupou-se em se afastar da prática republicana brasileira: para ele, sua “fé republicana” era a nova “miniatura da Pátria”²⁴⁷, o modelo social a ser seguido.

Ao considerarmos a fonte acima, podemos sublinhar algumas mudanças de discurso com o “*A nossa Vendéia I*”²⁴⁸, publicado no mesmo dia. A primeira consideração a se fazer é a finalidade proposta ao artigo, a qual fundamenta seu papel a partir do seguinte diagnóstico.

[...] o solo daquellas paragens, arenoso e esteril revestido, sobretudo, nas epochas de secca, de vegetação escassa e deprimada, é, talvez mais do que a horda dos fanatisados seuqazes de Antonio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas.²⁴⁹

O artigo inicia-se com uma constatação que atravessa seu entendimento sobre o conflito: o maior inimigo da guerra não eram os canudenses, mas sim o *desconhecimento do território de combate*. Essa noção fundamental do discurso euclidiano possui uma consequência: evoca a necessidade do *ofício do intelectual de decifrar os sertões*. O texto foi majoritariamente dedicado a compilar os aspectos que compreendem o que seria o *sertão* do estado da Bahia. Uma vez que se considera o *sertão* como definido pela paisagem, natureza e *meio*, é viabilizada a fabricação de um lugar onde o locutor pode caracterizá-lo e inventá-lo através de sua descrição. Em “*A nossa Vendéia I*”, é a função descritiva da paisagem que ocupa o primeiro plano da Guerra de Canudos, em detrimento de seus habitantes. Essa estrutura foi parcialmente resultante das informações adquiridas com Teodoro Sampaio.

Seguindo a premissa da “necessidade de conhecer o campo de combate”, Euclides da Cunha descreveu o que seria um dos aspectos fundamentais do signo *sertão*.

Como se vê naquella região, intermitentemente, a natureza parece oscillar entre os dois extremos - da maravilhosa exuberancia á completa esterilidade. Este ultimo aspecto, porém, infelizmente, parece predominar.²⁵⁰

²⁴⁷ Sobre o tema, C.f., 1.3 e 1.4.

²⁴⁸ A partir daqui, utilizaremos a nomenclatura “I” e “II” para distinguir os dois artigos *A nossa Vendéia*, publicados nas datas 14/03/1897 e 17/07/1897.

²⁴⁹ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendéia*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14/03/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970314-6694-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 13/08/2023 às 01:30).

²⁵⁰ *Ibidem*.

Recorremos a Bartelt para compreender como que o signo *sertão* foi imbuído de um caráter ambíguo. De acordo com o historiador, os discursos sobre a localidade existiam há décadas da guerra. Uma peculiaridade deles era o estigma de *subdesenvolvimento* com que viajantes e políticos descreviam a região. O próprio relatório de viagem de Teodoro Sampaio, do qual Euclides da Cunha utilizou-se para escrever *A nossa Vendéia*, expressou como era “belo” o Brasil Central, embora os brasileiros “exagerassem no ufanismo de seus recursos”.²⁵¹

O resultado disto é: o *sertão* passa a ser descrito através de *oxímoros*.²⁵² Na fonte, a região é descrita através de uma “natureza intermitente”, como se assumisse as propriedades de um organismo dotado de características próprias. O *sertão*, enquanto um signo único, está constantemente tensionado por um caráter de valorização e outro de depreciação, simultaneamente. O *sertão* era valorizado por sua “riqueza e paisagem”, ao passo que era condenado por seu “deserto e atraso”.²⁵³

Com isso, o autor prossegue o texto recorrendo a uma primeira caracterização do *sertanejo* em sua escrita:

[...] na azafama ruidosa e alacre das *vaquejadas* os rudes sertanejos completamente vestidos de couro curtido [...] e pendente, á cinta, a comprida *faca-de-arrasto*, com que investe e rompe intrincados cipoaes. Identificados á propria aspereza do sólo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patricios do sertão, de typo ethnologicamente indefinido ainda, reflectem naturalmente toda a inconsistencia e toda a rudeza do meio em que se agitam. O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a approximação historica expressa no titulo deste artigo. Como na vendêa o fanatismo religioso que domina as duas almas ingenuas e simples, é habilmente aproveitada pelos propagandistas do imperio.²⁵⁴

O primeiro aspecto a ser destacado é a maneira pela qual os canudenses são referidos: *sertanejos*. O termo, assim como *jagunço*, precede a escrita do artigo. Entretanto, o primeiro fato a se considerar é a conotação que ele traz para a *culpabilidade do conflito*: ao chamá-los de *sertanejos*, Euclides da Cunha não acusa o livre arbítrio dos canudenses como o responsável pela guerra. Foi o *paradigma de subdesenvolvimento que atuou como causa primeira*. Ao caracterizá-los como “rudes” e “almas ingênuas”, o autor destituiu o *sertanejo* de qualquer agenciamento de suas ações. Consequentemente, denunciou uma suposta

²⁵¹ BARTELT, *Op. Cit.*, p 241-245.

²⁵² Ou seja, dicotomias que trabalham com duas coisas contraditórias. Veremos uma abundância de termos sobre o *sertão* que entram nessa categoria.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendêa*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14/03/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970314-6694-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 13/08/2023 às 01:30).

“conspiração política” que aproveitaria da “ingenuidade” *sertaneja*. Como vimos anteriormente, foi a partir da quarta expedição que uma nova maneira de nomeá-los seria proliferada pela imprensa: *jagunços*. Ao menos na altura do primeiro artigo, Euclides da Cunha se apoiou na “incapacidade” do *sertanejo* e na “diligência política” dos “propagandistas do império” como motivo da guerra. Guardemos essa informação para o exame posterior do segundo artigo de mesmo nome.

Outro fator do excerto acima é a imprevisibilidade do conflito como resultado da profunda relação entre *homem e meio* no *sertão*: “A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se.”²⁵⁵ A “inconsistência” – tanto do *homem* quanto do *meio* – é, no texto, derivada tanto de uma natureza “oxímora” quanto de um “desconhecimento do *solo*” pelas forças republicanas. Logo, a relação “homem-solo” respeita um movimento fundamentalmente unidirecional e determinístico: são as características na *natureza* que determinam os fundamentos do *sertanejo*. A este, não cabe nenhuma identidade própria, a não ser as que entram em conformidade, que “imitam” o *meio* em que vive.

Com isso, Euclides da Cunha abre uma expectativa: “os nossos patrícios do sertão são de tipo etnicamente indefinidos ainda”. O anseio por uma definição do *sertanejo* foi possivelmente fruto dos interesses políticos e repertórios discursivos de seu locutor. A integração do território brasileiro passou a clamar por um amplo conhecimento de suas posses, fazendo com que a empreitada da Guerra de Canudos fosse também uma espécie de “oportunidade” para estudar o território nacional.

Logo, o paralelo entre Canudos e a Vendéia é configurado. Para Euclides da Cunha, ele ocorre na medida em que ambos os *solos* se encontram sob o mesmo paradigma de *subdesenvolvimento*. Enquanto oxímoros, a riqueza do *meio* é logo suplantada pela falta de conhecimento da região e sua consequência: *a má jurisdição do local sob o Estado nacional, resultando numa população “ingênua”*. Por sua vez, essa suposta “carência” era “aproveitada” pelos “propagandistas do império”, de forma que os *sertanejos* eram “rudes” demais para serem os portadores de suas próprias reivindicações. Mesmo a resiliência dos canudenses, para o autor, é um “heroísmo mórbido”.²⁵⁶

O primeiro artigo de Euclides da Cunha, assim como foi comentado pela maioria da bibliografia, exprime um discurso bastante ortodoxo sobre a guerra. Seu posicionamento é característico dos periódicos republicanos coevos, preocupando-se em estabelecer um *nós* e os *outros inimigos* da República. Fruto disso foi a aderência que o autor demonstrou a um dos

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ *Ibidem*.

boatos mais frequentes do período: o de que Canudos resistiu graças aos “propagandistas do Império”. O monarquismo e sua suposta faceta “internacional” foi um dos temas mais citados durante a quarta expedição, numa tentativa de justificar os fracassos e perdas acumuladas pelo Exército.

Entretanto, há uma diferença fundamental entre a carta e o artigo de mesma data. Ela reside no fato de que *Euclides da Cunha omitiu completamente sua crítica ao governo no artigo, enquanto ele foi abertamente crítico em carta*. No artigo, o autor buscou justificar a lentidão das tropas devido a um suposto caráter “desconhecido” do *sertão*. Este lugar, por sua vez, seria marcado pela “intermitência” do clima, o que acarretaria numa desvantagem para o lado republicano, naturalizando uma suposta “imprevisibilidade” do conflito. Logo, o autor escoima quaisquer críticas ao exército ou ao governo. Como vimos acima, essa omissão certamente teve seus precedentes, uma vez que o próprio *Estado de São Paulo* possuía laços com o governo vigente. Lembrando que *A nossa Vendéia*, em ambas as partes, contou com a rubrica completa de Euclides da Cunha.

A seletividade discursiva operada pelo autor é ainda mais plausível quando confrontamos o mesmo artigo com outra carta, datada do dia 1 de abril de 1897, destinada ao mesmo colega da carta anterior.

[...] assalta-me profunda tristeza: é ver sobre a debacle material de tudo neste país, a *débâcle* gravíssima de coisas que em geral conservam intactas no meio das maiores catástrofes. O que me impressiona não são as *derrotas* - são as derrotas sem combate - em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos! Nunca supus que fôssemos passíveis de desastres desta ordem! NUNCA! Será possível que a nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembram os últimos dias do Baixo Império? [...] Acho, realmente, ridículo o título de filho desta terra depois da vasta série de escândalos de toda sorte com que ela tem desmoralizado a História!²⁵⁷

Destaca-se aqui o aspecto explícito da crítica diante tanto do governo como do exército. Quando o autor coloca a questão da República, é “nossa República” que é evocada para receber a crítica. Novamente, conserva sua defesa ao modelo político republicano. Em face ao artigo, as críticas demonstram uma visão diferente do autor sobre os fracassos da guerra. Na carta, a imprevisibilidade da Guerra de Canudos não é imanente ao *sertão*, mas sim a “debacle” do regime republicano no Brasil. Daí o fato de se queixar sobre a “desmoralização da História”: para Euclides da Cunha, a “ordem natural da História” era a vitória incontestada da República. O trecho acima destoa completamente do caráter mais omissivo

²⁵⁷ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. 01/05/1897. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, 1997, p.105.

do artigo. Os recursos discursivos distintos demonstram bem os limites e consequências da escrita euclidiana nos periódicos. Em outra de suas cartas, em julho do mesmo ano, chegou a nomear os políticos de “*maître-chanteurs*”²⁵⁸: sujeitos “charlatães” que, como políticos, extorquiram o Estado. Mesmo nesse cenário pessimista, em suas palavras, “a República é imortal”.²⁵⁹

Discurso distinto se situa no segundo artigo com o nome de *A nossa Vendéia*, publicado no dia 17 de julho de 1897. Um fato importante a ser constatado é que, na data de publicação do texto, Euclides da Cunha ainda não havia ocupado a posição de adido do estado-maior. Esta posição seria negociada por Júlio de Mesquita que, segundo Ventura, aspirava uma cobertura privilegiada para o seu correspondente em relação aos demais jornais.²⁶⁰ No telegrama do 29 de julho, Mesquita sumariza três qualidades de Euclides da Cunha para o presidente da República: (a) o fato de ser Tenente, (b) de ter “talento de escritor” e (c) de ter “dedicação de soldado republicano”.²⁶¹ A posição foi concedida no dia 31. Sua viagem foi realizada de pronto, já no dia 4 de agosto.

Logo, é essencial compreender o segundo artigo considerando o parâmetro de admissão do escritor ao jornal. A posição do jornal *O Estado* certamente era favorável ao governo, no qual via um representante alinhado com seus interesses. Mesmo que seja um fator elementar para as fontes que estamos analisando, é implausível que Euclides da Cunha tenha sido “apologético” em *A nossa Vendéia* exclusivamente por ter seu “discernimento turvado”²⁶² pelo discurso republicano da imprensa na época. Ao cruzarmos os artigos com as cartas, o discurso euclidiano se mostra contraditório não apenas por sua relação com uma “República idealizada”, mas também *devido às implicações contidas entre os suportes das fontes, i.e., entre as cartas e os artigos de jornal.*

É importante frisar que, de acordo com Bartelt, *o credenciamento junto ao estado-maior foi um critério obrigatório para a participação de jornalistas na quarta expedição.*²⁶³ Além disso, eram os oficiais da ativa ou reformados que tinham acesso facilitado para o credenciamento, como foi o caso de Euclides da Cunha. De todo o modo, essa condição de credenciamento influenciava diretamente na atividade jornalística *in loco*

²⁵⁸ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: João Luís. 23/07/1897. In: GALVÃO, *Op. Cit.*, 1997, p.106.

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p. 163.

²⁶¹ *Ibidem.*

²⁶² PEREIRA, Allan Marx de Moraes e TAVARES, Débora Reis. *A reviravolta de consciência de Euclides da Cunha: Uma análise literária, textual, biográfica e histórica*. Esferas, ano 12, vol. 2, no 2, setembro-dezembro de 2022.

²⁶³ BARTELT, *Op. Cit.*, p.199.

uma vez que, como veremos na seção 2.2, o exército dispunha de meios para censurar os discursos jornalísticos vindos de Monte Santo. No caso da fonte a ser analisada, o critério possivelmente foi válido, uma vez que houve uma proximidade entre sua data de publicação e o telegrama de Mesquita. Levantaremos posteriormente esta hipótese.

“*A nossa Vendéia II*” manteve majoritariamente o posicionamento do primeiro, ao menos no que tange o posicionamento do “nós” como o Exército e o paradigma *homem-meio* no *sertão*. Porém, logo nas primeiras linhas, há um elogio às forças republicanas, algo que esteve ausente do artigo anterior de mesmo nome.²⁶⁴ Em seguida, utiliza-se do mesmo argumento sobre o prolongamento da guerra e as subsequentes dificuldades das forças republicanas. No artigo, as derrotas do Exército assumem o caráter de “corolário inevitável”.

Infelizmente previmos os perigos futuros e aquella aproximação historica, então apenas esboçada, accentua-se definitivamente. A situação não póde, entretanto surprehender a ninguém. Os tropeços que se antolham ás forças da Republica, a morosidade das operações de guerra e os combates mortiferos realizados, *surgem naturalmente das proprias condições da lucta, como um corollario inevitavel.*²⁶⁵

Euclides da Cunha reitera a aproximação histórica de Canudos com a Vendéia. Por conseguinte, buscou assumir que seu próprio discurso foi “capaz” de prever a extensão do conflito. Entretanto, a defesa dessa aproximação muda em um aspecto importante: durante todo o artigo, a “conspiração monárquica que se aproveita dos canudenses” não é mais citada como causa da guerra.²⁶⁶ Pelo contrário, foi somente o modelo de confronto entre “civilização” e “barbárie” que assumiu a faceta da Guerra de Canudos e seu paralelo com as nações europeias, com a Vendéia.

²⁶⁴ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendéia*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17/07/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970717-6818-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 14/08/2023 às 20:14.

²⁶⁵ *Ibidem*. (Grifo nosso).

²⁶⁶ Cabe destacarmos que Bartelt chegou à mesma conclusão sobre a ausência do paradigma da “conspiração monarquista” como um dos diferenciais entre o primeiro e o segundo artigo de *A nossa Vendéia*. Mesmo que nossa leitura não tenha sido derivada de seu exame sobre o artigo, ao menos inicialmente, é sobretudo curioso notar que a maior parte da bibliografia especializada em Euclides da Cunha ignora esse aspecto da fonte. Ver: BARTELT, *Op. Cit.*, p.194-195.

*Esquecemo-nos de exemplos modernos eloquentísimos. A Inglaterra enfrentando os zulús e os afhans, a França em Madagascar e a Itália recentemente, às arrancadas com os abyssínios, patenteiam-nos entretanto revezes notáveis de exercitos regulares aguerridos e bravos e subordinados a uma disciplina incoercível, ante os guerrilheiros inexpertos e atrevidos, assaltando-os em tumulto, desordenadamente e desaparecendo, intangíveis quasi, num dedalo impenetrável de emboscadas. A profunda estratégia européa naquellas paragens desconhecidas é abalada por uma tática rudimentar pior do que a tática russa do deserto.*²⁶⁷

Se no primeiro artigo o confronto “civilização-barbárie” sugeria a aproximação com a Vendéia, no segundo ela é ainda mais evidente. Sob o paradigma do *exemplo histórico*, as forças republicanas acabaram refletindo o exército inglês, francês ou italiano. O *nós* da guerra representa a racionalização bélica, a “disciplina incoercível” que, ao ver do autor, é de toda distinta dos “guerrilheiros inexpertos e atrevidos”.

Independentemente dos resultados em Canudos, a República sempre assume a mesma posição: da racionalização, subproduto de uma certa “superioridade epistêmica”. Em partes, isto depende da forma como o autor concebe as forças republicanas, que é distinta em relação às suas cartas. No artigo, não há uma distinção clara entre o que são as forças republicanas e o que é a República. Sendo assim, o exemplo histórico toma o primeiro plano de argumentação, que acaba por eximir o governo de qualquer culpa sobre o conflito. Euclides da Cunha *naturaliza* as derrotas do Exército republicano, sempre caracterizando-o como “civilizado”. Do outro lado do conflito, chega a colocar as “vantagens” de Canudos como a “própria inferioridade”²⁶⁸ de seus habitantes, como se os papéis entre os alegados “superiores” e “inferiores” se invertessem no *sertão*. Mais uma vez, é o diagnóstico da “terra desconhecida” que dá a “imprevisibilidade” do conflito. O autor, de sua parte, não questiona a veracidade da suposta “superioridade” da civilização. Ao invés, reitera seu paradigma, sua preconcepção.

Todavia, a mudança de ênfase no paradigma “Vendéia” não foi derivada somente da ausência da “conspiração monarquista” no texto. Como vimos anteriormente, “*A nossa Vendéia I*” chamou os canudenses pelo nome de *sertanejos*. Esta alcunha conotava um sentido de *culpabilidade do conflito*, onde era a “ingenuidade” do *sertanejo* que, de acordo com a fonte, possibilitaria a “conspiração monarquista”. Entretanto, acerca dos canudenses, Euclides da Cunha realizou uma modificação fundamental no segundo artigo. Ao cruzarmos os dois trechos similares, respectivamente do primeiro e do segundo artigo, temos:

²⁶⁷ *Ibidem*. (Grifo nosso).

²⁶⁸ *Ibidem*.

[...] na azafama ruidosa e alacre das *vaquejadas os rudes sertanejos* completamente vestidos de couro curtido [...] e pendente, á cinta, a comprida *faca-de-arrasto*, com que investe e rompe intrincados cipoaes. Identificados á propria aspereza do sólo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patricios do sertão, de typo ethnologicamente indefinido ainda, reflectem naturalmente toda a inconsistencia e toda a rudeza do meio em que se agitam. [...] Como na vendêa o fanatismo religioso que domina as duas almas ingenuas e simples, é habilmente aproveitada pelos propagandistas do imperio.²⁶⁹

Vestido de couro curtido, das alpargatas solidas ao desgraçoso chapéu de abas largas e affeioado aos arriscados lances da vida pastoril, o jagunço traçoeiro e ousado, rompe-os, atravessa-os, entretanto, em todos os sentidos, facilmente, zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rustica, vingando celere como um acrobata [...] Não ha perseguil-o no seio de uma natureza que o créou á sua imagem - barbaro, impetuoso, abrupto -.²⁷⁰

A principal diferença entre os dois trechos é a troca do termo *sertanejo* por *jagunço*. O último traz consigo uma conotação distinta, evidente pelo exame da segunda citação: ele é “traçoeiro e ousado”, “bárbaro, impetuoso e abrupto”. Já o *sertanejo* é caracterizado por ser “rude” e “inconsciente”, “ingênuo e simples”. É notável que o *sertanejo* foi também chamado por “nossos patricios do sertão”, integrando-o na perspectiva do “nós republicano”: a Pátria, o sentido de nacionalidade brasileira.²⁷¹ O mesmo não aconteceu com o *jagunço*.

A troca observada a nível das fontes entra em diálogo com a pesquisa de Bartelt, que identificou essa “transição semântica” do *sertanejo* para o *jagunço* na imprensa brasileira a partir da quarta expedição.²⁷² O fato de serem associados à determinação “meio-homem”, ao uso de “vestes rústicas” e ao fato de serem “amparados pelo meio” ilustra uma intersecção semântica entre ambos os termos. Entretanto, a nível das distinções, a palavra *jagunço* opera com um sentido distinto acerca da *culpabilidade do conflito*. É por conta disso que, em “*A nossa Vendêia II*”, a “conspiração monárquica” sai de cena no paralelo Canudos-Vendêia, sendo substituída por:

O jagunço é uma tradução juxtalinear quasi do iluminado da idade média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroismo morbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo. [...] as proprias armas inferiores que usam, na maioria, constituem um recurso extraordinario: não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de perdeneira. A natureza que lhes alevantou trincheiras

²⁶⁹ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendêa*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14/03/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970314-6694-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 13/08/2023 às 01:30).

²⁷⁰ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendêa*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17/07/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970717-6818-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 14/08/2023 às 20:14.

²⁷¹ Conferir a seção 1.3 da presente dissertação.

²⁷² BARTELT, *Op. Cit.*, p.102-105.

*na movimentação irregular do solo [...] fornece-lhes ainda a carga para as armas [...]*²⁷³

No segundo artigo, *é a relação simbiótica entre o sertão e os “jagunços” que ocupa o motivo principal da guerra e seu prolongamento*. Mesmo que a relação “homem-meio” já tivesse sido ensaiada no primeiro artigo, foi no segundo que ela passou a ocupar de maneira exclusiva o debate sobre as derrotas das forças republicanas. Com isso, o *sertanejo* é substituído pelo *jagunço*, na medida em que não é mais a “ingenuidade” que atua como causa da guerra, mas sim o aspecto “traçoeiro” do *jagunço*, sua maneira de atuar como um *sujeito* estrangeiro, fora do escopo nacional. A consequência desta mudança discursiva está situada no encerramento do texto:

Mas, amanha, quando forem desbaratadas as hostes fanaticas do Conselheiro e descer a primitiva quietude sobre os sertões bahianos, ninguem conseguirá perceber, talvez, atravez das mattas impenetraveis [...] os soldados da Republica.²⁷⁴

A resolução do conflito não é mais caracterizada por ser a “última prova da República”, ou em livrar-se da “conspiração monárquica”. Em seu lugar, é o extermínio de Canudos e a “restauração” dos sertões que atuam como objetivo final da guerra. O *jagunço* passa a ser associado a um papel mais proeminente, como um *sujeito*, “inimigo final” das forças republicanas. Fato disto se encontra na relação aditiva entre as orações: “quando forem desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro” e “descer a primitiva quietude sobre os sertões”. Para Euclides da Cunha, diferentemente do *sertanejo*, o *jagunço* não é apenas um reflexo do *sertão*: é também um sujeito disruptivo, do qual a República procura neutralizá-lo dentro de seu “território nacional”.

Há um diálogo possível entre nossa pesquisa e a de Bartelt, na medida em que a troca do termo “sertanejo” por “jagunço” altera as diretrizes do discurso euclidiano, ao menos entre os dois artigos chamados de “*A nossa Vendéia*”. A posição do *jagunço* e de Canudos no segundo artigo patenteiam uma transição discursiva da imprensa brasileira: o alvo do extermínio não era apenas a monarquia ou sua conspiração, eram os habitantes de Canudos, materializados à frente das forças republicanas.

Por fim, não podemos deixar de observar as mudanças da dinâmica entre o autor e o tema das expedições. Euclides da Cunha, que não havia exaltado o Exército no primeiro artigo, passa a elogiá-lo explicitamente em “*A nossa Vendéia II*”, caracterizando-o das

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ *Ibidem*.

seguintes formas: “extraordinário devotamento”, “página vibrante de abnegação e heroísmo” e “admiráveis de bravura e abnegação”.²⁷⁵ Como já tratamos no início do exame desta fonte, o segundo artigo foi publicado numa circunstância distinta do primeiro. A proximidade entre sua publicação – 17 de julho – e a negociação da viagem de Euclides da Cunha à Bahia – iniciada no dia 30 do mesmo mês – nos obriga ao menos a considerar a tentativa do autor de utilizar-se do artigo para patrocinar seu credenciamento ao estado-maior. Uma hipótese plausível é a de que, ao depender do aceite do governo, Euclides da Cunha optou por acentuar sua defesa à conduta da quarta expedição.

Entretanto, ao considerarmos essa hipótese, devemos ponderar uma nuance presente na última parte de “*A nossa Vendéia II*”: há uma crítica subentendida à quarta expedição. Por ser um fator pouco considerado nas bibliografias levantadas durante nossa pesquisa, resolvemos trazê-lo para a dissertação. Segue o trecho da fonte em questão:

A marcha do exercito nacional, a partir de Geremoabo e Monte Santo até Canudos, já constitúe por isto um facto proeminente na nossa historia militar. É uma pagina vibrante de abnegação e heroismo. *E se considerarmos que*, a partir daquelles pontos [...] nesse investir impavido para o desconhecido [...] não se ligaram por intermedio de pontos geographicos estrategicos á longinqua de operações em Monte Santo, deixando, portanto, que entre ellas e esta ultima se interpuzesse extensa região crivada de inimigos, somos forçados á admittir que a arte, esta sombria arte da guerra que obedece a leis inexoraveis, foi offuscada num admiravel lance de coragem. As suas regras, entretanto, devem prevalecer.²⁷⁶

Ao iniciar a última parte do artigo, Euclides da Cunha qualifica a marcha da quarta expedição de maneira apologética. Entretanto, utilizando-se do recurso “e se considerarmos” que se encontra no início do excerto, o autor concatena um cenário: a desorganização da expedição, na medida que ela se configura como um problema estratégico. No desdobrar de seu raciocínio, Euclides da Cunha coloca que “somos forçados a admitir” que as táticas de guerra são sempre necessárias, por serem “leis inexoráveis”. Por esse motivo, o autor repreende tacitamente “o admirável lance de coragem” da quarta expedição ao final do excerto com “as suas regras [das táticas de guerra], entretanto, devem prevalecer”.

O último trecho da segunda parte de “*A nossa Vendéia II*” apresenta-se como uma escrita sinuosa. Nossa hipótese é que este caráter foi reflexo das condições históricas da produção deste artigo. Primeiramente, porque engendrar uma aderência ao estado-maior e, consigo, ao Exército, poderia ser uma tática fundamental para a viagem de Euclides da Cunha

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendéia*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17/07/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970717-6818-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 14/08/2023 às 20:14. (Grifo nosso).

a Canudos. O exame que apresentamos às cartas do autor reforça a plausibilidade desta hipótese, uma vez que a crítica ao governo e às forças expedicionárias já haviam sido ensaiadas pelo autor antes da data de publicação do segundo artigo.

Em segundo lugar, a *simulação de concordância e simpatia com as expedições* não foi uma tática isolada na realidade desse contexto histórico. Bartelt, ao examinar os discursos oficiais após a terceira expedição, identifica como o próprio pronunciamento de Prudente de Moraes – em maio de 1897 – lançou mão deste estratagema discursivo. Os *jacobinos*, que compunham boa parcela das Forças Armadas, representavam uma oposição de risco para o poder executivo e seus aliados, majoritariamente representados pela elite latifundiária paulista. A situação se estendia tanto para a memória oficial da terceira expedição como para a quarta expedição em curso, já que ambos seus comandantes representavam os *jacobinistas*. Logo, era preferível articular uma concordância tácita com as expedições, ao passo que eram esquematizadas as táticas para que se ampliasse a imagem do governo federal e de seu presidente como protagonistas do conflito.²⁷⁷

Foi aqui que a segunda coluna da quarta expedição, juntamente com a presença do ministro da Guerra, desempenhou seu papel. A medida proposta pelo governo buscava, simultaneamente, ampliar seu capital imagético de “heróis da guerra” e sanar os problemas logísticos entre o litoral da Bahia e a base de operações em Monte Santo. Mesmo que a academia seja unânime acerca da importância do comando do ministro Bittencourt na retaguarda da quarta expedição, é inegável que foi também de extrema serventia na disputa política intra-republicana.

Amarrada com o elogio no início do artigo, a última parte de “*A nossa Vendéia II*” possivelmente buscou patrocinar a admissão de seu autor para a viagem a Canudos. Euclides da Cunha, ao finalizar sua crítica velada, assimila o imperativo final de que “as regras da guerra devem prevalecer” com o protagonismo das forças que partiam do Rio de Janeiro para amparar a quarta expedição:

A viagem recente, de Canudos a Monte-Santo das forças sob o comando do coronel Medeiros é um exemplo frisante. *Toda a campanha ficou em função daquela força expedicionária*; a sorte de um exercito ficou entregue a uma brigada diminuta. Entretanto tal não sucederia se a linha de operações tivesse como pontos determinantes duas ou tres posições estrategicas [...] entre a base de operações e o exercito. *As forças auxiliares que partem hoje do Rio de Janeiro irão, certo, iniciar essas medidas urgentes, corrigindo uma situação anormalissima.*²⁷⁸

²⁷⁷ BARTELT, *Op. Cit.*, p.172-180.

²⁷⁸ CUNHA, Euclides da. *A nossa Vendéia*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17/07/1897, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970717-6818-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 14/08/2023 às 20:14. (Grifo nosso).

Euclides da Cunha prossegue a crítica velada destacando uma suposta importância das “forças auxiliares do Rio de Janeiro” para a quarta expedição. O autor reitera a seguinte conclusão: há urgência em “corrigir” a situação da base em Monte Santo, de maneira que o papel das forças auxiliares se torna fundamental para a quarta expedição, liderada por Artur Oscar. Consequentemente, o autor acaba por dividir a expedição em duas partes, sendo uma o *front – jacobinista* – e o apoio do qual viria a ser liderado por Bittencourt, aliado do presidente.

Mesmo que todos sejam textos escritos por Euclides da Cunha, a *A nossa Vendéia II* possui distinções consideráveis em relação ao primeiro artigo e às fontes epistolares. Logo, levantamos a possibilidade de que este aspecto configura uma *seletividade discursiva* do autor. Em última medida, ela atua diretamente no conteúdo dos artigos, mudando os sujeitos e grupos citados, seus nomes e, mais importante ainda, as próprias causas e objetivos da Guerra de Canudos.

Resolvemos evidenciar a hipótese de que os *contextos de enunciação* entre as fontes supracitadas são distintos entre si, modulando assim o conteúdo dos artigos *A nossa Vendéia* ao ponto de suas contrapartes possuírem diferenças consideráveis. Julgamos necessário evidenciar isso, na medida em que essas fontes são pouco examinadas pela bibliografia do assunto. Amory colocou ambos os artigos no mesmo sustentáculo, como se eles convergissem na mesma conclusão sobre a Guerra de Canudos.²⁷⁹ Decca e Gnerre partem da mesma premissa, alegando que os *A nossa Vendéia* “não deixaram nenhuma lacuna quanto ao julgamento político” do autor sobre Canudos.²⁸⁰ Comunicam-se de certo modo com Walnice Galvão, da qual alegou que, pelo fato de Euclides da Cunha presenciar a guerra, sua escrita sai da complacência ao governo nos artigos de 1897 para uma escrita de “denúncia e oposição” em *Os sertões*: a relação entre as duas fontes marcaria a “reviravolta” do autor.²⁸¹

Mesmo Rodrigues e Lima, que foram críticos à noção da “reviravolta de Euclides da Cunha em 1897”, colocam tanto os *A nossa Vendéia* quanto o *Diário de Expedição* como partes constituintes de um mesmo discurso. Alegam que o “republicanismo apaixonado” do autor relegou seus escritos do ano da guerra a uma análise “apressada em condenar o arraial

²⁷⁹ AMORY, *Op. Cit.*, 2009, p.111-112.

²⁸⁰ DECCA, Edgar Salvadori de; GNERRE, Maria Lucia Abaurre. Trauma e história na composição de *Os sertões*. In.: Vários autores, *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*; organizador José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP. 2002.

²⁸¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

conselheirista”.²⁸² Ainda que consideremos as análises mais criteriosas entre os *A nossa Vendéia* e as cartas do mesmo período – como foi o caso da investigação minuciosa de Ventura e o artigo de Pereira e Tavares – há um consenso de que os artigos partiram de um mesmo discurso, sequer se atentando para a distinção dos termos *sertanejo* e *jagunço*, como foi exemplarmente exposta por Bartelt.²⁸³ As cartas, quando revelam um tom completamente oposto do autor em relação ao governo, são interpretadas como “acessos de fúria” do autor, como se este estivesse “cegado pela máquina de propaganda da imprensa e do governo”.

Logo, nos apoiamos na hipótese da *seletividade discursiva*, principalmente por ser possível de ser falseável. Consequentemente, evitamos a premissa de que uma mera “ignorância” da parte do autor foi o que fabricou seu *A nossa Vendéia*. Ao invés, buscamos expor como que a concatenação entre as fontes de 1897 não pode ignorar as nuances entre seus respectivos *contextos de enunciação*. Um exemplo disto é como, nas cartas, a crítica republicana de Euclides da Cunha é evidente, operando através da constatação de uma assimetria entre “governo” e a “República” em seu caráter ideal. A mesma alegação não só é ausente nos artigos do autor, como também foi acompanhada pelo seu oposto em *A nossa Vendéia II*. Neste, rejubilou-se acerca da atuação das expedições em Canudos, chegando ao ponto de considerar as derrotas das Forças Armadas como um “caminho” para a vitória da guerra.

Possivelmente, as distinções discursivas – que por vezes implicaram até mesmo em divergências – foram frutos das inúmeras consequências possíveis com que escritores lidaram ao publicar textos na imprensa durante toda a década de 1890. Compilamos no transcorrer dos dois capítulos uma série de fontes das quais apresentam-se as auto-censuras, censuras institucionais e o próprio *controle* do autor sob sua escrita, na tentativa de ser omissos quando necessário ou acabar sendo “desagradável demais” ao ponto de sofrer consequências. Como colateral disso, levantamos ainda uma segunda hipótese: a de que a mudança para um tom mais apologético em “*A nossa Vendéia II*” possivelmente foi resultado da necessidade do autor de patrocinar sua imagem de “republicano”, num lance estratégico para facilitar seu credenciamento ao estado-maior.

Por conta dos limites de escopo desta pesquisa, essa hipótese configura-se de maneira bastante preliminar. A fim de falseá-la, seria imprescindível uma pesquisa capaz de comparar os artigos de outros jornalistas que compartilharam da mesma condição de Euclides da Cunha

²⁸² RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor. *Entre as armas e as letras: imperialismo e nação na obra de Euclides da Cunha*. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 18, n. 37, p.213-236, 2022. p.218-219.

²⁸³ BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.256-262.

ao cobrirem a guerra. Certamente, seria uma das vias para mensurarmos com mais acurácia o peso do *contexto de enunciação*, do discurso dominante da imprensa e sua influência no autor ou até mesmo de algum outro fator mais pessoal de Euclides da Cunha, como sua alegada “cegueira republicana”.

Mesmo com as numerosas divergências que apresentamos em relação à bibliografia, é inegável que Euclides da Cunha, na altura de final de julho de 1897, não incluiu os habitantes de Canudos em qualquer noção de “cerne da nacionalidade”. A presença do autor no conflito, como veremos em 2.2, adicionou um novo objetivo para a guerra: a incorporação do vaqueiro – *i.e.*, o *sertanejo* – ao “nós nacional”. Entretanto, *reiteramos que não há uma relação causal exclusiva entre “o testemunho de Euclides da Cunha durante a guerra” com sua prescrição de “incorporar o vaqueiro ao cerne nacional”*. Como vimos, a linha entre o extermínio total e a incorporação doutrinária republicana era demasiadamente tênue para boa parte da imprensa. Entre as alcunhas *sertanejos* e *jagunços*, os discursos republicanos que buscavam justificar a guerra se mostraram resilientes, modificando-se à medida em que diversas aspirações colidiram entre os grupos políticos.

Logo, pretendemos esboçar aqui, embora preliminarmente, os limites da comparação direta entre *A nossa Vendéia* e *Os sertões*. Acompanharemos ainda, no terceiro capítulo, como que o caráter distinto entre os termos “*sertanejo*” e “*jagunço*” estabelece uma comunicação entre as duas fontes. Se não discordamos por completo da mudança de discurso durante a viagem do autor a Canudos, divergimos da maneira como a bibliografia do assunto encara a viagem como uma forma de “reviravolta da consciência” do autor. Os artigos de *A nossa Vendéia*, afinal, não podem ser lidos sob a premissa de representarem uma espécie de “conclusão opaca” do autor. Pelo contrário, há diversas nuances semânticas que alteram os discursos entre as contrapartes.

O exame desta seção foi de suma importância para questionarmos a aplicação de um panorama recorrente da crítica euclidiana e seus estudos acadêmicos: a de que o autor presenciou uma “reviravolta de consciência” através de sua viagem à Guerra de Canudos entre agosto e outubro de 1897. Como vimos na introdução do capítulo 2, essa premissa tem como espinha dorsal a leitura comparada entre os artigos *A nossa Vendéia*, os escritos que formaram o *Diário de Expedição*, e *Os sertões*. Já expomos aqui alguns dos limites dessa proposta, uma vez que os *A nossa Vendéia* não são exatamente partidários de um mesmo discurso. Ademais, suas divergências não são desprezíveis, uma vez que as alterações do que compunha o paralelo Canudos-Vendéia influenciam diretamente no que Euclides da Cunha concluiu sobre a finalidade da guerra e seu desfecho ideal.

2.2 A viagem de Euclides da Cunha até Canudos: uma leitura comparada entre reportagens e telegramas sobre os primeiros temas de *Os sertões* (agosto-outubro de 1897).

A viagem de Euclides da Cunha a Canudos é, sem dúvidas, uma das chaves interpretativas mais usuais dos estudos sobre *Os sertões* [1902]. Há um consenso de que o autor, ao viajar para o interior da Bahia na finalidade de reportar e documentar a queda de Canudos, acabou também por mudar sua opinião acerca do povoado “jagunço”, “positivando-o”²⁸⁴, em certa medida. As reportagens, juntamente com o presenciar do “massacre”, fariam do autor uma “*testemunha*” da guerra, quase como um receptáculo ideal capaz de extravasar os problemas de uma “identidade brasileira”: é daqui que partiria a *denúncia* de *Os sertões*, segundo alguns estudos.

Mas teria sido a experiência *in loco* o fator definitivo para que, cinco anos mais tarde, Euclides da Cunha “denunciasse” o crime do fim da Guerra de Canudos? A pergunta nos instiga a refazer os caminhos dos quais a recepção da obra percorreu nos últimos anos, buscando nos questionar mais uma vez sobre as possibilidades de um diálogo entre a *denúncia* de *Os sertões* com o suposto tom mais “conivente” das cartas e reportagens entre agosto e outubro de 1897.

A tarefa se mostra duplamente importante, pois, se por um lado, o aspecto da “reviravolta” é bem conhecido, sua consequência é mais complicada: afinal, quando que a “reviravolta de consciência” do autor sobre a Guerra de Canudos definitivamente ocorreu? A segunda pergunta complica-se pela imprecisão geral acerca de quando o autor passou a defender a “causa *sertaneja*”: a maioria afirma que há “mudanças drásticas” entre as fontes de 1897 e o livro de 1902, como se o ato da escrita do autor após a guerra fosse seu momento de reflexão máxima. Entretanto, se isto de fato procede, por que os mesmos autores insistem em colocar o “testemunho”, a experiência do autor na guerra, como motivo principal da mudança de sua opinião?²⁸⁵ Acrescenta-se ainda um terceiro problema, já que há um desencontro acerca de *quando* Euclides da Cunha supostamente teria tomado ciência dos crimes de guerra, um

²⁸⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Polifonia e paixão*, América Latina - palavra, literatura e cultura, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

²⁸⁵ Walnice Nogueira Galvão foi um dos melhores exemplos desse dilema. A autora afirmou que a influência das reportagens e telegramas da guerra “é modesta” e que “nem de longe dá ideia” do que seria *Os sertões*. Concomitantemente, coloca que a “extraordinária reviravolta de consciência” ocorreu pelo fato da Guerra de Canudos ter sido “testemunhada de corpo presente” pelo autor. Ver: *Ibidem*.

assunto que causou estranhamento ao confrontarmos diversos dos estudiosos, como veremos ao final desta seção.²⁸⁶

As questões expostas acima atravessaram essa seção. Convindo que realmente houve uma mudança significativa entre os *A nossa Vendéia* e as fontes durante a viagem entre agosto e outubro de 1897, coube a nós apontar quais são as rupturas, ressignificações e, talvez mais importante, as continuidades dos temas e posicionamentos políticos de Euclides da Cunha.

Sendo a viagem um fator basilar para a formação do juízo do autor sobre a Guerra de Canudos, buscamos aplicar novamente o exame das fontes acompanhado de seus respectivos *contextos de enunciação*. Para isso, segmentamos a série de fontes dessa seção em dois grupos principais: (a) os telegramas, que eram intermediados pelo Exército, sendo repassados de pronto para os jornais, e (b) as cartas-reportagens, escritas de maneira mais extensa, de transmissão menos centralizada e que eram reproduzidas nos jornais semanas após seus envios.²⁸⁷ Seguimos, dessa forma, a contextualização proposta por Bartelt e Ventura.

[...] a censura do comando do Exército controlava todos os telegramas vindos de Monte Santo. Os correspondentes mandavam telegramas com pequenos textos informativos, com os quais abasteciam as redações, que por sua vez veiculavam as notícias do dia-a-dia em Canudos. Os telegramas precisavam ser submetidos a um oficial de imprensa, para receber a autorização. As reportagens em forma de carta, por outro lado, eram geralmente distribuídas no país sem requerer a autorização da censura.²⁸⁸

Em suma, os textos enviados pelo telégrafo eram “submetidos à censura militar”²⁸⁹, enquanto as cartas-reportagens, não. Entretanto, isto não significa necessariamente que não havia qualquer tipo de implicação ao escrever as reportagens. Ao concebermos esse grupo de fontes dentro do conceito de *controle* proposto por Luiz Costa Lima²⁹⁰, buscamos nos precaver da ideia de que as reportagens são diametralmente opostas aos telegramas, como se elas também não fossem passíveis da aplicação de estratégias discursivas do autor.

Dentre os motivos para estabelecermos isso reside o fato de que Euclides da Cunha dependeu de uma recomendação do então governador de São Paulo, Campos Salles, para que

²⁸⁶ O caso mais drástico desta confusão é de Amory. O historiador afirma que Euclides da Cunha tinha conhecimento das “degolas” dos canudenses e que, ao seu ver, seria motivo para desmentir a afirmação de que os jornalistas se silenciaram sobre o massacre. Porém, ao final do capítulo, Amory afirmou que Euclides da Cunha só tomou ciência dos problemas da guerra quando retornou à cidade da Bahia, após sua retirada de Canudos no dia 1 de outubro. Ver: AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos* – tradução Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. p.115-116, 143.

²⁸⁷ Ao compararmos as datas do *Diário* com as publicações no *Estado de São Paulo*, as reportagens costumavam chegar entre 2 a 3 semanas após serem enviadas de Monte Santo.

²⁸⁸ BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.200

²⁸⁹ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.170-171.

²⁹⁰ Conceito foi explorado na seção 1.2.

pudesse se aproximar de figuras políticas importantes durante sua viagem.²⁹¹ Com ela, Euclides da Cunha pôde se desvencilhar do seu parentesco com o general Sólón, do qual houvera se desentendido com Luíz Viana, governador do estado da Bahia. Outra fonte que reforça este fator foi o último artigo que Euclides da Cunha publicou em outubro de 1897, já em São Paulo, na finalidade de exaltar publicamente as brigadas de São Paulo que retornavam da guerra. De grande magnitude pública, a cerimônia contou com “heróis” como o batalhão da polícia de São Paulo, sendo eles vangloriados pelo autor no artigo. Veremos outros fatores que corroboram com essa hipótese no transcorrer desta seção.

Logo, Euclides da Cunha possivelmente representou algumas das aspirações políticas tanto do jornal quanto da política do estado de São Paulo. Na premissa de reportar a guerra e recolher as informações para seu futuro livro, o autor passou também a se inserir em condições de produção textual específicas à guerra. Ao tanger esse contexto, nossa análise entre telegramas e cartas-reportagens busca compreender os constrangimentos, os temas considerados “delicados” e suas consequências políticas acerca dos grupos criticados, descrições da guerra e a definição do autor de qual era a finalidade da quarta expedição para os rumos da “nação brasileira”.

Há ainda uma terceira fonte que, por conta do nosso escopo da pesquisa, ficou apenas à margem da seção: é a caderneta de bolso que Euclides da Cunha trouxe consigo durante a viagem, publicada apenas em 1975 sob organização de Olímpio Souza de Andrade. A caderneta é um documento extenso, com trechos ilegíveis e de caráter disperso. Por vezes, encontramos até mesmo excertos fora da ordem cronológica da viagem, o que dificulta em muito sua análise. Por conta disto e dos limites de tempo, optamos por utilizá-la pontualmente, com a finalidade de confrontar alguns tópicos dos outros dois grupos de fontes, esses sim fundamentais para a seção. Foi apenas nos levantamentos sobre as duas semanas de Euclides da Cunha em Canudos que fizemos um uso mais intenso dela, devido ao considerável hiato das cartas-reportagens entre os dias 16 e 24 de setembro.²⁹²

Roberto Ventura considerou a viagem de Euclides da Cunha a Canudos como o fato que levou o autor a “reacender sua chama revolucionária” após seu longo hiato na imprensa.²⁹³ A condição que viabilizou sua chegada ao interior da Bahia são ao menos três: (a) ser um tenente reformado, garantindo uma maior proximidade com os generais durante a

²⁹¹ VENTURA, *Op. Cit.*, p.170-171.

²⁹² Supomos que seja no dia 16 de setembro. Há uma informação inconsistente sobre a primeira carta-reportagem do autor em Canudos, já que consta nela a data 10 de setembro. A data, entretanto, é impossível, já que Euclides da Cunha partiu de Monte Santo apenas no dia 13 de setembro, chegando em Canudos no dia 16.

²⁹³ VENTURA, *Op. Cit.*, p.159-164.

expedição, para além de patrocinar sua anexação ao estado-maior; (b) a proximidade do autor com Júlio de Mesquita, acrescido dos dois artigos *A nossa Vendéia*, que o garantiu como correspondente do jornal e (c) a promessa de Mesquita em publicar um livro do autor que tratasse sobre a guerra. O terceiro fator, entretanto, foi uma promessa quebrada, já que o Estado de São Paulo ignorou anos mais tarde uma das versões de *Os sertões* que foi entregue pelo próprio autor à redação. Todavia, por conta da promessa do jornal, Euclides da Cunha partiu para a viagem a Canudos tendo em mente a coleta de dados para seu futuro livro.

As negociações para a viagem foram rápidas. Sendo anexado ao estado-maior no dia 31 de julho, Euclides da Cunha partiu do convés de navios do Rio de Janeiro já no dia 3 de agosto. Chegou à cidade da Bahia - atual Salvador - no dia 7 do mesmo mês.

Foi no dia 7 de agosto, ainda à bordo do navio *Espírito Santo*, que Euclides da Cunha escreveu sua primeira reportagem sobre Canudos durante a viagem. O texto em si possui algumas consonâncias com *A nossa Vendéia II* ao chamar, por exemplo, Canudos de “Meca dos jagunços”. O autor também aproveitou-se de uma metáfora sobre o “milagre do Conselheiro”, colocando que os “maiores milagres” eram as realizações do “exército nacional” e da “fé republicana”.²⁹⁴ Há um tema distinto, entretanto, que foi a maneira pela qual Euclides da Cunha segmenta o Brasil em duas partes: “Norte” e “Sul”.

A saudade, imensa e indefinível saudade dos entes queridos [...] perturba o ritmo isócrona da vida - e os olhares, velados de lágrimas, dirigem-se ansiosamente para o Sul... Ao mesmo tempo, porém, como um antídoto energético, um reagente infalível, alevanta-se, ao Norte, o nosso grande ideal - a República - profundamente consolador e forte, amparando vigorosamente os que cedem às mágoas, impelindo-os à linha reta nobilitadora do dever.²⁹⁵

O autor deixa explícito que seu lugar é o “Sul”, ao passo que o “Norte” seria uma outra terra. Essa segmentação geopolítica era corrente ao classificar o território brasileiro, onde a noção de que o epicentro político e econômico era o “Sul” do país, enquanto o “Norte” era seu “passado”. Daí o espanto do autor, no trecho seguinte, ao constatar a dimensão de seu conceito abstrato: Pátria.²⁹⁶

²⁹⁴ CUNHA, Euclides da.

²⁹⁵ CUNHA, Euclides da. *Canudos*: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.35.

²⁹⁶ Trabalhamos exaustivamente com o conceito Pátria em Euclides da Cunha na sua acepção “abstrativa”. Em suma, Pátria é uma abstração de coletividade que, assim como a palavra sociedade, representa uma multiplicidade de indivíduos dentro de uma só categoria. Entretanto, diferentemente do segundo, Pátria tem uma função abstrata: idealizar uma sociedade brasileira de acordo com o sentido de uma “civilização” aos moldes europeus. Para uma definição mais completa de Pátria em Euclides da Cunha, ver 1.3 e 1.4.

Eu nunca pensei que essa noção abstrata de Pátria fosse tão ampla que, traduzindo em síntese admirável todas as nossas afeições, pudesse animar e consolar tanto aos que se afastam dos lares tranquilos demandando a agitação das lutas e dos perigos.²⁹⁷

A caracterização de um Brasil dual foi um dos prismas interpretativos do autor, tanto sobre a cidade da Bahia quanto de Canudos em si. Como veremos no terceiro capítulo, o autor fez uso dessa mesma classificação em *Os sertões*, ao fabricar uma história do Brasil centrada nas diferenças históricas entre as regiões do país. Veremos ainda, em algumas fontes do mesmo capítulo, outros aspectos dessa divisão “Norte-Sul”.

A primeira reportagem de Euclides da Cunha exprime uma leitura sobre a Guerra de Canudos calcada no antagonismo “nós-outros”. O tema que concerne o autor é como a “Pátria” poderia se organizar para dizimar a “Meca dos jagunços”. Como vimos em 2.1, o próprio uso do termo *jagunço* já delimita o papel dos canudenses no panorama nacional: serem *sujeitos disruptivos dentro do território, dos quais o Estado republicano se opunha para garantir sua unidade territorial e, consigo, fabricar uma “Pátria brasileira”*.

Sobre os telegramas de mesma data, há apenas um tema que vale a pena ser destacado: a menção específica ao batalhão da polícia de São Paulo. A ausência da referência na reportagem se deu possivelmente pelo fato do autor tê-la escrito ainda a bordo do navio, enquanto o telegrama foi repassado já na cidade da Bahia. De todo modo, a fonte reforça nossa hipótese de que Euclides da Cunha possivelmente atuou como um representante não apenas do jornal *O Estado de São Paulo* em si, mas também do governo do estado de São Paulo.

Seguindo a ordem cronológica da viagem, os dias 8, 9 e 10 de agosto marcam a primeira vez que encontramos uma inconsistência de conteúdo mais drástica entre as cartas-reportagens e os telegramas. No telegrama do dia 8 de agosto, Euclides da Cunha defende diretamente o comandante da quarta expedição, alegando que “são precipitadas quaisquer apreciações sobre os erros atribuídos ao general Artur Oscar.”²⁹⁸ Entretanto, por qual motivo o autor se viu na necessidade de realizar este esclarecimento? O historiador Marco Villa identificou que as críticas às quais Euclides da Cunha se referiu foram as propaladas pela segunda coluna da quarta expedição, comandada pelo general Savaget, que se encontrava na capital baiana. Segundo Villa, a crítica dos oficiais ao comando de Artur Oscar se deu devido à sua quase derrota no dia 28 de junho, o que obrigou a coluna Savaget a abandonar um posicionamento estratégico para socorrer o líder da quarta expedição. Foi

²⁹⁷ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.35.

²⁹⁸ *Ibidem*, p.133.

justamente este episódio que fez com que Manuel Benício, repórter do *Jornal do Comércio*, propagasse a “incompetência militar” da quarta expedição. Benício, segundo Villa, chegou a sofrer ameaças de membros do Exército, forçando seu regresso à capital da Bahia por volta do dia 24 de julho. O historiador alega que Euclides da Cunha possivelmente se encontrou com Benício na primeira quinzena de agosto, o que corresponde ao período das fontes supracitadas.²⁹⁹

Independentemente do encontro entre ambos os jornalistas, o fato é que a crítica direta a Artur Oscar estava completamente fora de questão para os telegramas de Euclides da Cunha. No telegrama do dia 9 de agosto, o autor comenta o assunto da seguinte maneira.

Os oficiais feridos nos últimos combates relatam erros de tática de ordem tão grave que só devem ser expostos, depois de investigações ulteriores e sérias.³⁰⁰

Mesmo reforçando a presença das críticas, Euclides da Cunha sempre as atribui a terceiros, no caso aos “oficiais feridos” da coluna Savaget. Entrementes, coloca que os “erros de tática de ordem tão grave” só poderiam ser expostos ulteriormente, de modo que o autor posterga qualquer acusação direta a Artur Oscar. O estratagema do discurso, entretanto, é destoado ao compararmos o telegrama com a carta-reportagem do dia 10 de agosto.

Não são mais segredo para ninguém as causas determinantes do insucesso da quarta expedição. Todos os oficiais que inquiri acordam confirmando dois graves erros que se aproveitaram habilmente os jagunços - duplamente armados depois do fracasso da expedição Moreira César - pela força moral da vitória e pelas armas tomadas. O primeiro apontado completa outros que perturbaram altamente a marcha da 1ª coluna [sob comando de Artur Oscar] [...] aquela coluna, como se marchasse fatalmente para uma vitória infalível resultando de um rápido combate, deixou-o [o morro da Favela] desguarnecido, completamente isolado. [...] Foi ocupada apenas metade da praça e as baixas foram extraordinárias. A bravura pessoal do soldado [da coluna Savaget] corrigiu em grande parte o desastroso plano de ataque.³⁰¹

Na carta-reportagem, Euclides da Cunha repreendeu veementemente tanto o líder da terceira expedição quanto o da quarta. Mesmo quando se apoia nos relatos de terceiros, o autor afirma que “não há segredos” acerca do insucesso da expedição. Essa posição, bastante diversa do que foi apresentada em ambos os *A nossa Vendéia*³⁰², passa a discernir os agentes da guerra, delimitando os possíveis culpados dos insucessos da expedição. A consequência

²⁹⁹ VILLA, O “Diário de uma expedição” e a construção de Os sertões. In: Vários Autores, Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos. Organizador: José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.18.

³⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.133.

³⁰¹ *Ibidem*, p.39. (Grifo nosso).

³⁰² Mas similar às cartas, onde o autor se queixa das “derrotas sem combate” da terceira expedição. Ver 2.1.

dessa mudança possivelmente foi derivada de alguns fatores, como: (a) ao fato de Euclides da Cunha não mais necessitar patrocinar sua imagem pública para angariar a posição de adido ao estado-maior; (b) ao contato do autor com outros sujeitos, dos quais se utilizou para coletar informações divergentes em relação à narrativa da defesa de Artur Oscar; (c) a maneira que Euclides da Cunha, a serviço do jornal *O Estado* e próximo ao ministro da Guerra, buscou meios para fabricar os “heróis” da Guerra de Canudos, em detrimento dos erros do comandante Artur Oscar, um representante da oposição ao governo. Nas cartas-reportagens, esta relação é mais explícita. Nos telegramas, por outro lado, o autor provavelmente se viu incapacitado de criticar o líder da expedição, justamente por ter que passar pela censura do Exército.

Os fatores acima são também corroborados pelo restante da reportagem do dia 10 de agosto. Nela, Euclides da Cunha descreve o episódio em que o general Savaget visitou os feridos da segunda coluna. O autor positiva explicitamente a segunda coluna, chamando-os de “bravos companheiros”, chegando até mesmo a nomeá-los de “*coluna talentosa*, segundo a denominação insuspeita dos jagunços”.³⁰³ Neste mesmo teor, no telegrama do dia 9 de agosto, Euclides da Cunha fez questão de fabricar a imagem do ministro da Guerra – marechal Bittencourt – como um protagonista nas linhas de suprimento ao *front*, como se fosse uma correção à “situação anomalíssima” da quarta expedição. As menções protocolares das ações administrativas do ministro da Guerra são uma constante em ambos os grupos de fontes.³⁰⁴

Dentre as condições específicas de cada um dos meios de comunicação, as táticas adotadas pelo autor fazem da leitura cruzada entre suas cartas e telegramas uma tarefa de apontar tanto diferenças quanto continuidades do discurso. O quadro que podemos estabelecer com essas primeiras divergências é que Euclides da Cunha passou a fabricar os responsáveis pelos protagonismos e fracassos da guerra. Na altura de agosto, ainda na cidade da Bahia, o autor certamente se encontrava próximo das forças que não nutriam simpatia por Artur Oscar. Veremos, com o transcorrer da viagem, uma mudança de postura.

Por fim, há um trecho de suma importância presente na reportagem do dia 10 de agosto.

³⁰³ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.38.

³⁰⁴ *Ibidem*, p.131-132.

[Os canudenses] Vivem, inanidos quase. Diversos soldados que inquiri afirmam - surpreendidos, que o jagunço degolado não verte uma xícara de sangue. Rude hipérbole talvez, esta frase é singularmente expressiva. Afirmam ainda que o fanático morto não pesa mais que uma criança.³⁰⁵

Resolvemos destacar o trecho acima por conta de um dado importante. É patente que Euclides da Cunha, na altura do dia 10 de agosto, encarava com naturalidade o massacre de centenas de canudenses. O trecho acima não deixa margens interpretativas que escapem da conviência do autor com crimes de guerra praticados nas cercanias de Canudos. A “degola” foi uma prática oriunda da Revolução Federalista³⁰⁶ que consistia em cortar a garganta dos prisioneiros de guerra. Ficou conhecida também pelo seu segundo nome, bastante sugestivo: a “gravata vermelha”. A degola foi amplamente praticada nos prisioneiros canudenses, majoritariamente do sexo masculino, sendo protagonizadas por membros do baixo escalão do Exército e toleradas pelos comandantes da expedição. Muitos dos comandantes, inclusive, participaram da guerra civil ao sul – como o caso do próprio general Artur Oscar –, trazendo consigo a “degola” como um repertório de crimes de guerra.

Mesmo quando classifica a afirmação como “hipérbole”, o autor possivelmente se refere ao fato de ser “uma xícara de sangue” apenas, e não ao ato da degola em si. Esta linha interpretativa é reforçada pelo fato do autor prosseguir com outra afirmação: a de que o “fanático morto não pesa mais que uma criança”. Com isso, é completamente insustentável afirmar que Euclides da Cunha precisou “testemunhar” Canudos para estar ciente do massacre e criticar as forças republicanas. Pelo contrário: para quem foi acusado de ser *jagunço* e *fanático* restava apenas o extermínio nas mãos da República.

As reportagens e telegramas dos dias seguintes relatam as chegadas de feridos à cidade da Bahia. O autor apropria-se das comemorações oficiais na cidade para ensaiar a função da Guerra de Canudos na construção da identidade nacional brasileira, de sua “Pátria”. Conforme vimos na primeira reportagem do autor – no dia 7 de agosto – há uma preocupação em erigir um processo que unifique as populações presentes no território brasileiro. A carta-reportagem do dia 15 de agosto dá continuidade ao processo de fabricação identitária, matizada através do fenômeno da união das populações do Brasil na capital baiana:

Vêm, sucessivamente, promanando de todos os pontos da nossa terra, convergindo todos para o seio da antiga metrópole, reunindo-se precisamente no solo onde pela primeira vez aparecemos na história - o paulista empreendedor e altivo, o rio-grandense impetuoso e bravo e o filho do Norte robusto e resistente. E a antiga

³⁰⁵ *Ibidem*, p.40.

³⁰⁶ Guerra civil ao sul do país durante a administração de Floriano Peixoto, sendo encerrada em definitivo por Prudente de Moraes.

capital abre-lhes o seio, agasalha-os no recinto sagrado de seus baluartes [...] como que envolvendo no mesmo afago carinhoso e ardente, a numerosa prole há séculos erradia, esparsa. Índoles diversas, homens nascidos em climas distintos por muitos graus de latitude, contrastando nos hábitos e tendências étnicas, variando nas aparências [...] aqui chegam sob o influxo de uma aspiração única. Parece um refluxo prodigioso da nossa história.³⁰⁷

O primeiro diagnóstico mais demorado de Euclides da Cunha sobre o Exército levou em conta um aspecto principal: a capacidade da guerra de unir a “numerosa prole” brasileira. Essa preocupação é oriunda da maneira pela qual o autor enxerga a população do país, na medida em que ela se encontra “erradia”, “esparsa”, *i.e.*, separada tanto fisicamente quanto em suas diferenças fenotípicas. Ao demorar em sua explicação, fica evidente o intuito do locutor de esboçar os primeiros aspectos determinísticos dos sujeitos envolvidos na guerra. Exemplo disto é a caracterização do “filho do Norte”, onde Euclides da Cunha esboça características similares aos do *sertanejo* descrito em *A nossa Vendéia I*: “robusto” e “resistente”. Há uma sobreposição entre Norte e *sertão*, como se os habitantes oriundos dessa região fossem subprodutos do *meio* em que vivem: uma quase tradução da *natureza* em que se encontram. O contraste aparece ao compararmos com o “paulista”, onde uma característica ligada à operação do Estado e sua economia – “empreendedor” – foi utilizada.

Inscreve-se assim mais uma das dinâmicas entre “Norte” e “Sul”, dois conceitos cartográficos apropriados pelo autor, na premissa de configurar uma divisão geográfica, histórica, racial e política do Brasil. Veremos durante a presente seção como ela implica diretamente na concepção euclidiana de Nação brasileira e, consigo, na própria finalidade da guerra construída por Euclides da Cunha. Posteriormente, trataremos de compreendê-la em *Os sertões*.

Por outro lado, o papel de jungir a “prole esparsa” operou-se em face de outra finalidade de guerra, conforme o autor segue seu raciocínio.

Não se trata de defender o solo da pátria do inimigo estrangeiro; a luta tem uma significação mais alta e terá resultados mais duradouros. Observo-a de perto, sinto de perto a comoção extraordinária que abala, aqui, todos os nosso patrícios [...] elementos tão heterogêneos - creio que a organização superior da nossa nacionalidade, em virtude da energia civilizadora acrescida, repele, pela primeira vez, espontaneamente, velhos vícios orgânicos e hereditários tolerados pela política expectante do Império.³⁰⁸

³⁰⁷ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.48.

³⁰⁸ *Ibidem*, p.48.

Destrinchemos o excerto. O autor inicia seu raciocínio deixando claro que não se trata de uma guerra internacional. O intuito de Euclides da Cunha possivelmente foi explicitar que *o alvo do ataque – ou seja, Canudos – passa a ser não apenas um inimigo, mas também um elemento da identidade brasileira a ser erradicado*. Quando o autor faz alusão a “organização superior da sociedade”, ele está se referindo à “Pátria”, a uma forma abstrata de sociedade brasileira que tem como característica principal a junção de “elementos tão heterogêneos”.

Mas quem seria responsável por uni-los pela única causa de destruir Canudos? Se a Pátria é a consolidação desta união, é “*em virtude da energia civilizadora acrescida*” que ela consegue erguer-se diante de Canudos. Para Euclides da Cunha, é a *civilização*, o Estado-Nação e a República que detêm o papel de incorporar as diversas populações de seu território. Daí atribuir a proeminência da questão identitária a nível nacional: o papel do Estado-Nação brasileiro era o de arregimentar diversas populações sob a imagem de um só Brasil, assimilando-se ao panorama do progresso europeu: *a civilização*.

Por fim, não poderíamos deixar de comentar a maneira pela qual o autor chama Canudos: “velhos vícios orgânicos e hereditários tolerados pela política expectante do Império.” O excerto definitivamente compartilha da finalidade da Guerra de Canudos proposta pelo autor em julho, em *A nossa Vendéia II*. O paradigma do extermínio estava consolidado nos últimos meses de guerra, como quando Euclides da Cunha citou a “degola” sem muito espanto ou censura.³⁰⁹ O recurso inicial de declarar que não se trata de uma guerra estrangeira não é para afirmar uma obviedade; ao invés disso, articula a premissa de que erradicar Canudos é livrar-se dos “vícios” da sociedade brasileira, como se fosse curar um organismo doente a partir da *criação de uma identidade em escala nacional*.

O tom da carta-reportagem deixa explícito a total descaracterização dos canudenses enquanto sujeitos “brasileiros”. Em *A nossa Vendéia I*, quando Euclides da Cunha ainda chamava os canudenses de *sertanejos*, havia a premissa de que eles seriam “patricios do sertão”, sujeitos a serem incorporados pelo Estado brasileiro. Entretanto, para os *jagunços*, houve apenas o paradigma do extermínio. O *jagunço* é um “vício da nação”, uma “representação de um erro que foi tolerado pela monarquia”: a República “corrigiria-o” através da destruição.

Mas quais os elementos que somaram-se para que tal transição ocorresse? Se em 2.1 exploramos as pressões políticas entre liberais e jacobinos, além dos paradigmas da imprensa

³⁰⁹ Ver em Bartelt como que a derrota da terceira expedição foi recebida pela imprensa nos grandes centros urbanos. Comentamos sobre este contexto na seção anterior, 2.1.

republicana, a carta-reportagem acima acresce um terceiro: as primeiras considerações de Euclides da Cunha sobre Antônio Maciel, o *Antônio Conselheiro*.³¹⁰

[...] este incidente em Canudos é apenas sintomático; erramos se o considerarmos resumido numa aldeia perdida nos sertões. *Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos [...] de nosso povo. Vem de longe [...] e não mente quando diz que é um ressuscitado porque é um notável exemplo de retroatividade atávica e no seu misticismo [...] ressurgem, intactos, todos os erros e superstições dos que o precederam, deixando-lhe o espantoso legado. [...] Daí a significação superior de uma luta que tem nesta hora a vantagem de congregar os elementos sãos da nossa terra e determinar um largo movimento nacional tonificante e forte.*³¹¹

Antônio Conselheiro é um *signo* para o autor: um líder místico de Canudos que sintetiza os “elementos negativos” do “nosso povo”, congregando uma “multidão de jagunços”. A função que Euclides da Cunha rotulou Antônio Maciel incorporou Canudos ao conceito de identidade nacional, como se fosse a manifestação de um caráter “brasileiro” que o autor julgou necessário erradicar. A consequência do raciocínio é patente: *a função da Guerra de Canudos passa a ser a congregação de elementos estereotipados da sociedade brasileira – o paulista, o rio-grandense e o filho do Norte –, de forma que eles se opunham ao povoado de Canudos, sintetizado pelo signo Conselheiro.* E o que garantia a oposição? *A premissa de monopólio da força do Estado brasileiro, representado pela égide da “civilização” que se encontrava nas cidades litorâneas do país.* Mesmo o “filho do Norte” – que foi positivado na mesma reportagem – só é concebido como “patrício” a partir do momento que lhe é “acrescido a energia civilizadora”, quando ele se arregimenta sob o Exército republicano.

Logo, o *signo Antônio Conselheiro* tem como função ser uma abstração capaz de sintetizar o que Euclides da Cunha considerou ser “atávico”, “atrasado”, aquém da *civilização*. A premissa incorporativa – diríamos “imperialista” – é inquestionável.³¹² Como veremos no capítulo 3, a concepção euclidiana de *Antônio Conselheiro* pouco se transformou entre a viagem e a publicação de *Os sertões*. A maneira pela qual ela se manteve nos faz

³¹⁰ Como fundamentalmente advertido por Bartelt, “Conselheiro” representa um *signo* da imprensa, que passou dos noticiários baianos desde a década de 1870 até à imprensa republicana durante a guerra. É imprescindível, enquanto uma produção acadêmica, utilizar-se do nome “Conselheiro” com suas devidas ressalvas. Por conta disso, sempre que nos referirmos a *Antônio Conselheiro*, como escrito nas fontes, o nome será destacado para que sinalize sua natureza simbólica: é um *signo*. Quando quisermos nos referir a pessoa em si, será sempre pelo nome: Antônio Maciel. Ver: BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.27, 93-95, 160-163.

³¹¹ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.49. (Grifo nosso).

³¹² Como bem definido por Rodrigues e Lima. Cf: RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor. Entre as armas e as letras: imperialismo e nação na obra de Euclides da Cunha. *Tensões Mundiais, Fortaleza*, v. 18, n. 37, p.213-236, 2022.

questionar, pertinentemente, os limites que impedem com que a escrita do autor seja considerada um “testemunho dos *sertanejos*”. Afinal, ao positivá-los sem extirpar o papel do Estado-Nação, da forma que acabamos de examinar, deixa claro a objetificação das populações marginalizadas do domínio político republicano brasileiro. Suas formas sociais de organização são completamente descaracterizadas ao sabor dos locutores da *civilização, do progresso e da “República imortal”*³¹³. Ao passo que a mera existência de Canudos é “um erro do nosso povo”, uma “doença” que encontrou sua panaceia por meio do extermínio consciente de milhares de pessoas.

Estabelecidos os dois papéis da Guerra de Canudos em Euclides da Cunha, advertimos para um tema bastante ambíguo em sua escrita. Os nomes “filho do Norte”, “vaqueiro”, “sertanejo” e “jagunço” interseccionam-se, de maneira que todos fazem alusão tanto aos habitantes do interior do “Norte” do Brasil³¹⁴ quanto aos habitantes de Canudos: grosso modo, pessoas oriundas da mesma região geográfica. Mas, como vimos em 2.1, há distinções conotativas fundamentais entre os termos. Quando Euclides da Cunha chamou os canudenses de “jagunço”, enquanto se referiu aos integrantes do Exército de “filhos do Norte”, fica patente a intenção de separar os aspectos “positivos” dos “negativos” oriundos de uma mesma fatia da população. Por hora, advertimos a este aspecto que será revisitado em outra carta-reportagem de Euclides da Cunha. No capítulo 3, definiremos com mais acurácia as fronteiras semânticas entre *sertanejo* e *jagunço*.³¹⁵

Calasans, um dos pioneiros nos estudos sobre as fontes deixadas por Maciel, afirma que boa parte do entendimento de Euclides da Cunha sobre Canudos foi oriundo de periódicos dos quais teve acesso durante sua estadia na cidade da Bahia.³¹⁶ Bartelt, que pesquisou extensivamente a dimensão discursiva de Canudos, identificou algumas das características mais paradigmáticas do signo *Antônio Conselheiro* na imprensa baiana. Dentre elas temos: fanatismo, criminalidade, patologização e misticismo. Antônio Maciel – o sujeito que levou a alcunha de *Conselheiro* – nunca foi um líder incontestável de Canudos, principalmente

³¹³ Lema e grito de guerra das forças expedicionárias. Chamamos atenção aqui para a frequência desse mote nos telegramas de Euclides da Cunha, enquanto nas cartas-reportagens ele é de todo ausente. Possivelmente, o mote era bem visto pela censura do Exército aos telegramas.

³¹⁴ Majoritariamente compreendido pelo que chamamos de “nordeste” atualmente. Vale destacar, entretanto, que para Euclides da Cunha *sertão* não diz respeito apenas ao atual nordeste. Para o autor, *sertão* é toda e qualquer localidade do Brasil de onde não chega a “civilização”. Daí a cidade de São Paulo se encaixar mais como “litoral” do que “sertão”, em sua perspectiva.

³¹⁵ Reiteramos a eminência da pesquisa de Dawid Danilo Bartelt, que examinou amplo acervo de fontes periódicas do período que antecedeu e durante a Guerra de Canudos. O historiador alemão dedicou especial atenção para o tema da criminalização de Canudos na imprensa, onde parte dele teve como eixo o câmbio do termo *sertanejo* por *jagunço* ao designar os habitantes de Canudos. Ver: BARTELT, *Op. Cit.*, p.155-169.

³¹⁶ CALASANS, José. *Canudos não euclidiano*. Cartografia de Canudos. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia / Conselho Estadual da Cultura EGBA, 1997, pp. 11-14.

durante a guerra.³¹⁷ A noção de fanatismo, messianismo e da “crença sertaneja nos milagres de Conselheiro” restringiram a maneira pela qual o autor enxergou a existência do povoado. Para Euclides da Cunha, o discurso do *atraso*, do *erro* e principalmente do *atavismo* são inextricáveis de Canudos. *Atavismo* pois, na concepção do autor, a mera existência desse povoado era considerada algo “anacrônico”, *fora do tempo moderno*, existindo “inopinadamente”³¹⁸ no Brasil. Dentro da jurisdição do Estado-Nação brasileiro, não havia lugar algum para qualquer organização civil que fosse de encontro ao sistema republicano federativo.

Com isso, Euclides da Cunha aproveitou-se das redações de periódicos baianos para munir-se de uma caracterização bastante estereotipada de *Antônio Conselheiro*. Canudos assume definitivamente sua faceta de “Meca dos *jagunços*”, congregados em volta do “grande homem do avesso”. A carta-reportagem do dia 21 de agosto representa bem como que o autor enxergou Canudos e seu “líder”. Euclides da Cunha transcreveu trechos de um “jornal modestíssimo e mal impresso”, correspondentes a um artigo intitulado de “*Ainda o Conselheiro*”, datado de 1894. Por meio de outros, o autor buscou endossar o caráter “patológico” do *Conselheiro*, como se fosse um agente disruptivo da “normalidade do sertão”. Nota-se que, ao compararmos com as fontes anteriores, *Antônio Conselheiro* congrega simultaneamente os *erros da nacionalidade* e seu aspecto *disruptivo*. Entretanto, *se “Conselheiro” é um signo inscrito no “sertão”, que inclui tanto a “brutalidade” do “jagunço” como a “resistência” dos “filhos do Norte”, como que o “sertanejo” escapou do estigma euclidiano de ser também um “erro”?* Uma das possíveis respostas reside na maneira que Euclides da Cunha descreveu o autor do artigo de 1894, que alarmou sobre o suposto caráter “ameaçador” que “Conselheiro” representava ao *sertão*:

O artigo é longo; a redação refere-se a uma carta recebida de um negociante filho de Monte Santo. [...] Há três anos que da pena inexperta de um sertanejo inteligente [ou seja, do autor do artigo de 1894] surgia a primeira página desta campanha cruelíssima.³¹⁹

³¹⁷ BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.72-80.

³¹⁸ “Tivemos, inopinadamente, ressurrecta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido.” É curioso notar a frequência que Euclides da Cunha utilizou-se da palavra “inopinadamente” para descrever o seu *sertanejo*, os aspectos paisagísticos do *sertão* e até mesmo Canudos, como no excerto acima. O termo remete-se tanto ao fato de ser “repentino”, quanto “imprevisível” e, talvez ainda mais importante, “fora do lugar” nacional. Cf.: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.316.

³¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.67-68.

Compreender o signo *Antônio Conselheiro* em Euclides da Cunha exige também entender o caráter tênue da separação entre os signos *sertanejo* e *jagunço, filho do Norte* e *Conselheiro*. A autoria do artigo de 1894 – que procurou denunciar o *Conselheiro* – é compreendida na fonte como “a pena inexperta de um sertanejo inteligente”. Essa citação é sintomática da própria maneira que Euclides da Cunha concebeu o papel dos “filhos do Norte” na política brasileira: objetos da jurisdição republicana, “inexperitos” que, salvo “exceções”, merecem ser distinguidos por sua “inteligência”.

Logo, a configuração ora “positiva” e ora “negativa” do *sertão* não foi oriunda apenas da experiência empírica do autor durante sua viagem. Ela foi também subproduto de um paradigma republicano consolidado, que é apresentado pelo autor ainda em *A nossa Vendéia I*, como vimos em 2.1. Os *oxímoros*, frequentemente utilizados na hora de descrever o signo *sertão*, não são apenas reflexos de uma “natureza” das caatingas: é a premissa de que o *sertão* é uma propriedade do Estado brasileiro, onde sua riqueza reside nos recursos naturais, ao passo que ele é *atrasado*, longe de estar dominado às cidades litorâneas do país.

Os telegramas durante a estadia do autor na cidade da Bahia, em contrapartida, pouco dizem a respeito dos estudos que o autor fazia sobre Antônio Maciel. De caráter breve, na finalidade de reportar as ações bélicas, os telegramas de Euclides da Cunha se concentraram em relatar tanto os feridos que chegavam do interior do estado, quanto as inúmeras declarações acerca do fim do conflito. O autor, por diversas vezes, precisou desmenti-las ou dizer que “é preciso não dar crédito aos boatos”³²⁰. Notavelmente, no dia 22 de agosto, o autor reproduz trechos da carta do coronel Carlos Teles, deixando claro que *não haviam quaisquer balas explosivas, desmentindo categoricamente a possibilidade de qualquer conspiração patrocinada por estrangeiros monarquistas*.³²¹ Os boatos por vezes diziam mais sobre as aspirações de membros do Exército em acabar com a guerra do que as ocorrências no campo de batalha.

No dia 30 de agosto, às 12:10 da tarde, Euclides da Cunha transmitia seu último telegrama antes de partir da cidade da Bahia: “o sr. ministro da Guerra parte hoje”, proferiu. O autor partiu de trem, percorrendo a ferrovia até Queimadas, local em que observou ser “pequeno e atrasado, vivendo em função da estrada de ferro”. Em suas palavras, Queimadas era “o último elo que nos liga hoje, às terras civilizadas”.³²² Chegou à “fronteira para o *sertão*” no dia 1 de setembro.

³²⁰ *Ibidem*, p.138.

³²¹ *Ibidem*, p.143.

³²² *Ibidem*, p.75.

Chamamos atenção para a carta-reportagem do dia 1 de setembro, que pode ser compreendida como um dos principais ensaios que Euclides da Cunha utilizou em *Os sertões*. O aspecto fronteiriço dado à Queimadas não é novo na escrita do autor. Afinal, já estabelecemos exaustivamente como os signos *sertanejo* e *jagunço* eram usados antes mesmo do autor seguir viagem para Canudos. O *sertão* foi objetificado, na premissa de ser incorporado pelo Estado brasileiro, uma vez que se encontrava alienado à “civilização”. Como vimos ainda em 1.5, o signo *sertão* foi parte de uma premissa incorporativa, onde ele só é caracterizado como antítese à cidade, ao Estado-Nação.

Se esta premissa é mantida, Euclides da Cunha passa a ensaiá-la diante da experiência *in loco*. À guisa de *A nossa Vendéia I*, há uma ênfase aos aspectos da flora que compõem a paisagem do que o autor chama de *sertão*. Para ele, a *natureza* do *sertão* é a “flora agressiva apenas para os que a desconhecem”: para os *sertanejos*, “ela é providencial”.³²³ Mantém-se a sobreposição do signo *sertão* sob a identidade do *sertanejo*, como se ambos se relacionassem numa simbiose completa.

É aqui também que aparecem as primeiras descrições, ao menos durante sua viagem, acerca do signo *sertanejo*:

[...] o homem do sertão tem, como é de prever, uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. Não o vi ainda exausto pela luta, conheço-o já, porém, agora, em plena exuberância de vida. [...] Pela janela entreaberta vejo neste momento um deles [...] Acaba de conduzir a Monte Santo cento e tantos bois destinados ao exército. É um nosso aliado, portanto.³²⁴

As semelhanças com *A nossa Vendéia I* continuam mesmo quando o autor passa a caracterizar os habitantes da região. Vale ressaltar aqui, brevemente, que Walnice Galvão e Leopoldo Bernucci realizaram extensos exames acerca das influências literárias contidas em *Os sertões*. Dentre elas encontram-se os trechos dos quais o autor caracterizou o *sertanejo* através da atividade da “boiada”, trechos estes similares ao excerto supracitado. Ambos trabalharam com a possibilidade de que o *sertanejo* euclidiano fosse baseado nas descrições de *O sertanejo*, obra de José de Alencar, marcando o caráter literário e fictício presente na composição da obra de Euclides da Cunha.³²⁵

Ao analisarmos o excerto acima, dispendo-nos também da hipótese de Galvão e Bernucci, passamos a considerar algumas ressalvas acerca do relato de Euclides da Cunha

³²³ *Ibidem*, p.78.

³²⁴ *Ibidem*, p.80.

³²⁵ BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*/ Leopoldo M. Bernucci. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.22-23.

sobre o *sertanejo*. Bartelt demonstrou como o recurso narrativo da “testemunha” foi recorrente nas fontes sobre a Guerra de Canudos. Com escassos correspondentes da imprensa, que ficavam por poucas semanas no *front* e ainda estavam sujeitos à censura dos telegramas, a Guerra de Canudos dificultou em muito o relato *in loco*. No intuito de compensar a falta de dados colhidos, diversos relatos jornalísticos dependeram de “informações de terceiros”³²⁶, de supostas “testemunhas” ou até mesmo do próprio “olhar” do locutor que, através de recursos literários, buscou retratar uma realidade menos presenciada e mais imaginada.³²⁷

Daí o estranhamento de lermos uma descrição idealizada, prolixa do “homem do sertão”, onde Euclides da Cunha insiste em dizer que “viu” o *sertanejo* e de que “passou a conhecê-lo”. A informação é ainda menos precisa pois há uma ausência completa dela nos telegramas.³²⁸ O “homem do sertão” que conduziu “cento e tantos bois destinados ao exército” sequer é mencionado nos telegramas, o que nos faz questionar a veracidade do episódio. Afinal, a informação acima de nenhum modo estava passível de ser censurada pelo exército. Como veremos posteriormente, mesmo fatos muito mais delicados sob o ponto de vista da censura apareceram nos telegramas, mesmo que de modo controlado. A própria ausência completa desse relato no telegrama pode ser um indício de que Euclides da Cunha inventou este “encontro” com o “homem do sertão”.

Todavia, foi através deste excerto que Euclides da Cunha acresceu mais uma finalidade para a Guerra de Canudos. O desfecho dela é famoso, já que é similar à uma das conclusões capitais de *Os sertões*.

Considerando-o [o “homem do sertão”] penso que a nossa vitória, amanhã, não deve ter exclusivamente um caráter destruidor. Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que - digamos com segurança - constituem o cerne da nossa nacionalidade.³²⁹

A frase final ficou célebre ao ser impressa nas páginas de *Os sertões*. Citada aos montes, ela estampou a maioria da recepção da obra de Euclides da Cunha, servindo de prova cabal do “testemunho” do autor e sua “reviravolta de consciência” acerca dos *sertanejos*. Mas,

³²⁶ O próprio artigo de 1894 reproduzido por Euclides da Cunha em carta-reportagem do dia 21 de agosto utilizou-se desse artifício: “Pessoas vindas dos Canudos, hoje *Império do Belo Monte*, garantiam a este nosso amigo que têm chegado grupos de assassinos e malfeitores [...]”. CUNHA, Euclides da. *Canudos*: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.67.

³²⁷ BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.107, 200-201.

³²⁸ Mesmo em nossos levantamentos de caráter inicial da caderneta de campo do autor, não encontramos quaisquer notas sobre o episódio do dia 1 de setembro. De fato, as primeiras referências da caderneta após a cidade da Bahia são do dia 4 de agosto, já em Tanquinho. Cf.: CUNHA, Euclides da, *Caderneta de campo / Euclides da Cunha*; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. - Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. p.67-75.

³²⁹ CUNHA, Euclides da. *Canudos*: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.80.

seria ela uma espécie de “experiência empírica” do autor, capaz de delimitar definitivamente uma fronteira entre “preconceitos científicos” e “estética da denúncia”, como Zilly propôs?³³⁰

Nossa hipótese é que a indagação acima não comporta todos os aspectos das fontes que foram essenciais na composição de *Os sertões*. Novamente, o relato que Euclides da Cunha escreveu acerca do “homem do sertão” carece de plausibilidade sob o ponto de vista de ser uma “experiência empírica”. Ao extrairmos verbos como “o vi” e “o conheço” da fonte, restam poucos temas que se acrescentam ao que o autor já tinha caracterizado o *sertanejo* antes de sua viagem ou durante sua estadia na cidade da Bahia. Logo, optamos por ressaltar não o aspecto da “testemunha aos sertanejos” do autor durante sua carta-reportagem do dia 1 de setembro, mas sim a *continuidade de seu discurso*. O *sertanejo* continua a ser caracterizado por sua relação de simbiose com o *sertão*, pela sua subsequente resiliência e, não menos importante, por sua “rudeza”, seu desencaixe em relação ao “civilizado”. O *homem do sertão* sempre foi um “rude patricio”, um *objeto da nação*, do qual o Estado “há de incorporar”.

Nota-se que a expressão “cerne da nacionalidade” foi estabelecida muito antes da escrita de *Os sertões*. Diferentemente do que Ventura concluiu, ela de forma alguma significou que Euclides da Cunha “identificou-se” com os habitantes do interior do país. Pelo contrário: admitir o “cerne” significa abrir uma premissa para que o *sertanejo* seja de fato “incorporado”, que abdique de suas formas de organização social que não fossem aceitas pelo Estado. Afinal, vimos em diálogo com Bartelt como que a fronteira semântica entre os signos *sertanejo* e *jagunço* foi demasiadamente tênue nos discursos republicanos da guerra. A mesma população poderia ser vista ora como “rude”, ora como “traíçoeira”. Euclides da Cunha buscou assim realizar um discernimento entre as partes: dentro de uma população rotulada de *sertaneja*, o “cerne da nossa nacionalidade” se afastava da “Meca dos jagunços”.

Esclarecido o termo célebre, não poderíamos deixar de notar um último aspecto implícito no excerto anterior. Quando Euclides da Cunha colocou que “a nossa vitória, amanhã, não deve ter exclusivamente um caráter destruidor”, fica patente o fato de que a “destruição” já era uma finalidade comum da Guerra de Canudos. Novamente, deve-se compreender que o excerto acima não pode ser positivado ao ponto de ressaltar o aspecto “estético”, a marca de um “testemunho” da guerra. Ao invés, são dois termos que passam a compor a finalidade da Guerra de Canudos: *exterminar “o erro de nosso povo”, Canudos, ao passo que “devemos incorporar os rudes sertanejos” – semelhantes aos canudenses que não seguiram o Conselheiro – ao “cerne de nossa nacionalidade.”* Foram assim estabelecidos os

³³⁰ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.208.

termos gerais da vitória republicana, que anos mais tarde o autor viria a questionar seus insucessos, como veremos no próximo capítulo.

As considerações finais da carta-reportagem não são encontradas nos telegramas de mesma data. Deve-se considerar que, na altura do ápice do conflito, ensaiar uma suposta “incorporação” das populações da região poderia ser um risco que o autor considerasse “desnecessário” ao passar pela censura do Exército. De todo modo, buscamos advertir ao fato de que o “cerne da nossa nacionalidade” não foi produto apenas da escrita do autor após “testemunhar” Canudos: ela ocorreu antes mesmo de sua chegada a Monte Santo.

Feitas as ressalvas, partimos para outro tema de nosso interesse ao cruzarmos os telegramas com as cartas-reportagens: a menção das atrocidades humanas da guerra, provocadas pelo poderio bélico republicano. Majoritariamente composta por mulheres, idosos e crianças, a população carcerária de canudenses era escoltada em direção à capital da Bahia. O primeiro relato do autor sobre o tema situa-se na carta-reportagem do dia 3 de setembro:

Acabam de chegar, há meia hora, nove prisioneiras; duas trazem ao seio crianças de poucos meses, mirradas como fetos; acompanham-nas quatro pequenos de três a cinco anos. O menor de todos, chama-se José. Assombra: traz à cabeça, descendo-lhe até os ombros, um boné de soldado. O boné largo e grande demais oscila a cada passo; alguns circunstantes têm a coragem singular de rir - a criança volve o rosto, procurando vê-los e os risos cessam: a boca é uma chaga, foi atravessada por uma bala! Das mulheres oito são monstros envoltos em trapos repugnantes; fisionomias duras de viragos de olhos zanagas ou traiçoeiros.³³¹

O autor – no estilo que cativou milhares de leitores na última parte de *Os sertões* – realizou uma narrativa que, através do sarcasmo macabro da guerra, ilustrou a fisionomia de vítimas das granadas e disparos do Exército. Nota-se que, diferentemente da carta-reportagem do dia 1 de setembro, o tema agora é muito mais delicado para a máquina de censura do Exército. Mesmo assim, a chegada das prisioneiras foi sim transmitida pelo autor no telegrama, conforme segue o trecho abaixo.

Acabam de chegar nove prisioneiras e seis crianças. Vêm num estado lastimável e algumas feridas, embora sem gravidade.³³²

Mesmo que mencionada, a chegada das prisioneiras contém um teor distinto no telegrama. O autor oculta qualquer aspecto mais grave das prisioneiras, além de não dizer nada sobre a suposta criança. O tema de natureza “delicada” para o Exército possivelmente

³³¹ CUNHA, Euclides da. Canudos: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.84.

³³² *Ibidem*, p.149.

requereu do autor ou a omissão ou a censura. De todo modo notamos também que, pelo fato de ser um tema bem menos delicado ao Exército, o manejo dos “cento e tantos bois” no dia 1 de setembro possivelmente foi um artifício de Euclides da Cunha, já que ele sequer é mencionado nos telegramas do mesmo dia.

Após presenciar a chegada das prisioneiras, Euclides da Cunha seguiu viagem de Queimadas, chegando a Monte Santo no dia 7 de setembro, data comemorativa da independência do país que contou com cerimônias militares no centro da cidade. Monte Santo foi o entreposto principal das tropas que tinham Canudos como destino, de maneira que atuou como um quartel para a quarta expedição, ponto principal de onde os telegramas oriundos de Canudos foram expedidos.

Levando em conta o escopo desta pesquisa, as fontes escritas durante a estadia do autor em Monte Santo não exigiram exame mais aprofundado. Nos aspectos gerais, ressalta-se a maneira pela qual Euclides da Cunha caracterizou a cidade através de “um jogo persistente de antíteses”. Monte Santo é descrita da seguinte maneira:

Situada num dos lugares mais belos e interessantes do nosso país, Monte Santo é simplesmente repugnante. A grande praça central ilude à primeira vista. Quem ousa atravessar, porém, as vielas estreitíssimas e tortuosas que nela afluem é assoberbado por um espanto extraordinário. Não são ruas, não são becos, são como que imensos encanamentos de esgoto, sem abóbadas, destruídos.³³³

Novamente, é o aspecto da ambiguidade que toma conta do movimento geral pelo qual Euclides da Cunha caracteriza o *sertão*. Monte Santo é considerado simultaneamente resultado de “engenharia humana” e “rudeza do *sertanejo*”, de forma que o autor chega a classificar a existência da cidade como um “milagre de engenharia rude e audaciosa”. Segue o excerto:

Quem sobe a longa *via-sacra* de três quilômetros de comprimento, ladeada de capelas desde a base até ao cimo, do Monte Santo, compreende bem a tenacidade incoercível do sertanejo fanatizado. É dificilmente concebível o esforço despendido para o levantamento dessa maravilha dos sertões. [...] é um milagre de engenharia rude e audaciosa.³³⁴

A ambiguidade, marcada pelo fato de Monte Santo ser simultaneamente “repugnante” e “maravilha dos *sertões*”, é melhor compreendida quando decompomos o segundo termo. Para Euclides da Cunha, o fato de Monte Santo ser uma “maravilha dos *sertões*” é devido a

³³³ *Ibidem*, p.95.

³³⁴ *Ibidem*, p.97-98.

prerrogativa de que o *sertanejo* seria “incapaz” de erigir construções que se assemelham à “civilização”. Daí o fato do autor classificá-la como “engenharia rude e audaciosa”, como um “belo e feio”, simultaneamente. Euclides da Cunha relativiza a “beleza” através da concepção de que os *sertanejos* são inferiores. Logo, Monte Santo é bela apenas para a inerente “feiura” e “rudeza” do *sertão*: para o observador “civilizado”, ela é “simplesmente repugnante”.

O aspecto do “milagre de Monte Santo” é o fato de Euclides da Cunha creditar ao “fanatismo” do *sertanejo* como a força motriz da construção da cidade. Novamente, reiteramos como foi tênue a separação entre *sertanejo* e *jagunço*, com diversas reelaborações entre si. Ao ver do autor, o *sertanejo* também é passível de ser “fanático”, de ser arregimentado por uma forma “religiosa” de organização social que, como vimos em 1.4, sempre a considerou como uma proto-formação da sociedade contemporânea capitalista.

Destacada a frequência do autor em utilizar-se dos oxímoros para descrever aspectos do *sertão*, damos prosseguimento à sua viagem. Euclides da Cunha, que até aquele momento se encontrava amarrado à posição de Bittencourt, pleiteou com sucesso uma permissão para que se separasse do ministro da Guerra e alcançasse o *front*, há aproximadamente 150 quilômetros de distância: Canudos. Segundo Bartelt, a permanência do ministro à traseira do Exército pode ser compreendida pelo próprio antagonismo entre a oligarquia paulista do presidente Morais e o jacobinismo encabeçado por Artur Oscar. O último detinha o controle principal do *front*, de forma que a chegada do ministro poderia, e com razão, ser considerada uma tentativa do presidente de intervir com os assuntos das Forças Armadas. Logo, Bittencourt atuou no fornecimento das linhas de suprimento, reforços e comunicação, garantindo a viabilidade do conflito para as forças republicanas. A condição foi tanto uma estratégia de guerra quanto uma máquina de propaganda política, como os telegramas e cartas-reportagens de Euclides da Cunha retratavam bem. Fabricar a imagem de um sujeito alinhado ao presidente como “herói” da guerra foi primordial nas disputas políticas internas ao governo republicano.³³⁵

Euclides da Cunha partiu de Monte Santo no dia 13 de setembro. Alcançou Canudos no dia 16 de setembro de 1897, às 14 horas da tarde: “43 dias depois de sua partida do Rio de Janeiro”, como foi descrito por Villa.³³⁶ Curiosamente, este período marca um hiato em suas cartas-reportagens, que só viriam a retornar no dia 24 de setembro.³³⁷

³³⁵ BARTELT, *Op. Cit.*, 2009, p.219-230.

³³⁶ VILLA, *O “Diário de uma expedição” e a construção de Os sertões*. In: Vários Autores, *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. Organizador: José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.30.

³³⁷ Há uma inconsistência nas datas apresentadas pelas fontes. A edição publicada da carta-reportagem referente à chegada do autor a Canudos, que se encontra n’*O Estado de São Paulo* do dia 11 de outubro de 1897, informou

Marco Villa destaca um fator importante ao considerarmos a produção de Euclides da Cunha durante sua breve estadia em Canudos. De acordo com o historiador, pelo fato do ordenança do jornalista ter sido o sargento João Pais³³⁸, houve um cenário propício para que o autor se aproximasse dos membros no *front* da guerra. Logo, Euclides da Cunha, que havia criticado veementemente Artur Oscar durante a carta-reportagem do dia 10 de agosto e, de maneira velada nos telegramas dos dias 8 e 9 de agosto, se via agora numa proximidade com o militar “incompetente”.

Euclides da Cunha rapidamente se aproximou de Artur Oscar. Constam em sua caderneta uma série de observações positivas ao líder da expedição, com quem teria dialogado por mais de uma vez. Dentre as entradas diárias, constam ao menos três interrogatórios dos quais o autor presenciou juntamente com o general Artur Oscar, sendo um deles com um “*jaguncinho* inanido quase”. Há também detalhes mais pessoais, que indicam uma proximidade entre Euclides da Cunha e o general como jantares, “longas conversas” e inclusive uma aposta de “dez caixas de charutos” com o autor, onde o general Oscar mostrou convicção ao afirmar que Canudos se renderia no dia 27 de setembro.³³⁹

Todavia, é notável a ausência do general nos telegramas e cartas-reportagens do mesmo período. Dos telegramas enviados por Euclides da Cunha desde sua chegada a Canudos (16 de setembro), apenas dois constam o nome do general, um forte contraste com a presença quase ininterrupta do ministro da Guerra Bittencourt nos telegramas do autor até Monte Santo (13 de setembro). Mesmo que de maneira predominantemente protocolar, Bittencourt sempre aparece nas fontes como o sujeito que encabeçou as operações que estabeleceram uma tática efetiva para a guerra. Pouco restou de Artur Oscar, o que nos leva a indagar se a aproximação do autor com o general possivelmente não seria bem quista pelo *Estado de São Paulo*, jornal que reproduziu tanto as cartas-reportagens quanto os telegramas do autor sobre a guerra.

Enfatizamos a proximidade entre Euclides da Cunha e Artur Oscar por um motivo: há um contraste patente dessa relação em *Os sertões*, onde consta um juízo severo acerca do general. Como vimos, ainda nos primeiros dias da viagem, o autor já havia entrado em contato com membros do Exército que criticaram veementemente o líder da expedição. Nossa hipótese é de que houve tanto uma aproximação mais pessoal do autor com membros do *front*

que a data da carta foi do dia 10 de setembro. Todavia, é impossível que esta seja a data correta, já que o próprio autor só chegou a Canudos no dia 16 de setembro. Cf.: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18971011-6904-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>

³³⁸ Lembrando que o autor teve direito a um ordenança graças à sua posição enquanto adido ao estado-maior.

³³⁹ CUNHA, Euclides da, Caderneta de campo / Euclides da Cunha ; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p.157, 137, 141

ao final da viagem, quanto uma questão estratégica de discurso. As notas, por sucessivas vezes, citam atividades em que o autor participou com o general Oscar, o que reforça a veracidade da relação.³⁴⁰ A relação possivelmente trouxe algumas mudanças de opinião para Euclides da Cunha, como podemos ver nas reportagens dos dias 26 e 27 de setembro.

Olho neste instante, cautelosamente, por uma fresta da trincheira para a igreja... É uma cratera fulgurante. Assombra... Não é possível que a munição de guerra daquela gente seja só devida à deixada pelas expedições anteriores. A nossa esgota-se todos os dias; todos os dias entram comboios carregados e, no entanto, já nos falta, às vezes. Como explicar essa prodigalidade enorme dos jagunços? Não nos iludamos. Há em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada.³⁴¹

— O general Artur Oscar, restabelecido agora de ligeira enfermidade, acaba de mostrar-me alguns tipos de balas caídas nos tiroteios da noite. São de aço, semelhantes às das Mannlicher, algumas, outras completamente desconhecidas. São inegavelmente projéteis de armas modernas que não possuímos. Como as possuem os jagunços? Estou aqui há quinze dias e há quinze dias que, quase sem interrupção, os fanáticos replicam vigorosamente, em tiroteios cerrados, a qualquer ataque; repilo de todo a ideia de que se utilizem ainda das munições tomadas às expedições anteriores. Sou levado a acreditar que tem raízes mais fundas esta conflagração lamentável dos sertões.³⁴²

O autor passou a reportar novamente a questão da “conspiração internacional” como motivo da Guerra de Canudos, semelhante à posição defendida pelo general Artur Oscar. Ao levantarmos os trechos da caderneta, notamos também a constante queixa de “como os *jagunços* ainda resistiam” às investidas do Exército. Os tiros sibilantes, para todos os lados, atingindo e derrubando “republicanos” foram uma descrição constante do autor durante a última semana de sua estadia em Canudos.³⁴³ Possivelmente, tanto a aproximação do autor com Artur Oscar quanto sua impressão sobre Canudos o persuadiram a disseminar mais uma vez a questão da “conspiração internacional”.

Sobre os contrastes entre telegramas e cartas-reportagens, destaca-se novamente o tema dos prisioneiros de guerra. Na carta-reportagem do dia 24 de setembro, Euclides da Cunha descreveu uma chegada de prisioneiros, detalhando as vítimas da guerra: um homem que o “olho esquerdo era uma chaga hedionda” por conta de um estilhaço de granada; uma mãe “esquelética” com a filha, que acabara de perder o marido; um que o autor não sabe distinguir se tem trinta ou sessenta anos e outro que é “um cadáver claudicante”.³⁴⁴ No

³⁴⁰ *Ibidem*, ver páginas 138-168.

³⁴¹ CUNHA, Euclides da. Canudos: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.111.

³⁴² *Ibidem*, p.113.

³⁴³ CUNHA, Euclides da, Caderneta de campo / Euclides da Cunha ; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. - Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009. p.138-168.

³⁴⁴ CUNHA, Euclides da. Canudos: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.107.

telegrama de mesma data, em contrapartida, não houve uma menção sequer dos prisioneiros. Os únicos telegramas das semanas em Canudos que mencionam os prisioneiros de maneira protocolar são os dos dias 29 e 30 de setembro.³⁴⁵

A última carta-reportagem do autor durante a viagem foi escrita no dia 1 de outubro. Consideravelmente extensa, ela resume algumas das cenas de guerra dos dias anteriores. Destacamos aqui, pela última vez, a maneira pela qual o autor articula o termo *sertanejo* em face ao *jagunço*.

Sobre o *sertanejo*, representando parte do Exército:

*O 5º de polícia é todo constituído por sertanejos do interior da Bahia e de outros estados e o seu desassombro no combate e a capacidade singular de adaptar-se às mais duras condições de uma campanha, patenteiam admiravelmente o valor e a tèmpera resistente dos nossos rudes patrícios dos sertões.*³⁴⁶

Já os canudenses, ao serem rotulados de *jagunços*:

Nesse momento passou-se um fato extraordinário e inesperado em que pese aos numerosos exemplos de heróica selvaticidade revelada pelo jagunço. De todas as casas, há poucos minutos fulminadas, irrompendo de todas as frinchas das paredes e dos tetos, saindo de todos os pontos explodiu uma fuzilaria imensa, retumbante, mortífera e formidável, de armas numerosas rápida e simultaneamente disparadas — e sobre os batalhões assaltantes refluíu a réplica tremenda de uma saraivada, impenetrável, de balas! Isto logo após o bombardeio, logo depois da agitação da metralha terrível e demolidora que os trucidou, despedaçou e mutilou — mas não destruiu a formatura para o combate... Sejam justos — há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, *no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política.*³⁴⁷

Em sua última carta-reportagem, Euclides da Cunha realiza uma segunda *aproximação entre sertanejo e jagunço*, entre dois espectros da população do interior da Bahia que compartilham dos mesmos aspectos. Os *sertanejos*, “rudes patrícios dos *sertões*”, se aproximavam dos *jagunços*, “rudes patrícios *transviados*”. Vale ressaltar, entretanto, que a operação não ocorreu necessariamente no dia 1 de outubro, quando Euclides da Cunha “testemunhou” Canudos. Advertimos diversas vezes, juntamente com a pesquisa de Bartelt, de que houve uma permeabilidade entre os signos durante a última expedição, de forma que o

³⁴⁵ *Ibidem*, p.154-155.

³⁴⁶ *Ibidem*, p.123. (Grifo nosso).

³⁴⁷ *Ibidem*, p.122. (Grifo nosso).

autor moldou tanto o *sertanejo* como o *jagunço* de maneira similar. Ambos habitam o *sertão*, como se o “fanatismo”, a “brutalidade” e a “rudeza” marcassem uma intersecção entre eles.

Com isso, levantamos a seguinte hipótese: a permeabilidade acima foi um dos fatores que fizeram do *sertanejo* de Euclides da Cunha um *oxímoro*. A qualidade desse objeto está no fato de se situar no *território nacional*, de ser um objeto da nacionalidade em vias de ser incorporado à identidade do Estado brasileiro. Mas ele é, concomitantemente, o que destoa do “progresso”, como a desigualdade social e seu “atraso” representado por Canudos, do qual Euclides da Cunha enxergou um “erro da nacionalidade”. Esse posicionamento, anos mais tarde, passou por certas complicações em *Os sertões*, mesmo considerando a manutenção do julgamento negativo sobre *Antônio Conselheiro*. Uma das pistas para compreender a suposta “reviravolta de consciência” do autor, da qual concluiremos no capítulo 3, se encontra justamente nessa permeabilidade entre *sertanejo* e *jagunço*, entre canudenses serem tanto “criminosos” quanto “espólios” da identidade nacional, da qual Euclides da Cunha tanto se preocupou em construir durante e depois de sua viagem.

Ao examinarmos os desfechos da viagem, notamos um certo dissenso acerca de quanto tempo Euclides da Cunha ficou em Canudos. A estadia possivelmente foi entre os dias 16 de setembro a 1 de outubro, conforme afirmam Marco Villa e Frederic Amory.³⁴⁸ A confusão se dá devido ao desencontro das fontes, onde no telegrama do dia 24 de setembro³⁴⁹ Euclides da Cunha afirma que regressaria a Monte Santo por motivos de saúde, sendo que suas notas de campo vão ao menos até o dia 28 de setembro, possivelmente até o dia 29.³⁵⁰ Ventura cravou que o autor teria partido no dia 3 de outubro, acrescentando dois dias a mais na estadia do autor.³⁵¹

De todo modo, nosso questionamento acerca da data de partida é também reflexo da própria bibliografia levantada. Há uma preocupação compartilhada entre diversos especialistas em afirmar categoricamente: “Euclides da Cunha não testemunhou o massacre de Canudos, pois não permaneceu até o último dia do conflito – 5 de outubro”.³⁵² Deste modo, estabelece-se uma relação causal entre três fatores: (a) Euclides da Cunha não permaneceu até o último dia; logo (b) não testemunhou o massacre, o que pode ser entendido pelo (c) fator de

³⁴⁸ VILLA, *Op. Cit.*, p.37. AMORY, *Op. Cit.*, p.203-204.

³⁴⁹ CUNHA, Euclides da. Canudos: diário de uma expedição. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.152-153.

³⁵⁰ CUNHA, Euclides da, Caderneta de campo / Euclides da Cunha ; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

³⁵¹ VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.183.

³⁵² Ventura colocou isso como um dos fatores principais do silêncio de Euclides da Cunha. Já Amory desacreditou da tese sobre o desconhecimento do autor, mas mesmo assim insistiu em destacar o fato de Euclides da Cunha não ter “visto” o massacre. Cf.: VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.183-193; AMORY, *Op. Cit.*, p.139-143.

ter se “silenciado” sobre as “degolas”, a execução de centenas de canudenses encarcerados pelo Exército.

Mas seria necessário a permanência do autor para compreender a escala do conflito e seus crimes de guerra? Há uma miríade de relatos do próprio Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos que trataram de prisioneiros de corpos deformados pela guerra, de incêndios que destruíram a “Meca dos *jagunços*”, de crianças “inanidas quase” sendo interrogadas e presas pelo Exército após seus pais perecerem. Ainda mais, há uma menção explícita do autor sobre a “degola”, encarando-a com naturalidade, assim como tomou por certo o “aspecto destrutivo” da guerra, como vimos anteriormente.

Daí o estranhamento ao dialogarmos com a bibliografia sobre o tema, que por vezes destaca esse suposto “não testemunho da degola após o dia 5 de outubro” como um alibi para o silêncio de Euclides da Cunha ante os crimes de guerra em Canudos. Argumentamos, pelo contrário, que houve não apenas um “silêncio” da parte do autor, mas sim o relato protocolar, a ótica de quem naturalizou as atrocidades tanto vistas quanto não vistas, pois conhecidas por parte da opinião pública. Houveram diversos relatos sobre os prisioneiros, mas em seu aspecto “repugnante”, “esquelético”, como se fosse uma consequência da mera existência de Canudos, e não das ações do Exército. Um exemplo da naturalização do massacre pode ser encontrado na maneira que o autor relata um de seus interrogatórios com uma prisioneira canudense, no dia 26 de setembro:

— Fugiram muitos jagunços hoje, no combate? — E eu sei? meu marido foi morto por um lote de soldados quando saía; o mesmo tiro quebrou o braço do meu filho de colo... Fiquei estatalada, não vi nada... este sangue aqui na minha manga é do meu filho, o que eu queria era ficar lá também, morta... E assim vão torcendo e evitando a todas as perguntas, fugindo vitoriosamente ao interrogatório mais habilmente feito. E que as interrogativas assediem-nos demais, inflexivelmente, quando não é mais possível tergiversar lá surge o infalível — e eu sei? tradução bizarra de todas as negativas, eufemismo interessante substituindo o não claro, positivo.³⁵³

Diante da pergunta de um membro do Exército, a prisioneira diz o seu “E eu sei?” seguido de uma narrativa sobre sua possível família morta, de onde explicou acerca do sangue presente em sua roupa no momento do interrogatório. Independentemente da veracidade ou não da fala da canudense, fato é que Euclides da Cunha simplesmente ignorou o conteúdo de seu depoimento, concentrando-se no aspecto supostamente “tático” da fuga ao interrogatório.

³⁵³ CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016, p.110.

Este excerto é apenas mais um dos quais trabalhamos, onde transparece a violência da guerra por diversas maneiras que, ao cabo, são normalizadas pelo autor.

Ao fim, estabelecemos algumas das possibilidades de diálogo entre as fontes de 1897 e *Os sertões*. Sintetizando os aspectos principais do recorte do segundo capítulo, temos:

- a) Propomos uma leitura que não considera os dois artigos *A nossa Vendéia* como representantes de uma só “visão pré-viagem” de Euclides da Cunha sobre Canudos. *A nossa Vendéia I* foi um primeiro ensaio sobre a paisagem *sertão*, da qual o autor conheceu por meio dos relatórios de Teodoro Sampaio. Referiu-se aos canudenses como *sertanejos* e como “nossos patrícios transviados”, acusando a *culpa do conflito* quase que exclusivamente à “conspiração monarquista” que se “aproveitava” da “rudeza” dos *sertanejos*. A finalidade da guerra no primeiro artigo foi a de derrotar Canudos enquanto representante da monarquia no Brasil;
- b) Já *A nossa Vendéia II* muda parcialmente o panorama. Os canudenses passam a ser chamados de *jagunços*, sujeitos “traícoeiros” que se opunham à República. Não são mais considerados como “patrícios”, mas sim como elementos disruptivos do signo *sertão*. É reforçada a finalidade de guerra aceita pelo autor: a erradicação completa de Canudos. Euclides da Cunha não mais menciona uma suposta “conspiração monárquica”;
- c) Buscamos estabelecer os *contextos de enunciação* das fontes de 1897, alertando para os possíveis limites de uma leitura comparada entre essas fontes e *Os sertões*. O fato de Euclides da Cunha não criticar o governo em *A nossa Vendéia I*, e chegar até mesmo a elogiá-lo em *A nossa Vendéia II*, foi provavelmente derivado do contexto da imprensa no Brasil após março de 1897. Sem contar a dependência de Euclides da Cunha em pleitear uma posição como adido do estado-maior, na finalidade de cobrir Canudos. Os telegramas, nos quais frequentemente aparece o grito de guerra “Viva a República!”, não foram derivados apenas da visão política do autor, visto que os telegramas eram passíveis de censura pelo Exército. Mesmo as cartas-reportagens estavam contidas em interesses de grupos políticos, como as inúmeras citações de “heróis” de guerra aliados com a política paulista de Campos Salles. Em suma, questionamos a ideia de que Euclides da Cunha só

se tornou crítico do Exército e da República durante ou após sua viagem, já que o contraste entre as fontes possui seus limites interpretativos;

- d) Estabelecemos que Euclides da Cunha era plenamente ciente das atrocidades da Guerra de Canudos. Numa de suas primeiras cartas-reportagens, a do dia 10 de agosto, há uma referência explícita ao ato de “degolar”, sem maiores reflexões sobre o caso. Há diversas notas e cartas com descrições de prisioneiros de guerra e interrogatórios, onde o autor relata diversas vítimas do poderio bélico republicano;
- e) Destacamos que um dos aspectos principais da viagem do autor para *Os sertões* é a definição do *cene de nacionalidade* e sua consequência: a delimitação do objetivo da guerra. O autor mantém seu juízo negativo sobre Antônio Maciel, chamando-o de *Antônio Conselheiro*. Com isso, incorporou Canudos ao processo de construção nacional, encarando o arraial como um “ressurgir inopinado de vícios da sociedade brasileira”. Estabeleceu-se a finalidade de destruir Canudos, numa “guerra interna” com o propósito de construir uma identidade nacional sem o *Conselheiro*;
- f) Por outro lado, o *cerne da nacionalidade* marca a permeabilidade entre os signos *sertanejo* e *jagunço*, dos quais estabelecemos suas nuances semânticas ao examinar os artigos *A nossa Vendéia*. A mesma população oriunda do “Norte” do Brasil poderia ser considerada ora “sertaneja”, ora “jagunça”. Daí a utilização frequente dos *oxímoros*, onde Euclides da Cunha levanta aspectos supostamente “positivos” e “negativos” para caracterizar tanto os canudenses como os outros habitantes da região, como vimos na reportagem de Monte Santo;
- g) Logo, buscamos levantar a hipótese de que essa intersecção entre *sertanejo* e *jagunço* foi um dos fatores pelos quais Euclides da Cunha ensaiou uma “incorporação dos patrícios rudes transviados” de Canudos, no dia 1 de outubro. A conclusão deste raciocínio o fez não “testemunhar” os canudenses, mas sim realocá-los na construção nacional, fundamento principal da Guerra de Canudos para Euclides da Cunha.

À guisa de conclusão, os tópicos acima buscam contribuir com o panorama da recepção de *Os sertões* que historicamente interpretou o ano de 1897 como o da “reviravolta de consciência”. Alertamos para os problemas de ordem histórica ao cruzarmos uma leitura

direta entre os artigos pré-viagem, as cartas e telegramas da viagem e, claro, *Os sertões*. Questionamos principalmente a classificação do autor como “testemunha” dos *sertanejos*, que supostamente escreveu um livro “fundador da identidade nacional brasileira”. Fundar uma identidade nacional significa também nivelar as dissidências: é um processo de hegemonização social e política que se impõe por todo o território nacional. Os “patricios rudes transviados” foram apropriados por Euclides da Cunha, na finalidade de levar seu longo projeto adiante. São corpos mortos que entram no *cerne da nacionalidade*, não os canudenses.

Por fim, levantamos um fator importante que se amarra ao capítulo seguinte: *a afirmação de cerne da nacionalidade para os sertanejos, condição essencial para Os sertões, não foi derivada diretamente de um repertório racalista do autor*. Levantamos o adendo para alertar que o julgamento de Euclides da Cunha sobre a guerra nem é subproduto de uma “testemunha”, nem de uma “sociologia racalista do século XIX”. Foram os interesses políticos do autor articulados por amizades, formação profissional, instituições e relações com o governo que construíram a concepção do autor de Pátria: uma idealização de hegemonia nacional no território brasileiro. Veremos no capítulo que segue os motivos para sustentarmos este fator.

3. O cerne da nacionalidade: a questão da “Nação” em *Os sertões*. (1902)

Enfim, chegamos ao embrião de nossa pesquisa. *Os sertões*, com sua crítica cortante, foi lido não como um livro, mas sim um discurso com seus aspectos de historicidade, suas continuidades e rupturas que acompanham não só seu autor como também os paradigmas, os preconceitos e signos dos quais Canudos foi inserido sem sua vontade. Nosso exame pode ser representado pela complicada posição de examinar os limites da *denúncia* do autor: haveria possibilidade de *Os sertões ser um testemunho, uma fonte que nos apresenta como uma das possibilidades de experimentar a alteridade, de entender o outro?* Se Euclides da Cunha denunciou a Guerra de Canudos nos termos que fabricou para seu *sertanejo*, cabe a nós “denunciarmos” como os canudenses foram representados na obra.

Os capítulos anteriores foram essenciais para delimitar o contexto de enunciação no qual Euclides da Cunha escreveu *Os sertões* [1902]. Com a associação entre República e Nação, a compreensão do autor acerca da Guerra de Canudos (1896-1897) fez parte do embaraço da questão intelectual no Brasil. Através das cartas produzidas durante sua viagem em 1897, estabelecemos a continuidade de um projeto euclidiano de nação brasileira: *a incorporação do sertão através do papel político do Estado*. Oscilou, ainda no campo de batalha, seu julgamento acerca dos *jagunços* de Canudos e os ora *sertanejos* ora *jagunços* da região: afinal, se a conquista definitiva é “incorporá-los”, qual foi o desfecho da guerra aos olhos de Euclides da Cunha?

Tendo *Os sertões* como fonte principal do capítulo, realizamos uma leitura comparada entre a obra e os escritos de 1897, examinando rupturas e continuidades sobre os signos compartilhados entre as partes. Entram nesse exame a identidade construída do *sertanejo* e sua relação com a imagem do *jagunço* e o sentido da relação sertão-litoral que resultou no diagnóstico de uma “ficção geográfica”.

Se em 2.1 e 2.2 examinamos a permeabilidade entre os signos *sertanejo* e *jagunço*, em *Os sertões* a questão continua: os termos ora são diferenciados, ora utilizados de maneira intercambiável. Essa condição é explicada tanto pela influência de seus escritos de 1897 na terceira parte do livro – A luta – quanto pela imprensa, na qual apropriou-se do termo *jagunço* a fim de dar uma conotação de violência ao povoado de Belo Monte.

Outro tema eminente é o da ambiguidade da palavra “raça” presente na obra. O autor apresenta duas noções conflitantes: de um lado, *raça* é uma constituição fenotípica

determinada pelo meio em que uma “nacionalidade” se encontra. Seu entrecruzamento é resultante de fatores históricos e geográficos. Do outro, *raça* é oriundo de uma perspectiva poligênica, *i.e.*, são tipos imutáveis e completamente diferentes entre si. A perspectiva, defendida por Gobineau e difundida no Brasil na segunda metade do XIX, previa uma imiscibilidade para os tipos, na medida em que o tipo “branco” é interpretado como naturalmente “superior” ao “negro”, como espécies distintas de seres vivos. A presença de ambas as interpretações em *Os sertões* deriva do contexto que apresentamos: enquanto debate político da “nação brasileira” estava em voga, Euclides da Cunha tratou de abordar o tema sob as duas perspectivas, chegando à defesa da primeira. Tendo esse tensionamento teórico em mente, trataremos de abordar as perspectivas políticas do autor diante da constituição de uma identidade brasileira.

O capítulo conta com duas seções principais. Na primeira, analisaremos um breve contexto acerca da opinião pública das grandes cidades do país sobre o fim da guerra. O aspecto principal a ser levantado é a maneira pela qual o paradigma do “inimigo” é esfacelado, de modo similar à carta de 1 de outubro de Euclides da Cunha sobre Canudos. Com isso, buscamos compreender melhor os mecanismos de apropriação do *sertanejo* como signo, de forma que os canudenses se transformaram em “vítimas” para a República. O esfacelamento do inimigo, entretanto, não é derivado necessariamente da experiência de guerra ou do terror do massacre assistido. Veremos os limites que a noção de “vítima” deu à perspectiva de futuro para os sobreviventes do conflito e para as demais populações da região.

Na segunda parte, tratamos de analisar os limites da *denúncia* presente na nota preliminar de *Os sertões*. Estabelecemos um diálogo com Luiz Costa Lima, tomando como pontapé o exame do crítico literário sobre os problemas que o racismo causou para a *denúncia* da obra. Acrescemos a análise sobretudo com uma perspectiva diacrônica, compreendendo como o discurso do autor já tinha suas bases em 1897. Em sequência, buscamos compreender como a *denúncia* se deu no transcorrer da obra, tangendo as diversas formas de representação dos canudenses na obra de Euclides da Cunha.

3.1 Acerca da opinião pública pós-guerra sobre Canudos e a escrita d'*Os sertões* (1897-1902).

As condições de produção de *Os sertões* revelam um cenário bastante peculiar sobre Euclides da Cunha. Isso se deve ao fato de que o autor era conhecido por sua saúde extremamente precária, que lhe rendeu diversos contratemplos desde sua passagem pela Escola Militar em 1888. A viagem a Canudos custou caro para a saúde de Euclides da Cunha que, além de sofrer de problemas crônicos de saúde, contraiu também uma febre durante a estadia entre Monte Santo e Canudos.

A obstinação de Euclides da Cunha em construir uma “súmula da nacionalidade” é rara. Mesmo com a tecnologia atual, a mera ideia de escrever uma obra da magnitude de *Os sertões* já se impõe como tarefa impossível, seja pela sua extensão, seja pela miríade de conteúdos que são apresentados. Walnice Nogueira Galvão, uma das pioneiras nos estudos de Euclides da Cunha, caracterizou a obra da melhor forma possível: “um imenso diálogo a muitas vozes, mediadas pelo narrador”.³⁵⁴ Conhecimentos de mineralogia, cartografia, topografia, história, racialismo e psicologia criminal são jungidos, no afã de buscar uma explicação para que país estava se formando após a Guerra de Canudos. Entretanto, foi longo o período para que o projeto inicial do livro, que era apenas de relatar a guerra, se transformasse em uma “súmula da nacionalidade”.

Enquanto Euclides da Cunha recobrava seu vigor em São Paulo, as consequências da guerra se alastravam pela Bahia, de maneira que os aspectos do massacre se tornaram evidentes para todos habitantes do litoral do país. O Comitê Patriótico da cidade da Bahia foi um desses exemplos, quando passou a denunciar de maneira veemente os crimes hediondos propalados pelas tropas que regressavam à capital. Como apontado por Bartelt, a organização civil foi fundada com o objetivo de acolher os soldados feridos e suas respectivas famílias, que frequentemente viajavam juntos para a guerra. O Comitê tinha como base uma organização civil de apoio às forças republicanas, vendo em Canudos apenas um inimigo em comum. Entretanto, a partir do dia 21 de outubro, a instituição passou a acolher uma quantidade cada vez maior de crianças originárias do arraial, que seguiam junto às tropas até a cidade da Bahia. A missão acolhedora, entretanto, passou a contar com uma questão moral crescente, já que muitas dessas crianças não eram órfãs: haviam sido capturadas como

³⁵⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

“troféus de guerra” e tiradas de suas famílias. O Comitê passou a conceber os que foram chamados de *jagunços* como *bons sertanejos*, vítimas da guerra, assumindo um compromisso diametralmente oposto ao de sua fundação.³⁵⁵

A evidência do massacre não ficou restrita às vítimas que alcançaram a capital. Relatos de crimes hediondos se somavam à medida em que o Exército se deleitava em sua vitória. A marcha para o lar foi acompanhada do incêndio de propriedades, execuções de mulheres e crianças e a queima de seus corpos. Se durante o conflito apenas os jornais monarquistas apropriavam-se dos canudenses para sua causa, agora os republicanos faziam o mesmo, chamando-os de “irmãos”, “patricios” e “brasileiros”. O paradigma do inimigo esfacelava-se: restava aos “rudes patricios retardatários” a sua incorporação ao projeto nacional.³⁵⁶

Bartelt expõe um panorama bastante amplo acerca da opinião pública logo após a Guerra de Canudos. De fato, os crimes de guerra contra Canudos não eram novidade quando Euclides da Cunha “os denunciou” em *Os sertões*, publicado ao final de 1902. Escritos como o de Horcades, publicado inicialmente em 1898, já contavam com relatos sobre a expedição. Horcades fora um voluntário da guerra que, assim como Euclides da Cunha, presenciou uma série de atos hediondos promovidos pelo Exército. Logo, uma primeira questão se impõe a nós: seria o testemunho da guerra, e o consequente choque ao acolher as vítimas, o aspecto central para que republicanos convictos mudassem de opinião, concebendo os canudenses não mais como inimigos, mas sim como “irmãos” de uma mesma nação?

Não necessariamente. Bartelt investigou uma fonte que simboliza bem o *contexto de enunciação* da crítica aos crimes de guerra promovidos pela expedição. O texto em questão é um rascunho de Rui Barbosa, então integrante do governo de Prudente de Moraes, sendo um possível discurso do qual o político planejou proferir após o assassinato do ministro da Guerra, marechal Bittencourt. O assassinato em questão foi um atentado planejado pela ala jacobina que, como vimos no capítulo 2, foi a oposição republicana ao governo de Moraes. O plano, entretanto, fracassou: Bittencourt acabou entrando numa luta corporal com o perpetrador do atentado, o que lhe custou a vida. O marechal teve seu funeral transformado numa verdadeira “procissão republicana”, uma cerimônia orquestrada pela oligarquia paulista a fim de cimentar o ímpeto político jacobino. A oligarquia paulista varreu o jacobinismo da opinião pública num curto intervalo de tempo. Os derrotados tiveram suas redações

³⁵⁵ BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.271-275.

³⁵⁶ *Ibidem*.

depredadas e alguns jornais empastelados. Se em março o tímido movimento monarquista foi reprimido, em novembro o jacobinismo foi definitivamente derrotado na disputa por seu projeto de República.³⁵⁷

O discurso de Rui Barbosa foi rascunhado neste cenário. De acordo com Bartelt, a fonte centrou-se na questão de como a Guerra de Canudos poderia servir de aprendizado para construir um “futuro da Nação republicana”. Bartelt identificou no excerto e nas notas do rascunho referências ao direito internacional de presos de guerra, possivelmente como base jurídica para acusar a expedição, majoritariamente representada pelos jacobinos. Barbosa, que havia demonstrado um ódio visceral a Canudos em maio do mesmo ano, passou a considerá-los como “vítimas”, sujeitos “rudes”, “bárbaros” e “abandonados”, como precisavam ser incorporados pela política republicana em um futuro desconhecido.³⁵⁸

Nem mesmo o corpo de Antônio Maciel, o *Conselheiro*, escapou da “tão acolhedora” República. As forças expedicionárias, antes de destruírem o arraial por completo, desenterraram o corpo de Maciel para arrancar-lhe o crânio. O objetivo era um só: estudar a mente por trás de Canudos, na finalidade de, caso surgisse um outro *Conselheiro*, que a República estivesse preparada para “cortar o mau pela raiz”. A médica baiana Nina Rodrigues chegou a estudar a “mente *jagunça*” que, curiosamente, desmentiu seus preceitos da craniometria. Rodrigues, de forma pouco sutil, simula uma compreensão do caso por meio da Ciência: se o cérebro do “líder messiânico” era “normal” em suas dimensões, foi o seu *meio*, o *sertão dos sertanejos*, que promoveu as condições para a “insânia do líder e de sua massa”. Utilizou-se da obra de Ernest Renan para endossar sua conclusão, afirmando que Canudos representa uma acepção cristã arcaica, logo anacrônica para a atualidade. Este exame chegou a ser publicado ainda em novembro de 1897, tendo ampla divulgação pela imprensa.

A partir de Bartelt, podemos identificar alguns aspectos principais sobre a opinião pública após o fim da guerra, em 5 de outubro de 1897:

- a) As consequências da guerra eram amplamente conhecidas. Mesmo que o ato da “degola” fosse motivo de censura na imprensa, sendo inclusive omitido da primeira publicação de Horcades,³⁵⁹ as vítimas da guerra estiveram

³⁵⁷ *Ibidem*, p.223-230, VENTURA, *Op. Cit.*, 2019, p.185-190.

³⁵⁸ BARTELT, *Op. Cit.*, p.277-279.

³⁵⁹ Ver: A primeira publicação da obra de Horcades foi no jornal. O autor conscientemente ocultou o episódio da “degola” e dos corpos queimados em Canudos, do qual compôs a segunda versão da obra, em 1899. Ver: BARTELT, *Op. Cit.*, 275-277.

- presentes nos meses subsequentes, fazendo com que a opinião pública não pudesse simplesmente negar a brutalidade do conflito;
- b) Logo, a capacidade de denunciar os crimes de guerra não era exclusividade dos presentes em Canudos. O próprio discurso de Rui Barbosa mostrou isso, na pretensão de utilizar o assunto da mídia para criticar os jacobinos. O aspecto da guerra possivelmente era conhecido até mesmo durante a guerra, como o fato do próprio Euclides da Cunha comentar sobre a degola no dia 10 de agosto de 1897;³⁶⁰
- c) O paradigma “canudense-inimigo” esfacelou-se praticamente por completo, logo após o fim do conflito. O signo do *jagunço* passou então a ser considerado no projeto de Nação, enquanto um objeto que precisava ser incorporado pela política republicana. Diversos discursos começaram a ressurgir acerca do “abandono do *sertão*” e a necessidade de “civilizá-los”;
- d) Canudos passou a ser interpretado como uma “lição” para a nação, mostrando as supostas consequências da “ingenuidade do sertanejo” e da incapacidade da “civilização” em incorporá-los à vida pública. O *sertão* passou a ser visto como uma “riqueza em potencial”, mas marcada pelo histórico do “inferno do subdesenvolvimento” materializado na figura de Antônio Maciel.

Munidos do contexto histórico acima, passamos a compreender os fatores da escrita de Euclides da Cunha em *Os sertões*. Como vimos em 2.2, o autor teve plena consciência dos crimes de guerra cometidos no arraial. A “degola” e seus colaterais foram fatos aceitos sem maiores cerimônias pelo discurso republicano, já que eram cometidos contra um inimigo sem possibilidades de se “redimir” aos olhos do governo. Findada a guerra, não foi apenas Canudos que foi demolida: ruiu-se a própria necessidade de um *inimigo* da nação brasileira. Num curto espaço de tempo, o *jagunço* transmutou-se em vítima da guerra. Mas vítima de quem? Quem eram os culpados?

As respostas foram múltiplas, mas têm seu ponto em comum: o *nós republicano*, amorfo, sem um sujeito definido e sem culpados na prática, foi acusado. Canudos passou a ser interpretada como um *sintoma de uma nação sem Estado, sem uma República que idealmente jurisdiciona seu território por inteiro*. Da parte dos canudenses, houve pouco espaço para serem ouvidos. Sentenciaram-lhes a consequência última, ao serem tachados de “vítimas”

³⁶⁰ Ver a seção 2.2.

pela opinião pública majoritária: *foram concebidos como objetos sem vontade própria, sem autonomia*. A denúncia, que não necessariamente foi um contato com “outro”, definitivamente não foi um discurso da alteridade. Pelo contrário, foi uma denúncia de republicanos para republicanos.

Bartelt, que de fato foi fundamental para analisar o discurso Canudos, definiu de maneira lúcida o significado de *sertanejo* nesses discursos:

*A defesa [...] dos sertanejos é [...] uma defesa de corpos mortos, que podem ser preparados da maneira desejada. Os vivos realmente existentes, superiores em número aos mortos, não são mencionados. A simpatia termina na recepção abruptamente, quando o texto cria distâncias racistas e comprova mais uma vez o abismo intransponível entre o “nós” republicano e o “aqueles” do sertão rural, um abismo que não pode ser eliminado por nenhuma empatia.*³⁶¹

*A defesa dos sertanejos é uma defesa de corpos mortos: é responsabilidade nossa como produção acadêmica esclarecer isto. O jagunço, “inanido”, “esburacado” e “traíçoeiro”, em menos de dois meses, passa a ser um “irmão”. Em questão de semanas, a “mera degola” se transforma em “degola!”, num escândalo. Examinar o discurso sobre Canudos não é examinar um discurso de Canudos: a denúncia, ao provir dos próprios algozes, encontra no sertão um diagnóstico de ausência. Ausência pois é a jurisdição republicana, a mesma que esmagou o arraial, que é interpretada como “panaceia”: “a conquista real consistirá em incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política”.*³⁶² Buscamos então contribuir para o campo de pesquisa de Euclides da Cunha na medida em que trouxemos às fontes o *contexto de sua enunciação*, de sua *denúncia*. Os limites começam enfim a serem estabelecidos.

Regressemos então ao autor de *Os sertões*, precisamente para quando Euclides da Cunha chegou de Canudos, no final de outubro de 1897. Como já tínhamos estabelecido, o autor publicou seu último artigo sobre a guerra já em São Paulo, realizando uma espécie de memorando à polícia paulista que estava sendo recebida pela cidade.³⁶³ Em seguida, o autor se retirou para Belém do Descalvado, interior de São Paulo, onde pôde recuperar-se da saúde fragilizada pela guerra graças à fazenda de seu pai.

³⁶¹ BARTELT, *Op. Cit.*, p.329. (Grifo nosso).

³⁶² CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: *O Estado de São Paulo*. 01/10/1897. In.: *Idem, Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016. p.122.

³⁶³ CUNHA, Euclides da. *O batalhão de São Paulo*. *O Estado de São Paulo*. 26/10/1897. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18971026-6919-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. Acesso em 13/09/2023 às 07:39.

Frederic Amory, em sua extensa pesquisa, identificou alguns dos aspectos fundamentais que compuseram a obra que tanto demorou a ser publicada. Um dos primeiros trechos a serem rascunhados exclusivamente para o livro foi publicado em 19 de janeiro de 1898, sob o título de *Excerto de um livro inédito*. O artigo é uma narrativa da vida dos “vaqueiros do Norte” ante a vida dos “gaúchos do Sul”. A fonte é considerada o primeiro excerto que compôs a segunda parte da obra, O Homem. Como foi apontado por Galvão e Bernucci, a caracterização das populações interioranas do Sul e do Norte foi oriunda da literatura de José de Alencar, apontando para as origens do discurso do autor que não são necessariamente o cientificismo racialista que marcou a obra de 1902.³⁶⁴

O outro excerto do mesmo período foi identificado por Santana. Desde que Euclides da Cunha voltou de Canudos, passou a contar com o apoio de colegas como Orville Derby e Teodoro Sampaio, ligados a instituições como o IHGSP, da qual se efetivaria como membro em fevereiro de 1898. Seu ingresso se deu graças à apresentação do trabalho “Climatologia dos sertões da Bahia” ao instituto, que contou com a consultoria de Sampaio para os termos geológicos mais técnicos. O capítulo pertenceu à primeira parte do livro, sendo composto predominantemente por descrições geográficas do interior da Bahia.³⁶⁵

Para os leitores veteranos de *Os sertões*, talvez surja uma dúvida pertinente: e a *denúncia do crime*? Onde que ela se encontrava? Após seu regresso, não escreveu nenhum artigo que expusesse quaisquer críticas sobre a atuação do Exército na guerra. É consenso entre os estudos sobre Euclides da Cunha de que o autor omitiu o assunto da violência na Guerra de Canudos ao retornar de viagem. Mas, ao confrontarmos com *Os sertões*, a primeira dúvida surge: de onde viria a crítica à Guerra de Canudos, da qual considerou um “crime da nacionalidade”? Teria Euclides da Cunha mudado de ideia acerca de Canudos ou de *Conselheiro*?

As indagações requereram o capítulo inteiro para que fossem propostas hipóteses minimamente satisfatórias. Como vimos acima com Bartelt, as críticas à Guerra de Canudos não eram de todo incomuns após 1897. Mesmo com os receios e as auto-censuras de membros da imprensa, a noção de que os *jagunços* não eram mais inimigos se tornou majoritária, mesmo para a imprensa republicana. Com isso, a *denúncia* encontrou sua base, precisamente porque criticar a guerra não significava ser “anti-republicano”: pelo contrário, era afirmar a legitimidade do regime como monopólio do Estado.

³⁶⁴ BERNUCCI, Leopoldo M. *A Imitação dos Sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha* / Leopoldo M. Bernucci. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.22-23.

³⁶⁵ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

É inegável que Euclides da Cunha se posicionou de maneira distinta em *Os sertões*, particularmente quando considera que a Guerra de Canudos foi um “crime” do qual seria preciso “denunciá-lo”. Entretanto, a mudança de postura não recai necessariamente numa “reviravolta completa” de seu discurso. Já estabelecemos em 2.2 vários paradigmas dos quais o autor versou para caracterizar os elementos contidos no signo *sertão*. Sendo assim, levantamos a hipótese de que uma parte considerável da denúncia presente em *Os sertões* já estava plenamente estabelecida em 1897. Divergimos da tese de Galvão, no sentido de ela afirmar que as fontes da guerra expressam uma parte ínfima da obra de 1902, precisamente pelo fato do autor “denunciar o crime”.³⁶⁶

Podemos adiantar também que a segunda questão é respondida na negativa. As próprias fontes epistolares sobre o assunto comprovam a continuidade de seu julgamento negativo tanto sobre Canudos quanto o *Conselheiro*. A primeira carta é a de 19 de dezembro de 1897, na qual o autor comenta que Júlio de Mesquita o destinou um livro “sobre a mania religiosa”.³⁶⁷ Nota-se que Euclides da Cunha manteve sua interpretação inicial sobre Antônio Maciel, que considerava um sujeito que sintetizava os “vícios” do *sertão* por meio de paradigmas como o *fanatismo*. A segunda fonte, que requer exame mais detalhado posteriormente, foi a carta do dia 13 de outubro de 1899. Nela, Euclides da Cunha agradece a seu amigo Porchat por receber o “belo livro de Renan”. Refere-se a Ernest Renan, autor que sustentou uma leitura evolucionista do cristianismo através de sua história, compreendendo sua hegemonia na Europa como resultado da eficiência dos mecanismos políticos criados pela Igreja Católica. Vale lembrar que Euclides da Cunha fez uso do autor ao considerar a vocação anti-republicana de Canudos não como uma conspiração monárquica, mas sim uma suposta “inaptidão do *sertanejo* em abstrair formas políticas mais avançadas”.

Destacamos a importância deste dado menos pelo seu conteúdo teórico e mais pela sua cronologia: Euclides da Cunha já considerava a *incorporação do jagunço* muito antes de formar sua base cientificista de teóricos. O manejo entre *sertanejo* e *jagunço*, com sua suposta “rudeza”, “inaptidão à civilização” e “atraso” foi oriunda não apenas de teóricos estrangeiros, mas também de uma realidade percebida pelo próprio autor, de uma atualização de seus próprios preconceitos. Visitaremos a questão na próxima seção.

A construção do livro, também, não contou com um apoio institucional forte. Euclides da Cunha mudou-se para São José do Rio Pardo pouco tempo após a viagem, em março de

³⁶⁶ GALVÃO, *Op. Cit.*, 1994.

³⁶⁷ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Destinatário: Reinaldo Porchat. 13/10/1899. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Correspondência de Euclides da Cunha / Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

1898. Como disse em seu próprio livro, precisou encontrar inspiração nos “raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”, da qual nunca teve um apreço muito grande.³⁶⁸ O ofício da engenharia civil não lhe agradava, com constantes viagens e um salário que, anos mais tarde, se tornou insustentável para o próprio autor. De todo modo, colheu informações através de colegas com quem correspondeu, com encomenda de livros, sugestões de teóricos e até mesmo consulta sobre a escrita de seu livro. A primeira versão do livro ficou acabada em setembro de 1899. Entretanto, o autor mostrou descontentamento com o primeiro esboço, assim como seus colegas. Em carta para Pethion de Villar, em maio de 1900, Euclides da Cunha confessa ao amigo a falta de unidade do livro, característica essa que, na sua opinião, derivou em muito da maneira pela qual foi escrito.

Por conta disso, se empenhou numa longa reedição de sua obra, que encontraria um segundo esboço em dezembro de 1901. Viajou ao Rio de Janeiro a fim de firmar um contrato de publicação, assinando em definitivo com a Editora Laemmert em 17 de dezembro. Como o próprio autor afirma em carta, o contrato só se deu graças ao seu fiador de renome: José Veríssimo. Adquiriu um contrato muito abaixo do ideal, entretanto, o que explica em partes o porquê da condição material do autor não se alterar significativamente após o sucesso de sua obra.

As fontes acerca da escrita do livro em si são esparsas. O período entre a viagem e a publicação de *Os sertões* é característico pela escassez de cartas disponíveis para a pesquisa. Entretanto, os esforços de Ventura e Amory nos dão noção do panorama complicado da escrita da obra. Ademais, foi essencial contextualizarmos a opinião pública sobre Canudos através de Bartelt, que concluiu que o paradigma do *sertanejo* como “inimigo” já havia caído há tempo. Coube a nós, então, o intuito de analisar os limites da *denúncia*, do tema que essencialmente abre a obra ao leitor. Afinal, quais são as consequências dessa denúncia? Para os perpetradores do crime, qual seria a punição? E, o principal, pra quê escrever uma história sobre Canudos?

³⁶⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b].p.65.

3.2 A denúncia em *Os sertões*: uma análise do discurso de Euclides da Cunha.

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. [...] tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.³⁶⁹

A antessala d'*Os sertões* já desfere sua crítica cabal no primeiro lance: *a Guerra de Canudos foi um crime, denunciemo-lo*. Há mais de um século que análises se acumulam acerca da voz crítica de Euclides da Cunha, com suas vítimas e algozes envolvidos no crime de Canudos. Walnice Galvão, dentre tantos outros, considera a *denúncia* como o epítome da rebeldia do autor que, após testemunhar a guerra, remoeu por cinco anos uma angústia que se transformou em obra:

Todos os prisioneiros válidos feitos ao longo da guerra tinham sido manietados e degolados, desde o início, ante a vista dos generais. É essa reviravolta de opinião que *Os sertões* expressará cinco anos mais tarde, quando de sua publicação, vindo a ser o maior *mea culpa* da literatura brasileira.³⁷⁰

Roberto Ventura acrescenta, ainda sobre a denúncia:

Euclides revelava, logo na abertura do livro, seu propósito de se identificar aos sertanejos, vítimas da guerra.³⁷¹

A *denúncia* foi majoritariamente compreendida como um lance de “reviravolta” da consciência de Euclides da Cunha. O autor, que esbravejava “viva a República” em seus telegramas durante a guerra, recolheu-se para que cinco anos após pudesse criticar vorazmente o desfecho de Canudos. Ao acusar os algozes, usou a primeira pessoa do plural, colocando as forças republicanas e a si próprio como “mercenários inconscientes”. Ventura

³⁶⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.65-67.

³⁷⁰ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura*, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

³⁷¹ VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço biográfico* / Roberto Ventura. - 2a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.199.

prolongou ainda mais o teor da *denúncia*, compreendendo-a como a identificação de Euclides da Cunha para com as vítimas de guerra, os *sertanejos*.

Procuramos até aqui estabelecer as bases para enfim compreendemos os limites dessa denúncia. Euclides da Cunha demorou cinco anos para esbravejar seu veredito, cinco anos após a queda da última viga de Canudos e da degola do último canudense. *Os sertões*, que inicialmente se chamaria *A nossa Vendéia*, passou a ser não uma narrativa da guerra, mas sim uma tentativa obstinada de entender que país seria formado após o massacre de Canudos. Seria então a preocupação de erigir uma identidade nacional a força motriz da *denúncia* de Euclides da Cunha? Ou seria ela precisamente um dos limites? E, talvez o mais instigante: como que o próprio algoz proferiu a *denúncia*?

Para isso, analisaremos o discurso da *denúncia* nos pontos que ela atravessou a obra de maneira mais evidente. Grafamos o tema em destaque toda vez que ele se refere exclusivamente ao tema de *Os sertões*, a fim de melhor sinalizar aos nossos leitores o objeto de análise dessa seção.

A análise contou com dois eixos principais. Inicialmente, tratamos de analisar a *nota preliminar*, excerto que inicia *Os sertões*. A proposta vem de Luiz Costa Lima, que realizou uma análise primordial para compreender os aspectos limítrofes da denúncia euclidiana n' *Os sertões*. Entretanto, como nossa pesquisa parte de um escopo historiográfico, pretendemos acrescer à esta discussão, propondo um caminho diferente do exercido por Lima.

O segundo eixo concentrou-se majoritariamente na seção “Quarta Expedição” contida na terceira parte da obra, “A Luta”. Analisamos os termos da nota preliminar e suas possíveis consequências para o julgamento do autor sobre a Guerra de Canudos. O tema principal deste enfoque é o de *ficção geográfica*, conceito este fundamental para Euclides da Cunha e seu conceito de finalidade da guerra, como muito bem exposto na pesquisa de Luciana Murari.

3.2.1 A Nota Preliminar e os limites de sua *denúncia*.

Conforme tratamos na introdução, *Os sertões* [1902] já inicia sua Nota Introdutória com a denúncia da Campanha de Canudos (1896-1897). De que maneira, entretanto, seria ela um “crime”? Qual é a relação desta denúncia com o panorama de *Canudos* enquanto signo? Para responder a essas questões, buscamos acrescer a análise necessária que Luiz Costa Lima

advertiu em seu *Terra ignota*.³⁷² Para o autor, é necessário compreender quais são os termos dos quais Euclides da Cunha concebe tanto a guerra em si quanto a função de seu próprio livro. Ao trazermos à tona outros textos do autor, pretendemos somar à sua análise. Segue o trecho que antecede a denúncia, ainda na nota introdutória.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil.³⁷³

O primeiro fator inalienável ao livro é a configuração de um objetivo muito claro para o locutor: *esboçar as características dos sertanejos para futuros historiadores*. O objetivo, como vimos, já não é o mesmo do que fora planejado nos esboços de 1897, dos quais o livro ainda tinha *A nossa Vendéia* como título planejado. O próprio título reflete esta mudança, no qual é o *sertão* que passa a ser enfatizado. O destaque não é mais a remissibilidade histórica entre a França - *civilização republicana* - e o Brasil, em vias de se “civilizar”. Agora, eram os aspectos intrínsecos ao país, os ditos *sertanejos*, que foram deslocados ao centro das investigações do livro.

Mas por quê havia a necessidade do autor de esboçar os sertanejos a futuros historiadores? Os *sertanejos* não poderiam se apresentar a eles? A justificativa do autor sobre este intento é exposta logo a seguir:

E fazêmo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.³⁷⁴

A justificativa do autor sobre seu objetivo não foge do paradigma já estabelecido no pós-guerra, como vimos em 3.1. Para Euclides da Cunha, o desfecho da Guerra de Canudos revela ao menos duas consequências: (a) os canudenses são reflexo de um “estado mental deplorável”, inerente à condição do *sertanejo*; (b) a concorrência material da *civilização* é um fato, uma realidade para os próximos anos do Brasil, realidade essa que decreta o *desaparecimento dessa população*.

³⁷² LIMA, Luiz Costa. Trilogia do controle. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks. 2007.

³⁷³ CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos) / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b].p.65.

³⁷⁴ *Ibidem*.

O diagnóstico é pessimista. Para o autor, a Guerra de Canudos é menos um episódio e mais um “primeiro assalto, em luta talvez longa”. A guerra passa a ser interpretada como uma realidade do Brasil, de sua configuração geopolítica, na qual as *populações sertanejas* se encontram no lado derrotado pela “concorrência material”.

Mas que concorrência seria esta? Recordamos aos leitores a carta que Euclides da Cunha escreveu a Porchat em 1893, da qual examinamos na seção 1.4:

O que traduz a feição dúbia das potências estrangeiras [...] pela qual as gentes pseudocivilizadas tratam os selvagens de todo mundo? A França, a Inglaterra, a Alemanha, excedendo miseravelmente o banditismo mais torpe roubando pátrias, saqueando os lares tranqüilos dos *bárbaros* na África e na Ásia. [...] Suporão esses países gastos e fúteis, com a sua civilização ridícula de bulevares repletos de boêmios infecundos e desprezíveis, que somos nós uma variedade qualquer dos bôeres ou dos Cabilas?³⁷⁵

A aposta de Euclides da Cunha no *nativismo*, do qual expomos suas raízes em 1.5, começa a tomar corpo. Pensar a identidade brasileira, que recorria em pensar como o Brasil poderia adentrar ao “concerto das Nações”, não era mais apenas “irmanar-se aos coevos franceses”³⁷⁶: significava agora um cálculo de risco. A Guerra de Canudos, para todos os efeitos, foi também um fenômeno do capitalismo financeiro que passou a se consolidar ao final da década de 1870. A estrutura dos Estados, que passavam a fabricar suas “Nações”, buscava empregar uma hegemonia em determinado território. Competências que antes eram do encargo de poderes locais eram agora transferidos para a capital de seus respectivos países. O Brasil não foi diferente, uma vez que o registro civil foi implementado na constituição republicana de 1890, juntamente com um novo sistema fiscal que passava o encargo financeiro para os estados.

Logo, a não complacência dos habitantes do arraial não era apenas uma questão local: transformava-se num dilema nacional. Canudos aparece então como uma “chaga administrativa”, no sentido de ser a consequência de uma suposta “má implementação do Estado-Nação nos *sertões* do Brasil”. Aparelhar-se contra a concorrência internacional era consolidar suas fronteiras, através de um domínio político incontestado à nível nacional. Daí a noção de “nativismo” em Euclides da Cunha que, ao renunciar do mero espelhamento do modelo republicano francês, passa a questionar a posição do Brasil na política nacional.

³⁷⁵ CUNHA, Euclides da. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1893. Destinatário: Reinaldo Porchat. In.: GALVÃO, *Op. Cit.*, p.56-57.

³⁷⁶ Como sugeriu em seu artigo de 1888, *Revolucionários*. Ver a seção 1.3.

Resultado: fazia-se necessário conhecer os *sertões*, essas terras *ignotas*, desconhecidas, na finalidade de estabelecer uma República à altura dessas potências-modelo que possivelmente poderiam ser uma ameaça.

Regressando à nota preliminar, o intuito de Euclides da Cunha com o esboço das *sub-raças sertanejas* se torna mais claro: os *sertanejos* desaparecerão justamente por conta deste cálculo de risco da Nação. Restava ao lado da civilização do Brasil reconhecer esse *sertão* como posse, trilhando os planos para dominá-lo em definitivo.

Mas porque o *sertanejo*, ao invés de ser “incorporado” pela República, estava “fadado a desaparecer”? Euclides da Cunha nos dá a resposta:

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada, o equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo. A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável "força motriz da História" que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.³⁷⁷

O teor do cálculo de risco é cabal: a *civilização avança a passos largos, ritmo esse que esmagará inevitavelmente os “inferiores”, i.e., os canudenses*. Para Euclides da Cunha, a Guerra de Canudos não foi apenas a testemunha do massacre: foi a *naturalização dele como paradigma da civilização brasileira a partir de 1897*. A destruição do arraial, no discurso, passa a ser uma lei tão inevitável quanto a própria gravidade.

Entretanto, há um segundo fator inserido aí. Para o autor, os *sertanejos* se encontram nessa condição pois *faltou-lhes uma situação de parada, de equilíbrio, de forma que seu potencial de “raça forte” não se cumpriu na data de escrita da obra*. Mas qual seria a relação causal entre os dois fatores, a saber, a “situação de parada” com a realização de uma “raça forte”? Recorremos ao artigo *O Brasil no século XIX*, redigido por Euclides da Cunha em 1901, para melhor compreender esse diagnóstico sobre a história da população brasileira. A ideia principal do artigo é a de que houve um papel fundamental da monarquia para o Brasil: o de unir “nossa Pátria” sob um mesmo governo. Para o autor, o fato da família real representar um Estado fez dela um passo fundamental para a condição brasileira na virada do século XX. Nota-se que a realidade dada *a priori* foi a seguinte: o Brasil, em seus anos como

³⁷⁷ CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos) / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b]. p.66.

colônia, nunca teve uma unidade nacional. A faixa litorânea, a seu ver, ficou presa à metrópole ibérica, enquanto os ditos “sertanistas” alienaram-se da noção de unidade nacional. O resultado para o autor foi: o Brasil, até princípios do XIX, não era uma nação. Historicamente, litoral e sertão estavam separados por uma barreira intransponível, tanto no sentido geográfico quanto histórico. Com a independência em 1822, residiam no Brasil duas sociedades sob um mesmo país, um mesmo Estado.

Com isso, Euclides da Cunha realizou um diagnóstico político cabal para o país, do qual levou consigo para *Os sertões*: o Brasil *inverteu a ordem natural da constituição do Estado-Nação*. Como vimos em 1.3, o autor foi adepto ao conceito de História advindo do iluminismo. Em sua acepção burguesa, eram as sociedades europeias como a França que ditavam o “progresso” a “ordem natural” de uma nação. Para Euclides da Cunha, a ordem natural era uma consanguinidade entre membros de uma sociedade que, por estar unida, passavam a formar um Estado: o Estado-Nação em sua forma acabada. Mas como realizar uma unidade nacional se o Brasil se encontra fundamentalmente fragmentado? É daí que surge a noção de *inversão da ordem*: ao invés de unir-se no sentido identitário para depois formar uma Nação, o Brasil foi, ao seu ver, primeiro uma *invenção política*, para só depois ser, talvez, uma união à nível histórico e racial.³⁷⁸

Logo, a ideia de “uma situação de parada” e “equilíbrio” advém da suposição de que, dada uma sociedade afeita ao território em que vive, jungida historicamente e biologicamente com seus pares, poderia, enfim, fundar uma nacionalidade verdadeiramente única. Mas por que a situação estava em falta? Não poderia Euclides da Cunha partir para a ideia de isolar os *sertanejos* até eles formarem uma verdadeira *nação*? O resultado é negativo. Por conta do cálculo de risco de seu “nativismo”, a solução de *isolá-los* se tornava inviável. Através da “História”, o litoral necessariamente “esmagaria” o sertão, assim como o faz em Canudos. Se os *sertanejos* são “efêmeros”, “destinados ao desaparecimento”, o encontro entre litoral-sertão não poderia exercer uma relação de realidade-utopia. É negado ao sertão qualquer caráter de sujeito. Logo, é um objeto do devir: o da História, que tem como pedra angular o expandir da civilização. É o saque e o extermínio promovido pelos impérios britânico e francês em seus processos colonizadores que se materializa como uma realidade inescapável. Não há direito de existir para os canudenses na obra de Euclides da Cunha, precisamente porque seu extermínio é concebido como um devir da História.

³⁷⁸ CUNHA, Euclides da. *O Brasil do século XIX*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 31/01/1901, Em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19010131-8103-nac-0001-999-1-not>.

Segundo Lima, a fonte decisiva para este juízo do autor se encontra ao final do penúltimo excerto supracitado: na *luta de raças, força motriz da História*, que fora concebida por Ludwig Gumplowicz. Para Lima, é na leitura que Euclides da Cunha faz de Gumplowicz que reside o fator principal para que o autor de *Os sertões* conceba o desaparecimento dos *sertanejos* como inevitável. A luta das raças, que concebe a guerra como fenômeno da humanidade, já tinha sua tese formulada: o domínio europeu sobre os demais continentes. Com essa realidade sociopolítica o *status quo* justificava-se: sua relação assimétrica passava a ser uma “lei”, um devir da História.

Há algumas ressalvas a serem feitas acerca do limite dessa chave interpretativa. Em primeiro lugar, a relação entre “leitura de Gumplowicz” e “*sertanejo* inapto à *civilização*” não pode significar que a segunda foi resultado exclusivo da primeira. Afinal, como vimos em 2.2, Euclides da Cunha já concebia os *sertanejos* tanto como “retardatários” quanto como objetos a serem incorporados pelo governo republicano. O primeiro indício que temos de que Euclides da Cunha leu Gumplowicz se encontra apenas em julho de 1898, com os três artigos que correspondem à crítica do livro *O Brasil Mental*. Na fonte, Euclides da Cunha faz uso de Gumplowicz, precisamente através do conceito de “esmagamento natural” das “raças fortes sobre as fracas”.

Logo, se a leitura cruzada entre o teórico de Graz e *Os sertões* pode sim ser uma chave interpretativa, ela não cobre todos os limites da obra. As afirmações do *sertanejo* como inapto à *civilização*, bem como a ideia de que Canudos era um traço da suposta “inferioridade *sertaneja*”, não provém de um ou outro teórico racista por si só. Euclides da Cunha possivelmente não tinha profundidade no assunto antes de 1987. José Barreto Santana, que estudou a fundo as matérias de interesse do autor ao longo de sua vida, projeta que o autor só começou a adentrar o racismo após sua viagem a Canudos. O currículo da Escola Militar não contava com esses conteúdos, além do fato do autor ter se aprofundado na mineralogia e nos livros de engenharia entre os anos de 1892-1897, por conta de sua tentativa de ingressar na Escola Politécnica e de sua profissão em São Paulo.³⁷⁹

Acrescemos à análise de Lima o fato da presença de Gumplowicz ser, para além de uma determinante epistêmica, um recurso retórico. Como vimos em 1.2, a base da produção considerada “intelectual” no Brasil era extremamente precária a nível de pesquisa de campo. Como meio de compensar essa ausência de especialização dos campos de estudo, as interpretações de pretensão nacional - como o caso de *Os sertões* - passavam a adotar nomes e teorias estrangeiras com a finalidade de endossar suas perspectivas já formadas previamente.

³⁷⁹ SANTANA, *Op. Cit.*, p.39-89.

Esse uso específico de referências estrangeiras rendeu leituras que por vezes destoam completamente do conteúdo original das obras.³⁸⁰

Claro que, dentro de limites, o conteúdo desses autores estrangeiros foi sim relevante ao discurso da intelectualidade brasileira. Nosso adendo, portanto, é de que a análise dos teóricos por si só é insuficiente, uma vez que a adoção de teorias como a “força motriz da História” se deu *após a afirmação tanto da “inferioridade do sertanejo” quanto do papel do Estado brasileiro em estar “à altura das potências estrangeiras”*. Se o “nativismo” passou a trabalhar com a tese de Gumplowicz, foi majoritariamente por encontrar no teórico estrangeiro algo que endossasse o seu já estabelecido cálculo de risco. Logo, há uma relação dialética entre o discurso de Euclides da Cunha sobre o *sertão* e o conteúdo de Gumplowicz. Veremos ainda na próxima seção um claro exemplo do uso de teorias estrangeiras em *Os sertões*.

Entretanto, dada a análise da nota preliminar, qual seria a viabilidade da *denúncia* em Euclides da Cunha? Analisemos a última parte da nota:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo.

Novamente, a Guerra de Canudos não pode ser compreendida pelo autor como apenas “massacre”, uma vez que ela foi concebida apenas como um “primeiro assalto”. O excerto, entretanto, passa a incluir um segundo fator: o *nós*, essa primeira pessoa do plural que, se antes era a única capaz de “esboçar os *sertanejos* para futuros historiadores” passava a ser a culpada pelo crime. Euclides da Cunha acusa o crime precisamente por uma condição: a de “serem *filhos do mesmo solo*”. Estabeleceu-se uma base em comum para ambas as partes.

Entretanto, por que a diferença se estabeleceu? O fato do autor colocar tanto o *nós* quanto o *sertanejo* como “etnologicamente indefinidos” de forma alguma significa que ambos estão em pé de igualdade. Muito pelo contrário: a separação dos dois grupos, de acordo com o próprio excerto, é dada através da coordenada histórica do “tempo”.

³⁸⁰ MURARI, Luciana. Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D'os Sertões. - São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

Qual era a consequência dessa diferença? Se estabelecemos que Euclides da Cunha trabalhou com a premissa da iminência da *civilização*, a consequência foi a mesma da que se encontra no início da nota preliminar: *os sertanejos vão desaparecer. Já o nós, não necessariamente*. Mesmo que os sujeitos do *litoral* sejam acusados de “parasitismo” e de serem “mercenários inconscientes”, a alternativa para o signo *sertão* e a todos que nele são incluídos não muda.

Daí a complicação ao chegarmos, enfim, às três linhas finais da nota:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.

Costa Lima conclui, acerca da *denúncia*:

A inferência evolucionista sobre o futuro da sub-raça se chocava pois com o que afirmava sobre a ação das tropas federais. Não é que a explicação evolucionista impugnasse o tom de denúncia, mas a enfraquecia de maneira taxativa: a comunidade que ali se trucidava, durante anos de uma luta desigual, já estava fadada pela “força motriz da História” a desaparecer. [...] A explicação evolucionista não coibia a denúncia, mas a limitava ao aspecto humanitário.³⁸¹

Euclides da Cunha começa, nas palavras de Costa Lima, a *embaraçar-se* no problema do essencialismo nacional latino-americano. Explico: a teoria base de seu discurso, seja ela o “cálculo de risco” ou a “luta das raças”, é incompatível com seu objetivo de prolongar a “vida nacional autônoma”. Daí o problema da denúncia que, não encontrando sua base no próprio teorema que a antecede, acaba por ocupar uma “margem estreita de operação”.

E que margem seria essa? Nossa primeira hipótese é de que ela interage diretamente com o emprego da primeira pessoa do plural. Ao nosso ver, só o fato dela existir já coíbe a interpretação de Ventura, que afirmou que Euclides da Cunha se identificou com o *sertanejo*, chegando até mesmo a abolir a separação *sertão-litoral*.³⁸² Sustentamos, pelo contrário, que o autor não só manteve a dualidade como inclusive a reforçou: a *denúncia* é prova disto. Afinal, é o *nós* um ego, um ser de proporções nacionais que passa a apropriar-se de pessoas, pessoas que vestiram a alcunha de *sertanejos* aos olhos *civilizados*.

A segunda, da qual iniciaremos a seção seguinte, é a noção de que Euclides da Cunha precisou colocar uma *brecha*, um fator que pudesse destoar do sentido cabal de luta de raças como força motriz da História. Como vimos acima, o tom da denúncia não encontrou nem em

³⁸¹ LIMA, *Op. Cit.*, 1997, p.26-27.

³⁸² VENTURA, *Op.Cit.*, 2019, p.207.

suas bases racialistas, e nem em seu cálculo de risco, algo que justificasse a fúria do autor diante do desfecho de *Canudos*. Logo, para que isso fosse possível, o autor se utilizou de outras categorias que não a racial, numa união de conceitos e ideias que Walnice Galvão descreveu primorosamente como: “um imenso diálogo a muitas vozes”, diálogos sem síntese, onde teorias não se cancelam necessariamente.³⁸³

3.2.2 *Ficção geográfica: os prognósticos de Os sertões para o Brasil.*

Euclides da Cunha redigiu *Os sertões* tendo em mente os aspectos que determinam o homem do *sertão*. Podemos ver a escrita de *Os sertões* como uma continuidade de seus escritos de 1897, principalmente por considerar o *sertanejo* como “mais suscetível a ser determinado pela natureza”. O determinismo, entretanto, não utilizou-se apenas de um vetor. O termo *raça* em *Os sertões* passa então a ser, aos poucos, transformado: a primeira parte da obra, *A Terra*, prepara as bases para que a segunda, *O Homem*, trabalhe não apenas com a *inevitabilidade do fim do sertanejo*, mas também o seu *valor diante da identidade nacional*. Schneider definiu de maneira clara esse sentido retórico dado ao *sertanejo*: Euclides da Cunha “salvou o sertanejo”³⁸⁴, precisamente por colocar em pauta algo que, ao ver do *litoral*, justificasse o protesto contra o desfecho da guerra.

Chamamos aqui a atenção para a hipótese da *brecha* em Euclides da Cunha. A *brecha* deriva da amálgama inacabada que Euclides da Cunha pretendeu sustentar entre os *topoi* racialista e sociológico-histórico. A maneira pela qual o racismo no Brasil do século XIX condenou qualquer sentido de nacionalidade brasileira foi cabal: *sendo uma população mestiça, o Brasil estava fadado ao fracasso civilizacional*.³⁸⁵ Euclides da Cunha, ao reconhecer esse repertório, o coloca com o subtítulo de “Um parêntese irritante”.

A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos.³⁸⁶

³⁸³ GALVÃO, Walnice Nogueira. Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

³⁸⁴ SCHNEIDER, Alberto Luiz. Capítulos de história intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. – 1ª ed. – São Paulo: Alameda, 2019.

³⁸⁵ *Ibidem*, p.119-126.

³⁸⁶ CUNHA, *Op. Cit.*, 2018b, p.199.

O autor coloca dois pontos acerca deste entendimento de raça. Por um lado, coloca a questão do poligenismo, sua imiscibilidade e inerente hierarquização através de arquétipos pré-definidos. Entretanto, logo adiante, cita "anular em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo", afirmando que a resultante é uma “mestiçagem” que se faz valer como *raça*, como aquela que Euclides da Cunha entende pelo *sertanejo*.³⁸⁷ Mas como que o autor colocou para o *sertanejo* uma condição distinta de mestiçagem?

Se a determinante biológica era, nas palavras do próprio Euclides da Cunha, *um parêntese irritante*, o fato do autor conjecturar essa tese de forma alguma significa que ela determinou todos os aspectos do *sertanejo*. Dessa forma, surge como resultado de uma prestidigitação da ciência nos trópicos capaz de assim manter sua missão: o cerne da nacionalidade. Mas onde reside, afinal, essa manobra?

A brecha é *Uma Categoria Geográfica que Hegel não Citou*, situada na última parte de A Terra. Euclides da Cunha, a fim de justificar seu protesto e valorizar o *sertanejo*, aposta na condição de relegar para si próprio a autoridade de formular os vetores deterministas que guiam para o resultado: o *sertanejo* como potencialmente *forte*, que antecede a obra. Segue o trecho.

Hegel delineou três categorias geográficas como elementos fundamentais colaborando com outros no reagir sobre o homem, criando diferenciações étnicas: As estepes de vegetação tolhiça, ou vastas planícies áridas; os vales férteis, profusamente irrigados; os litorais e as ilhas.³⁸⁸

Euclides da Cunha, na qualidade de intérprete que se sustenta na autoridade do cientificismo, pega emprestado as noções categóricas de Hegel que são coordenadas deterministas do meio sob o homem. Entretanto, o autor aponta uma categoria geográfica fora dessas coordenadas. O resultado é duplo: atesta o valor do determinismo, supostamente capaz de compreender os fatores gerais do *sertanejo* ao passo que destoa do teórico estrangeiro, relegando à sua própria voz o tom de autoridade dos fatores a serem compilados. Logo, Euclides da Cunha utilizou-se de A Terra para criar um repertório de condições geográficas e climáticas, de maneira que pudesse controlar os aspectos que influenciaram na identidade do *sertanejo*. Segue diversos excertos dessa descrição do *sertão*:

³⁸⁷ *Ibidem*.

³⁸⁸ CUNHA, *Op. Cit.*, 2018b, p.133-135

[Nas planícies áridas] Em que pese aos estios longos, às trombas formidáveis de areia, e ao saltar de súbitas inundações, não se incompatibilizam com a vida. Mas não fixam o homem à terra. [...] Têm a força centrífuga do deserto: repelem; desunem; dispersam. [...] São um isolador étnico como as cordilheiras e o mar [...]. Aos sertões do Norte, porém, que à primeira vista se lhes equiparam, falta um lugar no quadro do pensador germânico. Ao atravessá-los no estio, crê-se que entram, de molde, naquela primeira subdivisão; ao atravessá-los no inverno, acredita-se que são parte essencial da segunda. Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes... [...] Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. [...] A natureza compraz-se em um jogo de antíteses. Eles impõem por isto uma divisão especial naquele quadro.³⁸⁹

Euclides da Cunha trabalha aqui com a noção já estabelecida do meio que influencia sob a espécie humana. Entretanto, faz com que os sertões do jagunço, seu recorte, escape às categorias já conhecidas pelo cientificismo. Configura aos sertões do Norte um habitat híbrido, entre o isolamento do deserto e a abundância dos vales férteis. Desta forma, adquire do primeiro a condição de *isolat*, promovendo um cenário de “estabilidade dos gens” que fará toda a diferença para a construção do *sertanejo* euclidiano. Por outro lado, desviando do deserto, ambiente esse que não fixa “o homem na terra”, adquire do segundo a “abundância” que fixa a espécie à terra.

A última unidade de A Terra é categórica. Na visão panorâmica de um geólogo, Euclides da Cunha descreve toda a disposição orográfica do território nacional no decorrer da primeira parte. Não o faz por ornamentar o texto, e sim para estabelecer as coordenadas de seu próprio recorte. Uma vez estabelecidas, trabalha com a brecha, a categoria que não consta em Hegel, o que resulta numa disposição onde as “leis racialistas” não são compreendidas no sentido pleno delas.

É que, evidentemente, não basta, para o nosso caso, que postos um diante de outros o negro banto, o indo-guarani e o branco, apliquemos ao conjunto a lei antropológica de Broca. Esta é abstrata e irreduzível. Não nos diz quais os reagentes que podem atenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte [...] É uma regra que nos orienta apenas no indagarmos a verdade. Modifica-se, como todas as leis, à pressão dos dados objetivos.³⁹⁰

A brecha é o nosso caso. As leis do evolucionismo racialista, que tornam inegociáveis não só o *sertanejo* como a inserção do Brasil na “marcha das nações”, se não contestadas, são ao menos *flexibilizadas*. A categoria nova é então a garantia com que o autor possa estabelecer coordenadas próprias que atuem sob seus estudos.

³⁸⁹ *Ibidem*, p.133-150.

³⁹⁰ *Ibidem*, p.153-154.

A questão da autoria está no fato de que nem o racionalismo, nem a sociologia darwinista, respaldam essa saída. Para a primeira, a noção de *isolat* capaz de gerar uma “nova raça” para catalogar era, para além de absurda, insignificante. Não contribuía com a noção de hierarquia das raças, onde o europeu é superior. Não estava em seu panorama a formação de uma raça nova através da mistura de raças hierarquizadas. Já a segunda sequer contava com a “estabilidade de gens” como fator. Por defender o poligenismo e considerar raça enquanto agrupamento social, Gumpłowicz não lobrigou uma “força motriz” da História que considerasse uma raça aprioristicamente mais forte por conta de um fator racista. Para este, a força era medida apenas nas relações com o outro, intersociais, onde o darwinismo tomava a sua forma. A noção de estabilidade fenotípica, para o teórico polonês, não é garantia de nada.

Logo, os repertórios europeus são selecionados, extirpados e reagrupados de modo a formular uma autoria do próprio autor. Não é apenas uma “insuficiência” da compreensão do autor, senão um diálogo incessante entre repertório político e arcabouço teórico. Ambos são parte de uma dimensão discursiva empregada na literatura euclidiana.

Há, entretanto, outro aspecto que complica a posição do autor. Euclides da Cunha considerou, simultaneamente, a predestinação a uma futura raça e a possibilidade de que “não teremos unidade de raça”. O autor, em resposta a Moreira Guimarães:

[...] quem segue as considerações que alinhei acerca da nossa gênese, se compreende que de fato não temos unidade de raça, admite também que nos vários caldeamentos operados eu encontrei no tipo sertanejo uma subcategoria étnica já formada liberta pelas condições históricas das exigências de uma civilização de empréstimo que lhe perturbariam a constituição definitiva. Quero dizer que neste composto indefinível – o brasileiro – encontrei alguma coisa que é estável [...] ³⁹¹

O autor não conseguiu dissolver a contradição por completo. O fato é que achou no *vaqueiro* do norte a “coisa estável” nesse “complexo indefinível” que é o brasileiro. Sem, entretanto, poder comprová-la nos combatentes de Canudos. Por isso, abraçava a teoria de Gumpłowicz na medida em que esta propunha a questão da história, mediada por leis sociológicas, na compreensão do fenômeno de “raça”. Veremos adiante que, ao predestinar o futuro de uma “raça histórica em futuro remoto”, colocava-se o peso da *raça* também sob o *topos* social. Entrementes, criava um embaraço, já que, para além de formar um estudo que não esteve de acordo com nenhum dos dois *topoi*, erigia a noção de raça histórica na medida em que se preocupava também com a questão biológica dela. Contradição essa sem resposta

³⁹¹ *Ibidem*, p.787-789.

por parte do autor, aponta como Euclides da Cunha se encontrava numa brecha estreita e profundamente contraditória.

Logo, a premissa de incorporação dos *sertanejos* como *cerne da nacionalidade* não é apenas a amálgama entre dois discursos, a saber, o *literário* e o *científico*, essencialmente porque não há uma separação discernível. O que podemos estipular, entretanto, é uma relação com suas fontes de guerra: *Euclides da Cunha já ensaiava o conceito de cerne da nacionalidade e o papel do Estado republicano de incorporar os “retardatários”, i.e., os canudenses à vida política nacional. O cerne da nacionalidade, essa medida que ascende os sertanejos ao panorama nacional, é menos uma sensibilidade “estética” ou um “preciosismo teórico”. Ao fim, Euclides da Cunha não se preocupou se as teorias racialistas iriam de encontro à sua finalidade da Guerra de Canudos: “incorporá-los em definitivo à nação”.*

Logo, começamos a compreender melhor a causa da denúncia. Se ela não reside na teoria racialista, ela foi oriunda de sua conclusão já tomada em 1897. Entretanto, o papel final do Estado não foi cumprido: os canudenses foram mortos. Daí surgir a crítica da qual Euclides da Cunha coloca a civilização brasileira, *i.e.*, o *litoral*, como “mercenários inconscientes”. Os aspectos da crítica à cidade através de sua ação no sertão podem ser vistos em outras partes do livro. Ao descrever a impressão da quarta expedição na chegada ao sertão através da linha férrea:

A linha férrea [...] aquele liame do progresso passa, porém, por ali, inútil, sem atenuar sequer o caráter genuinamente roceiro do arraial. [...] Discordância absoluta [...] entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. [...] O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica.³⁹²

Euclides da Cunha mantém a iminência do “desenvolvimento evolutivo”, resultando numa preocupação de instaurar a “unidade nacional”. A jurisdição da cidade sob o sertão é ponto nodal da compreensão do autor e sua denúncia. Quando a linha férrea não cumpre sua finalidade – a atenuação do campo – ergue-se o embuste da identidade nacional: o país é uma ficção geográfica. Ficção pois não condiz com a unidade do território-nação. Na denúncia euclidiana, o estado republicano brasileiro não é capaz de cumprir seu papel político e social.

A essa crítica, Euclides da Cunha amarra a segunda: ao criticar a reação dos jornais à derrota da Terceira Expedição da Guerra, o autor enxerga a barbaridade não no sertão, mas sim na cidade. O clamor pelo esmagamento de Canudos passa a ser parte desta denúncia.

³⁹² CUNHA, Op, Cit, [1902], 2018b. P.677-678. (Grifo nosso).

Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas de nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-las. Não entendemos a lição eloquente. Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto-de-fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões.³⁹³

Se não podemos caracterizar em sua totalidade, fato é que a denúncia euclidiana recai na expectativa de que a cidade haja como tutela, de forma a apagar os aspectos sociais do *sertão*. Canudos é uma “falha de *nossa evolução*”. Caberia ao Estado conhecê-lo, identificá-lo como “nosso problema” e, por fim, corrigi-lo. Se Euclides da Cunha havia se distanciado do *sertanejo evanescente* com o seu “*nós*”, Canudos fazia parte agora de seu problema: o problema da Nação.

Todavia, há uma ressalva do “entre nós”, já que ele é atenuado por “de um modo geral”. O emprego da primeira pessoa do plural mantém o intelectual no seu lugar (cidade), sem colocá-lo no movimento de massa. Euclides da Cunha, ao criticar vorazmente o *nós*, refere-se exclusivamente ao lugar da cidade. Mas não seria o lugar da cidade o mesmo do locutor?

A Rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. [...] O mal era maior. Não confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão [...] tinha parceiros porventura mais perigosos.³⁹⁴

Não, ao menos Euclides da Cunha escapou do desvio das caatingas. Em nosso extenso exame do capítulo 1, levantamos o aspecto da crítica política euclidiana. O principal traço dela foi o uso de categorias ideais contrapostas à realidade política, utilizando-se do conceito de Pátria para promover um “modelo de minoria”: o *intelectual*.³⁹⁵ A função é sintomática: a crítica do *intelectual* é, concomitantemente, uma voz que vem do *litoral*, mas que não é o litoral por excelência.

Podemos então compreender a primeira pessoa do plural empregada na nota preliminar. Fundamentalmente, o “temo-la realizado nós” refere-se às mesmas pessoas em “denunciemo-lo”. Mas há uma ênfase distinta: o primeiro é a posição do *litoral*, da *civilização*, da qual Euclides da Cunha percebeu como sendo o futuro do país. Já o “denunciemo-lo” é exclusivamente para os leitores da obra, a *intelectualidade* da qual o autor

³⁹³ *Ibidem*, p.503.

³⁹⁴ *Ibidem*, p.501.

³⁹⁵ Cf. 1.2-1.3 da presente dissertação.

buscou se identificar durante toda sua vida. Munido dessa distinção, o rancor da campanha “entre nós, de um modo geral, despertou rancores”. Euclides da Cunha, em sua denúncia, possui uma brecha, um estreito vão do qual se viu capaz de criticar veementemente a *civilização* do Brasil sem, entretanto, destituir-se da autoridade de seu discurso.

Por fim, o sertão só pode ser passado. Para a indignação do autor, entretanto, a cidade não é o suficiente para ser seu futuro: é a República da qual tanto detestou, de suas perseguições políticas, cargos frustrados e salários baixos como engenheiro viajante por São Paulo. Numa espécie de passado-presente, *Os sertões* representou um Brasil fissurado, dividido pela *ficção geográfica*. Os vícios da cidade não encontram sua saída.

Vale ressaltar que o autor de maneira alguma abole o paralelo da diferença entre *litoral-sertão*. Quando Euclides da Cunha se queixa sobre a Rua do Ouvidor, é porque ela não desempenha o papel que lhe foi antecipado: ser “superior”, dominar o restante do país. A “caatinga” continuou na sua função de objeto do Estado, na sua suposta “inferioridade”. O motivo de alarma do autor partiu do não cumprimento da jurisdição republicana sob “sua propriedade”: o *sertão*.

Qual seria então o encontro ideal entre passado e presente, *litoral* e *sertão*, para o autor? Segue o trecho.

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desapareceremos.³⁹⁶

Como vimos na análise da nota preliminar, se o conceito de História tem como modelo as potências capitalistas europeias, o Brasil teria que fazer o caminho inverso. Ao invés de um Estado que é só fundado por uma “hegemonia racial”, o Brasil é dependente de um Estado capaz de uni-lo através do liame do progresso. *Superar a ficção geográfica é o cerne da denúncia*. E por que superar? *Pois estamos condenados à civilização*. As linhas de crédito e a indústria bélica se tornam realidades não só palpáveis como também ameaças. Sob urgência, Euclides da Cunha reclama uma tutela da cidade “epiléptica” sob o *sertão* “atrasado”. O confronto entre Estado e Antônio Maciel nunca foi questionado pelo autor: sua denúncia repousa na incompetência da cidade de agir de acordo com seu espaço.

Daí as críticas à quarta expedição principalmente, onde o autor iguala-as semanticamente aos próprios canudenses:

³⁹⁶ *Ibidem*, p.156-157.

Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patricios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só poderia fazer o que fez - bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas. Reagiu. Era natural.³⁹⁷

O excerto revela uma posição bem distinta ao compararmos com *A nossa Vendéia*. Se lá Canudos era um “atraso” do país, que deveria ser eliminado pela República pelo fato de ser monarquista, agora a guerra, a suposta “hostilidade” dos canudenses, era explicável. Euclides da Cunha exime qualquer culpa de Canudos acerca do fato da guerra, já que coloca o erro da tutela do Estado como fonte central da destruição dos *sertões*. Para Euclides da Cunha, a necessidade de um Estado que se fizesse coeso, unido, traduzir-se-ia numa *raça forte*. Uma vez que o Exército não realizou a finalidade da guerra preterida pelo autor, restou a *denúncia*.

À guisa de conclusão, se faz necessário compreender os limites da *denúncia* em Euclides da Cunha. A sua nota introdutória é um exemplo disto, quando concebe todo seu livro como um “esboço dos *sertanejos* para futuras gerações”. A partir daí, engendra a Guerra de Canudos como um exemplo de um porvir, o do domínio do *litoral* sob o *sertão*, na medida em que é a única saída disponível para que o Brasil seguisse sendo um território nacional, a seu ver.

Logo, pouco restou de distinção acerca do julgamento negativo do autor sobre o arraial ou sobre Antônio Maciel entre seus relatos de 1897 e sua *denúncia* de 1902. Argumentamos que, fundamentalmente, conceber Canudos de maneira negativa foi nodal para que a *denúncia* do autor se restringisse à jurisdição do Estado republicano. Aceitar Maciel como *Conselheiro*, como um “erro de nossa nacionalidade”, um sintoma de problema no Brasil, não só restringe a experiência de alteridade como impele um discurso do qual devemos problematizar. Se a experiência de Euclides da Cunha foi com o outro, coube a nós compreendermos quais foram as condições que este outro apareceu em seu discurso.

³⁹⁷ *Ibidem*. p.502.

Conclusão

É natural uma obra do tamanho de *Os sertões* possuir centenas de prismas interpretativos dos quais críticas e mais críticas se empilham, quase como numa torre de babel onde corremos o risco de não sermos compreendidos. Entretanto, a presente dissertação buscou acrescentar algo que julgamos necessário: contextualizar a *denúncia* da Guerra de Canudos em Euclides da Cunha, *denúncia* essa que causou tanto fascínio por parte considerável da recepção do livro.

O *denunciemo-lo*, para uma pesquisa acadêmica, não pode se configurar como uma “boa intenção” do autor, como se ele tivesse mudado de ideia por conta do outro, do canudense que esteve à sua frente. Mas como poderíamos então realizar uma operação historiográfica ao examinarmos a obra? Seria possível empregar uma leitura de *Os sertões* que considerasse outros aspectos para além do discurso do próprio locutor? A dissertação foi realizada no intento de exercer uma leitura de Euclides da Cunha sob esse incômodo, buscando lidar com as consequências políticas das quais estavam contidas no discurso do autor.

E que eixo temático seria melhor do que a construção identitária brasileira proposta pelo republicanismo no Brasil? Euclides da Cunha não foi um sujeito da elite do país. Quando ingressou no ensino superior, adentrou a Escola Militar não porque era afeito à farda, mas sim porque o Exército foi sua única opção viável para perseguir o diploma de engenheiro. O autor não estava sozinho: vários sujeitos que buscavam na vida da cidade um futuro “promissor” passaram a idealizar o diploma como ingresso à uma sociedade cada vez mais urbanizada. O resultado não poderia ser outro: a Escola Militar se tornou um antro do que viria a ser o republicanismo jacobinista, que encontrou seu meio de se organizar através do Club Militar. O Club, por sua vez, foi liderado por importantes figuras tanto do golpe de 1889 quanto do governo de Marechal Deodoro. A República, para esses jovens, era uma promessa tanto material quanto de poder sob o Brasil.

Logo, Euclides da Cunha se empenhou, desde seus primeiros artigos, a escrever sobre a *Nação*. Nota-se que se para os dias de hoje é usual compreendermos o que seria um brasileiro, o mesmo não se dava naquela época. As fronteiras das quais compreendemos o Brasil sequer estavam totalmente delineadas. A capital do Rio de Janeiro só passou a fazer

estudos censitários a partir da década de 1870, e a empregar o registro civil à nível nacional em 1890. Para os sujeitos que ambicionavam o diploma da carreira de construir indústrias e ferrovias por todo o país, como um coração que irriga todo seu corpo, fazia-se necessário “conhecer o Brasil”.

Daí a importância que Euclides da Cunha deu ao tema durante os anos de 1888-1902. Em seus primeiros ensaios, o inimigo do republicano era evidente: o *Brasil Império*. Sua forma de governo era concebida como um “atraso” para o país, atraso na medida em que a Europa era vista como o *futuro*. O conceito de História estava consolidado em Euclides da Cunha, na medida que via na França o único futuro para o Brasil: ser *civilização*. Afeição ao regime francês era construir uma identidade brasileira, uma existência política que emulasse o sucesso do capitalismo financeiro da segunda metade do século XIX. A ligação estava feita: bastava realizar a Revolução, a “Revolução Brasileira”.

O prognóstico, entretanto, não perdurou. Euclides da Cunha logo sentiu os problemas da consolidação republicana no país. Crises econômicas catastróficas e guerras civis se arrastavam pela década de 1890, década essa que encarou com escárnio o otimismo do autor pré-República. O autor logo descobriu também um aspecto bastante real: escrever para os jornais, atividade essa comum para os estudantes da época, era proferir publicamente suas convicções. Havia consequências.

Na finalidade de empregar uma linha de pesquisa satisfatória, passamos a considerar os escritos do autor não como textos, mas sim *artigos, telegramas, cartas, livros e cadernos*. Com isso, cruzamos informações entre eles, de forma a conceber o discurso do autor como uma enunciação para o público.

Vários resultados surgiram daqui, na intenção de enriquecer nossa análise sobre o tema da Nação em Euclides da Cunha. As defesas tácitas ao governo de Floriano Peixoto, do qual era hostil com o jovem autor, em muito contribuíram para aprofundarmos nosso entendimento sobre o pessimismo político do autor. Os *A nossa Vendéia* também. Se a escrita do autor é por vezes vista como contraditória, ela não foi apenas por um erro, um deslize de escrita ou de lógica: foi também para angariar-se ao novo regime.

Dado o pessimismo do autor, compreendemos melhor uma de suas preocupações principais: se a República é a forma superior de política, como explicar esses inúmeros “fracassos” do Brasil? Euclides da Cunha buscou nisso sua força motriz para conceber uma identidade brasileira, um campo de ação para o Estado, instituição da qual o autor tanto logrou esforços para justificar. Para ele, as sociedades sem um Estado-Nação *civilizado* seriam massacradas pelos estrangeiros, assim como, ao seu ver, ocorria na África e na Ásia. Euclides

da Cunha não foi contemporâneo apenas da consolidação da República. As guerras imperialistas eram uma realidade mais do que conjecturada: lhe era ameaçadora.

Daí compreendermos melhor o prognóstico que o autor coloca para o Brasil após a Guerra de Canudos. Para Euclides da Cunha, a guerra era um movimento desta História, da qual a *civilização* era só uma questão de tempo. O Estado republicano, burguês, capaz de arregimentar todo um território sob sua espada era, para o estreito prospecto político do autor, a única saída para o Brasil existir.

Munido disto, Euclides da Cunha enxergou Canudos como uma “aberração”. Aberração pois tanto “destoava da unidade territorial” quanto “representava um passado prestes a se extinguir”. Devemos nos lembrar que o autor não tinha apenas que lidar com o forte racismo elitista que grassava na política brasileira. Euclides da Cunha desceu do navio *Espírito Santo* na capital baiana, precisamente quando o morteiro *Canet* lhe fez companhia. Os avanços técnicos da indústria bélica do massacre eram importados para o Brasil via capital, de maneira que eles adentravam o interior da Bahia para, via granadas, afirmar que a República era a única solução viável.

Partindo desses paradigmas, vimos como o autor pouco se compadeceu com os habitantes do interior da Bahia. Exalando oxímoros, Euclides da Cunha via o *belo* - propriedade nacional - misturado ao *feio* - o outro, os humanos que habitavam Canudos e suas cercanias. Ao ensaiar o *sertanejo* como *cerne da nacionalidade*, Euclides da Cunha não participa necessariamente de uma conversa com o *outro*. Ao invés, como procuramos demonstrar através do tema da Nação presente em sua escrita, procurou ensaiar um domínio ideal da República sob seu território.

Daí chegarmos aos limites da *denúncia* de cinco anos depois, em *Os sertões*. Euclides da Cunha apropriou-se de Canudos precisamente por ser um álibi de algo que o autor há muito protestava: a incompetência da *realpolitik* brasileira, especialmente da década de 1890. Não deslocou-se do *litoral* para o *sertão*, pelo menos no sentido epistêmico. Ao invés, enxergou Canudos através da ausência, ausência de Estado, de *civilização*, de um governo que pudesse abrir os caminhos para que o autor empenhasse seus projetos de engenharia Brasil afora. Se *Os sertões* foi resultado da presença do autor na guerra, conclusão essa que não discordamos, se faz necessário repensar seus limites, repensar seus objetivos e suas consequências políticas que ecoam até a atualidade. Na afirmação avassaladora e necessária de Dawid Danilo Bartelt: *a defesa dos sertanejos é uma defesa de corpos mortos*. Aos que viveram, não foi apenas a falta de ouvidos que se seguiu: foi também o prognóstico de seu desaparecimento.

FONTES

CELSO, Afonso. (1860-1938), O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro : (subsídios para a história do regimento republicano no Brasil), Paris: [s. n.], 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4118?locale=en> (Acesso em 17/12/2023 às 11:02).

CUNHA, Euclides da, Caderneta de campo / Euclides da Cunha ; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Ensaio e Inéditos* / Euclides da Cunha; Leopoldo M. Bernucci, Felipe Pereira Rissato (Orgs.); Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman (Coords.). – São Paulo: Editora Unesp, [2018a].

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)* / Euclides da Cunha; edição; prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 5. ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: SESI-SP editora, [2018b].

CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016.

CUNHA, Euclides da. Revolucionários. A Província de São Paulo, São Paulo, 29/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881229-1-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/05/2023 às 13:54).

CUNHA, Euclides da. A Pátria e a Dinastia. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/12/1888, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881222-4119-nac-0001-999-1-not>. (Acesso em 18/09/2023 Às 07:45).

CUNHA, Euclides da. 89. A Província de São Paulo. São Paulo. 01/01/1889, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890101-4126-nac-0001-999-1-not>. (Acesso em: 15/09/2023, às 18:35).

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras. A Província de São Paulo. 10/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890110-4133-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 13/11/2023 Às 21:55).

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras. A Província de São Paulo. 11/01/1889. P.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890111-4134-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>. (Acesso em 14/11/2023 Às 22:32)

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras. A Província de São Paulo. 16/01/1889. P.1. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890118-4140-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em 19/11/2023 Às 20:57)

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras. A Província de São Paulo, São Paulo, 24/01/1889. P.1. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890124-4145-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em 06/12/2023 às 13:37).

CUNHA, Euclides da. Da Corte. A Província de São Paulo, São Paulo, 17/05/1889. P.1. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890517-4235-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em 15/12/2023 às 16:39).

CUNHA, Euclides da. Homens de Hoje. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/06/1889. P.1. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890622-4265-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em: 15/12/2023 às 18:57)

CUNHA, Euclides da. Homens de Hoje. A Província de São Paulo, São Paulo, 22/06/1889. P.1. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890622-4265-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em: 15/12/2023 às 18:57).

CUNHA, Euclides da. Definamo-nos. A Província de São Paulo, São Paulo, 23/07/1889. P.1. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890723-4289-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em: 16/12/2023 às 07:45)

CUNHA, Euclides da. Divagando. Democracia, Rio de Janeiro, 02/06/1890, p.1-2. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092282&pasta=ano%20189&pesq=%22Divagando%22&pagfis=263> (Acesso em 23/07/2023 às 23:36).

CUNHA, Euclides da. Divagando. Democracia, Rio de Janeiro, 26/04/1890, p.1. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092282&Pesq=%22Divagando%22&pagfis=147> (Acesso em 23/07/2023 às 23:36).

CUNHA, Euclides da. Da Penumbra. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 de março de 1892. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920317-5107-nac-0001-999-1-not> (Acesso em 29/07/2023 às 14:25).

CUNHA, Euclides da. Dia a Dia. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 de abril de 1892. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920406-5119-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>
(Acesso em 15/07/2023 às 21:13).

CUNHA, Euclides da. A dynamite. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18/02/1894.
Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=9495 (Acesso em 12/09/2023 às 19:33).

CUNHA, Euclides da. As Catas. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1894.
p.2. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=%22As%20Catas%22&pagfis=10046 (Acesso em 13/07/2023 às 02:57).

CUNHA, Euclides da. As catas. (1895). In.: ___, *Poesia reunida* – Org.: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman – São Paulo: Editora UNESP, 2009. P.369-372.

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendêa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14/03/1897, p.1.
Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970314-6694-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>.
(Acesso em 13/08/2023 às 01:30).

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendêa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17/07/1897, p.1.
Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970717-6818-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>.
Acesso em: 14/08/2023 às 20:14.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. - 3 ed. - São Paulo: Martin Claret, 2016,

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha* / Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Como se deve escrever a historia do Brazil*. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: RIHGB, T. 6, p.389-411, 1844.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Revista Sociologia&Antropologia, v.02.03, 2012. p.21-41.

AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos* – tradução Geraldo Gerson de Souza. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BERNUCCI, Leopoldo M. *Pressupostos historiográficos para uma leitura de Os Sertões*. REVISTA USP, São Paulo, n 54, p 6-15. junho/agosto 2002.

CALASANS, José. *Canudos não euclidiano*. Cartografia de Canudos. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia / Conselho Estadual da Cultura EGBA, 1997, pp. 11-14.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Rio de Janeiro, Topoi. N. 1, p. 123-152, 2000.

CASTRONUOVO, Sabrina. *Los unos e los otros: Las voces críticas de Euclides da Cunha y Lucio V. Mansilla sobre "civilizados" y "bárbaros" a través de sus obras*. In.: M. Barcos u J. Troisi Melean (Comps.). *Elites rioplatenses del siglo XIX: Biografías, representaciones, disidencias y fracasos*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Em Memoria Académica.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Polifonia e paixão, América Latina - palavra, literatura e cultura*, Ana Pizarro (org.). Campinas: Unicamp, 1994, vol.2.

GOUVEIA, Regiane Cristina. *América latina enferma: racismo e positivismo no pensamento político latino-americano em fins do século XIX e início do XX* / Regiane Cristina Gouveia. – Rio de Janeiro: s.n., 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

DECCA, Edgar Salvadori de; GNERRE, Maria Lucia Abaurre. Trauma e história na composição de Os sertões. In.: Vários autores, Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos ; organizador José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP. 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914* [1988] - 28a ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* [1990] – 9ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*; tradução do original alemão: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco – Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhardt. *Uma latente filosofia do tempo*; organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Tamara de Oliveira Rodrigues; traduzido por Luiz Costa Lima. – São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões* / Luiz Costa Lima. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura.* - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks. 2007.

MADAN, Aarti Smith. *Lines of Geography in Latin American Narrative: National Territory, National Literature.* Worcester Polytechnic Institute. Worcester, USA. 1st Ed. Palgrave Macmillan.

MOURA, Clóvis. *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha.* Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 1964.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D'os Sertões.* - São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.* Tradução: Celso Nogueira – São Paulo: Companhia das Letras, 1993

PEREIRA, Allan Marx de Moraes e TAVARES, Débora Reis. *A reviravolta de consciência de Euclides da Cunha: Uma análise literária, textual, biográfica e histórica.* Esferas, ano 12, vol. 2, no 2, setembro-dezembro de 2022.

RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor. Entre as armas e as letras: imperialismo e nação na obra de Euclides da Cunha. *Tensões Mundiais, Fortaleza*, v. 18, n. 37, p.213-236, 2022. p.218-219.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e da arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* – São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* [1983]. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de história intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. – 1ª ed. – São Paulo: Alameda, 2019.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Silvio Romero: escravidão, “raça” e cientificismo*. Almanack, Guarulhos, n. 18 p. 451-488, Abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930* - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Varlei da. Testemunho de massacre na elaboração da obra de Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - São Paulo, 2017.

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço biográfico* / Roberto Ventura. - 2a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914* / Roberto Ventura. - São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. 1996, Estudos Avançados, [S.I.], v.10, n.26, p.275-291. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100024> .(Acesso em: 25/10/2023 às 14:39).

VILLA, O “Diário de uma expedição” e a construção de Os sertões. In: Vários Autores, Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos. Organizador: José Leonardo do Nascimento. - São Paulo: Editora UNESP, 2002

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. In.: Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos / organizador José Leonardo do Nascimento. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.